

RARIELLE RODRIGUES LIMA
ORGANIZAÇÃO

**I ENCONTRO INTERNACIONAL/ III ENCONTRO
NACIONAL/ V SEMINÁRIO DE GÊNERO MEMÓRIA E
IDENTIDADE**
GÊNERO EM MOVIMENTO: CORPO, POLÍTICA E LUTO



EDUFMA

RARIELLE RODRIGUES LIMA
ORGANIZAÇÃO

I ENCONTRO INTERNACIONAL/ III ENCONTRO NACIONAL/ V SEMINÁRIO
ESTADUAL DE GÊNERO MEMÓRIA E IDENTIDADE
GÊNERO EM MOVIMENTO: CORPO, POLÍTICA E LUTO



EDUFMA

I ENCONTRO INTERNACIONAL/ III ENCONTRO NACIONAL/ V
SEMINÁRIO ESTADUAL DE GÊNERO MEMÓRIA E IDENTIDADE
GÊNERO EM MOVIMENTO: CORPO, POLÍTICA E LUTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

Diretor Prof. Dr. César Augusto Castro



EDUFMA EDITORA DA UFMA

Coordenadora Irenilma Cadête Lima

Conselho Editorial Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Profa. Dra. Jussara Danielle Martins Aires
Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra. Rosângela Fernandes Lucena Batista
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

RARIELLE RODRIGUES LIMA
ORGANIZAÇÃO

I ENCONTRO INTERNACIONAL/ III ENCONTRO NACIONAL/ V
SEMINÁRIO ESTADUAL DE GÊNERO MEMÓRIA E IDENTIDADE
GÊNERO EM MOVIMENTO: CORPO, POLÍTICA E LUTO

São Luís



EDUFMA

2025

© 2025 EDUFMA - Todos os direitos reservados

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa Rarielle Rodrigues Lima
Laila Marques Campos
Luama Talita Alves
Crispim Cirilo

Revisão Rarielle Rodrigues Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Encontro Internacional (1.: 2024: São Luís, MA); Encontro Nacional (3.: 2024: São Luís, MA); Seminário Estadual de Gênero, Memória e Identidade (5.: 2024: São Luís, MA).

I Encontro Internacional / III Encontro Nacional / V Seminário Estadual de Gênero, Memória e Identidade [recurso eletrônico]: gênero em movimento: corpo, política e luto / Rarielle Rodrigues Lima, organização — São Luís: EDUFMA, 2025.
261 p.: il.

Modo de acesso: World Wide Web

<www.edufma.ufma.br>

ISBN 978-65-5363-496-1

1. Gênero – Encontro científico - Maranhão. 2. Memória. 3. Identidade. 4. Corpo feminino. 5. Sexualidade. I. Lima, Rarielle Rodrigues. II. Título.

CDD 305.3

CDU 305:001.32(812.1)

Bibliotecária(o): Marcia Cristina da Cruz Pereira CRB 13 / 418

CRIADO NO BRASIL [2025]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

APRESENTAÇÃO

O Encontro Internacional de Gênero, Memória e Identidade do Grupo de Estudos de Gênero, Memória e Identidade (GENI) é uma ampliação das ações de divulgação científica que se soma aos eventos concomitantes do Encontro Nacional e do Seminário Estadual do GENI nos espaços da Universidade Federal do Maranhão. Em nossa primeira edição com o caráter internacional, a temática mobilizadora foi ***gênero em movimento: corpo, política e luto***.

Após o falecimento de nossa líder, a professora Sandra Maria Nascimento Sousa, em 2021 o Geni constituiu um tempo de pausa e de reorganização, assim em 2024 reabrimos nossas atividades de divulgação científica!

O I EIGENI tem um simbolismo muito importante para todas as pessoas que integram o grupo, pois expressamos nossas homenagens à profa. Sandra e compartilhamos nossos afetos acadêmicos.

As atividades corresponderam às mesas redondas, apresentação de trabalhos, minicursos e exibição de filmes. Todas as atividades foram realizadas em formato híbrido, possibilitando a participação de pesquisadoras/es brasileiras/os e estrangeiras/os.

Nosso encontro ocorreu entre os dias 06 e 08 de março de 2024, com a participação de 283 inscritos e 84 trabalhos submetidos. Como etapa de divulgação, este ebook é composto pelos trabalhos completos que foram submetidos após as apresentações pelas autoras/es.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Eixo Violências de gênero e sociabilidades.....	10
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM DEBATE: AVANÇOS E CONTINUIDADES.	10
VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE A LEI MARIA DA	
PENHA.....	27
“MÃE, ESPOSA, DONA DO LAR”: UMA ANÁLISE SOBRE A	
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FIGURA FEMININA NA SOCIEDADE E A	
VIOLÊNCIA SOFRIDA POR ELAS.....	38
COMPARAÇÃO DA VIVÊNCIA DE MULHERES E HOMENS SOBRE O	
ASSÉDIO SEXUAL.....	54
POBREZA MENSTRUAL: ASPECTOS IDEOLÓGICOS E CULTURAIS NA	
VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL DE MENINAS E MULHERES	65
Eixo Tecnologia, mídias e gênero.....	77
O CORPO FEMININO EM REDE: AS REPRESENTAÇÕES DE BELEZA NA	
CONTEMPORANEIDADE.....	77
Eixo Estudos de gênero/sexualidade e educação.....	89
SEXUALIDADE NAS ESCOLAS: metodologias ativas e aprendizagem	
significativa.....	89
AS REPERCUSSÕES DA LGBTFOBIA NA FORMAÇÃO E NO AMBIENTE	
LABORAL DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA LGBTQIAPN+ NO	
ESTADO DO MARANHÃO.....	105
PROSTITUTAS E CORTESÃS E A PEDERASTIA: ENTENDIMENTOS	
SOBRE A SEXUALIDADE NA GRÉCIA ANTIGA.....	120
Eixo Relações étnico-raciais, gênero e sexualidade.....	130
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: um olhar para o Ensino Fundamental anos	
iniciais.....	130
CORPO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DA SAÚDE REPRODUTIVA DA	
MULHER NEGRA NO BRASIL.....	136
DESCOLAMENTO SOCIAL E VITÓRIA PESSOAL: UMA DISCUSSÃO	
ANTROPOLÓGICA DO LIVRO NADA DIGO DE TI QUE EM TI NÃO VEJA.	153
RELAÇÕES RACIAIS ENTRE EMPREGADAS DOMÉSTICAS E BABÁS	
NEGRAS E EMPREGADORAS/ES BRANCAS/OS.....	171
Eixo Relações sociais de gênero e trabalho.....	190
NARRATIVAS DE VIDA E ESPAÇOS SEGUROS DE FALA: relato de pesquisa	
junto a trabalhadoras domésticas maranhenses.....	190
AS REPERCUSSÕES DO TRABALHO REPRODUTIVO NÃO	
REMUNERADO NA SUBJETIVIDADE DE MULHERES EM SÃO LUÍS-MA...	204

Eixo Sexualidades, identidades e interseccionalidades.....	220
PERFORMANCES TRANS: A ARTE DE EXISTIR ENQUANTO SUBVERSÃO.....	220
O LUTO COMO AJUSTAMENTO CRIATIVO E O ABANDONO DO PROJETO CISHETERONORMATIVO POR EXISTÊNCIAS LGBTQIA+...	235
REFLETINDO SOBRE AS TECNOLOGIAS CONTRASSEXUAIS DE GAYS MARANHENSES: OS BANHEIRÕES, OS BECOS E AS VIELAS.....	247

INTRODUÇÃO

Abrir este e-book é abrir um tempo e um espaço de memórias, corpos e afetos. É como acender uma vela para iluminar o caminho de quem veio antes, ao mesmo tempo em que se planta uma semente para os que virão. Como coordenadora do GENI, escrevo estas palavras sabendo que elas não são apenas minhas, mas entrelaçadas às vozes, dores e esperanças de todas as pessoas que compõem essa história.

O I Encontro Internacional, o III Encontro Nacional e o V Seminário Estadual de Gênero, Memória e Identidade não foram apenas eventos acadêmicos. Foram rituais de encontro, de resistência e de reinvenção. Foram, sobretudo, atos de luto e de vida. Luto por nossa querida professora Sandra Maria Nascimento Sousa, cuja ausência ainda pesa, mas cuja presença continua a pulsar em cada pesquisa, em cada mesa, em cada gesto coletivo. Vida porque, mesmo atravessadas pelo silêncio da perda, nos recusamos a parar: seguimos em movimento.

Este livro nasce desse chão fértil de partilhas. Aqui, reunimos textos que falam das violências que nos atravessam, mas também das potências que inventamos. Textos que tocam o corpo, a política, o trabalho, a educação, as relações étnico-raciais, as mídias e as sexualidades. Cada artigo é uma fresta que permite ver – e sentir – como o gênero se move no tempo e no espaço, como ele se entrelaça ao racismo, à classe, à colonialidade, mas também como se transforma em lugar de criação, insurgência e sonho.

O GENI, em sua trajetória, tem insistido em fazer da universidade um espaço de memória viva e de produção de saberes plurais. Este e-book, portanto, não é apenas um registro acadêmico, mas uma declaração de continuidade: seguimos tecendo redes, evocando a força da coletividade e apostando em epistemologias que reconhecem a potência das margens, dos corpos dissidentes e das histórias interditadas. É também um chamado.

Chamado para que olhemos com coragem para as desigualdades que ainda nos assombram, mas sem perder de vista a ternura e a esperança que nos sustentam.

Que a leitura deste material seja, para cada pessoa, uma travessia. Que ela provoque incômodos, desperte sensibilidades e fortaleça a certeza de que a ciência, quando atravessada por afeto e compromisso ético, pode ser ferramenta de transformação.

Seguimos em movimento. Seguimos juntas, juntos e juntas.

Rarielle Rodrigues Lima
Coordenadora do GENI

Eixo Violências de gênero e sociabilidades

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM DEBATE: AVANÇOS E CONTINUIDADES¹

Luana Tereza de Barros Vieira Rocha
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Marly de Jesus Sá Dias
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dayane Lopes de Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

RESUMO

A luta pela construção e ampliação de direitos sociais básicos das mulheres, adolescentes e meninas no Brasil, como o de viver em segurança sem opressões, discriminações e explorações em decorrência do gênero, tem sido histórica, social e constante no Brasil. A ideologia patriarcal, associada ao racismo e capitalismo, criaram condições objetivas repletas de desigualdades com a injustas divisões de espaços, papéis e poderes entre homens e mulheres, que exclui ou dificulta a participação feminina em vários espaços, como na política, religião, economia, bem como lhes expõem a ameaças e violências recorrentes. Contudo, vale destacar que as mulheres nunca aceitaram pacificamente tal situação que é social, política e ideológica. Em diversas partes do mundo e contextos, esboçaram reações, que não ocorreram linearmente e nem cumulativamente, mas foram significativas para que algumas conquistas fossem lapidadas. Contudo, no século XXI, estas ainda se apresentam como insuficiente para alterar substancialmente as estruturas patriarcais, de classes e racistas que juntas, no bojo da sociedade capitalista brasileira, ainda alimentam e ratificam relações nocivas que impactam ou ceifam suas vidas. Ante o exposto, faz-se imperativo olhar para a história, conhecer o passado para decifrar o presente, até mesmo como exercício crítico para entender o que de fato mudou. Para traçar esse paralelo, a obra “O júri da Corte 1866: o crime do Doutor José Mariano da Silva” de autoria do Historiador Eulálio Leandro, que narra um caso de feminicídio na segunda metade do século XIX, em São Luís do Maranhão e o caso de violência doméstica sofrida pela farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes, em Fortaleza no Ceará, na década de 1980 por parte de seu esposo Marco Antônio Heredia Viveros, foram eleitos para reflexão sobre como as desigualdades de gênero foram expressas nestes lapsos temporais entre ficção e realidade. Destarte, de imediato, ambos os crimes foram tolerados pelo Estado e sociedade baseados ou na omissão, ou, na premissa da defesa da honra e zelo pela família. Metodologicamente, foi feito um levantamento

¹ O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

teórico pertinente a questão, com destaque a obra do Historiador Leandro como ponto de partida de análise, onde a vítima, Helena Augusta Da Silva, foi julgada e sentenciada e morta com um bisturi, instrumento de trabalho de seu esposo, Dr. José Mariano da Silva esposo, sob a alegação da defesa de sua honra e, a luta por justiça de Maria da Penha após o crime cometido contra ela, tanto pelo seu esposo na época, como por parte do Poder Judiciário. Conclui-se que apesar do tempo que separa os episódios, há aspectos similares entre as desigualdades de gênero expressadas. Mesmo após inúmeras conquistas protagonizadas por movimentos feministas, a exemplo dos mecanismos legais de enfrentamento a violência de gênero com destaque a Lei Maria da Penha, a tríade patriarcado-racismo-capitalismo prossegue e revitaliza-se como fontes aniquiladoras de vidas femininas.

Palavras-chave: Machismo. Violência contra mulher. Movimento feminista. Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO

A luta pela construção e ampliação de direitos sociais básicos das mulheres, adolescentes e meninas no Brasil, como o de viver em segurança sem opressões, dominações e explorações em decorrência do gênero, tem sido histórica, social e constante no Brasil.

O sistema patriarcal, associado ao racismo e capitalismo, criaram condições objetivas repletas de desigualdades, ratificadas por diferentes instituições (família, escola, igrejas, jurídico, etc.) com a injustas divisões de espaços, papéis e poderes entre homens e mulheres, que, recorrentemente, exclui ou dificulta a participação feminina em várias esferas da vida social, como na política, religião, economia, bem como lhes expõem a inseguranças, ameaças, submissões e violências recorrentes.

Contudo, vale destacar que as mulheres nunca aceitaram pacificamente tal situação que é social, política e ideológica. Em diversas eras, partes do mundo e contextos, esboçaram reações, que não ocorreram linearmente e nem cumulativamente, mas, foram significativas para que algumas conquistas fossem lapidadas, tal como o direito ao voto, educação, divórcio e mudanças

legais com criações de leis capazes de assegurar a desnaturalização da opressão masculina diante dos corpos femininos e seus efeitos nefastos.

Sem desconsiderar a positividade destas, no século XXI, pressupõe-se que estas não foram suficientes para alterar substancialmente as estruturas patriarcais, de classes e racistas que juntas, no bojo da sociedade capitalista brasileira, ainda alimentam e ratificam relações desiguais nocivas que impactam ou ceifam suas vidas.

Os desafios interpostos por esses sistemas de dominação e de exploração se expressam em vários indicadores sociais, como de pobreza (maior entre negras e aquelas que são chefes de família), maior responsabilidade pelos afazeres domésticos, desemprego, insegurança no direito de ir e vir, exercício do poder político, violência doméstica, culturalmente reforçados pelo sentimento de posse.

Ante o exposto, faz-se imperativo olhar para a história, conhecer o passado para decifrar o presente, até mesmo como exercício crítico para entender o que de fato mudou entre os séculos XIX e XX. Referenciada por pesquisa bibliográfica, o presente ensaio propôs-se a refletir sobre as desigualdades de gênero, expressas através da violência doméstica. Como ponto de partida para a análise, optou por traçar um paralelo entre dois acontecimentos que ilustram o fenômeno, ocorridos em lapsos temporais distintos: 1866 e 1983.

Desse modo, elegeu-se como diretriz a obra “O júri da Corte 1866: o crime do Doutor José Mariano da Silva” de autoria do Historiador Eulálio Leandro, que narra um caso de homicídio² na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro, cuja a vítima fora Helena Augusta da Silva, julgada, sentenciada e morta com um bisturi, instrumento de trabalho de seu

² A Lei 13.104/15, conhecida como Lei do Feminicídio entrou em vigor no Brasil em março de 2015. Considera feminicídio quando o homicídio de mulheres é cometido em razão de seu gênero e envolve violência doméstica e familiar. Antes da supracitada Lei, não havia nenhuma punição especial para o homicídio contra a mulher por razões de gênero, sendo tratado como sendo o homicídio, com base no artigo 121 do Código Penal.

esposo/agressor, Dr. José Mariano da Silva, sob a alegação de loucura transitória, bem como defesa da sua honra e, o caso de violência doméstica sofrida pela farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes em Fortaleza no Ceará na década de 1980 perpetrado por seu esposo na época, o senhor Marco Antônio Heredia Viveros, relatado no livro publicado em 1994, intitulado “*Sobrevivi... posso contar*” em que a autora descreve as violências de gênero sofridas por ela e suas filhas.

Destarte, de imediato, ambos os crimes foram tolerados pelo Estado e sociedade baseados ou na omissão, ou, na premissa da defesa da honra e zelo pela família. Formas de ser e agir no mundo legitimados socialmente, pautadas em violências que silenciam e eliminam corpos femininos, supostamente ‘desobedientes’. Conclui-se que apesar do tempo que separa os episódios, há aspectos similares entre as desigualdades de gênero expressadas. Mesmo após inúmeras conquistas obtidas pelas mulheres neste país, protagonizada por movimentos feministas, a exemplo dos mecanismos legais de enfrentamento a violência de gênero com destaque para a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), Lei do Feminicídio (Lei 13.104/15), a tríade patriarcado-racismo-capitalismo prossegue e revitaliza-se como fontes aniquiladoras de vidas femininas.

RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Ao olhar o passado e confrontarmos com o presente, no giro do Brasil escravocrata da segunda metade do século XIX e o do Brasil da República Federativa Presidencialista do Século XX, observa-se que o poder patriarcal de outrora, não desapareceu, mas, potencializou-se com aportes, já assinalados, como o racismo e capitalismo, de modo a expressar-se através de outras “roupagens” e sutilezas que estimulam as violências de gênero contra as mulheres. Estas consistem num padrão específico de violências pautadas em hierarquias, desigualdades de lugares sociais sexuais, com subordinação das

mulheres cuja força é proporcional à ameaça do poder masculino (Saffioti; Almeida, 1995). O que precisa ser alterado, dada a banalização e naturalização das violências em tela, expressas pela violência doméstica e familiar, como pela tentativa de invalidar a luta secular das mulheres em prol de equivalência de direitos sociais com os homens.

Nesse movimento analítico de olhar para a história, apreender o passado para melhor entender o presente, o debate sobre as categorias gênero e patriarcado, potencializado com aportes como o racismo e capitalismo se fazem relevantes nesse exercício crítico de desvelar as desigualdades de gênero que remetem as mulheres, de sua submissão. Embora sejam sistemas independentes, estes se entrelaçam, operam lado a lado, formando um potente sistema de dominação-exploração que Saffioti intitulou de Patriarcado-Racismo-Capitalismo (Saffioti, 1987).

É mister assinalar que as relações de gênero estão presentes em toda a esfera social. Isto porque o gênero é um elemento constitutivo de tais relações, em que papéis construídos socialmente, como femininos e masculinos, são difundidos a partir do sexo biológico (Saffioti, 2009). Estando, portanto, entrelaçado a fatores políticos, sociais e econômicos em cada sociedade. Seu debate no meio acadêmico, enquanto categoria de análise histórica e cultural, tem sido impulsionada por movimentos feministas e, nos permitiu contestar as desigualdades sociais historicamente experienciadas pelas mulheres (indistintamente), intensificadas quando estas também são negras e pobres. Motivo pelo qual esse debate precisa estar articulado a outras categorias históricas como a classe social e raça/etnia (Moreira *et al.*, 2006), principalmente no debate a respeito da violência contra as mulheres.

Como visto, o patriarcado não é o único princípio estruturador da sociedade, visto que as noções de classe social e raça/etnia também constituem relações de poder, tal e qual as relações de gênero. Sua apreensão oportuniza ter a noção dos mecanismos que possibilitaram a propagação de relações sociais hierarquizadas, de como a distribuição desigual de poder entre

os gêneros se realiza, com vantagens masculinas em termos de valoração, prestígios e oportunidades. Tem na falocracia, o androcentrismo suas expressões, presentes tanto na sociedade civil quanto no Estado, em que os direitos sexuais das mulheres devem estar em mãos masculinas. Insta esclarecer que o patriarcado é aqui entendido como um potente sistema de dominação e de exploração masculina sobre as mulheres, situado nos campos político, ideológico, econômico, familiar, em que as mulheres vivenciam discriminações diversas. Sua base material é a divisão sexual do trabalho (Saffioti, 2009). Concepção endossada por Hartmann (1979 apud Saffioti, 2009), quando expõe que o patriarcado é:

[...] como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres. (Hartmann 1970 apud Saffioti, 2009, p. 10).

Em sua obra “O Poder do Macho” (1987), a autora Saffioti demonstra o vasto investimento feito para a naturalização dessa construção social, a exemplo dos papéis sociais, bem como dos destinos que homens e mulheres devem trilhar na sociedade heteronormativa, delimitados com precisão, seja pela cultura, religião, educação, seja pela família, com variação consoante as eras, classe social a que pertencem. Esclarece ainda os argumentos edificadas para que todos esses processos de discriminações contra mulheres e outras categorias sociais, legitimem a “superioridade” masculina, assim como a dos brancos, ricos e héteros.

E, em assim sendo, a ideologia da inferioridade das mulheres cumpre sua finalidade. De tanto ouvirem, acreditam não possuírem alternativas: que são frágeis; mais emotivas; mais hábeis nas tarefas domésticas; que devem obediência aos homens, sobretudo na condição de parceiros íntimos. Oculta que a história é feita por pessoas. Que aquilo que nos é imposto como natural, possui a marca da intervenção humana. Por isso, faz um convite para que se possa desnaturalizar esse processo sociocultural. O que se inicia com lutas e

conhecimentos. Lutas, não apenas para o estabelecimento de leis de proteção social à ala feminina, mas, para o enfrentamento às estruturas de dominação vigentes em sociedades como a brasileira. Conhecimento para a compreensão de que a sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e de mulheres subservientes de outro, mas, de que o poder, ora exercido com mais vigor por homens, circula, é exercido em cadeia, funciona e se exerce em rede, como esclarece Foucault:

“Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através [sic] do indivíduo que ele constituiu” (Foucault, 1981, p. 183-184).

A força e propagação dessa ideologia discriminatória, tem contribuído para que, ao longo dos tempos, as mulheres tenham menos oportunidades e possibilidades para desenvolver suas potencialidades e, conseqüentemente, se submetam aos ditames masculinos, sendo, portanto, alvos potenciais de violências de gênero, decorrentes do fato de serem mulheres.

Diversas são as violências sofridas pelas mulheres ao longo dos tempos (física, sexual, psicológica, moral e patrimonial), nos espaços públicos e privados, inclusive no seio familiar. Acompanhadas de impunidades, do não rompimento dos laços históricos que aguçam esse modo de relação desigual, de distribuição de poderes entre homens e mulheres, com delegação social de mais poder ao sexo masculino, exponenciado quando é branco, rico, que se coloca como o senhor da vida – se não, da morte, especialmente de mulheres, na condição de esposas, amantes, namoradas, ou de ex – ‘sua’ mulher-propriedade, e, por isso, subjugada, controlada e violentada de diferentes formas, via de regra, com o consentimento ou indiferença da sociedade, a qual segue com dificuldades/resistências quando o assunto é mudança de consciência e ação transformadora no mundo societal (Taquette, 2007).

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) a violência doméstica contra a mulher é crime. Consoante o art. 5º, esta remete qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Isso porque a violência doméstica pode assumir distintas formas, tal como de violência física, sexual, emocional, psicológica e patrimonial. Embora possa ser praticada tanto por homens como por mulheres, esta tem sido, majoritariamente, praticada pelos homens contra mulheres no âmbito das relações de intimidade, ocasião em o poder de posse, de cariz patriarcal, tem sido bem visível. Preconiza uma espécie de castigo que objetiva condicionar o comportamento feminino e demonstrar a elas que, na sua condição enquanto mulheres, não possuem o domínio de suas vontades, de sua própria vida.

Seu enfrentamento é colocado a amplos setores sociais, como a sociedade civil, o Estado. Expressão da questão social, a violência doméstica vem sendo a anos publicizada pelos movimentos sociais (feministas e de mulheres), ao mesmo tempo que também denuncia o modo desigual, contraditório das relações afetivas em que as violência doméstica são cometidas, construindo um cenário de exigências múltiplas, como direito à saúde, à participação da mulher em amplos setores públicos esvaziados de sua presença e ação, a redução e/ou superação das desigualdades entre gêneros, dentre outras históricas necessidades (Teles, 2003).

A MORTE COMO PREÇO DA “DESONRA”: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO SÉCULO XIX E OS REFLEXOS DA CULTURA MACHISTA NO SÉCULO XX

Ao transgredir os costumes que nortearam (e ainda norteiam) os modos de ser e atuar na realidade, a sociedade, a justiça e o marido/companheiro, por muito tempo, tiveram legitimidade para coagir e punir mulheres que ‘desviaram-se’ dos padrões moralizantes da época. Mulheres ‘insolentes’, que ousavam seguir seus desejos, sonhos e interesses, deviam ser desprezadas e

isoladas do convívio social. Numa era em que violências, humilhações e opressões sofridas pela ala feminina não só eram toleradas, como legalmente reconhecidas. E, em caso de homicídio, tratados juridicamente como crimes contra a honra, com a absolvição daqueles que assassinavam suas parceiras íntimas. O relato das obras que seguem descreve como o patriarcado se reatualiza, ratifica valores machistas, diversifica as desigualdades de gênero e acirra as violências contra as mulheres de diferentes classes sociais. Trata-se de duas tragédias, em que a violência doméstica é retratada em contextos sociais distintos, que espelham desigualdades de gêneros, opressões, dominação com o correspondente abuso de poder, a que muitas mulheres, adolescentes e meninas são submetidas no país.

“O JÚRI DA CORTE 1866: O CRIME DO DOUTOR JOSÉ MARIANO DA SILVA”: APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A obra “O júri da corte de 1866: o crime do Doutor José Mariano da Silva” do historiador e professor Eulálio de Oliveira Leandro discute a questão da violência contra a mulher na segunda metade do século XIX. A manchete “O JURI DA CORTE” na primeira página do jornal “O Publicador Maranhense”, datada de 17 de novembro de 1868, chamou a atenção do autor/pesquisador.

A obra em tela discorre sobre o processo e julgamento do médico Dr. Mariano da Silva, que, com a utilização de seu instrumento de trabalho como médico (bisturi), golpeia na região do pescoço sua esposa, Helena Augusta da Silva, com quem fora casado por décadas, denunciada por escravos da casa de adultério com um vizinho. O crime ocorreu no dia 06 de novembro de 1866. Ao longo do texto, elementos discriminatórios e culpabilizantes da mulher pela violência sofrida e a vitimização e absolvição do agressor por parte da justiça, são frequentes. Tudo em nome da defesa da honra, dos bons costumes, da moral inabalável da família, da pureza intocável da mulher, da irrelevância do

desejo feminino, bem como a total submissão de mulheres como a de Helena em relação ao seu esposo e senhor. Retórica que, em muito contribuiu para que crimes hediondos cometidos por parceiros íntimos às suas respectivas companheiras fossem toleradas e justificadas pela sociedade, justiça e Estado.

A obra ilustra bem o caráter punitivo delegado a mulher pelo ‘descumprimento’ de suas funções de esposa honrada e obediente ao seu estimado marido, digno de respeito e autoridade para não tolerar traições, humilhações em um meio social vigilante aos bons modos e defensor da família virtuosa, harmônica e intocável.

O que ocorria era um tipo de legalidade para a prática de violências, muitas vezes, respaldados apenas em suspeitas, inclusive de traição, que, maculassem a imagem do marido, ilustre da corte, legítimo sujeito de direito, num contexto em que a honra doméstica está também no lar harmonioso, espelhada na pureza da cônjuge. Que não tolerava mulheres pré-julgadas, sobretudo como adúlteras. A mulher, na condição de esposa na época, era um ser frágil, inferior, objeto privado do marido, o qual se achava no direito de intervir em sua vida até mesmo com a morte.

A defesa da honra se valeu dos ritos patriarcais fortemente edificados na época, em que um médico ultrajado, desmoralizado na sociedade, e, em estado de loucura transitória, fosse condenado por ter lavado sua integridade com sangue da adúltera, um crime passionai. Em um julgamento marcado pela celeridade (45 dias após o crime), composta por um jurado masculino, que não admitia homem traído, tal como o advogado Busch Varela, cujo discurso comovente em defesa da honra do assassino foi de desclassificação da vítima (Leandro, 2011, p. 18), o que justificava o crime. O excesso de emoção e paixão, foram alguns dos ingredientes argumentados que teriam levado o ilustre réu homicida a surtos pontuais de loucura, resultando na isenção de sua culpabilização. Destarte, “Ante o Código Criminal de 1830, a responsabilidade penal quedava-se excluída ao ensejo da positivação da loucura” (pág. 22).

Contexto em que a mulher não tinha o poder de voz e decisão sobre seu corpo, o casamento era o lugar de proteção, aconchego e amor de um homem para com a mulher e, que a ele devia satisfações, sem questionar a conduta marital socialmente posta. Cabendo-lhe apenas o cumprimento de seus afazeres e deveres conjugais e domésticos. Transgredir a “naturalidade” de tais papéis e comportamentos, resultava em punição, na qual o desonrado deveria agir de imediato para ‘salvar’ sua imagem perante a sociedade.

A loucura, como já visto, emergia como um grande álibi prescrito em lei a de 1830. Sob a forte emoção possibilitava ao criminoso a exclusão do “crime, consubstanciado causa excludente da ilicitude da conduta, e, tendo o réu agido em estado de loucura, não teria praticado ato criminoso” (p.23).

Outro argumento enaltecido correntemente foi o ato em desagravo de sua honra. Era de bom grado pelo júri, de modo que eram frequentes tais discursos em defesa do réu. Tais argumentos revelam o pensamento e prática jurídicos de uma época. Em que a mulher era colocada “em posição de absoluta subalternidade e ausência de direitos, reconhecendo o marido a possibilidade de lavar sua honra com o sangue da esposa” (Leandro, 2011, p. 27).

Assim, a mulher transitava entre duas esferas distintas, porém ligadas a uma essência de inferioridade e subordinação: a de mulher amada e razão do viver do homem por sua delicadeza, doçura e, a de perdida, ao romper com a harmonia do matrimônio, o que lhe deixava suscetível a punições. O prazer feminino aqui não possui lugar. Pelo contrário, era repudiado e condenado, principalmente por aquelas mulheres ligadas ao homem pelo matrimônio.

No julgamento, a defesa era silenciada por aplausos calorosos do júri masculino, os quais compartilhavam da mesma dor do marido traído e condenavam o ato ilícito da Sr^a Helena. Violência, demonstrando o poder patriarcal que ratifica a construção da cultura de opressão da mulher, sobretudo, nos seus lares.

“SOBREVIVI... POSSO CONTAR”: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOFRIDA POR MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES NO SÉCULO XX

A violência contra mulher não tem encontrado limites ao longo dos tempos. Do século XIX ao século XX, prossegue presente tanto na esfera pública quanto no espaço privado, no mundo doméstico. Este último, que deveria salvaguardar as pessoas de riscos, torna-se para muitas mulheres, cenário de maus tratos físicos e psicológicos, abusos sexuais, destruição ou subtração de móveis, documentos pessoais, ofensas constantes. Cenário de violações de gênero, subjugação e negação da condição humana digna. (Telles, 2003), fartamente exemplificado também no caso da farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes.

A obra publicada em 1994, intitulada “*Sobrevivi... posso contar*”³ relata a cruel, covarde e dolorosa experiência vivida por Maria da Penha nos anos 1980, bem como os detalhes do andamento do processo contra seu algoz, o colombiano naturalizado brasileiro Marco Antônio Heredia Viveros. A obra é também a forma que a autora encontrou de contribuir para com os direitos das mulheres, na luta em prol de uma vida sem violências no Brasil.

O relato ilustra que as violências de gênero possuem cariz tanto social, como cultural, político e ideológico. Destaca o ciclo da violência doméstica, muito comum em relações íntimas, tal como fora vivido por Maria da Penha, o qual envolve fases que remetem ao aumento da tensão, o ato da violência (permeado por exaltações, intolerâncias e agressões), arrependimentos com comportamentos atenciosos. Esta última fase, gera expectativas, renova esperanças de que dias melhores virão. Em contrapartida, sua pequena

³ A obra contou com o apoio do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), do jurista Paulo Bonavides, que assina a apresentação; além do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM) e da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

duração, fez com que, no caso em tela, o medo e a tensão se tornassem diárias, à medida em que a conduta violenta do companheiro voltava a se manifestar.

O ano de 1983 foi trágico, posto que Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio. A primeira tentativa, se fez com um tiro nas costas enquanto a vítima dormia, que não a matou, mas, a deixou paraplégica devido a lesões irreversíveis na terceira e quarta vértebra torácica, laceração na dura-máter e destruição de um terço da medula à esquerda. Em declaração à polícia, o cônjuge alegou tentativa de assalto, o que foi desmentido pela perícia, posteriormente. No retorno ao lar, após alta hospitalar e tratamentos, sofreu uma nova tentativa, desta vez, com cárcere privado e tentativa de eletrocutá-la durante o banho.

Em busca de justiça, a autora se deparou com mais um episódio de violência, desta vez, por parte justiça brasileira, em que a morosidade (o primeiro julgamento só ocorreu em 1991, 8 anos após o crime, incredulidade e falta de apoio legal foi perceptível, ao mesmo tempo em que evidencia como os casos de violências contra as mulheres eram tratados até então. Fato que, em muito contribuiu para que o agressor, mesmo sentenciado (15 anos de prisão no 1º julgamento e, 10 anos e 6 meses no 2º realizado em 1996), prosseguisse em liberdade, sem que a sentença tenha sido cumprida.

No ano de 1988, o caso ganhou repercussão externa ao país, o qual apontava a grave violação de direitos humanos que deveriam ser garantidos pelo Estado, pactuados em vários acordos internacionais⁴. Dada a sua letargia, o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação a violência doméstica. Em atendimento às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi formado um Consórcio de ONGs Feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e

⁴ Vale lembrar que o Brasil foi signatário em vários acordos desse porte, a exemplo da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

familiar contra a mulher que, em agosto de 2006 foi sancionada pelo presidente da época Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei n. 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

Vale lembrar que bem antes da Lei em voga, o movimento feminista, aqui entendidos como movimento sociais e políticos, tem denunciado não apenas denunciado a situação de exclusão e subordinação das mulheres, mas, articulado um conjunto de ações de combate às desigualdades de gênero, formação em redes, dentre outras fundamentais tanto para a recomposição de uma história que ocultou a ala feminina, como para o fortalecimento de lutas em prol de um mundo mais humano e solidário (Rago, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais pode-se dizer que, apesar do tempo que separa os casos de violência doméstica, observou-se aspectos similares, continuidades e avanços no que concerne às desigualdades de gênero expressas nas obras comentadas:

Similaridades:

- # Enovelamento do patriarcado com o racismo e capitalismo – fartamente ilustrados nos casos expostos;
- # Crimes praticados por parceiros íntimos com quem as vítimas tinham relações abusivas, que envolviam afetos, mas, igualmente controles, ameaças;
- # Ocorreram dentro de seus lares onde pressupunham ter alguma segurança;
- # Os episódios ilustrados explicitam distintas modalidades de violências, algumas silenciosas (simbólica, psicológica, moral, agressões físicas);
- # Demonstram vigência de relações desiguais respaldadas por machismos, subjugação das mulheres aos homens que as veem como suas propriedades;
- # As agressões resultaram em graves ferimentos, desferidas em locais fatais (veia jugular, coluna vertebral), o que sugere a intencionalidade para o ato;

Mulheres foram violentadas por serem mulheres e que desafiaram padrões impostos, tencionaram escolher outros destinos;

Ambos os crimes foram tolerados pelo Estado e sociedade baseados ou na omissão, ou, na premissa da defesa da honra e zelo pela família - Formas de ser e agir no mundo legitimadas socialmente, pautadas em violências que silenciam e a eliminam corpos femininos, supostamente ‘desobedientes’;

Continuidades

A história demonstra que o poder patriarcal de outrora, não desapareceu, mas, potencializou-se com aportes como os do racismo e do capitalismo, de modo a expressar-se através de outras “roupagens” e sutilezas que estimulam as violências de gênero contra as mulheres;

Violências doméstica são uma triste realidade (Pesquisa do DataSenado de 2023 revela que 3 de cada 10 brasileiras já sofreram tal violência), assim como o de feminicídios no país (Brasil registrou 1.463 feminicídios em 2023, alta de 1,6% em relação a 2022/Portal do G1);

Lei Maria da Penha – Considerada uma das legislações referência internacional pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) no enfrentamento da violência doméstica e familiar – mesmo diante de tal reconhecimento para o país, sociedade e as mulheres, Maria da Penha tem sido alvo de ataques e tentativas de desacreditá-la, dando voz ao seu agressor. A lei correntemente tem sido questionada por conservadores

Cortes orçamentários recorrentes ameaçam programas, instituições, políticas estratégicas para as mulheres;

Fatos que concorrem para a banalização e naturalização de violências de gênero, a exemplo da violência doméstica e familiar;

Tentativas de invalidar a luta secular das mulheres não só em prol de direitos básico, como o de existir com dignidade, mas, para participar de todos os espaços com igualdade de poderes, respeito, segurança e salários;

Avanços:

Protagonismos dos movimentos feministas e de mulheres – denunciam e exigem da sociedade e do Estado medidas legais de enfrentamento das violências contra as mulheres dentro e fora de casa - obtiveram grandes conquistas: DEM; Conselhos e outras;

Jornada de luta e superação da Maria da Penha, mesmo diante de temores e solidão, ao denunciar e exigir punição para o seu agressor enfrentou os sistemas em busca de justiça - (em 1998 o seu caso ganhou dimensão internacional; Em 2001 Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras;

REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila Linhares. O avanço do legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. In: Elcylene Leocádio e Marlene Libardoni (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de Violência**. Brasília: AGENDE, 2006.

BARSTED, Leila Linhares; GARCEZ, Elizabeth. A legislação civil sobre a família no Brasil. In: Leila Linhares (org.). **As mulheres e os direitos civis**. Rio de Janeiro: CEPIA, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. **O júri da corte – 1866: o crime do Doutor José Mariano da Silva**. 3ª edição. Curitiba: Juruá, 2011.

LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene. O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. In: Elcylene Leocádio e Marlene Libardoni (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de Violência**. Brasília: AGENDE, 2006.

MOREIRA, Maria Regina de Avila et al. O lugar de gênero na formação da/o assistente social. In.: **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Recife, 2006.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série **Estudos e Ensaios/Ciências Sociais**/FLACSO- Brasil - junho/2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely de Souza. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira, (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2004

TAQUETTE, Stella R. **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

TELES, Maria de Almeida. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Sites:

<https://www.fundobrasil.org.br/blog/lei-maria-da-penha-historia-e-fatos-principais/>

<https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

Darylene Silva Cabral Costa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Darcylene Silva Cabral Costa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Francilene Silva Cabral Costa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

RESUMO

O presente estudo faz uma abordagem sobre a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, na qual também é conhecida como a Lei Maria da Penha, com a criação da mesma foi criada delegacias próprias para acolher mulheres vítimas de agressão. A lei Maria da Penha, ao longo dos anos vem sendo modificada e uma das novidades é a inclusão das mulheres trans. Durante o ano de 2021 foi criada a Lei do Sinal Vermelho, com intuito de denunciar de forma silenciosa o agressor. Nesse viés, os objetivos deste trabalho é conhecer sobre a Lei Maria da Penha, entendendo a origem dela e a inclusão de mulheres trans; identificar o que leva algumas mulheres a não denunciar seus agressores, levando em consideração a importância da lei do sinal vermelho como meio de denunciar de forma silenciosa e segura. A base metodológica é a pesquisa bibliográfica com recursos tirados de artigos online e dados retirados do Instituto de Pesquisa DataSenado e do Dossiê de Benevides. Além disso, foram extraídos do site do Governo Federal, os artigos da Lei Maria da Penha e da Lei do Sinal Vermelho, entre outros.

Palavras-chave: Lei, Mulher, Sociedade, Violência.

INTRODUÇÃO

A lei que protege as mulheres contra agressores é a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida também como Lei Maria da Penha, a mesma é em homenagem a cidadã Maria da Penha Maia Fernandes, ela foi vítima de violência doméstica pelo seu ex – marido, o mesmo foi responsável por deixá-la tetraplégica.

Em busca de acolher as vítimas de agressão, o Governo Federal criou delegacias próprias para receber e acolher as mulheres vítimas de agressão pelos seus companheiros. Além de proteger as mulheres, a Lei Maria da Penha

também protege as mulheres trans. No ano de 2022, o Supremo Tribunal de Justiça foi que estabeleceu o direito de mulheres trans estarem incluídas na Lei 11.340/2006.

Algumas mulheres por medo de represália tem receio de denunciar o agressor, diante disso foi criada no ano de 2021 a Campanha do Sinal Vermelho, ao qual virou lei para ser uma forma de denunciar de maneira silenciosa o agressor.

O interesse neste estudo originou - se do fato de se refletir de maneira abrangente em relação à Lei Maria da Penha, e sobre como a mulher vítima de violência doméstica pode denunciar seu parceiro de forma segura.

Portanto, os objetivos desta pesquisa é conhecer sobre a Lei Maria da Penha, entendendo a origem dela e a inclusão de mulheres trans; identificar o que leva algumas mulheres a não denunciar seus agressores, levando em consideração a importância da Lei do Sinal Vermelho como meio de denunciar de forma silenciosa e segura.

Nesse sentido, recorreu-se ao método de pesquisa bibliográfica, com recursos tirados de artigos online e dados retirados do Instituto de Pesquisa DataSenado, e do artigo de Benevides. Além disso, foram extraídos dos sites do Governo Federal, os artigos da Lei Maria da Penha, a Lei do Sinal Vermelho entre outros.

O estudo é essencial para a comunidade acadêmica e para a sociedade, pois proporciona reflexão e conhecimento sobre tal temática.

ORIGEM DA LEI MARIA DA PENHA

A violência contra a mulher é um dos assuntos mais debatidos atualmente, não se limitando somente no Brasil, pois a problemática ainda se configura um assunto a ser sanado globalmente. Esse problema se deve a raiz histórica da cultura patriarcal, onde o homem se sente com poder na sociedade

inferiorizando a mulher apenas por ela ser mulher, o mesmo se sente no direito de dominá-la. De acordo com Jesus (2015):

Nas sociedades onde a definição do gênero feminino tradicionalmente é referida à esfera familiar e à maternidade, a referência fundamental da construção social do gênero masculino é sua atividade na esfera pública, concentrador dos valores materiais, o que faz dele o provedor e protetor da família. enquanto atualmente, nessas mesmas sociedades, as mulheres estão maciçamente presentes na força do trabalho e no mundo público, a distribuição social da violência reflete a tradicional divisão dos espaços: o homem é vítima da violência na esfera pública, e a violência contra a mulher perpetuada no âmbito doméstico, onde o agressor é, mais frequentemente, o próprio parceiro (Jesus, 2015, p. 4-5).

A Legislação brasileira 11.340/2006 foi criada para punir com mais rigidez os agressores de mulheres, a pessoa que lutou para que essa lei fosse sancionada foi Maria da Penha Maia Fernandes, a mesma é uma farmacêutica bioquímica que foi agredida pelo marido, a última agressão ocorreu quando ele tentou matar ela com uma arma, o tiro não a matou só deixou ela tetraplégica.

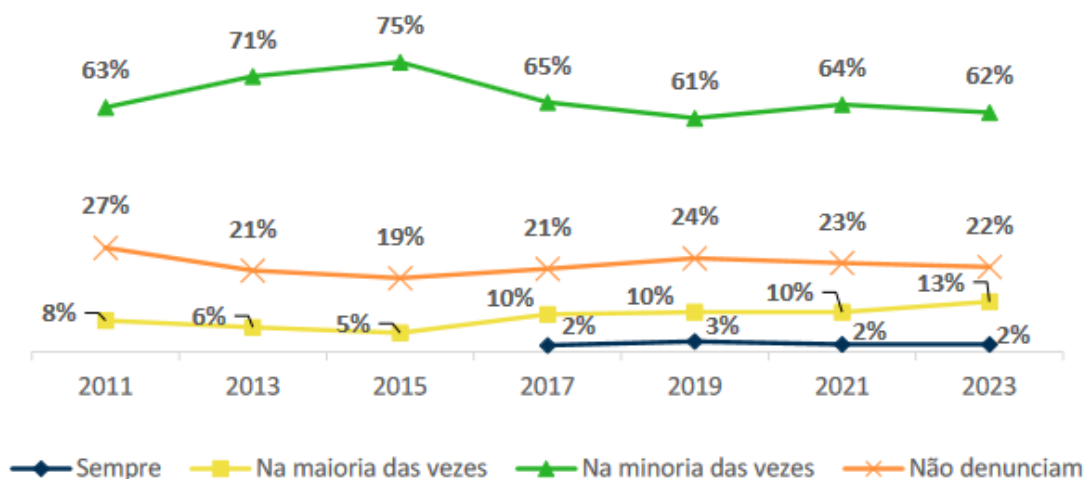
Tendo ocorrido esse fato Maria da Penha, foi a luta para que houvesse uma lei dura que punisse o acusado de agressão, visto que antigamente não tinha uma lei que amparasse a mulher vítima de agressão. Quando acontecia o ocorrido a vítima que queria denunciar tinha que levar após a denúncia, a intimação até o agressor, para que o mesmo se apresentasse ao delegado, gerando certo desconforto e medo de morte da mesma. O homem que agredia a mulher era enquadrado na lei 9.099/1995, no qual não punia com rigorosidade, eles tinham que pagar uma multa ou prestar serviços comunitários, e logo eram soltos (IMP, 2018).

Nesse sentido, houve um progresso em defesa delas, sendo que a partir daí que foi um dos incentivos para que houvesse a criação da Casa da Mulher Brasileira e atendimento de apoio para as mesmas.

PANORAMA

Grande parte da população acredita que mulheres que sofrem agressão se calam, 62% das brasileiras acreditam que a menor parte das vítimas denunciam o ocorrido às autoridades. Por sua vez, 22% acreditam que elas não denunciam (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2023). isso é evidente no gráfico abaixo:

Gráfico 1: “Em sua opinião as mulheres que sofrem agressão denunciam os fatos às autoridades:” população feminina - brasil - 2011-2023.



Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado (2023)

Violência não configura - se só física, existem vários tipos, podendo ser: física, psicológica, patrimonial, sexual, moral. Além disso, muitos são os fatores que levam elas a não denunciarem, no qual podem ser: ter medo do agressor, depender financeiramente do agressor, acreditar que seria a última vez que ele iria agredir, ter vergonha de falar que está sendo agredida, a falta de punição, não conhecer seus direitos e a preocupação na criação dos filhos (Datasenado, 2023).

O QUE DIZ A LEI

De acordo com a Lei 11.340/2006:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006).

Nisso, pode -se perceber um grande progresso em relação ao direito de proteção à mulher brasileira.

CASA DA MULHER BRASILEIRA

A primeira delegacia da mulher foi criada em São Paulo, na qual o governador na época era Franco Montoro, o mesmo foi que criou - a por meio do decreto n. 23.769, de agosto de 1985. O ex - presidente da república Michel Miguel Elias Temer Lulia, era secretário da segurança pública na época, ele que planejou o projeto para implementar uma delegacia só para atender mulheres vítimas de violência (Pasinato; Santos, 2008).

O governo de Montoro em São Paulo foi pioneiro na criação das primeiras instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, como o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher (COJE), em 1983, e a primeira

delegacia da mulher do Brasil, em agosto de 1985 (Pasinato; Santos, 2008, p.11).

Houve também a instituição da Casa da Mulher Brasileira. A criação da Lei 11.340/2006, possibilitou uma certa ajuda, e com a criação da Casa da Mulher Brasileira, a vítima fica mais à vontade, até mesmo para denunciar. A criação da Casa da Mulher Brasileira faz parte do Programa Mulher, Viver sem Violência, sendo instituída pelo governo da presidenta Dilma Rousseff, onde houve a criação de delegacias especializadas em mulheres. Na delegacia só trabalham mulheres, as vítimas têm o acolhimento, a qual precisam.

Na casa da Mulher Brasileira a vítima passar pelo acolhimento e triagem, também passar pelo apoio psicossocial, também se encontra na casa alojamentos, serviços de saúde, brinquedoteca, Defensoria Pública, Ministério Público Juizados / varas especializadas, delegacia, também conta com serviço promoção de autonomia econômica, a qual a casa fornece cursos de especialização para as mulheres e central de transportes (Brasil, 2023).

INCLUSÃO DAS MULHERES TRANS NA LEI MARIA DA PENHA

Ao longo do tempo a lei 11.340/2006, foi sendo modificada e entre essas modificações foram incluídas as mulheres trans, garantindo o mesmo direito das mulheres cisgênero. As mulheres trans são aquelas que não se identificam com o sexo biológico masculino, mas se autodeclaram mulher, as mesmas são estigmatizadas e algumas são assassinadas, em alguns países os casos de homicídio contra eles é bem elevada. Segundo Benevides (2024) pontua:

Nos EUA, de acordo com a Human Rights Campaign (HRC), instituição responsável por sistematizar os assassinatos de pessoas trans naquele país desde 2013, pelo menos 31 pessoas trans foram assassinadas em 2023; 2022 haviam sido 35 assassinato, em 2021 foram 50; em 2020 44 casos; em 2019, 27 e; 26 em 2018. Em 2017 haviam sido 29. Enquanto isso, no Brasil houve em 2017, 179 assassinatos; seguidos de 163, 124 e 175 em 2018, 2019 e

2020, respectivamente e; 140 assassinatos em 2021, 131 em 2022 e 145 em 2023 (Benevides, 2024, p.79).

Um dos motivos que levam ao homicídio de mulheres trans é a transfobia. O gráfico logo abaixo, mostra os estados brasileiros que contém mais ocorrência de assassinatos de pessoas trans.

Gráfico: Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017 - 2023)



Fonte: Benevides (2024)

Ademais, é válido destacar que no ano de 2022, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), inclui as mulheres trans na Lei 11.340/2006, configurando um avanço de igualdade, tanto para mulheres cisgenero como para mulheres trans (STJ, 2023).

LEI DO SINAL VERMELHO

Durante a pandemia de covid-19 que iniciou no ano de 2020, aumentou muitos casos de violência, principalmente contra mulheres, isso se deveu ao isolamento social, ao qual acarretou um grande aumento nesse número.

A violência doméstica no Brasil continua alta. Esse índice se elevou com o decreto de emergência para enfrentar a pandemia de covid - 19, que estabeleceu o isolamento das pessoas nas casas, a realização e o trabalho remoto e o fechamento de grande parte do comércio, mantendo apenas os serviços vistos como essenciais. Diante do isolamento social, as famílias passaram a conviver mais tempo no ambiente doméstico e em situação de insegurança e tensão em termos econômicos, de saúde e relacionais, o que reverberou no aumento da violência doméstica, que tomou proporções alarmantes, exigindo novas medidas para o seu enfrentamento (Souza; Farias, 2022, p. 214).

Por isso iniciou-se uma campanha, denominada Campanha do Sinal Vermelho, e que virou lei no ano de 2021, essa lei foi instituída durante a quarentena de covid-19, pois a polícia registrou nesse período um grande aumento de agressão de mulheres que estavam em isolamento por conta da pandemia que estava ocorrendo no mundo. Conforme a lei 14.188 de 28 de julho de 2021:

Art. 1º Esta Lei define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

Art. 2º Fica autorizada a integração entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os órgãos de segurança pública e as entidades privadas, para a promoção e a realização do programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como medida de ajuda à mulher vítima de violência doméstica e familiar, conforme os incisos I, V e VII do caput do art. 8º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Secretaria - Geral, 2021).

A mulher vítima de violência pode fazer um “X” na palma das mãos com um batom ou qualquer material que possa fazer o “X”, a mesma pode mostrar para os atendentes dos órgãos públicos, incluindo farmácias. O atendente que atendê-la pode chamar a vítima para um local isolado, onde ela

pode relatar que está sofrendo agressões, o mesmo pode ligar pro número 190 que é da polícia. Quando ocorrer esse fato o atendente não é chamado para depor, o mesmo pode chamar a polícia ao local ou se quiser pode pedir para a vítima o endereço para o mesmo fornecer para à polícia, a mesma vai à residência da vítima para prender o agressor. A Campanha do Sinal Vermelho foi fundamental para a criação da lei 14.188, de 28 de julho de 2021, sendo um meio de suporte seguro e silencioso para a vítima denunciar.

CONCLUSÃO

O assunto referente à Lei Maria da Penha é muito discutido na sociedade, sendo uma temática que merece estudo, compreensão e reflexão sobre esse caso, pois vem sendo tecidas e desenvolvidas novas modificações. Este trabalho possibilitou uma análise sobre a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, no qual configura um grande avanço para a sociedade brasileira.

Apesar de existir essa lei que ampare o gênero feminino muitas delas ainda se sentem ameaçadas de não denunciar seu agressor, pelo medo de serem mortas e passarem por dificuldades financeiras.

A criação da Casa da Mulher Brasileira foi de total importância para a vítima, pois lá o corpo de funcionários só é composto por mulheres, as vítimas já se sentem mais acolhidas pelo fato de serem só mulheres que atendem. A Campanha do Sinal Vermelho é crucial, pois é um instrumento de denunciar de forma silenciosa o agressor.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.. **DOSSIÊ**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023.. 2024. BRASIL,2024. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 20 abr.. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MULHERES. . **Casa da Mulher Brasileira: espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres em situação**

de violência. [Brasília]:Ministério da Mulher.Disponível em:
<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/casa-da-mulher-brasileira>. Cesso em:23 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11340, de 07 de agosto de 2006.**
[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm).
Brasília, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Datasenado. Secretaria de Transparência (org.).
Pesquisa DataSenado: pesquisa nacional de violência contra a mulher.
Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. 2023. Observatório da
Mulher contra a Violência. Disponível em:
<file:///C:/Users/danda/Downloads/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11340, de 07 de agosto de 2006. **LEI MARIA DA PENHA.** .
Disponível em:
<https://www.institutomariadapenha.org.br/assets/downloads/lei-11340-2006-lei-maria-da-penha.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. . **Brasília , 07 ago. 2006.** Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

JESUS, Damásio de . **Violência contra a mulher:** aspectos criminais da lei.
n.11.340/2006. 2. ed. SÃO PAULO: SARAIVA, 2015. ISBN 9788502616011.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **O que é violência doméstica.** Disponível
em:
<https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em: 23 mar. 2024.

JUSBRASIL. Lei Maria da Penha - Lei 11340/06. Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília Macdowell. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil.** Campinas: Pagu Unicamp, 2008. 38 p.
Disponível em:
[file:///C:/Users/bru_m/Downloads/mapeamento_das_delegacias_da_mulher_no_brasil_2008%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/bru_m/Downloads/mapeamento_das_delegacias_da_mulher_no_brasil_2008%20(1).pdf). Acesso em: 20 abr. 2024.

SECRETARIA-GERAL. Constituição (2021). **Lei nº 14188, de 28 de julho de 2021**. Brasília, DF, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm.
Acesso em: 17 abr. 2024.

SEPM, Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres. **Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento**: programa mulher, viver sem violência casa da mulher brasileira. Programa Mulher, Viver sem Violência Casa da Mulher Brasileira. Brasília, 2015... Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Revista de Serviço Social**, Viçosa, v. 122, n. 122, p. 1-2, 22 abr. 2024.

STJ Notícias. **Sexta Turma estendeu proteção à Lei Maria da Penha para mulheres trans**. 2023. Disponível em:
<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2024.

UNIVERSA. **Violência doméstica no Brasil: o que é, tipos e como denunciar**. 2022. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/universa/faq/violencia-domestica-o-que-e-principais-tipos-e-dados-do-brasil.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024

“MÃE, ESPOSA, DONA DO LAR”: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FIGURA FEMININA NA SOCIEDADE E A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR ELAS

Ionara Da Silva Soares,
Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – Femaf
Joelma Da Silva Lopes,
Faculdade De Educação Memorial Adelaide Franco – Femaf
Francisco De Souza Cavalcante Neto,
Faculdade De Educação Memorial Adelaide Franco – Femaf

RESUMO

A construção cultural e social da mulher tem sido marcada ao longo da história por opressão, submissão e desvalorização, perdurando o poder masculino patriarcal e a desigualdade de gênero nas mais diversas culturas e civilizações. as mulheres foram designadas a papéis subalternizados, de cuidado e fragilidade, alicerçadas por narrativas biológicas para sustentar tal submissão e negação de suas capacidades. entretanto, a introdução da teoria de simone de beauvoir sobre a construção social desafia essa concepção, visto que os papéis sociais são construídos pela sociedade e que ser mulher pode ter significados diferentes em determinadas culturas. esses estereótipos em todos os continentes e regiões podem se diferenciar na forma como é produzido e reproduzido, mas são embasados pelo machismo estrutural ligados à fatores políticos, religiosos e de poder, perpetuando a desigualdade e resultando na violência contra a mulher, problemática essa que está atrelada a concepção de fragilidade, posse e poder masculino, que apesar da luta e implementação de políticas públicas de prevenção, conscientização e punição, vem aumentando a cada ano, tanto em número de casos quanto brutalidade. embora tenham ocorrido mudanças significativas rumo a autonomia e liberdade, mulheres convivem diariamente com o medo da violência e feminicídio, a desigualdade no mundo do trabalho, jornadas duplas divididas entre o trabalho formal e o cuidado, dentre outros.

Palavras-chave: patriarcado; violência de gênero; sociedade.

INTRODUÇÃO

Por séculos, as mulheres foram subjugadas, limitadas principalmente às funções de reprodução, amamentação e criação dos filhos. Isso era especialmente evidente na Idade Média, onde as mulheres eram controladas pelos homens, que decidiam sobre suas vidas e as puniam quando necessário.

A filosofia de Aristóteles defendia a superioridade masculina e justificava a submissão das mulheres, alegando que elas deveriam se concentrar em ser mães e educadoras dos filhos (Klapisch, 2006). A divisão tradicional de papéis de gênero relegou as mulheres predominantemente à esfera doméstica, associando-as às responsabilidades familiares e à manutenção do lar. Esse vínculo entre a identidade feminina e as tarefas domésticas têm impactos significativos nas oportunidades, na autonomia e na percepção social das mulheres. Historicamente, a ideia de que o papel principal da mulher é o cuidado do lar e da família tem raízes profundas em diversas culturas. Durante períodos em que as sociedades eram predominantemente agrárias, as mulheres eram frequentemente responsáveis pelo gerenciamento das tarefas domésticas, como cozinhar, cuidar das crianças, costurar e limpar. Essas atividades foram, ao longo do tempo, codificadas como inerentes à natureza feminina.

É necessário iniciar considerando, o que significa ser uma mulher? Essa questão pode ser abordada a partir de dois pontos de vista: o primeiro envolve os aspectos biológicos relacionados à constituição do sexo, enquanto o segundo se baseia na famosa frase de Simone de Beauvoir (1970), que afirma que "Não se nasce mulher, torna-se mulher", explorando a influência da sociedade na construção do gênero. No aspecto biológico, as mulheres têm características específicas que as diferenciam dos homens. Isso inclui órgãos genitais diferentes, a capacidade de dar à luz e outras características como a menstruação. Esses elementos fornecem uma base para a discussão sobre o que significa ser uma "mulher". Conforme Beauvoir (1970, p.11) observa, "a mulher possui ovários e útero; essas são as condições únicas que a definem em sua subjetividade; frequentemente se diz que ela pensa com suas glândulas." Em certo sentido, a biologia liga a mulher à sua condição reprodutiva, o que historicamente a limitou ao ambiente doméstico. "O corpo feminino, ao submeter as mulheres à função reprodutiva, é uma das bases sobre as quais a

subordinação das mulheres foi construída" (Cavalcanti; Franchetto; Heilborn, 1981, p.20).

Ainda que seja de suma importância reconhecer o papel dos aspectos biológicos na definição do conceito de “mulher”, deve-se destacar que os aspectos biológicos por si só não são suficientes para compreender a complexidade do ser humano. A afirmação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” nos leva a uma análise mais profunda. Em vez de abandonar a importância dos fatores biológicos na determinação do gênero, Beauvoir introduziu uma nova dimensão chamada gênero, que se diferenciava do sexo por considerar como os papéis sociais são construídos. Seguindo esta linha de raciocínio, a categoria ‘mulher’ é vista como uma combinação de características biológicas e aspectos socialmente moldados (Piscitelli, 2008).

A forma como a figura social da mulher foi concebida na sociedade a colocando como um ser frágil, sem capacidade de executar determinadas funções, limitadas a papéis definidos por homens, tornou-a vítima das mais diversas formas de violência. As mulheres não tinham a opção de reclamar ou escolher com quem casariam e ficavam expostas as vontades de seus maridos que nem sempre eram boas e agradável, no entanto, essa mulher não poderia optar por sair desse relacionamento e o seu sofrimento era ignorado e justificado por ser uma “mal esposa”. O gênero tem se perpetuado como o maior fator para o desencadeamento dessa violência ao longo dos séculos “gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder” (Scott, 1995, p.86). Assim é de suma importância entender que a violência que se origina entre homens e mulheres é baseada no sentimento de autoridade e posse sobre um ser mais frágil. Esse sentimento já permeia a sociedade e está diretamente ligado ao sexo feminino, e no que diz

respeito à violência contra a mulher é um fenômeno mundial que atinge todas as sociedades.

Para a concretização de um projeto é fundamental definir a metodologia que se deseja usar, bem como, a capacidade e viabilidade da mesma, sendo a adequada para obter respostas às perguntas de partida. Tendo em conta a especificidade do estudo foi necessário adotar uma estratégia de investigação que permitisse atingir os objetivos definidos. Esta pesquisa pauta-se em uma pesquisa bibliográfica, por proporcionar uma maior variedade de materiais, sejam eles impressos ou extraídos da internet a serem utilizados na sua fundamentação. Citando Gil (2010, p. 29): “A pesquisa bibliográfica consiste na pesquisa a partir de fontes secundárias, material impresso, material disponibilizado na internet [...] e que com o passar do tempo passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas e CD’s”. A pesquisa se trata também de uma abordagem qualitativa que segue sendo um processo de investigação que se preocupa em descrever e compreender os fenômenos sociais, baseando-se em perspectivas holísticas e interpretativas de acordo com Minayo e Guerriero (2014),

Portanto, é imprescindível promover uma mudança profunda, não apenas na conscientização sobre essas questões, mas na transformação das estruturas que perpetuam a opressão, para transformar essa realidade, é essencial fomentar a conscientização, promover a igualdade de gênero e reforçar a educação como ferramenta fundamental para quebrar os ciclos de violência. Somente através da conscientização, educação e engajamento coletivo podemos criar um ambiente que não apenas rejeite a violência de gênero, mas também promova a verdadeira igualdade.

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FIGURA FEMININA NA SOCIEDADE

Ao observar as sociedades, nota-se uma persistência social e cultural de estruturas opressivas em diferentes partes do mundo, onde as mulheres são relegadas a papéis submissos, perpetuando uma dinâmica de desigualdade de gênero, onde se utiliza das diferenças biológicas e a partir de tais diferenças, criou-se vários estereótipos de gênero, que são simplesmente as generalizações acerca das características, comportamentos e atitudes de cada gênero dentro da sociedade, sendo estes negativos ou positivos (Alves; Correa, 2017).

Desde antiguidade, a narrativa tradicional sobre os papéis de gênero delineou a mulher como um ser subalternizado em relação ao homem. Na Grécia Antiga, Aristóteles sustentava a ideia de completa submissão da mulher ao homem, fundamentando essa subordinação em fatores naturais e características inerentes ao gênero humano, considerando-a imutável (Alves; Correa, 2017, p.01). Não há dúvidas de que, ao longo da história, as desigualdades de gênero exercem um peso significativo na construção da mulher enquanto ser social, representando um obstáculo considerável para as mulheres. Uma região notável onde essa dinâmica é evidente é o Oriente Médio, no qual algumas nações ainda preservam estruturas patriarcais que restringem o papel da mulher primariamente na esfera doméstica.

De acordo com Franco (2016), sublinha-se que em culturas opressivas, o valor da mulher está frequentemente ligado à sua conformidade com as expectativas tradicionais. Nesse cenário, as mulheres frequentemente se veem em um papel onde têm menos poder, o que restringe sua participação em diferentes áreas da sociedade e mantém desigualdades de gênero históricas e tradicionalmente. Essa dinâmica cultural reforça estereótipos de gênero e impõe barreiras à plena realização do potencial das mulheres em termos sociais, econômicos e políticos. Nesse contexto, as mulheres eram

frequentemente tratadas como propriedade, perpetuando uma visão de dominação e submissão feminina (Auad, 2021).

Na Ásia, mais precisamente em países como Índia e Paquistão, práticas culturais, como casamentos arranjados e normas de castas, conforme apontado por Roy (2008), fortalecem a submissão feminina, perpetuando as desigualdades de gênero. Nesses contextos, as mulheres enfrentam limitações em suas escolhas de vida e são pressionadas a aderir a papéis predefinidos, contribuindo para a manutenção de uma ordem social baseada em desigualdades profundamente enraizadas. Essa dinâmica cultural impõe restrições significativas ao desenvolvimento pleno das mulheres, influenciando sua participação na esfera pública e perpetuando estereótipos de gênero prejudiciais.

As interpretações religiosas também desempenham um papel crucial na submissão da mulher. Em sociedades islâmicas, doutrinas que insistem na obediência e na limitação dos papéis sociais femininos perpetuam a visão de inferioridade, segundo Libório (2019), que destaca como a religião pode servir como um instrumento para manter a mulher em um estado de submissão.

No contexto cristão, algumas interpretações históricas dos textos sagrados contribuíram para moldar normas que subjugam a mulher a um papel de submissão. O livro "O Grito de Eva" explora como diferentes interpretações impactaram a cultura religiosa, contribuindo para as desigualdades de gênero na história cristã.

No que se refere a construção feminina no continente Africano, percebe-se uma complexa relação entre as tradições culturais construídas ao longo da história, influências da colonização e o patriarcado essas influências muitas vezes restringem o empoderamento feminino, destacando a importância de questionar e transformar essas estruturas para alcançar uma equidade de gênero mais justa (Almeida, 2012). Na América Latina, as práticas enraizadas em culturas machistas frequentemente reforçam estereótipos de gênero, como

indicado por Piore (2013), com influências que remontam à herança cultural europeia. Esses estereótipos contribuem para a manutenção do sistema de submissão cultural feminino, destacando a complexa relação entre fatores sociais locais e influências históricas.

A submissão cultural impõe não apenas restrições sociais, mas também implicações psicológicas significativas em várias partes do mundo. Mulheres em sociedades africanas, por exemplo, podem internalizar a ideia de sua inferioridade, como discutido por Fanon (1952), impactando sua autoestima e aspirações pessoais. Para enfrentar a submissão cultural em contextos globais exige-se uma abordagem multifacetada, incluindo a desconstrução de normas sociais e a promoção de educação que desafie estereótipos de gênero. A partir disso romper as amarras que aprisionam a identidade feminina nas sociedades opressivas ao redor do mundo.

MÃE, ESPOSA, DONA DO LAR: INFLUÊNCIA DOS FATORES BIOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FIGURA FEMININA

Por séculos, as mulheres foram subjugadas, limitadas principalmente às funções de reprodução, amamentação e criação dos filhos. Isso era especialmente evidente na Idade Média, onde as mulheres eram controladas pelos homens, que decidiam sobre suas vidas e as puniam quando necessário. A filosofia de Aristóteles defendia a superioridade masculina e justificava a submissão das mulheres, alegando que elas deveriam se concentrar em ser mães e educadoras dos filhos (Klapisch, 2006).

A construção identitária da mulher na sociedade fora moldada por estigmas e fatores biológicos e reprodutivos para determinar a importância e o papel feminino nos grupos sociais ao qual fazem parte, seja família, trabalho, religiosidade e etc. Dentro dessa conjuntura patriarcal, cabe a mulher abdicar de oportunidades, autonomia e liberdade para assumir papéis determinados

como tradicionais, geralmente ligados à maternidade e ao cuidado, restringindo suas escolhas (Scott, 1995).

Vamos iniciar considerando o que significa ser uma mulher. Essa questão pode ser abordada a partir de dois pontos de vista: o primeiro envolve os aspectos biológicos relacionados à constituição do sexo, enquanto o segundo se baseia na famosa frase de Simone de Beauvoir (1970), que afirma que "Não se nasce mulher, torna-se mulher", explorando a influência da sociedade na construção do gênero.

No aspecto biológico, as mulheres têm características específicas que as diferenciam dos homens. Isso inclui órgãos genitais diferentes, a capacidade de dar à luz e outras características como a menstruação. Esses elementos fornecem uma base para a discussão sobre o que significa ser uma "mulher". Conforme Beauvoir (1970, p.11) observa, "a mulher possui ovários e útero; essas são as condições únicas que a definem em sua subjetividade; frequentemente se diz que ela pensa com suas glândulas." Em certo sentido, a biologia liga a mulher à sua condição reprodutiva, o que historicamente a limitou ao ambiente doméstico. "O corpo feminino, ao submeter as mulheres à função reprodutiva, é uma das bases sobre as quais a subordinação das mulheres foi construída" (Cavalcanti; Franchetto; Heilborn, 1981, p.20).

Portanto, é evidente que os aspectos biológicos desempenham um papel importante nos estudos sobre a subordinação e o papel social das mulheres.

Consequentemente, os aspectos biológicos desempenham um papel importante no estudo da subordinação e dos papéis sociais das mulheres. Todavia, as questões biológicas, embora cruciais, não são suficientes para definir completamente o conceito de gênero. Sterling (2002) discute esta questão no seu artigo "Dualismo em duelo", examinando um estudo de caso que destaca a complexidade do estabelecimento de critérios para determinar a identidade de gênero com base apenas em fatores biológicos.

Ainda que seja de suma importância reconhecer o papel dos aspectos biológicos na definição do conceito de “mulher”, deve-se destacar que os aspectos biológicos por si só não são suficientes para compreender a complexidade do ser humano. A afirmação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” nos leva a uma análise mais profunda. Em vez de abandonar a importância dos fatores biológicos na determinação do gênero, Beauvoir introduziu uma nova dimensão chamada gênero, que se diferenciava do sexo por considerar como os papéis sociais são construídos. Seguindo esta linha de raciocínio, a categoria ‘mulher’ é vista como uma combinação de características biológicas e aspectos socialmente moldados (Piscitelli, 2008).

Nesse contexto de interação entre o biológico e o social, fica evidente que a vida da mulher tem sido, historicamente, definida em relação ao sexo oposto. A mulher, ao longo da história, esteve interligada de várias maneiras aos homens, seja por laços familiares com pai e irmãos, seja pelo casamento e relacionamento com o marido, seja até mesmo na esfera religiosa, onde a relação com Deus também está influenciada por essa dinâmica.

O que talvez seja mais surpreendente é o fato de que noções culturais sobre as mulheres, frequentemente giram em torno de características biológicas ou naturais: fertilidade, maternidade, sexo e menstruação. E as mulheres, como esposas, mães, bruxas, parteiras, freiras ou prostitutas, são definidas quase exclusivamente em termos de suas funções sexuais. Uma bruxa, na tradição europeia, é uma mulher que dorme com o diabo e uma freira é uma mulher que casa com o seu Deus (Rosaldo, 1979).

Isso implica que na sociedade, o sexo feminino raramente é percebido como um ser independente, pois a construção social ao longo do tempo a coloca em uma posição de subordinação em relação ao sexo masculino. Essa relação entre os sexos está intrinsecamente ligada à questão da maternidade, uma vez que, ao atingir a idade adulta, é esperado que a mulher considere a

possibilidade de ter filhos. Quando essa perspectiva não é prioritária para uma mulher, muitas vezes é mal vista socialmente.

DESIGUALDADES DE GÊNERO COMO PREDOMINANTE PARA A VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER

O conceito de gênero surgiu como uma forma de entender e explicar as desigualdades entre homens e mulheres que eram tradicionalmente aceitas na sociedade. Ele busca diferenciar-se do conceito de sexo, que se refere à diferença biológica entre homens e mulheres. O termo "gênero" foi introduzido por Gayle Rubin, uma feminista, que argumentou que, ao nascer, todos os indivíduos têm orientações bissexuais. Ela destacou que o gênero é uma construção social e desafiou as ideias de determinismo biológico, que estabeleciam papéis estritamente definidos para homens e mulheres. O conceito de gênero foi inicialmente adotado por feministas americanas e trouxe uma contribuição significativa ao questionar a ideia de que os papéis de gênero eram naturais, promovendo em vez disso discussões relacionadas a classe social, raça e etnia (Rubin, 2018).

Segundo Louro (1996, p.26),

(...) gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social enquanto sujeito masculino ou feminino. (...) agora não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos.

Segundo Scott *et al.* (2012), o conceito de gênero é valioso para o campo da história, abrangendo não apenas a história das mulheres, mas também a dos homens e as relações entre eles. Ela argumenta que a principal finalidade desse conceito é contestar o determinismo biológico que tenta definir o que é inerente ao homem e à mulher, e em vez disso, nos leva a

considerar que essas identidades não devem ser analisadas de maneira isolada, mas sim em conjunto, como parte de um sistema mais amplo de relações de gênero.

Gênero refere-se a representações socialmente construídas de masculinidade e feminilidade. Isto significa que as ideias sobre o que significa ser homem ou mulher não são inerentes à biologia, mas são moldadas pela cultura, história e contexto social. Vale a pena sublinhar que os papéis dos homens e das mulheres são culturalmente construídos e mudam ao longo do tempo e nas diferentes sociedades. Esta é uma observação fundamental, sugerindo que as normas de gênero são flexíveis e não universais.

Como diz Saffioti (1999), as tentativas de classificar as mulheres como subordinadas, ou melhor ainda, como dominadas-exploradas, terão a marca de serem naturalizadas, inquestionáveis, naturalmente dadas. Todos os espaços de aprendizagem e processos de socialização reforçam preconceitos e estereótipos sobre o gênero como pertencente a uma natureza presumida (feminina e masculina), que são determinados principalmente pela determinação biológica. As diferenças biológicas traduzem-se em desigualdades sociais e assumem uma aparência natural.

Scott et al. (2012), argumenta que foi necessário adotar teorias que reconhecessem a diversidade e a multiplicidade, a fim de superar abordagens simplistas e binárias. Ela também expressa preocupação com o estudo isolado da história das mulheres, alertando que isso pode marginalizá-las nas discussões sobre temas historicamente dominados pelos homens, que são considerados universais.

A violência contra as mulheres é um problema global que se manifesta em todos os países, independentemente de raça e cultura. Essa forma de violência persiste devido à discriminação de gênero e à crença na fragilidade e submissão das mulheres aos homens (Macdonald, 2013). A percepção de fragilidade e submissão que os homens têm sobre a mulher contribuem para a

persistência desse problema. Em diversas partes da sociedade ainda se mantêm crenças e atitudes que justificam ou minimizam a violência contra a mulher, o que torna mais difícil combater com efetividade essa questão.

Apesar de Organizações Internacionais, Governos ativistas em todo mundo estarem trabalhando a conscientização acerca da violência de gênero, promovendo constantemente políticas de igualdade e implantando leis que visam prevenir e punir a violência contra as mulheres, tem se observado um entrave para erradicação desse mal que assola várias partes do mundo inclusive nosso País.

A estrutura social não passou por transformações significativas mesmo com a evolução da posição das mulheres. “Mesmo quando as mulheres alcançam independência econômica em relação aos homens, isso não é colocado em uma situação moral, social e psicológica idêntica aos homens” (Álvares, 2014, p.9). A submissão e subvalorização das mulheres era uma realidade presente em vários países, incluindo o Brasil.

Essa subvalorização pode ser observada no Código Civil de 1916, que inicialmente declarava as mulheres, juntamente com os pródigos, índios e menores púberes, como relativamente incapazes (Matos; Gitahy, 2007). Contudo, principalmente a partir dos anos 1960, várias mudanças legislativas proporcionaram maior participação das mulheres na sociedade e ampliaram seus direitos. Por exemplo, a Lei nº 4.121/62 retirou do marido a exclusividade de representação legal da família e revogou a condição de incapacidade para muitos atos civis das mulheres casadas.

A violência contra mulheres no país continua sendo uma preocupação da sociedade e gera constante inquietação, conforme indicado por uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Deloitte, 2020), que investigou percepções sobre a violência. Os dados revelaram que 40% das entrevistadas manifestaram medo de violência e assédio, aumentando para 45% entre as mulheres solteiras. Além disso, 26% demonstraram preocupação

com a possibilidade de ocorrência de feminicídios. Esses números somam 66% no quesito violência de gênero, e 70% das entrevistadas estão cientes de que o Brasil ocupa a 5ª posição em mortes violentas de mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa foi possível explorar de forma ampla a construção feminina em diferentes culturas e civilizações através da persistente violência e opressão sofridas pelas mulheres ao longo dos séculos, analisando sob a ótica de Simone de Beauvoir como a construção de papéis sociais e estereótipos enraizados na sociedade contribuem para perpetuação da desigualdade de gênero em diversos lugares do mundo. O ponto central do estudo está relacionado ao reconhecimento que a figura feminina e sua identidade é construído tanto por fatores biológicos e genitalistas quando por construções sociais e culturais, o qual desde a filosofia Aristotélica que defendia a submissão total feminina alicerçadas por fatores biológicos até a concepção moderna que limitam desde a infância a forma de se vestir, portar, brinquedos e brincadeiras que reforça o papel do cuidado e afloramento da maternidade, evidenciando que a sociedade se alinha com a biologia para determinar a identidade feminina.

Além disso, é estudado a forma que a desigualdade de gênero se caracteriza como causa predominantemente para violência contra mulher, influenciada por questões religiosas que tentam justificar a submissão feminina e superioridade masculina e normas sociais que minimizam a violência contra mulheres e “entendem” que tal problemática faz parte da vida privada dos indivíduos e não um problema social que atinge todo o mundo. Desta forma, é necessário ressaltar que apesar dos avanços significativos no que se refere aos direitos das mulheres, às políticas de cuidados e proteção e a conscientização da desigualdade de gênero, o sistema se responsabiliza pela manutenção do

machismo e poder masculino. Quando analisamos outros fatores como classe social e etnia tal constatação se torna mais alarmante, provocando outro objeto de estudo, o que externaliza o agravamento da problemática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. A África na diáspora: figurações do trânsito e cartografias de gênero em narrativas contemporâneas. In: **África: dinâmicas culturais e literárias**. FONSECA, Maria Nazareth Soares, CURY, Maria Zilda Ferreira (Org.). Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2012. p. 233-250.

ALVES, J.E.D, CORREA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: ABEP, Brasil, 15 anos após Conferência do Cairo, **ABEP/UNFPA**, Campinas, 2017. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=854&am;nivel=1, Acesso em 24 de janeiro de 2024.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Beauvoir, o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres. **Revista do NUFEN**, v. 6, n. 1, p. 6-14, 2014.

AUAD. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

BEAUVOIR, Simone; MANSOUR, Mónica. La vejez. **Debate Feminista**, v. 5, 1970.

CAVALCANTI, MLVC; FRANCHETTO, Bruna; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, v. 1, p. 11-47, 1981.

FRANCO, Clarissa de. Feminismo islâmico face ao feminismo secular: uma nova consciência de gênero de um oriente que rejeita a ocidentalização. **Último Andar**, n. 27, p. 84-92, 2016.

DELOITTE. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2020**. FEBRABAN, 2020.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas** EDUFBA. Trabalho original

publicado em 1952.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KLAPISCH, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; Schmitt, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 137-150

LIBÓRIO, Luiz Alencar. CAPÍTULO 6 O ISLÃ NASCENTE E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS. **Narrativa Da Fé**, p. 126, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 7-18, 1996.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 3, n. 1/2, 2009.

MACDONALD, Morag. Women prisoners, mental health, violence and abuse. **International Journal of Law and Psychiatry**, v. 36, n. 3-4, p. 293-303, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos didáticos**, v. 48, p. 7-42, 2002.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

ROSALDO, Michele. Mulher, Cultura e a Sociedade: Uma Revisão Teórica.

ROSALDO, et al. **A mulher, a cultura e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

ROY, Arundhati. **O deus das pequenas coisas**. Editora Companhia das Letras, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 82-91, 1999.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da.

Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan W. et al. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 45, 2012.

STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **cadernos pagu**, p. 9-79, 2002

COMPARAÇÃO DA VIVÊNCIA DE MULHERES E HOMENS SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL

Mariana Eulália Teles da Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

O presente artigo se dedica à análise quantitativa do assédio, buscando expor uma comparação da vivência de mulheres e homens sobre o assédio sexual. de forma inicial, busca levantar dados com o objetivo de comparar quantitativamente quem vivencia mais situações de assédio, com a hipótese de que mulheres experienciam mais situações de assédios que homens. essa análise busca proporcionar um levantamento de dados sobre a temática já exposta, comparando dois grupos. a pesquisa será realizada com a participação de dois grupos pré-definidos (homens e mulheres). ao explorar o assédio sexual como uma prática discriminatória de gênero, o artigo procura gerar dados que expõem as experiências desse tipo de discriminação. a conclusão do estudo destaca a crescente relevância do assédio sexual nos últimos anos, chamando a atenção da sociedade para essa questão. em última análise, o trabalho reforça a importância do tema, relacionando-o ao princípio da igualdade e destacando a necessidade de uma abordagem mais abrangente para lidar com o assédio sexual.

Palavras-Chave: Pesquisa. Discriminação. Princípio da Igualdade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade primordial comparar as diferentes vivências de homens e mulheres sobre o assédio sexual, compreendendo que, devido as opressões de gênero, mulheres ainda são quantitativamente mais vítimas de assédio do que homens. O interesse por esse tema surge a partir de observações em diferentes espaços onde o patriarcado é predominante, produzindo e perpetrando uma dominação de corpos femininos. Além disso, a pesquisa é justificada pelo contexto atual em que a violência contra as mulheres é reconhecida como um problema de saúde pública.

A Constituição Federal (1988) estabelece a dignidade da pessoa humana como um de seus princípios fundamentais (art. 1º, III). Além disso, proíbe qualquer forma de discriminação que resulte em tratamento diferenciado entre homens e mulheres nas esferas social, de trabalho e jurídica (arts. 5º, I e 7º, XXX), com base em cor, sexo, idade, preferência religiosa, entre outros. Apesar dessas disposições constitucionais, diversos tipos de discriminação persistem nas relações sociais e de trabalho, com destaque para a discriminação de gênero. As mulheres continuam enfrentando dificuldades inferiores aos homens em muitos casos, discriminação no processo de seleção, estagnação profissional, instabilidade e assédio sexual (Higa, 2016; Leiria, 2019).

A questão da violência é uma preocupação que afeta e mobiliza mulheres em todo o mundo, independentemente de idade, orientação sexual, identidade étnico-racial ou classe social, pois permeia a existência desse grupo em sociedades moldadas pelo patriarcado. A materialização da violência de gênero se manifesta por meio de atos ou comportamentos baseados na desigualdade entre os papéis socioculturais e comportamentais atribuídos aos gêneros, resultando em danos físicos, psicológicos e/ou sexuais (OEA, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994.)

Dentre as diversas formas de violência de gênero, a violência sexual se destaca como uma das mais graves, sendo reconhecida como um problema de saúde pública por diversas organizações governamentais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) (Dahlberg; Krug, 2006).

A Comissão Australiana de Direitos Humanos (AHRC) contribuiu com uma pesquisa nacional sobre Assédio Sexual nos Ambientes de Trabalho Australianos (Pullen et al., 2019). Os resultados indicam que "uma em cada três pessoas (33%) experimentou assédio sexual no trabalho nos últimos cinco anos. Semelhante ao assédio sexual ao longo da vida, as mulheres eram mais

propensas a serem vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho do que os homens” (Pullen et al., 2019).

No Brasil, um levantamento conduzido pelo Datafolha em 2018 revela que 42% dos brasileiros entre 16 e 18 anos afirmam ter sido vítimas de assédio sexual. Nesse contexto, Houle et al. (2011) observam que, embora a maioria das pesquisas sobre assédio tenha se concentrado em trabalhadores adultos, as características também são comuns entre funcionárias adolescentes ou jovens adultos, que são vistas como alvos mais vulneráveis pelos assessores. Uma pesquisa do Datafolha (2018) também aponta que 15% das mulheres brasileiras já vivenciaram assédio no ambiente de trabalho, sendo mencionadas como formas físicas (2%), verbais (11%) e ambas (2%). Esses números indicam que 1 em cada 7 trabalhadores já foram vítimas de assédio profissional.

Essas estatísticas sobre assédio sexual destacam uma característica insidiosa dessas especificações: a discriminação sexual. É notável que o assédio sexual é relatado em diversas profissões, evidenciando que muitas mulheres no Brasil desempenham suas atividades laborais em um ambiente inapropriado, constantemente sujeitas ao crime de assédio sexual. Assim, as evidências na literatura confirmam que a maioria das mulheres vivencia o assédio.

A pesquisa mantém o seu o foco sobre o tema do assédio, enquanto uma das formas de concretização da violência sexual que envolve diversos aspectos da violência de gênero, baseada no sexismo e no patriarcado. Mas que também está historicamente associado a outras formas de opressão, como o racismo e o capitalismo, que reforçam a falta de visibilidade, a deslegitimação e culpabilização da mulher vítima dessa agressão sexual (Fitzgerald et al., 1999).

A partir dessa problemática, entende-se que o assédio afeta não só as mulheres violentadas, mas também, ainda que em menor quantidade, homens.

Diante dessas inquietações, o problema de pesquisa é definido pela seguinte pergunta: “Como o assédio atravessa a vivência de mulheres e homens em diferentes espaços?”

Diante do atual retrocesso nas conquistas de direitos e políticas públicas para grupos minoritários, e do alarmante crescimento dos casos de violência sexual contra mulheres, torna-se evidente a relevância social desta pesquisa ao abordar um tema tão urgente e significativo. A pesquisa não representa apenas uma postura de resistência e enfrentamento diante desse grave problema, mas pode oferecer uma contribuição valiosa para a compreensão dessa realidade.

Na literatura, há uma escassez de trabalhos que cercam o assédio e suas ramificações na vida das mulheres de maneira abrangente. Este estudo busca preencher essa lacuna, justificando assim a necessidade de uma produção e revisão acadêmica mais substancial para uma compreensão mais aprofundada deste problema.

Diante dos diversos danos gerados por esse tipo de violação, a pesquisa possui o objetivo principal de levantar dados quantitativos sobre a vivência de homens e mulheres em relação ao assédio sexual. Como objetivo específico, têm-se: comparar os dados quantitativos das vivências de homens e mulheres em relação ao assédio, verificando se as mulheres são quantitativamente mais afetadas pelo fenômeno do estupro.

MÉTODO

Este é um estudo de abordagem quantitativa e comparativa (Paschoarelli et al., 2015.) composto por uma pesquisa realizada por meio de um formulário.

A pesquisa foi realizada por 66 universitários e profissionais brasileiros, sendo que deste grupo, 57.58% foram mulheres e 42.42% foram homens. A idade média dos participantes foi de 22.48 anos, com desvio padrão

de 3.92. Em relação a escolaridade, 60.61% declararam possuir ensino superior, 36.36% declararam que possuem ensino médio, 1.52% declarou possuir doutorado e 1.52% possui mestrado. Entre os participantes, 63.64% declararam que não trabalham e os demais declararam que trabalham. Em relação a sexualidade, 50.0% se declararam heterossexual, 16.67% se declararam homossexual e 33.33% declararam não se encaixar nas definições acima.

Para os critérios de inclusão, foram considerados alunos e profissionais da Universidade Federal do Maranhão na cidade de São Luís (MA), que possuem 18 anos ou mais. Nenhum critério de exclusão foi estabelecido. Sendo assim, o tipo de amostragem desta pesquisa foi por conveniência, já que os participantes foram selecionados a partir de sua disponibilidade e acessibilidade.

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Maranhão na cidade de São Luís.

Instrumentos

a) *Questionário de caracterização*

Elaborado com cinco perguntas a fim de levantar informações características dos participantes.

a) *Sexual Experience Questionnaire (SEQ)*

Traduzido como “Questionário de Assédio Sexual (QAS), o *Sexual Experience Questionnaire (SEQ)* foi construído por Fitzgerald et al. (1999). Esse é um instrumento que mensura a frequência de assédio sexual experienciado pela pessoa. Dividido em 20 situações, o participante deve responder em escala likert (de 1 a 5) a frequência em que vivenciou essas situações.

Procedimentos

Coleta de dados

Para a coleta de dados foi realizada a distribuição de formulários da plataforma google forms. Os formulários foram divulgados de forma on-line, através de redes sociais. O formulário possuía orientações quanto a maneira de respondê-lo, a fim de esclarecer para os participantes.

Análise de dados

Foi realizado o levantamento da quantidade de homens e mulheres que passaram por uma situação de assédio, a média e o desvio padrão a partir das dimensões do Questionário de Assédio Sexual. A análise de dados foi do tipo comparativa.

Aspectos éticos

Esta pesquisa foi realizada sob as normas da Resolução 466/2012 da Comissão

Nacional de Saúde, que determina o registro de pesquisas envolvendo seres humanos na Plataforma Brasil. Todos os entrevistados foram submetidos ao Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) onde estão apresentados os objetivos, procedimentos e riscos da pesquisa. É assegurado que a participação na pesquisa é voluntária e que os dados pessoais e demais informações serão mantidas em sigilo.

RESULTADOS

A tabela 1 é referente a incidência do assédio sexual nos grupos participantes da pesquisa, a partir do que foi pontuado no Questionário de Assédio Sexual.

Tabela 1. Incidência do Assédio Sexual

Grupos	t	p	Cohen's d	Média	Desvio Padrão
Total	7,44	<.001	1.82		
Feminino				58.95	14.13
Masculino				35.68	11.27

A tabela 2 apresenta as pontuações nas três dimensões do assédio sexual, a partir do Questionário de Assédio Sexual.

Tabela 2. Resultados das dimensões do Questionário de Assédio Sexual

Dimensões	T	p	Cohen's d	Média	Desvio Padrão
Assédio de Gênero					
Total	7.65	<.001	1.88		
Feminino				30.08	6.59
Masculino				18.54	5.63
Atenção Sexual Inesperada					
Total	7.66	<.001	1.88		
Feminino				31.89	7.75
Masculino				18.61	6.32
Coerção Sexual					
Total	5.02	<.001	1.21		
Feminino				21.92	8.35
Masculino				13.32	5.54

DISCUSSÃO

Entre os resultados, nota-se que entre as participantes da pesquisa em média 58.95% das mulheres vivenciaram alguma situação de assédio, enquanto apenas 35.68% dos homens afirmam ter tido vivência semelhante. No Brasil, um estudo conduzido pelo Datafolha (2018) indica que uma parcela de 42% de brasileiras entre 16 a 18 anos declara já ter sido vítima de assédio sexual, o que expõe a vulnerabilidade de mulheres ao assédio.

Como esperado, o quantitativo de mulheres que vivenciam alguma situação de assédio é maior que o de homens, o que fica comprovado a partir

dos resultados expostos acima. A prevalência poderia ter sido mais alta se o conceito de assédio sexual estivesse ainda mais claro, uma vez que muitas vezes as vítimas interpretam as situações de assédio como brincadeiras ou como se a situação não fosse “séria o bastante”.

Os resultados dessa pesquisa podem ser corroborados por diversos outros estudos que apresentam resultados semelhantes, embora esse estudo tenha tido uma amostra pequena. Conforme exposto por Freitas (2001), cerca de 30% das mulheres enfrentaram algum tipo de violência sexual ao longo de suas carreiras. A mesma pesquisa acrescenta que as mulheres são as principais vítimas do crime de assédio sexual, e estima-se que mais de 52% das trabalhadoras tenham sido vítimas desse tipo de violência no ambiente de trabalho em todo o mundo. Isso evidencia um aumento preocupante nos casos de mulheres profissionais que sofrem assédio sexual no local de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostra uma comparação da vivência de homens e mulheres sobre o assédio sexual, expondo que quantitativamente mulheres sofrem mais assédio que homens. O resultado expõe a realidade das opressões patriarcais, onde corpos femininos são majoritariamente alvos de violências.

A pesquisa colabora com a produção sobre a temática ao mostrar os resultados que expõem a realidade da vivência de homens e mulheres, principalmente dessas, em relação ao assédio, mostrando como essa ainda é uma experiência comum e que precisa ser estudado e debatido dado a sua grande ocorrência.

A pesquisa encontrou dificuldades no que tange ao tamanho da amostra. Houve dificuldade em encontrar pessoas que estivessem dispostas a responder principalmente homens. Houve dificuldade também em encontrar participantes porque algumas pessoas por se sensibilizarem com o tema optaram por não participar da pesquisa.

Sugere-se que sejam feitas novas pesquisas sobre o impacto do assédio sexual nas vivências de quem o experiencia, a fim de que haja uma maior compreensão do fenômeno. Sugere-se ainda que as novas pesquisas sejam feitas com um maior número de participantes para que haja maior elucidação e servir de base para proposição de leis e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Dahlberg, L. L.; Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(suppl), 1163–1178. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232006000500007>

FITZGERALD, L. F.; DRASGOW, F.; MAGLEY, V. J.; WALDO, C. R. Measuring Sexual Harassment in the Military: The Sexual Experiences Questionnaire (SEQ-DoD). **Military Psychology**. v. 11, n. 3, p. 243-263, 1999.

Freitas, M. E. de. (2001). Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, 41, 8–19. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000200002>

Higa, F. da C. (2016). Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, 12(2), 484–515. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201620>

Houle, J. N., Staff, J., Mortimer, J. T., Uggen, C., & Blackstone, A. (2011). The Impact of Sexual Harassment on Depressive Symptoms during the Early Occupational Career. **Society and Mental Health**, 1(2), 89–105. <https://doi.org/10.1177/2156869311416827>

Leiria, M. de L. (2019). **Assédio Sexual Laboral: Agente causador de doenças do trabalho reflexos na saúde do trabalhador.** In *Google Books*. LTr Editora.

https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YuEmEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA76&dq=ass%C3%A9dio+sexual+no+trabalho&ots=Bw3VZRsyMF&sig=mtoLhAJ9u9t_GdERNIIIOaPboyu4#v=onepage&q=ass%C3%A9dio%20sexual%20no%20trabalho&f=false

OEA :: **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** (1994). [Www.oas.org. https://www.oas.org/pt/cidh/](https://www.oas.org/pt/cidh/)

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.** Brasília: ONU Mulheres, SPM/PR, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial de Violência e Saúde.** Genebra: OMS, 2002. 81

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência.** Genebra: OMS, 2014.

Paschoarelli, L., Medola, F., Henrique, G., Bonfim, C.). **Características Qualitativas, Quantitativas e Quali- quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico.** 2(1), 2015. <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/15699/14030/26701>

Pullen, A., Rhodes, C., McEwen, C., & Liu, H. (2019). Radical politics, intersectionality and leadership for diversity in organizations. **Management Decision, ahead-of-print(ahead-of-print).** <https://doi.org/10.1108/md-02-2019-0287>

Quase metade das brasileiras sofreu algum tipo de assédio sexual em 2022, mostra pesquisa do Datafolha. (n.d.). O Globo.
<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/03/mais-da-metade-dasbrasileiras-sofreu-algum-tipo-de-assedio-sexual-em-2022-mostrapesquisa.ghtml>

POBREZA MENSTRUAL: ASPECTOS IDEOLÓGICOS E CULTURAIS NA VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE MENSTRUAL DE MENINAS E MULHERES⁵

Ana Karolyny Diniz Pinheiro
Maria Emília Miranda Álvares

RESUMO

A pobreza menstrual se caracteriza quando não há acesso a produtos básicos para realizar o manejo da higiene menstrual. A escassez ou falta de produtos como absorventes, papel higiênico, sabonetes e acesso à água, saneamento e banheiros em estado de uso faz com que meninas e mulheres de baixa ou nenhuma renda, majoritariamente pretas e pardas não tenham aproximação com a dignidade menstrual tendo seus direitos violados. Para conter o sangue menstrual, meninas e mulheres em situação de pobreza menstrual fazem o uso de panos velhos, buchas vegetais e jornais velhos, sendo colocadas em situação de perigo e risco de vida. Este fenômeno é pouco discutido em políticas públicas por envolver um dos processos que faz parte de um corpo inferiorizado socialmente e atravessado por ideologias patriarcais: a menstruação. Este presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica e documental, qualitativa e exploratória. Tem como objetivo mostrar os motivos pelos quais a menstruação é negligenciada, demonstrando a influência dos aspectos ideológicos e culturais na violação da dignidade menstrual, descrevendo as consequências das ideologias patriarcais que cingem os corpos de meninas e mulheres. Partindo desse pressuposto, concluiu-se que a menstruação por ser um processo da fisiologia da mulher é negligenciado socialmente por ser cercado por estigmas que reforçam a desigualdade de gênero e fazem com que processos que envolvem este corpo sejam inferiorizados. Com isso, meninas e mulheres utilizam de códigos para se referir ao que é posto socialmente que é proibido e vergonhoso: a menstruação.

Palavras-Chave: pobreza menstrual 1; menstruação 2; desigualdade 3. gênero

INTRODUÇÃO

A pobreza menstrual é um fenômeno antigo e complexo, onde a escassez ou falta de acesso a produtos básicos de higiene, saneamento e

⁵ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

informação afeta a dignidade de passar pelo período menstrual de maneira saudável e apropriada (Unicef *et al*, 2021). Logo, pessoas que menstruam⁶ estão expostas a pobreza menstrual quando não possuem saneamento básico, acesso a água, tratamento de esgoto, absorventes descartáveis e outros produtos de higiene pessoal.

Deste modo, é prejudicial não somente a falta de absorventes, papel higiênico e sabonetes, mas também a de itens básicos como banheiros em bom estado, o acesso a água e medicamentos para o manejo de impasses que envolvem a menstruação (cólica, endometriose e outros). A falta desses recursos faz com que meninas e mulheres recorram a maneiras criativas e inadequadas de conter o sangramento, como miolos de pão, buchas vegetais, folhas de jornais e roupas velhas (Unicef *et al*, 2021).

Quando está presente a escassez de informações sobre a menstruação e processos do corpo feminino, preconceitos ligados diretamente ao processo menstrual e a tributação de absorvente, dispõe também sobre a violação dos direitos previstos na Constituição Federal sobre a dignidade da pessoa humana, e essa dignidade se torna distante da realidade de meninas e mulheres no seu período menstrual (Bussinguer; Salvador, 2022), logo, a problemática em questão é ou não problema do estado?

Com isso, falar sobre a pobreza menstrual é engajar-se em um tema tomado como intangível e cercado de estigmas que mantém prolongado o silêncio e a omissão por parte das políticas públicas e da sociedade como um todo. Tendo em mente que a menstruação é um processo natural dos corpos de meninas e mulheres, é questionável os motivos pelos quais a menstruação é negligenciada socialmente, impedindo que meninas e mulheres cisgênero, majoritariamente pretas e pardas com pouca ou nenhuma renda (Unicef *et al*,

⁶ Nomenclatura utilizada para se referir a pessoas que biologicamente menstruam: Mulheres cisgênero, homens trans e transmasculino, pessoas não-binárias e outros.

2021), não tenham acesso a dignidade menstrual e tenham seus direitos sociais da saúde e da educação violados.

Por ser um problema antigo e por um longo tempo não falado e demonstrado sua real relevância, a pobreza menstrual possui diversos fatores para que esta se reverbere durante anos e décadas. A desnaturalização da menstruação faz com que um processo que é vivenciado no corpo de meninas e mulheres cis seja violado, impedindo que estas consigam menstruar com dignidade, um direito que é negligenciado.

A relevância desse estudo parte da premissa de que essa violação em relação ao corpo de meninas e mulheres cisgênero fala muito sobre como esse corpo é visto em sociedade. É de extrema importância para a pesquisadora que é uma pessoa que menstrua e vem de uma família majoritariamente formada por mulheres pretas de baixa renda que menstruam e/ou já menstruaram contribuir para o rompimento do silenciamento e dos estigmas que envolvem a menstruação.

Logo, partindo da visão da Psicologia enquanto Ciência e profissão que é contra todo tipo de prática ou contribuição em casos de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão é de grande relevância colaborações acadêmicas para a luta contra a pobreza menstrual e a violação dos direitos de saúde de meninas e mulheres cis, favorecendo o conhecimento e a qualidade de vida de pessoas que menstruam.

Com isso, levando em consideração que mesmo sendo um fenômeno antigo, ainda é escasso publicações na literatura que dissertam a respeito, é imprescindível a manifestação e a tentativa do aumento de produções e falas sobre a pobreza menstrual, a menstruação e as ideologias que as atingem, para que influencie de maneira significativa o conhecimento de meninas e mulheres, e a criação de políticas públicas efetivas que possibilitem o acesso a dignidade menstrual e os direitos humanos.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar as influências dos aspectos ideológicos e culturais na violação da dignidade menstrual de meninas e mulheres cis. Portanto, este trabalho busca descrever as consequências dessas ideologias patriarcais⁷, apresentando o motivo dos processos que envolvem os corpos de meninas e mulheres cisgênero serem cingidos de estigmas e negligências, demonstrando as consequências da pobreza menstrual bem qual destrinchar o fenômeno em si e mostrar como o controle dos corpos femininos dificulta o avanço dos direitos de meninas e mulheres.

METODOLOGIA

Com o objetivo de demonstrar as influências das ideologias e estigmas referentes a menstruação que influenciam diretamente a violação dos corpos de meninas e mulheres, o presente estudo será uma revisão de literatura de natureza básica para que possa destrinchar através da pesquisa bibliográfica sobre o fenômeno da pobreza menstrual e seus impactos e fatores.

Logo, a pesquisa bibliográfica e documental foi feita de maneira qualitativa e exploratória, reunindo a leitura, análise e reflexão de artigos, livros, leis e Projetos de leis brasileiras relacionados a pobreza menstrual, a desigualdade social e de gênero e a ideologias socioculturais. Foi utilizado publicações, documentos, cartilhas, artigos, documentários e projetos de Lei de 1988 até 2023, no idioma português e traduzidos para o português através das plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico.

Neste estudo foi utilizado a diferenciação de menina e mulher. De acordo com a Plan International Brasil (2014) ser menina possui uma

⁷ Ideologias que reforçam a desigualdade de gênero, mantendo homens cisgêneros e heteros em situações de poder, influenciando a inferioridade das mulheres e limitando a liberdade destas (Bussinguer; Salvador, 2022).

dimensão simbólica, e não as colocar no mesmo lugar que mulher é dispor que se trata de fases, necessidades e especificidades diferentes. Manter meninas e mulheres cis em uma situação igualitária também é uma forma de negligenciar os direitos e necessidades de ambas. Logo, com o objetivo de considerar a diferença destas e não reforçar o estigma cultural que diz que “meninas se tornam mulheres quando menstruam”, este estudo será direcionado para esses dois públicos, ponderando suas diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos resultados da presente pesquisa bibliográfica, nota-se que a menstruação assim como todos os processos que envolvem os corpos de meninas e mulheres são cingidos por estigmas e ideologias patriarcais que auxiliam na manutenção da desigualdade de gênero e social, visto que atualmente a menstruação assim como a pobreza menstrual ainda é um tabu e não está presente em políticas públicas suficientes para ocorrer a amenização da situação desumana que meninas e mulheres são acometidas.

Meninas não possuem recursos suficientes para passar pelo período menstrual ainda estudando, logo, meninos cis não são acometidos pelo mesmo processo e conseguem manter uma regularidade escolar (UNICEF *et al*, 2021). Não há a presença igualitária nas escolas e nos trabalhos. Com a ideologia de poder de gênero, onde mulheres são inferiorizadas assim como tudo que envolve seu biológico, psicológico e cultural, assuntos como a menstruação, a sexualidade e outros temas são negligenciados socialmente e politicamente, possuindo consequências na vida destas.

Meninas e mulheres podem perder cerca de 50 a 150 ml de sangue e muitas precisam conciliar as mudanças hormonais e emocionais que o período menstrual pode causar com o trabalho ou a escola. Meninas que estão em sua menarca e mulheres que estão entrando na menopausa sofrem por mudanças psicológicas, biológicas e culturais. Logo, a menstruação também precisa ser

compreendida de acordo com a pessoa e o contexto onde esta é inserida. A UNICEF *et al* (2021) dispõe que é de grande importância que políticas públicas voltadas para os direitos menstruais sejam criadas para ajudar meninas e mulheres a conciliar a rotina no trabalho e na escola juntamente com seu ciclo menstrual.

Em contrapartida, existem meninas e mulheres que não possuem acesso a itens básicos para passar pelo período de maneira digna. As pesquisas demonstraram que a Pobreza Menstrual é um fenômeno complexo (UNICEF *et al*, 2021) que ocorre quando as pessoas que menstruam não têm acesso a materiais que possam auxiliá-las na higiene menstrual como papel higiênico, absorventes descartáveis, acesso a água e saneamento básico.

Com a escassez de recursos para o manejo correto da higiene menstrual, meninas e mulheres de baixa renda utilizam de sua criatividade para improvisar métodos com o objetivo de conter o sangue menstrual (UNICEF *et al*, 2021), estas utilizam panos, buchas vegetais e jornais velhos. É apontado pela UNICEF *et al* (2021) como um perigo para a vida e saúde de meninas e mulheres em situação de pobreza menstrual, visto que recorrendo a estes métodos irregulares, estas podem estar mais propícias a desenvolver doenças como infecções e até mesmo chegar ao óbito.

É demonstrado pelo Relatório Pobreza Menstrual no Brasil (UNICEF *et al*, 2021) que 90% das meninas brasileiras passarão de 3 a 7 anos estudando e menstruando. Considerando a realidade brasileira, foi demonstrado no relatório que a maioria das escolas não possuem recursos para o manejo correto da higiene menstrual. Logo, meninas que possuem o acesso restrito a estes itens dentro e fora da escola faltam às aulas durante seu período menstrual, prejudicando a vida escolar e favorecendo a desigualdade de gênero. No documentário “Absorvendo o Tabu” (2018), produzido pela Netflix, expõe uma mulher indiana que diz ter parado de ir à escola porque não tinha um lugar adequado para trocar seu “paninho”. Esta não conseguiu

continuar seus estudos porque não tinha condições de ter absorventes descartáveis e um local apropriado na escola para fazer a higiene.

Além da falta de água, papel higiênico, sabão e outros itens, há também a escassez de banheiro em condições de uso. O relatório relata que 237.548 brasileiras precisam fazer suas defecações a céu aberto. Com a precariedade da realidade de meninas e mulheres que são vulnerabilizadas em decorrência da pobreza menstrual, com a escassez de políticas públicas efetivas, estas são deslocadas para uma distância maior da dignidade menstrual.

Mesmo com a presença da Política Nacional de Atenção Integral à saúde da mulher (PNAISM), Da Costa Vargens *et al* (2019) discute em sua obra que meninas e mulheres são negligenciadas e inferiorizadas quando diz respeito a sua saúde e qualidade de vida. A Pobreza menstrual fere os direitos de promoção de saúde, acesso igualitário, políticas sociais e econômicas presentes na Constituição Federal (Brasil, 1988). Os autores Da Costa Vargens *et al* (2019) afirmam que esse aspecto possui um recorte de gênero onde é direcionado ao “ser feminino” um olhar inferiorizado.

Da Costa Vargens *et al* (2019) discute que a vergonha que meninas e mulheres por vezes sentem ao mencionar a palavra menstruação advém da perspectiva social dos papéis de gênero, onde é colocado que o “ser mulher” é marcado pelo silêncio, pela vergonha e pela omissão. Seguindo esse pensamento, explica-se o porquê que meninas e mulheres fazem o uso de códigos para expressar seu período menstrual como “estou de chico”; “naqueles dias” e outros termos para evitar que se fale sobre a menstruação em voz alta como é trabalhado por Fáveri e Verson (2007).

Apesar da menstruação ser um processo natural e fisiológico da saúde humana, este é cercado de estigmas. Advém de longos passados, como Fáveri e Verson (2007) relatam em sua pesquisa que esta ideia do corpo feminino ocupando um espaço de corpo inferior vem dos grandes e antigos discursos religiosos que permeiam até hoje, onde uma pessoa que menstrua ainda é um

símbolo de impureza como posto na Bíblia (Esteves, 2021). Segundo as autoras, o discurso religioso esteve presente na fala das mulheres entrevistadas em suas pesquisas, estas afirmaram que a menstruação é um motivo de vergonha por simbolizar a marca do sexo, e nos discursos religiosos, sexo é proibido e motivo de pecado, exceto se for utilizado para reproduzir. Para as autoras, é sob essa visão que ocorre o controle dos corpos femininos e a tentativa de desnaturalizar e desumanizar meninas e mulheres através da sua fisiologia.

Bussinguer e Salvador (2022) dispõem sobre os pensamentos de Foucault quando este diz que não há separação entre corpo e psique, logo, a consciência de meninas e mulheres sofre influências externas, ideologias culturais e patriarcais, logo, desde da primeira menstruação, meninas são educadas sob a presente óptica de ver o corpo feminino subordinado.

Entende-se que se a menstruação é socialmente vista como algo vergonhoso por derivar do corpo feminino no qual é inferiorizado através das ideologias patriarcais e de poder, pautas como o fenômeno da pobreza menstrual é pouco discutido e trabalhado em políticas públicas. A situação precarizada que meninas e mulheres que vivem em situação de pobreza menstrual passam é um reflexo do lugar que o corpo destas tem em sociedade: um corpo inferior, subordinado e negligenciado.

Logo, a pobreza menstrual e a escassez de informação são vistas como incontestáveis violações da “...previsão constitucional da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde das mulheres brasileiras...” (Bussinguer; Salvador, 2022, p. 60), favorecendo a subordinação feminina e a inexistência de independência e liberdade. Quando não é oferecida a devida importância para a presença dos meios para a obtenção de itens básicos do manejo menstrual, é negligenciado direitos constitucionais de justiça, de democracia, de liberdade e de cidadania da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou descrever os motivos pelos quais a menstruação é negligenciada socialmente, impedindo que meninas e mulheres, majoritariamente pretas e pardas com pouca ou nenhuma renda, não tenham acesso à dignidade menstrual e tenham seus direitos sociais da saúde e da educação violados. Com isso, conclui-se que a pesquisa alcançou resultados.

A menstruação por ser um processo da fisiologia da mulher é negligenciado socialmente por conta de ideologias patriarcais e sexistas que são propagadas socialmente e reforçam as relações desiguais e de poder. Mesmo a menstruação sendo um processo fisiológico antigo, esta é vista em sociedade de maneira invisibilizada por fazer parte de um corpo que é considerado inferior e subordinado. Logo, todos os processos que envolvem os corpos de meninas e mulheres são inferiorizados, como sua sexualidade, a menstruação, o conhecimento a respeito da fisiologia do corpo e fenômenos que acontecem com estes processos, como a Pobreza menstrual.

Neste trabalho foi abordado sobre o processo menstrual em uma perspectiva biopsicossocial, a pobreza menstrual bem como suas consequências e as ideologias e estigmas que cercam o corpo de meninas e mulheres. Logo, estas ideologias são diretamente influenciadas pelo recorte de gênero, entendendo o gênero como uma construção social perpassada desde da infância. Assuntos como a menstruação ainda são tabus e a pobreza menstrual se encontra como uma consequência da negligência e omissão por parte da promoção dos direitos à saúde e educação de meninas e mulheres pretas/pardas de baixa renda, fazendo com que estas sejam deslocadas para uma situação de vulnerabilidade com seus direitos violados, tornando a dignidade menstrual uma realidade distante.

Partindo desse pressuposto, este trabalho demonstrou as influências dos aspectos ideológicos e culturais na violação da dignidade menstrual de meninas e mulheres. Descreveu as influências das ideologias patriarcais na

vida destas e buscou demonstrar que os corpos de meninas e mulheres são cingidos de estigmas e tabus. Logo, este destrinchou o fenômeno da Pobreza Menstrual e suas consequências e mostrou como a tentativa de controle dos corpos femininos através da visão do que é o “ser mulher” dificulta o avanço de meninas e mulheres

Durante a pesquisa, foi identificado a escassez de literatura que aprofundasse nos aspectos psicológicos que envolvem a menstruação bem qual as consequências psicológicas da pobreza menstrual. Notou-se que, apesar deste trabalho ser reduzido à menstruação de meninas e mulheres, há poucas produções acadêmicas que dispõem sobre o processo menstrual em homens trans, trans masculinos, pessoas não binares e pessoas com deficiência, e as consequências da pobreza menstrual para esses indivíduos. Com isso, seria de grande valia pesquisas por parte da área da psicologia a respeito da temática que descrevam sobre a perspectiva de outras pessoas que menstruam e as consequências psicológicas das negligências ocorridas pela desigualdade de gênero e social.

Houve pouquidade em dados que tracem a pobreza menstrual de maneira interseccional, aprofundando mais nas vivências de mulheres pretas e sua relação com a menstruação, e em como a pobreza menstrual as afeta. Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa se restringiu nos dados bibliográficos, mas seria relevante uma pesquisa cujo enfoque seja nas experiências subjetivas a respeito do contato de meninas e mulheres com esses estigmas sociais que envolvem seus corpos e como eles as impactam. Com isso, também seria de extrema importância discussões mais aprofundadas a respeito do estabelecimento das questões de gênero e como isso impacta a saúde e dignidade das mulheres

O presente estudo buscou compreender os motivos pelos quais o processo menstrual é estigmatizado de maneira que atinja o alcance a dignidade menstrual de meninas e mulheres. Com as influências dos estigmas

sociais, notou-se poucos estudos que se aprofundem na experiência de meninas e mulheres em relação aos processos que pertencem aos seus corpos sendo relatados por elas mesmas. Em contrapartida, foi observado que há um número considerável de estudos nos quais são escritos por mulheres, assim como a maioria da literatura utilizada para a presente pesquisa. Considerando a realidade já demonstrada, entende-se que o “ser mulher” visto em sociedade ainda é um ser visto como subordinado e inferiorizado, que precisa falar sobre os processos que envolvem seu corpo de maneira silenciosa e por esse motivo não são mencionados em políticas públicas para promover a qualidade e dignidade menstrual. Com isso, é de grande valia trabalhos e contribuições acadêmicas que dispõem sobre a presente temática com o objetivo de diminuir as tentativas de controle dos corpos femininos e trazer discussões a respeito da menstruação e da pobreza menstrual e seus impactos.

REFERÊNCIAS

ABSORVENDO TABU. Rayka Zehtabchi; Melissa Berton. **Produção:** Netflix. Índia: 2018.

BRASIL, Plan. **Por ser menina no Brasil:** crescendo entre direitos e violências. Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil. São Paulo, 2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 10 mar. 2023

DE AZEVEDO BUSSINGUER, Elda Coelho et al. O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 8, n. 1, p. 49-64, 2022. Disponível em: [O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/361111111)>. Acesso em: 11 abr. 2023

DA COSTA VARGENS, Octavio Muniz et al. **A percepção de mulheres sobre a menstruação: uma questão de solidariedade [Women 's perception of menstruation: a question of solidarity][La percepción de mujeres sobre la menstruación: una cuestión de solidaridad]**. Revista Enfermagem UERJ, v. 27, p. 40120, 2019. Disponível em: <A percepção de mulheres sobre a menstruação: uma questão de solidariedade [Women's perception of menstruation: a question of solidarity] [La percepción de mujeres sobre la menstruación: una cuestión de solidaridad] | Vargens | Revista Enfermagem UERJ>. Acesso em: 28 mai. 2023

DE FÁVERI, Marlene; VENSON, Anamaria Marcon. Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação. **Anos 90**, v. 14, n. 25, p. 65-97, 2007. Disponível em:< Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação | Anos 90 (ufrgs.br)> Acesso em: 03 ago. 2023

ESTEVES, Alexandra. Alguns olhares sobre a menstruação. **Ágora. Estudos Clássicos em Debate**, v. 23, p. 247-266, 2021. Disponível em :<Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa: Alguns olhares sobre a menstruação (ucp.pt)>. Acesso em: 02 ago. 2023.

UNICEF et al. **Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos**. 2021. Disponível em: Pobreza Menstrual no Brasil (unicef.org). Acesso em: 02 mar. 2023

Eixo Tecnologia, mídias e gênero

O CORPO FEMININO EM REDE: AS REPRESENTAÇÕES DE BELEZA NA CONTEMPORANEIDADE

Thaís Pinto Fontinele

O presente trabalho, que versa sobre o corpo feminino tomado como objeto de consumo na contemporaneidade, surgiu de uma inquietação pessoal para compreender quais são os engendramentos sociais que transformaram o corpo feminino em um capital com valor de mercadoria na sociedade de consumo contemporânea e quais são os impactos subjetivos desse tipo de relação.

Essa inquietação serviu como impulso para a realização da pesquisa intitulada “*A ditadura do corpo perfeito na sociedade de consumo contemporânea*”, empreendida por mim em 2017, como trabalho de conclusão de curso na graduação em Psicologia. Esse trabalho amadureceu questões e gerou novas hipóteses que motivaram uma proposta de dissertação no mestrado em Psicologia, concluída em 2020.

Percebo que na sociedade de consumo contemporânea, por mais que se realizem esforços para desenraizar as bases das normas e da ordem social capitalista, os tentáculos da norma e da disciplina parecem ser mais apelativos, a ponto de moldar as nossas vidas, não sendo tão simples resistir a eles. Sendo mulher, sou atravessada subjetivamente por discursos e dispositivos que normatizam a beleza e normalizam a magreza como o padrão estético hegemônico.

Nesse sentido, por discursos e dispositivos entendemos o seguinte: “[trata-se de] um conjunto de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e de não ditos” (Courtine, 2013, p.

27). Assim, de acordo com os referenciais adotados nesse estudo, entende-se que os discursos são, eles mesmos, imanentes ao dispositivo; e, por dispositivo, entendemos: “uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo” (Agamben, 2009, p. 46).

O presente trabalho visou, além de compreender o processo histórico de sociabilidade do corpo na contemporaneidade, realizar uma genealogia do corpo feminino na sociedade de consumo contemporânea. Assim, compreender a relação entre os aspectos socioculturais e os processos de construção da subjetividade feminina em relação ao corpo na contemporaneidade é o objetivo central que baliza essa pesquisa.

No contexto da cultura de consumo da sociedade contemporânea o corpo tem assumido um papel de destaque como um dos principais sintomas do nosso tempo. A onipresença do corpo no bojo dos discursos que circulam na cultura contemporânea representa um paradigma desse tipo de arranjo social, levando-nos a pensar que o corpo se tornou, ele próprio, um objeto de consumo promovido pela forma de organização do sistema capitalista.

Portanto, o fato de que o corpo tomou a frente da cena social justifica, em parte, a relevância social desse trabalho, baseada na atualidade que esse tema evidencia. Por ser atual, o interesse dos indivíduos por esse assunto se configura de diversas formas, como nos é apontado:

Atualmente o imenso interesse da imprensa pelas questões que envolvem o corpo pode ser facilmente verificado pela quantidade de reportagens que invadem nosso cotidiano tratando da saúde ou da doença. [...] O corpo toma a frente da cena social. Sua forma ou seu funcionamento é assunto frequente nas conversas entre amigos, nas piadas contadas na mesa de bar, nas novelas, no cinema, etc. (FERNANDES, 2003, p. 13).

A ampliação da rede de sociabilidade corporal pode ser ilustrada pelo aumento massivo do número de cirurgias plásticas de cunho estético

realizadas ao redor do mundo, bem como pelo crescimento exponencial de academias destinadas à realização de atividades físicas e das práticas *fitness*. O desenvolvimento da indústria *fitness* condensa esforços de diferentes mercados, reunindo as academias de ginástica e prática de atividades físicas, o universo das dietas e alimentação “saúdável”, a moda e o vestuário, bem como os serviços e procedimentos estéticos cirúrgicos e não-cirúrgicos.

Os valores da sociedade de consumo contemporânea influenciam os processos de subjetivação atuais e, por isso, o culto ao corpo passa a se apresentar como uma nova forma de dominação social. De acordo com Freire-Costa (2005), a designação “cultura do corpo” em alusão à cultura contemporânea significa dizer que o corpo tornou-se um referente privilegiado para a construção das identidades pessoais nesse contexto. A mídia é uma aliada importante nesse processo, visto que a preocupação com o corpo, a estética e o embelezamento têm, no universo midiático, um lugar de destaque.

Ao realizar uma genealogia da sociedade de consumo contemporânea, visto evidenciar a história que se inscreve no cotidiano dos corpos femininos, buscando, assim, identificar as principais formas de agenciamento e controle dos corpos femininos na contemporaneidade, analisando a construção das redes de verdade através da mídia.

Em termos gerais, o conceito de mídia, sinônimo de “meios de comunicação social”, refere-se aos veículos responsáveis pela comunicação, bem como pela difusão de informações, que atingem a grande massa, abrigando, assim, os grandes meios com reconhecida influência sobre as pessoas, como rádio, revistas, televisão, jornais, entre outros. Ela engloba também o campo da publicidade, a produção de filmes, novelas e minisséries. Dessa forma, este termo está vinculado aos processos de produção, circulação e recepção de mensagens.

Na contemporaneidade, a mídia assumiu uma função central no processo de produção e veiculação de repertórios, considerando, principalmente, o largo alcance de público que se pode interpelar através de suas produções. Assim, pode-se dizer que a mídia atua como um poderoso veículo de influência sobre a subjetividade contemporânea, porque tem o poder de criar hábitos, verdades e padrões de comportamento e de beleza. Como exemplo, podemos citar a influência que os anúncios comerciais exercem sobre o consumo de produtos, que é massivo sobre os indivíduos.

Nesse sentido, pode-se pensar que os meios de comunicação representam um pilar de sustentação para a manutenção da ordenação capitalista, pautada pela lógica do consumo, pois, como afirma Rodrigues (2006, p. 33): “eliminem-se os meios de comunicação de massa e a sociedade industrial desabará”.

Assim, como afirma Guareschi (2004), hoje a mídia não apenas diz o que existe e, conseqüentemente o que não existe, como também atribui uma conotação valorativa sobre a realidade existente. A mídia determina os assuntos que são colocados em discussão na sociedade, determinando, em certa medida, o que deve e pode ser falado. Na prática, entendemos que mesmo que a mídia não limite os assuntos que devem ser tematizados e abordados através de seus artefatos comunicacionais, ela certamente circunscreve aquilo sobre o que se deve pensar.

Os indivíduos, mesmo tendo a possibilidade de questionar e discordar do que está sendo referenciado pela mídia, não têm poder para agir sobre o fato de que é sua engrenagem que decide sobre os assuntos e as pautas que não serão discutidas pela população de determinada sociedade, em determinado momento. Não dar voz nem vez a determinados discursos mantêm os indivíduos presos em uma realidade que é sempre parcial. Assim, atualmente a mídia é uma das ferramentas mais importantes no

sentido de produzir subjetividades, porque é através de suas lentes que os indivíduos desenvolvem esquemas de interpretação e valoração acerca da realidade.

De acordo com Thompson (1995), hoje vivemos uma época que se pode definir como sociedade midiada e cultura midiada, posto que, atualmente, todas as instâncias sociais, como a economia, a educação, a religião e a política, mantêm uma relação intrínseca com a mídia.

O papel da mídia atualmente é o de instituir o que é real, e colocar em voga os assuntos que devem ser discutidos pela população. Guareschi (2004) afirma que: “a comunicação hoje constrói a realidade” (p. 83), o que seria como dizer que a mídia ocupa um lugar que pretende produzir e fazer circular regimes de “verdade” na sociedade. Mas, bem sabemos que tais discursos, pretendidos “verdadeiros”, são sempre imbricados em uma rede complexa de saber, imanentes a relações estratégicas de poder, em que se articulam diferentes mecanismos que visam à regulação social e à massificação.

Foucault (2014) assevera que o poder são relações de forças capazes de produzir, induzir ao prazer, formar saberes e produzir discursos. Nesse sentido, as relações de poder produzem, reciprocamente, regimes de verdade, a partir de diferentes coerções sociais. Os regimes de verdade são particulares a cada sociedade e cultura, que acolhem certos discursos e, através de diferentes mecanismos e instâncias, fazem circular os enunciados tidos como “verdadeiros”. A mídia representa, nesse caso, uma das instâncias contemporâneas que sanciona a “verdade”. Entendemos por “verdade” o conjunto de regras sociais segundo o qual se pode distinguir o verdadeiro do falso, atribuindo àquilo que é verdadeiro efeitos específicos do poder (Foucault, 2014).

Ampliando a discussão até então empreendida para o âmbito dos regimes de verdades que sustentam a construção do corpo feminino na contemporaneidade, me proponho formular o seguinte raciocínio: a hegemonia do ideal de magreza como modelo de saúde e beleza se localiza, historicamente, em uma imbricação social, política e econômica.

Como toda marcação de identidade pressupõe a marcação da diferença dentro de um sistema classificatório, o corpo abjeto da contemporaneidade é aquele que não atende aos imperativos estéticos que incorporam a ideia da disciplina e controle sobre si mesmo. É nesse sentido que são construídas as oposições binárias que impelem ao controle social e geram desigualdades nesse âmbito. Nesse caso, os meios de comunicação são o ponto de articulação dessas desigualdades, ao instituir paradigmas de conformação social a um ideal, que é apresentado como um mandamento inquestionável.

A indústria cultural oferece, diariamente, imagens e informações sobre o padrão de corpo feminino que é socialmente aceito, apontando caminhos, soluções, propostas e indicações sobre como se alcançá-lo. Nessa acepção, a interpelação da mídia propaga um discurso que, apoiado pelos avanços científicos, afirma que é necessário trabalhar, controlar e modificar o corpo, apontando a saúde como um dos fatores primordiais para essa regulação. Analisando o corpo sob essa mesma perspectiva, Le Breton discute que na contemporaneidade:

A relação do indivíduo com o seu corpo ocorre sob a égide do domínio de si. O homem contemporâneo é convidado a construir o corpo, conservar a forma, modelar sua aparência, ocultar o envelhecimento ou a fragilidade, manter sua “saúde potencial” (Le Breton, 2003, p. 30).

Assim, o próprio conceito de saúde, nesse recorte espaço-temporal, é constituído de maneira discursiva pela mídia e engloba saberes de diversas engrenagens sociais, abarcando noções estéticas, higienistas e monetárias. A

partir dessa concepção, o conceito de saúde contemporâneo pode ser associado às noções de autocontrole, disciplina e força de vontade comumente veiculadas pelos meios de comunicação. Em resumo, pode-se considerar que os discursos contemporâneos convergem para o entendimento da saúde enquanto uma meta pessoal, a ser alcançada através de ações dirigistas e intencionais que visam ao enquadramento do corpo dentro de uma lógica guiada por prescrições estabelecidas de maneira instrumental e moralizante.

Assim, os discursos que se apoiam no corpo magro para estabelecer a identificação social da saúde acabam por normalizar e moralizar outros corpos e condutas, a partir do modelo estético de beleza e bem-estar que são apresentados como ideais. Apesar desses discursos não serem, em sua totalidade, coercitivos e repressivos, há que se considerar que eles incorporam possibilidades de frustração e ansiedade, principalmente quando não se consegue alcançar a imagem visível que representa o sujeito adequado aos moldes normativos da contemporaneidade.

Para além da tendência a uniformizar os indivíduos em torno de um ideal - que os convida, a “pertencer” àquele grupo - as regras instituídas e veiculadas pela mídia sobre o padrão de corpo bonito e saudável são também formas de violência, que pode ser experimentada por aquelas que ousam escapar das malhas dessa rede de poder. Com efeito, é frustrante não se reconhecer nos modelos corporais que reiteram o símbolo social de sucesso. Assim, as mulheres são pedagogizadas pela mídia, desde muito cedo, a não aceitarem seus corpos, aprendendo que certas características correspondem a defeitos que podem – e devem – ser corrigidos. O corpo natural se torna um estigma na sociedade de consumo, pois o corpo “bom” é aquele conquistado através de muito esforço e de muito consumo.

Devido à influência da mídia, na cena contemporânea há um esforço em se trabalhar o próprio corpo, em consonância com o discurso do

incremento da saúde e de modo a se distanciar ao máximo da “imperfeição”. Assim, o cuidado consigo mesmo, caracterizado por uma dupla sujeição – ao ideal de saúde e de beleza – é perpassado pela realização de atividades de consumo, que vão desde as atividades físicas, à regulação da alimentação, ao uso de medicamentos, à aquisição de cosméticos em geral ou de serviços como cirurgias plásticas e procedimentos dermatológicos.

Na contemporaneidade, as normas operam de maneira indicativa, e não autoritária. Elas são apresentadas como conselhos práticos, diretrizes de informação, publicidade e terapias “sob medida” (Lipovetsky, 2005). Isso acontece devido à ampliação da rede de vigilância na sociedade, que envolve a efetiva participação dos indivíduos comuns, que estão por toda a parte e são capazes de atuar a todo o momento, correspondendo assim às estratégias que compõem os dispositivos de controle.

Aliada a outros tipos de mídia e da publicidade, as revistas consolidaram e instituíram modelos e padrões estéticos, que, no decorrer dos anos, se impuseram na sociedade. De acordo com Buitoni (1981), a partir do ano 1930, desenvolveu-se o perfil da mulher consumista e liberada, em consonância com a era do “novo”, do “moderno”. Essa noção de moderno na imprensa se deu na área da aparência, incitando a mulher a renovar-se a cada dia, desde as roupas utilizadas até mesmo ao próprio corpo. A partir de então as publicações, servindo ao consumo, disseminaram a ideia da cirurgia plástica e do mito da juventude, colocando a concepção do “novo” como o objeto de consumo do momento. Para dar conta do mercado “moderno”, a imprensa e a publicidade lançaram mão de inúmeros recursos e o principal deles se trata da alienação do sujeito na relação com os objetos, ao passo que os objetos parecem “ganhar vida”, os interlocutores deixam de tê-la. Assim, sugere-se que o sujeito só poderá ganhar novamente qualidade e

personalidade mediante à posse de um objeto que lhe determine valor, *status* e posição social.

A mulher, então, não pode ser bela, sensível, alegre, por si só. Ela conseguirá essas qualidades se tiver determinados objetos. Para ser, ela precisa ter. Esse deslocamento acaba por anular a possibilidade de crescimento pessoal. Até para se autoconhecer, a pessoa (principalmente a mulher, alvo preferido dessa inversão ideológica) precisa da mediação do objeto (Buitoni, p. 131).

A partir do século XX, o impacto da mídia impressa, principalmente das revistas, passou a ser massivo na sociedade, pois adquiriu um poder de influência muito forte sobre os indivíduos, principalmente as mulheres, exercendo um papel fundamental na divulgação de informações científicas, notícias e representações sociais. Na década de 80, surgiram as revistas especializadas em estética, saúde, regimes alimentares e desenvolvimento corporal voltadas ao público feminino (Buitoni, 1981). Esses veículos de comunicação pregavam uma conformidade a um determinado padrão estético e, mesmo nas publicações que não se detinham especialmente a essa temática apontavam uma preocupação com a beleza.

Durante muitos anos, as publicações das revistas funcionaram como um dos principais dispositivos de controle do corpo na sociedade, prescrevendo noções de beleza e apontando medidas corporais que deveriam ser seguidas a fim de se alcançar o corpo propagado como perfeito. Utilizando-se de um tom amigável e descontraído, mas ainda imperativo, as publicações dirigidas especialmente ao público feminino se apropriaram da representação social romântica da mulher no século XX para incentivar a comercialização de produtos e serviços de embelezamento.

O lugar dirigista ocupado pela mídia impressa permanece até os dias atuais. No entanto, na sociedade de consumo contemporânea, novas formas de agenciamento dos corpos femininos se pulverizaram e, atualmente, vigora o uso das redes sociais.

A normalização do corpo feminino na contemporaneidade, incentivada pelos enunciados que circulam nas redes sociais, opera de forma muito similar como as revistas especializadas no público feminino operavam na modernidade. Dessa forma, essas mídias apresentam chamadas que funcionam como convocações, despertando a atenção para a utilização de uma linguagem que se baseia na função conativa, comum às publicações desde a era moderna e acentuada na contemporaneidade. Essas frases não são sugestões; linguisticamente são ordens (Buitoni, 1981), visto que o uso de sentenças imperativas transforma as frases em ordens que induzem o leitor à aceitação e não à contestação do que se prega.

Contemporaneamente as formas de controle que têm sido utilizadas para capturar os indivíduos não visam apenas a se apossar do corpo, mas buscam também capturar as subjetividades dos indivíduos. Portanto, diz-se que atualmente há uma coexistência dos dispositivos disciplinares e de controle que fabricam modos de subjetivação particulares ao presente momento histórico.

Com base em Debord (1997), em uma sociedade do espetáculo não basta somente “ser”, mas é necessário “parecer”. Dessa maneira, os indivíduos são levados a compreender o mundo a partir das lentes do espetáculo, e são incentivados a ser parte dele, reiterando os seus valores e estilos de vida. Assim, compreende-se o corpo como um veículo que possibilita aos indivíduos fazerem parte de uma rede de influência que os mantém sempre às vistas na mídia. Em uma sociedade do espetáculo, as mulheres são julgadas e medidas pela aparência que seus corpos colocam em evidência, seja nas revistas femininas, típicas da segunda metade do século XX, seja nas redes sociais digitais, típicas do início do século XXI. Se o instrumento de controle e disciplinamento do corpo se alterou (da mídia impressa para a digital), podemos dizer que a lógica normalizadora ainda

permanece. Contudo podemos postular que, dada a ubiquidade, instantaneidade e o número de usuários, acessos e tempo de utilização, as redes sociais digitais promovem um incremento do processo de normalização social, particularmente sobre o corpo como um objeto de consumo.

O corpo, como um fato social, está submetido à mesma lógica que interpela a lógica do consumo, portanto, as normas e as técnicas específicas de controle dos corpos femininos atendem às demandas do capital. Os corpos das mulheres, nesse contexto, são incitados constantemente a consumirem, ao mesmo tempo em que são consumidos pelo mercado, pois, ao serem estandardizados, ensinam a norma e servem de modelo para outros corpos, pelo intermédio dos discursos médicos, científicos, midiáticos e, principalmente, publicitários que, associados, criam e vendem a ideia da representação da feminilidade em torno da estética hegemônica.

Palavras-chaves: Corpo. Mídia. Gênero. Subjetividade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BITTNER, D. H. S. **Mulher de papel:** a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

COURTINE, J.J. **Decifrar o corpo:** pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. **O Mistério de Ariana.** Tradução de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja Passagens, 1996, p. 83-96.

FOUCAULT, M. Poder-corpo. In: _____. **Microfísica do Poder**. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

KEEN, A. **Vertigem digital**: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KEHL, M. R. Visibilidade e Espetáculo. In: BUCCI, E.; KEHL, M. R. **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, p. 141-173, 2004.

LE BRETON, D. **Adeus ao copo**: Antropologia e sociedade. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LIPOVETSKY, G. & CHARLES, S. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

RECUERO, R. **Comunidades em redes sociais na internet**: proposta de tipologia baseada no Fotolog.com. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 334 p., 2006.

SANT'ANNA, D. B. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SIBILIA, P. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SEXUALIDADE NAS ESCOLAS: metodologias ativas e aprendizagem significativa

Jovania Ribeiro Silva
Universidade Regional do Cariri (URCA)
Rosivane Mesquita do Nascimento
Universidade Regional do Cariri (URCA)

RESUMO

O tema sexualidade pode ser ainda um tabu para alguns alunos e para os seus familiares, por isso a temática requer um espaço onde o aluno e os professores sintam-se confortáveis, onde o professor possa transmitir a segurança no diálogo com os jovens e estes possam trocar informações e até as suas próprias vivências. Assim, as metodologias ativas e a aprendizagem significativa são caminhos para a construção do conhecimento voltado às várias dimensões da sexualidade. De posse desse saber os alunos se sentirão imponderados para a construção de um pensamento crítico e reflexivo sobre a sexualidade e suas dimensões. Assim, o estudo tem por objetivo geral, discutir sobre como a metodologia ativa e a aprendizagem significativa podem facilitar uma compreensão mais profunda e duradoura dos tópicos relacionados à sexualidade. Os objetivos específicos consistem em: analisar os desafios que podem surgir ao introduzir educação sexual nas escolas; compreender a legislação educacional voltada para o estudo da sexualidade; conceituar as metodologias ativas e aprendizagem significativa; estudar estratégias ativas e significativas para envolver os alunos ativamente na aprendizagem sobre educação sexual; com exemplos de atividades práticas e dinâmicas que estimulam a participação e a reflexão. O artigo se justifica, pois educação sexual, quando integrada ao currículo escolar, contribui para a promoção da saúde física, mental e emocional dos estudantes, as metodologias ativas e as aprendizagens significativas são abordagem aliadas ao desenvolvimento do conhecimento. A abordagem das metodologias ativas permite que os alunos participem ativamente da construção do conhecimento, promovendo uma compreensão mais abrangente da sexualidade. A metodologia para a construção do presente artigo consiste na revisão bibliográfica e pesquisa exploratória. Os resultados buscam a desconstrução e desmistificação sobre o estudo da sexualidade em sala de aula, usado como ferramenta as metodologias ativas em busca de um aprendizado significativo presente no dia a dia dos estudantes.

Palavras-chave: educação; metodologia ativa; sexualidade.

INTRODUÇÃO

Na cultura em que vivemos as características externas é que vão diferenciar os sexos dos indivíduos, esses caracteres são chamados de primários, um exemplo, é o pênis no homem e a vagina na mulher.

Após a ocorrência dessas transformações que dão início a puberdade, o corpo encontra-se apto à reprodução, mas não quer dizer que o jovem esteja pronto para lidar com toda essa dimensão que é sentida pelo seu organismo (Melo; Grangeia; Moura, 2020).

Nessa fase de intensas mudanças, as necessidades orgânicas dos indivíduos vão se tornando mais intensas, com essas mudanças surge a fase da experimentação da sexualidade. A descoberta do sexo traz outros interesses, como as sensações e emoções, que, às vezes, eles não conseguem entender esses sentimentos e se sentem perdidos. Assim, a individualidade que cada um carrega consigo deve ser respeitada e os cuidados com a saúde e a qualidade de vida desses jovens devem ser garantidas (Lins; Silva; Santos, 2017).

A educação sexual deve ser responsabilidade de todos, como a família, escola, profissionais de saúde além dos meios de comunicação, através de informativos e campanhas educativas que são lançadas pelo governo (Caldeira; Lopes, 2017).

A adolescência é uma fase de muitos questionamentos e é muito comum as dúvidas relacionadas ao sexo, uma orientação segura pode causar um efeito positivo na vida de um jovem assim como uma má orientação pode trazer grandes prejuízos para a sua vida e até mesmo para a sua família. Por isso, é de suma importância que os professores estejam capacitados para que juntos possam construir conhecimentos sobre a sexualidade humana e dar novos significados à vida desses jovens (Silva, 2015).

Assim, o objetivo do artigo consiste em discutir sobre como a metodologia ativa e a aprendizagem significativa podem facilitar uma compreensão mais profunda e duradoura dos tópicos relacionados à sexualidade. E os objetivos específicos são: analisar os desafios que podem surgir ao introduzir educação sexual nas escolas, compreender a legislação educacional voltada para o estudo da sexualidade, conceituar as metodologias ativas e aprendizagem significativa e estudar estratégias para envolver os alunos ativamente na aprendizagem sobre educação sexual; com exemplos de atividades práticas e dinâmicas que estimulam a participação e a reflexão.

A abordagem do tema "Sexualidade nas Escolas" com enfoque em metodologias ativas e aprendizagem significativa, se faz fundamental em diversas razões que convergem para o desenvolvimento integral dos alunos. Essa abordagem não apenas atende às necessidades educacionais, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios da vida adulta. Assim, levantasse os seguintes questionários: quais são os desafios associados ao ensino da sexualidade nas escolas? E como as metodologias ativas podem ser utilizadas de maneira que promova a educação sexual?

A sociedade contemporânea enfrenta desafios e debates relacionados à sexualidade. Incluir esse tema no currículo escolar reflete a necessidade de abordar questões atuais e preparar os alunos para compreender e contribuir de maneira informada para essas discussões.

A educação sexual, quando integrada ao currículo escolar, contribui para a promoção da saúde física, mental e emocional dos estudantes. A abordagem de metodologias ativas permite que os alunos participem ativamente da construção do conhecimento promovendo uma compreensão mais abrangente da sexualidade.

Ao adotar uma abordagem centrada em metodologias ativas e aprendizagem significativa, a escola visa não apenas transmitir informações, mas também formar cidadãos críticos, conscientes e responsáveis em relação à sua própria sexualidade e à dos outros. Essa abordagem contribui para a construção de uma sociedade mais informada, saudável e inclusiva.

O artigo tem como base a metodologia bibliográfica e exploratória. O estudo biográfico proporciona uma revisão abrangente da literatura existente sobre o tema, destacando as principais teorias, conceitos e descobertas que foram previamente exploradas por outros pesquisadores.

A pesquisa exploratória tem como principal objetivo proporcionar uma compreensão mais profunda e abrangente sobre um tema ou problema, muitas vezes pouco conhecido ou compreendido. Os objetivos de pesquisa exploratória são geralmente amplos e flexíveis, esclarecer conceitos e fornecer uma base sólida para pesquisas mais detalhadas no futuro. Assim, buscassem identificar e definir variáveis relevantes e importantes que possam influenciar ou estar relacionadas ao fenômeno em estudo.

OS DESAFIOS PARA INTRODUIR A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Muitas são as barreiras enfrentadas pelos educadores ao introduzirem a educação sexual nas escolas, isso se deve em parte por conta do convívio social e familiar que estes jovens estão inseridos. Esse convívio social tem levado muitos a buscarem informações distorcidas nas redes midiáticas, como uma vida sexual precoce e sem maturidade para tal informação.

A falta de estrutura familiar também contribui para que os pais abandonem seus filhos, e estes se veem criados ou “jogados” à própria sorte, onde aprendem nas ruas bobagens como: músicas pornográficas, sexo sem

segurança e em alguns casos chegam até a serem abusados dentro de suas próprias casas por pai ou padrastos e sem contar com os números alarmantes da pedofilia em nosso país. Assim, muitos se tornam vítimas da deseducação sexual a qual foram inseridos.

Algumas entidades religiosas também não pregam o que deveria estar escrito na bíblia, pois diminuem as mulheres apenas como servas do lar e as preparam para o casamento como se essa fosse a única missão dela aqui na terra, aquelas que não conseguem procriar são consideradas “secas”. O tabu que existe na igreja para se falar de sexualidade, orientação e prevenção chega a ser perverso. Outra situação são os casos de abusos que são cometidos em igrejas, pois são nesses alicerces que se deveria buscar por “abrigo”, proteção e orientação que se ouve dizer que o sexo é algo sujo e pecaminoso.

De acordo com Queiroz e Almeida (2017), a educação sexual não depende somente dos professores, mas sim de toda a comunidade escolar e da sociedade como um todo, assim, a escola deve estar preparada para essa temática com projetos que atendam os anseios escolares, que hajam momentos interativos e de reflexões com os jovens. Cabe ao adulto ajudar na construção de suas opiniões, seus medos e angústias e desta forma falar do assunto com naturalidade para que ele possa se sentir seguro e possa ter as suas opções de escolha.

Para alguns autores como Vasconcelos, Nunes (1996), Gagliotto (2009), Tuckmantel (2009) e Gagliotto e Lembeck (2011) (BRASIL, 2013) é estritamente relevante se falar de educação sexual no contexto emancipatório, pois esse conceito possibilita ao jovem compreender a educação sexual não somente no sentido biológico, mas também de uma forma mais ampla.

De acordo com Vasconcelos (BRASIL, 2013, p.111), a educação sexual emancipatória:

[...] é abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e moral, que não apanha a sexualidade naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor.

A atuação da escola no processo emancipatório dos jovens é fundamental, assim, como todos também devem contribuir no processo de desenvolvimento educacional. Vale ressaltar que os pais são os primeiros educadores de seus filhos. E cabe aos professores independente da sua área de atuação contribuir com a desmistificação de tabus e suavizar o diálogo de modo que cada um busque pela sua essência existencial.

A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL VOLTADA PARA O ESTUDO DA SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Ao longo dos anos, alguns documentos se referiram à educação sexual no Brasil de forma direta ou indireta, algumas vezes para silenciá-la, outras para promovê-la.

De acordo com a Constituição Federal de (Brasil, 1988) que é a nossa lei maior, a educação se constituiu como dever do Estado e direito de todas as crianças, desde o nascimento até a sua inclusão nos sistemas de ensino, como a primeira etapa da Educação Básica, esta passou a ser normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Assim a Diretrizes e Bases (Brasil, 2005, p. 07), em seu art. 1º entende que a

[...] educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos

sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Desde a sua criação ela passou a ser dialogada em diversos setores e passou desde então a ser incorporada ao Plano Nacional da Educação (PNE), que designou metas, diretrizes e estratégias para serem inseridas na política educacional.

A Base Nacional Comum Curricular, as redes de ensino e as unidades escolares também devem estar organizadas para garantir a equidade entre todos os estudantes. Nesse sentido cabe às instituições escolares promoverem e incorporarem propostas pedagógicas referentes a temas atuais, que afetem a vida humana em qualquer nível, seja local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2022). A BNCC é um documento norteador e serve de referência para os currículos escolares.

De acordo com os parâmetros curriculares (1997 apud Nunes; Silva 2000; Nascimento 2015), a orientação sexual deve ser passada de maneira organizada, simples e direta. A mesma deve ser transmitida dentro da programação do currículo ou à medida que forem surgindo questionamentos a respeito do tema.

Para as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, a criança é o sujeito de seus direitos, que nas suas relações pessoais ela vai construindo suas vivências, identidade pessoal e coletiva. Assim as diretrizes apontam para a importância da criança na centralidade do planejamento curricular e observa nas Políticas Nacionais e Diretrizes Curriculares - DCNEI (Brasil, 2020) a evidência da criança na centralidade da educação. Deste modo ela é capaz de interferir ativamente no processo de ensino aprendizagem.

Para o Currículo Nacional de orientação sexual (Brasil, 2022, p.124),

Por entender que a abordagem oferecida acontece a partir de uma visão pluralista de concepções, valores e crenças possa se expressar, não compete à escola, em nenhuma situação,

julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias.

Desta forma o principal objetivo dos PCNs é transmitir informações sobre o corpo, assuntos referentes à sexualidade, instrução e orientação aos professores e sobretudo aos alunos para que possam conhecer o seu próprio corpo e não julgar como certo ou errado a orientação das famílias.

Contudo, o tema sexualidade vem sendo discutido há alguns anos, mas a primeira abordagem deve ser da família no seu ambiente privado e a escola deve transmitir informações e reflexões à margem do processo de construção da personalidade, posto que a educação sexual é parte construtiva da educação para a cidadania, uma vez que se trata de formações de valores e direitos humanos.

AS METODOLOGIAS ATIVAS E A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO APRENDIZADO SOBRE SEXUALIDADE

No decorrer da história educacional brasileira, as leis refletem sempre em busca de uma contínua inclusão e aprimoramento do processo ensino aprendizagem para o conhecimento significativo. Como já descrito, a educação é garantida por lei e tem avançado no campo educacional, mas os desafios e as dificuldades ainda são constantes.

As metodologias ativas e da aprendizagem significativa, são movimentos e abordagens que vêm se destacando e que colocam o estudante como protagonista da construção de seu aprendizado.

As metodologias ativas buscam engajar os estudantes de forma ativa em seu processo de aprendizagem, em busca de uma maior retenção de conhecimento e habilidades. Atividades como: sala de aula invertida,

aprendizagem baseada em projetos e aprendizagem colaborativa, são abordagens que ganham cada vez mais espaços nas salas de aula e todas são exemplos de ferramentas dessas metodologias (Santos; Lessa; Arueira, 2022).

Assim, a aprendizagem significativa, proposta por David Ausubel, aborda a importância de proporcionar novos conhecimentos ao conhecimento cognitivo já existente do estudante, o que resulta em uma aprendizagem mais relevante e duradoura do aprendiz (Júnior; Lima; Arcanjo, 2023). Além disso, as metodologias ativas podem facilitar o desenvolvimento de significados pelos estudantes, o que resulta em experiências de aprendizagem mais autênticas e contextualizadas.

O uso dessas metodologias ainda não são realidades em todas as escolas apesar dos avanços. São muitos os desafios a serem enfrentados, como a formação de professores para a implementação efetiva de metodologias ativas, os materiais e as condições de infraestrutura das escolas para suportar essas abordagens e além da superação de desigualdades socioeconômicas que afetam o acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros (BRASIL, 2022).

Portanto, apesar da legislação brasileira refletir e buscar um constante processo de evolução educacional, caminhos promissores, como as metodologias ativas e a aprendizagem significativa, que são fundamentais para uma educação mais engajadora e transformadora, enfrentam desafios para compor o repertório de muitos educadores em sala de aula (BRASIL, 2022).

As práticas das metodologias ativas e a aprendizagem significativa podem ser incorporadas na sala de aulas com jovens para trabalhar conteúdos como sexualidade. Pois, a biologia deve envolver abordagens que estimulem a presente participação dos alunos em seu próprio processo de aprendizagem.

Aprendizagem significativa é definida como o modelo de aprendizado no qual o conhecimento novo interage com os

conhecimentos prévios do aluno. Nesse modelo, aluno e professor são responsáveis pelo aprendizado, tendo como o principal benefício o tempo de duração do conteúdo aprendido. Nesse modelo de aprendizado não ocorre a memorização dos conteúdos e por isso a sua grande vantagem (Oliveira; Bernardo; Nogueira, 2020, p. 01).

Assim, o modelo de aula que só se recebe conteúdo de forma passiva, ou seja, sem o envolvimento direto do aluno para a promoção do conhecimento reflexivo, investigação e aplicação do conhecimento biológico em contextos reais, não devem prevalecer nas salas de aulas.

As metodologias em sala de aula, devem ser abordagens que estimulem o pensamento crítico e habilidades para a resolução de problemas. Portanto, as atividades devem promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas essenciais para a compreensão e aplicação dos conceitos biológicos. Essas práticas podem incluir atividades como estudos de caso, projetos de pesquisa, discussões em grupo, experimentação prática em laboratório, saídas de campo e uso de tecnologias educacionais (Santos; Lessa; Arueira, 2022).

As práticas pedagógicas dinâmicas e o ensino de qualidade na formação de jovens na disciplina de biologia visam estimular uma aprendizagem mais envolvente, conectada com a realidade e com significado, capacitando os estudantes não apenas para assimilar os conhecimentos biológicos, mas também para utilizá-los de maneira analítica e inovadora em variadas situações.

ESTRATÉGIAS PARA O ENVOLVIMENTO ATIVAMENTE DOS ALUNOS NA APRENDIZAGEM SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

Aprendizagem significativa e as metodologias ativas são estratégias de ensino que proporcionam o desenvolvimento mais autônomo dos estudantes.

No ensino de biologia, por exemplo, o professor pode a partir da base de conhecimento do aluno. Os estudantes podem construir significados a partir de experiências anteriores e interações com novos conhecimentos (Ledoux; Barbosa; Silva, 2023). Nesse sentido, o corpo docente visa relacionar os conceitos biológicos com o cotidiano dos alunos, fomentando as relações e conexões entre os conteúdos de aprendizagem e suas vidas.

Assim, ao ensinar ecossistemas, os professores podem utilizar estudos de caso locais para mostrar como as atividades humanas afetam a biodiversidade numa determinada área. Ao estudar sobre doenças sexuais os alunos podem produzir gráficos, com base em pesquisas, sobre doenças sexualmente transmissíveis. Isto torna a aprendizagem mais relevante e significativa para os alunos, pois eles podem conectar conceitos abstratos de biologia a questões do mundo real que afetam suas comunidades locais (Costa, 2022).

As atividades práticas e dinâmicas que estimulem a participação e a reflexão são necessárias e fundamentais. O envolvimento ativo dos estudantes no estudo da educação sexual é crucial para desenvolver uma compreensão abrangente e saudável deste importante tópico. Estimular discussões em grupo, por exemplo, desenvolve habilidades de escuta e trabalho em grupo (BRASIL, 2020). A atividade descrita no Quadro 1, levanta perguntas e reflexões sobre educação sexual, levando os alunos a pesquisarem e dividirem seu aprendizado.

Quadro 1- Atividade discussão em grupo

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
• Divida os alunos em pequenos grupos para discutir temas específicos relacionados à educação sexual, como consentimento, contracepção, prevenção de DST e diversidade sexual. • Faça perguntas provocativas para provocar reflexão e conversa, como “Qual a importância do consentimento em um relacionamento?” ou "Quais são alguns equívocos comuns sobre controle de natalidade?" Como podemos removê-los? "

Fonte: Nascimento, 2024

A organização de debates estruturados sobre questões controversas relacionadas com a educação sexual, como a abstinência ou a educação sexual abrangente, o acesso à contracepção nas escolas e os direitos reprodutivos, podem levar os alunos a questionarem sobre seus conceitos e importância, mas também se aprofundarem sobre conceitos mais complexos, ligados a esses conteúdos (Costa, 2022). Os alunos são incentivados a realizar pesquisas e apresentar argumentos baseados em evidências científicas, éticas e valores pessoais.

Organizar Workshop, nome em inglês para oficinas, são estratégias dinâmicas e interativas. Nas oficinas criativas, os estudantes podem organizar, produzir ou criar cartazes, filmes ou peças de teatro, sobre temas relevantes para a educação sexual, como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez na adolescência, o consentimento ou a importância da valorização da diversidade sexual. Essas atividades permitem que os alunos expressem suas ideias de diferentes maneiras e incentivem a criatividade e a autoexpressão (Pinna, 2013).

Buscar e organizar palestras com profissionais de saúde, educadores sexuais ou membros de organizações de direitos sexuais e reprodutivos, para

partilharem os seus conhecimentos e experiências com os alunos, também é uma estratégia valiosa para o aprendizado. Estas apresentações podem fornecer mais informações, responder a perguntas e oferecer uma perspectiva diferente sobre a educação sexual (Brasil, 2005).

Estas estratégias e atividades práticas, ajudam os alunos a participar ativamente na educação sexual e a promover o pensamento crítico, o diálogo aberto e a compreensão empática de tópicos relacionados com a sexualidade e a saúde sexual. Justificando a integração da educação sexual nos currículos escolares e enfatizando os benefícios da educação sexual na promoção do bem-estar físico, mental e emocional dos alunos e a importância de uma abordagem positiva a este processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem sobre as metodologias ativas e aprendizagem significativa se faz necessário frente ao reconhecimento da importância de buscar e oferecer espaços seguros e acolhedores para discutir este assunto muitas vezes é tabu. Métodos ativos como discussões, estudos de caso e simulações têm-se revelado eficazes no envolvimento dos estudantes na participação e no pensamento, estimulando assim a construção do conhecimento de formas significativas.

As escolas podem desempenhar um papel essencial na educação sexual dos alunos, promovendo a sua participação ativa e encorajando-os a pensar sobre questões relacionadas com o corpo, autoconhecimento e identidade. Esta abordagem não só fornece informações sobre saúde sexual, mas também desenvolve competências importantes como o pensamento crítico, a comunicação eficaz e o respeito pela diversidade.

É preciso superar os desafios e resistências que ainda existem no campo da educação sexual por parte dos estudantes, das famílias e da sociedade. Ao integrar a educação em sexualidade nos currículos escolares como partem de um diálogo inclusivo e aberto, às escolas pode dar um contributo significativo para o desenvolvimento global dos alunos, permitindo-lhes tomar decisões informadas e responsáveis sobre a sua sexualidade e relacionamentos.

Portanto, a combinação de uma abordagem positiva e de uma aprendizagem ativa, significativa e intencional proporciona uma forma eficaz de ministrar educação sexual nas escolas, proporcionando aos alunos uma educação que os prepara para uma vida saudável, segura e respeitosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Aprendizagem significativa – breve discussão acerca do conceito. **BNCC**. 2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso: 03 de abr. de 2024.

_____, Ministério da Educação. Constituição Federal de 1988. **MEC**. 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Acesso: 9 de fev. de 2024.

_____, Base Nacional Comum Curricular. Aprendizagem significativa – breve discussão acerca do conceito. **MEC**. Brasília. 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso: 04 de abr. de 2024.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Direitos Sexuais e Direitos. **Secretaria de Atenção à Saúde**, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília. 2005.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1. ed., 1. Reimpr. – Brasília. 2013.

CALDEIRA, Hermelinda; LOPES Manoel José. **Revista Ibero- Americana de Saúde e envelhecimento**. Educação sexual na escola. Vol.III. Nº 3. 2017.

COSTA, Maria Antônia Ramos. **Biologia e Ciências: Metodologias de Ensino e Aprendizagem** / Maria Antônia Ramos Costa, Ady Correa da Costa Oliveira, Marina Santana dos Santos (org.). Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022.

JÚNIOR, João Fernando Costa; LIMA, Presleyson Plínio de; ARCANJO, Cláudio Firmino. m olhar pedagógico sobre a Aprendizagem Significativa de David Ausubel. REBENA. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**. 2023.

LEDOUX, Ana Flávia Rodrigues de Sousa; BARBOSA, Mayara Lustosa de Oliveira; SILVA, Juliana Rocha de Faria. Metodologias ativas no ensino de ciências e biologia na educação de jovens e adultos: uma revisão sistemática. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-25, e-20644.043, 2023.

LINS, Laís Sandres; SILVA, Luan Airton; SANTOS, Robson Gomes. **Revista brasileira em promoção da saúde**. PE. 2017.p.47

MELO, Cícero Nóvoa; GRANGEIA, Daniel Fernandes; MOURA, FABRÍCIO, Cortezi. **Educação sexual**. vol. II. Ed. SOMOS Sistemas de Ensino. SP. 2020. 512p.

OLIVEIRA, Cleber Macedo de. BERNARDO, Ana Maria Guimarães. NOGUEIRA, Natiélia Oliveira. Aprendizagem significativa no ensino de biologia do Ensino Médio. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 02, Vol. 02. 2020. Disponível: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/biologia-do-ensino-medio>. Acesso: 03 de abr. de 2024.

PINNA, Lindnoslen Guelnete Costa. LUDICIDADE DOS JOGOS TEATRAIS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS. **Universidade Federal da Bahia**. Salvador. BA. 2013.

QUEIROZ, V. R; ALMEIDA, J.M. **SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba**. RevFacCiêncMéd Sorocaba, 2017; 19(4): 209-14.

SANTOS, Rosiane de Oliveira da Fonseca; LESSA, Francine Guímel de Cristo; ARUEIRA, Kelly Ciane Viana dos Santos. O lúdico e as metodologias ativas, uma leitura da Teoria da Aprendizagem de Vygotsky na Educação Infantil. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 20, 31 de maio de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu>. Acesso em 03 de abr. de 2024.

SILVA, Jackson Ronie. **AÇÕES DOCENTES EM EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS**. Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 20, n. 1, p. 3-12. 2015.

AS REPERCUSSÕES DA LGBTFOBIA NA FORMAÇÃO E NO AMBIENTE LABORAL DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA LGBTQIAPN+ NO ESTADO DO MARANHÃO⁸

Lorena Coutinho Lima,
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Carlos Wellington Soares Martins,
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

RESUMO

A visibilidade das questões de gêneros e sexualidades vincula-se aos esforços e lutas conjuntas do Movimento Feminista e do Movimento LGBTQIAPN+, estas lutas, em prol de se afirmar como sujeitos de direitos, desafiam o modelo hegemônico cis-heteronormativo, inclusive, na educação universitária, formação e no mercado de trabalho, neste caso, especificamente no campo da Psicologia. Assim, mediante pesquisa em nível de mestrado em execução, questiona-se: quais as repercussões da LGBTfobia sistêmica e estrutural no processo formativo e laboral de profissionais de psicologia no Maranhão e suas implicações no ambiente de trabalho? Como forma de responder este problema de pesquisa, foram propostos alguns objetivos: identificar lacunas e/ou ausências do debate sobre demandas sociais da população LGBTQIAPN+ no processo formativo de profissionais da área da Psicologia no Maranhão; problematizar como o estresse minoritário é um fator de impacto no processo de trabalho de profissionais da psicologia LGBTQIAPN+ no estado do Maranhão; discutir como a autodeclaração de uma identidade LGBTQIAPN+ repercute na prática laboral psicológica. As repostas serão apresentadas no texto dissertativo futuro, porém este exercício de socialização dos elementos principais do projeto visam o início de uma problematização que contribui em inferências de que o debate sobre gênero e sexualidades ainda encontra-se de forma incipiente na formação de profissionais da área de Psicologia no Maranhão o que acaba refletindo em sua práxis laboral.

Palavras-Chave: LGBTfobia; Formação profissional; Psicologia; Maranhão; Gênero; Sexualidades.

⁸ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

INTRODUÇÃO

As discussões que envolvem as sexualidades e os gêneros são historicamente construídas, desconstruídas e reconstruídas, recebendo diferentes argumentos e posturas das áreas dos saberes tanto no campo teórico quanto na arena política. Além disso, o tabu e o preconceito permeiam e direcionam o desenvolvimento das orientações afetivo-sexuais e das expressões e identidades de gêneros diversas, resultando em atos violentos e de exclusão social.

Nesse sentido, os espaços de formação e de trabalho de profissionais da Psicologia possibilitam relações intra e interpessoais, ao qual tais espaços também podem produzir e reproduzir discursos acerca dos gêneros e das sexualidades. Assim, questiona-se neste estudo, quais são as repercussões da LGBTfobia sistêmica e estrutural na formação e no ambiente laboral de profissionais da Psicologia LGBTQIAPN⁹ no Maranhão?

Opta-se, neste manuscrito, pela utilização do acrônimo LGBTQIAPN+, porém é importante ressaltar que existem outras siglas que representam o mesmo coletivo e tais diferenciações indicam relações de disputas e alianças considerando também o momento histórico vivenciado (Facchini; França, 2020).

A violência é proveniente de um processo de não reconhecimento do outro como ser humano, provido de razão e liberdade, transformando-o em “coisa” (Chauí; Itokazu; Chauí-Berlinck, 2017). E, independentemente do tipo de violência sofrida, ao ser direcionada especificamente à população LGBTQIAPN+, utiliza-se neste estudo, o termo LGBTfobia.

⁹ A sigla representa as pessoas que são: L – lésbicas; G – gays; B – bissexuais; T – travestis, transexuais ou transgêneros; Q – queer; I – intersexos; A – assexuais; P – pansexuais; N – não-binárias; o “+” representa todas as outras identidades de gêneros e orientações afetivo-sexuais que não estão explicitamente representadas nas letras anteriores.

A LGBTfobia caracteriza-se pelo ódio ou aversão à população LGBTQIAPN+, sejam explícitas ou implícitas, construídos socialmente e historicamente. Pode ser vista também como processo de tentativa de controle e regulação das identidades dissidentes, pautados na cis-heteronormatividade como norma (Ribeiro; Matos, 2020). Peixoto (2018, p. 8) expõe que a LGBTfobia é: “[...] fundamentalmente é uma ação repleta de símbolos, inferências e linguagens que correspondem às estruturas das relações sociais de poder e opressão sexual e de gênero”.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) disponibiliza dados anuais sobre o número de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil. No ano de 2023, o número chegou a 257 mortes violentas documentadas, sendo elas de 127 travestis e transgêneros, 118 gays, 9 lésbicas e 3 pessoas bissexuais. Esses números alarmantes e que são subnotificados, concretizam o 1º lugar do Brasil como o país com maior número de homicídios e suicídios de pessoas LGBTQIAPN+.

A partir da realidade do país e do processo de despatologização das vidas e vivências desse coletivo, a ciência psicológica é chamada a se posicionar contrariamente aos discursos LGBTfóbicos, machistas, misóginos e diante de outras formas de violências. A Psicologia, como um saber científico e de poder, passa a ter uma perspectiva de promoção de direitos humanos e bem-estar frente às diversidades sexuais e de gênero (Aragusuku, 2023).

Dessa maneira, é necessário compreender e discutir as vivências dos profissionais de Psicologia LGBTQIAPN+ em seus contextos formativos e laborais, considerando que a formação profissional objetiva proporcionar um conjunto de habilidades e conhecimentos que caracterizam a Psicologia como uma ciência e uma profissão conectada à realidade social brasileira (Bock, 1997; Assunção; Silva, 2018).

Portanto, como objetivo geral se tem: a) analisar as repercussões da LGBTfobia sistêmica e estrutural no processo formativo e na prática laboral de profissionais da psicologia LGBTQIAPN+ no exercício de sua profissão no estado do Maranhão; e como objetivos específicos: a) identificar lacunas e/ou ausências do debate sobre demandas sociais da população LGBTQIAPN+ no processo formativo de profissionais da área da Psicologia no Maranhão; b) problematizar como o estresse minoritário é um fator de impacto no processo de trabalho de profissionais da psicologia LGBTQIAPN+ no estado do Maranhão; e c) discutir como a autodeclaração de uma identidade LGBTQIAPN+ repercute na prática laboral psicológica.

METODOLOGIA

O trabalho apresentado no EIGENI em 2024 se configura como um projeto de pesquisa, em nível de Mestrado, que se encontra em andamento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na linha de pesquisa: Trabalho, saúde e subjetividade. Dessa forma, o que segue apresentado nesta publicação é um debate da literatura científica acerca do tema em questão e possíveis inferências que balizaram tanto a questão problema como possíveis hipóteses para apreensão do fenômeno investigado.

Para este trabalho em específico utilizou-se de pesquisa bibliográfica que faz parte do levantamento do estado da arte do debate sobre gênero e sexualidades e a Psicologia, bem como de pesquisa documental no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no que tange ao código de ética, portarias e resoluções que tratem da matéria analisada para refletir como o campo, as escolas de formação e os órgãos reguladores da prática profissional estão conduzindo a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão estão divididos em 2 subseções, são elas: a LGBTIfobia na formação e na prática profissional, atravessamentos do estresse minoritário na população LGBTQIAPN+. A estrutura apresentada até então retrata sobre a literatura científica que envolvem a temática deste trabalho que está em desenvolvimento.

A LGBTFOBIA NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL

A Psicologia, como uma profissão cujo objetivo é promover “o respeito à dignidade e integridade do ser humano” (BRASIL, 1992, p. 1), deve acompanhar as discussões em torno da diversidade sexual e de gênero e se posicionar sobre o assunto, tendo em vista que os profissionais dessa área atuam em vários campos e seus saberes afetam a saúde mental dos indivíduos com os quais se trabalha (Mizael; Gomes; Marola, 2019).

Historicamente, a Psicologia contribuiu para a legitimação do preconceito ao público LGBT+ ao considerar as homossexualidades e as identidades trans como patologias (Borges *et al.*, 2013; Aragusuku, 2023). No entanto, nas últimas décadas, nota-se que a Psicologia tem realizado esforços para “reverter” esse histórico discriminatório, se posicionando contrariamente às concepções patologizantes (Anzolin; Moscheta, 2019; Mussi, 2022).

Nesse sentido, a Psicologia vem sendo convocada a contrapor à patologização. O Conselho Federal de Psicologia - CFP, entidade que regulamenta a profissão no Brasil, posiciona-se diante da situação, principalmente, por ter como objetivo prezar pela subjetividade e pelos direitos humanos. O CFP oferece orientação específica para a atuação dos profissionais de Psicologia na promoção da saúde mental da população LGBTQIAPN+ (Silva; Gomes; Brito, 2021).

A partir da década de 1990, ganharam força posicionamentos profissionais anti-discriminatórios com a consolidação da Resolução CFP 001/99, que estabelece normas para a atuação de profissionais de Psicologia junto às homossexualidades (CFP, 1999); da Resolução CFP 01/2018 que determina que a prática profissional deve atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia, e orienta ainda que não favoreçam qualquer ação de preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas transexuais e travestis (CFP, 2018); e da Resolução CFP 08/2022 que estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais (CFP, 2022).

Conforme Anjos e Lima (2017), mesmo após a publicação da Resolução 01/99 e de o Conselho Federal de Psicologia apresentar de maneira direta que as orientações afetivo-sexuais e identidades de gêneros diversas não são doenças, é possível encontrar práticas discriminatórias e antiéticas de alguns profissionais.

Como exemplo de tal prática, existe a psicóloga Rozangela Justino, que se denomina como “terapeuta cristã”. Ela expôs que a homossexualidade se caracteriza como um distúrbio advindo de algum trauma ou abuso sofrido na infância. Em suas declarações, ela afirma ter amenizado o sofrimento de seus pacientes trabalhando com o que ficou conhecido como “cura gay” (Gonçalves, 2019).

Ainda sob a perspectiva de Gonçalves (2019), o papel do profissional de psicologia é auxiliar a pessoa atendida por meio de técnicas que implicam a aceitação, o apoio, o autoconhecimento, o acolhimento, sem imposição ou negação de uma identidade. A chamada “cura gay” deve ser inaceitável dentro da prática psicológica e/ou em qualquer outro âmbito, pois escancara, mais uma vez, a LGBTIfobia em nossa estrutura social.

Questões como estas deveriam ser trabalhadas ao longo do processo de formação dos profissionais da Psicologia de maneira crítica. Compreende-se, a partir de Silva (2020) e também de Mussi (2022) que o processo de graduação é de suma relevância para a absorção de conhecimentos e para uma preparação competente que afete a atuação profissional. Entretanto, ressalta-se que o processo de aquisição de conhecimento e formação é contínuo, dessa maneira, é necessário que a busca pelo conhecimento esteja condizente com os direitos humanos e com a preservação do cuidado da saúde mental da população LGBTQIAPN+.

No estudo de Mizael, Gomes e Marola (2019, p. 12) com estudantes de Psicologia, elas apresentam questionamentos pertinentes à discussão abordada sobre a formação e a prática profissional frente às demandas da população LGBTQIAPN+: "se o conhecimento ou temática em questão integra os conhecimentos relevantes para o bom desempenho de uma profissão, tal conhecimento não deveria, obrigatoriamente, fazer parte da grade curricular para a formação nesta profissão?"

A partir de um contexto LGBTfóbico como o do Brasil, torna-se cada vez mais necessária a abertura de espaços de discussões e reflexões dentro dos espaços formativos e de trabalho da Psicologia, mas não se restringe a estes, para enfrentar a LGBTfobia e as consequências da estrutura cis-heteronormativa em que vivemos, construindo formas de compartilhar conhecimentos sobre a diversidade sexual e de gênero de maneira digna e ética.

ATRAVESSAMENTOS DO ESTRESSE MINORITÁRIO NA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade e da própria despatologização das homossexualidades e das transgeneridades, pessoas

LGBTQIAPN+ apresentam maiores índices de comprometimento da saúde mental quando comparados as pessoas cis e heterossexuais (Mussi; Malerbi, 2020; Paveltchuk; Borsa, 2020).

A vivência do coletivo LGBTQIAPN+ e a sua saúde mental têm sido estudadas por diferentes pesquisadores. Diante de diversas situações discriminatórias e do histórico de vulnerabilidade social, Meyer (2003), Hendricks e Testa (2012) concordam que o estresse de minorias perpassa experiências recorrentes de preconceito, vigilância em excesso, angústia, avaliação negativa de si e ocultação da própria orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero.

Ressalta-se que o termo minoria, aqui apresentado, não é entendido no sentido quantitativo, mas está sendo utilizado para se referir à um grupo que, quando comparado a um grupo privilegiado, apresenta uma série de prejuízos em diferentes esferas da vida, principalmente, no acesso aos seus direitos (Mussi, 2022).

De acordo com Souza *et al.* (2022), a teoria do estresse minoritário consiste em uma explicação de como condições sociais, e não apenas individuais, podem levar ao adoecimento físico e psicológico. A partir de elementos da psicologia social compreende-se que a experiência de uma pessoa em sociedade pode ser geradora de conflito e, por conseguinte, de estresse, como ocorre no caso do estigma que se tem sobre a população LGBTQIAPN+ e de sua constante marginalização social.

Nesse sentido, o estresse minoritário enfrentado pela população LGBTQIAPN+ está relacionado à uma estrutura social cis-heteronormativa que dita regras para estar e se expressar no mundo. No Brasil, se tem exemplos que escararam essa estrutura para além das violências letais apresentadas anteriormente.

Porto e Oliveira (2015) apresentam em seu estudo sobre o abandono afetivo de filhos não heterossexuais; Mateus (2021) expressa sobre a realidade que a pandemia da covid-19 trouxe para o aprofundamento das desigualdades, inclusive para a população LGBTQIAPN+, além de exemplificar as ameaças de morte e assassinatos a políticos pertencentes à população LGBTQIAPN+, como o caso de Marielle Franco; ressalta-se também a dificuldade de acessar e permanecer nas instituições educacionais (do nível básico ao ensino superior), e conseqüentemente, afetando a inserção e permanência desse coletivo ao mercado formal de trabalho (Fernandes *et al.*, 2020; Rodrigues; Tadeu, 2021; Todxs, 2021).

Entretanto, faz-se necessário compreender que tais experiências do coletivo LGBTQIAPN+ não podem ser consideradas de forma universal. Ao produzir estudos sobre a população é importante não generalizar a partir do discurso de um grupo. Para isso, reconhecer as especificidades dentro da comunidade e as intersecções com classe, raça, etnia, gênero e território torna-se essencial para a análise dos processos de cuidado em saúde (Borret *et al.*, 2021).

Dessa maneira, a partir do modelo conceitual do estresse de minorias é possível compreender as disparidades de saúde mental relacionadas à população LGBTQIAPN+ dentro de uma sociedade discriminatória e estigmatizante. O conflito entre uma pessoa LGBTQIAPN+ e uma cultura cis-heteronormativa traz um estresse significativo e, por conseguinte, danos à saúde.

Assim, é imprescindível que os profissionais da saúde, incluindo os profissionais da psicologia, e instituições de ensino se comprometam no combate à violência contra o coletivo LGBTQIAPN+, fortalecendo a educação permanente e o desenvolvimento de ações afirmativas nos ambientes de formação e de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como informado na seção anterior este texto visa apresentar uma discussão introdutória acerca do debate da ausência de discussão acerca de gênero e sexualidades na formação de profissionais da área da Psicologia, e, como tais ausências refletem no exercício profissional e ambiente laboral. Para tanto foi apresentada a área da Psicologia enquanto campo multidisciplinar e regulada por princípios éticos visando a integridade humana, portanto, atenta às demandas e debates apresentados na sociedade diante da pluralidade de subjetividades e de problemas sociais que afetam diretamente a população e/ou grupos específicos.

Apresentou-se a conceituação de LGBTfobia, entendendo-a enquanto estrutural e sistêmica, haja vista a sociedade capitalista ser generificada, racializada e sexualizada e entendendo essa complexidade em suas intersecções com outros marcadores sociais de diferença, a saber: classe, raça e etnia, território para que se possa compreender a relação entre estudar de forma sistematizada gênero e sexualidades durante a formação em Psicologia e suas implicações para a prática laboral.

O estresse minoritário afeta diretamente a saúde mental de minorias sexuais e de gênero o que incide diretamente na prática de profissionais da área da Psicologia o que só reforça a importância de uma formação mais abrangente que faça a discussão e possibilite insumos de uma prática coerente com o código de ética da profissão bem como na salvaguarda da integridade humana.

Considera-se a relevância do referido debate durante a fase de formação, não como único determinante de eliminação da LGBTfobia na sociedade, mas como um passo para uma prática profissional humanizada, ética e referenciada no respeito à diversidade e no entendimento que a

sociedade é plural. O debate não se encerra nestes elementos, até diante da própria complexidade do fenômeno, mas espera-se que com a conclusão da pesquisa e o confronto com a realidade empírica proporcione uma visão mais realista da realidade concreta de como a LGBTfobia sistêmica e estrutural incidem na formação em Psicologia no estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ANJOS, K. P. L.; LIMA, M. L. C. Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23358>. Acesso em: 4 de maio de 2024.

ANZOLIN, Bárbara; MOSCHETA, Murilo dos Santos. Sentidos sobre Diversidade Sexual e Trabalho de Psicólogas na Atenção Básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, 2019.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. Um Capítulo Esquecido na História da Psicologia? Sexualidades Desviantes, Psicopatologia e Normalidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 2023.

ASSUNÇÃO, M. M. S.; SILVA, L. R. Formação em psicologia e diversidade sexual: Atravessamentos e reflexões sobre identidade de gênero e orientação sexual. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 392-410, 2018.

Brasil. Ministério do Trabalho. **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**: Contribuição do Conselho Federal de Psicologia ao Ministério do Trabalho para integrar o catálogo brasileiro de ocupações. Brasília, DF, 1992. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 17, p. 37-42, 1997.

BORGES, L. S. *et al.* Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 730-745, 2013.

BORRET, R. H. *et al.* Vulnerabilidades, interseccionalidades e estresse de minorias. In: CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; JUNIOR, A. L. **SAÚDE LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar**. Santana de Parnaíba (SP): Manole, 2021. p. 59-71.

CHAUÍ, M.; ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCK, L. **Sobre a violência: Escritos de Marilena Chauí**. vol. 5. Autêntica, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n. 1, de 22 de março de 1999**. 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 4 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n. 1, de 29 de janeiro de 2018**. 2018. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n. 8, de 17 de maio de 2022**. 2022. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 4 maio 2024.

COSTA, A. B. *et al.* Protocolo para avaliar o estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Psico-USF**, v. 25, p. 207-222, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/cFw86p5VF5QQLyPbMW3MT9q/>. Acesso em: 17 maio 2024.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L (org.). **Direitos em disputa: LGBTI+ - poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/#:~:text=Quant.&text=Em%202023%2C%20o%20Grupo%20>

Gay, v% C3% ADtimas% 20de% 20crimes% 20de% 20% C3% B3dio. Acesso em: 13 abril 2024.

GONÇALVES, A. O. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião & Sociedade**, v. 39, p. 175-199, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/nrZFVzmnrBv39cWBynCcHLw/>. Acesso em: 5 maio 2024.

HENDRICKS, M L.; TESTA, R. J. A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the Minority Stress Model. **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 43, n. 5, p. 460, 2012. Disponível em: https://transreads.org/wp-content/uploads/2021/07/2021-07-16_60f18d64a87a1_a0029597.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

MATEUS, R. **Não é nada fácil ser LGBT+ no Brasil hoje**. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/05/17/nao-e-nada-facil-ser-lgbt-no-brasil-hoje>. Acesso em 25 maio 2024.

MEYER, Ilan H. Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. **Psychol Bull**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ilan-Meyer/publication/10581240_Prejudice_Social_Stress_and_Mental_Health_in_Lesbian_Gay_and_Bisexual_Populations_Conceptual_Issues_and_Research_Evidence/links/00463531a24d8a4f42000000/Prejudice-Social-Stress-and-Mental-Health-in-Lesbian-Gay-and-Bisexual-Populations-Conceptual-Issues-and-Research-Evidence.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

MUSSI, S. V.; MALERBI, F. E. K. Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2020. DOI: 10.31505/rbtcc.v22i1.1438. Disponível em: <https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1438>. Acesso em: 12 maio. 2024.

MUSSI, S. V. **Estudos sobre sexualidade e gênero, e a avaliação do curso “Considerações a respeito da psicoterapia dirigida a pessoas LGBTQIAP+”**. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental: Análise do

Comportamento) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

PAVELTCHUK, F. O.; BORSA, J. C. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Revista da SPAGESP**, v. 21, n. 2, p. 41-54, 2020.

PEIXOTO, V. B. VIOLÊNCIA CONTRA LGTBs NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRIA DA ABJEÇÃO DOS CORPOS. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23589>. Acesso em: 12 abril 2024.

PORTO, T.C.; OLIVEIRA, J.F.Z.C. Aspectos do abandono afetivo de filhos não heterossexuais e suas implicações. **IV ENADIR, GT06: Antropologia, famílias e (i)legalidades**, 2015. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Artigo%20ENADIR%20Jo%C3%A3o%20e%20Tauane.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

RIBEIRO, U. W. R.; MATOS, R. L. Heteronormatividade e produções de violências lgbtfóbicas: análise a partir da teoria queer. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 06001-06012, 2020. DOI: 10.18540/revesv13iss4pp06001-06012. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10398>. Acesso em: 12 abril 2024.

RODRIGUES, J.F.; TADEU, V. LGBTQIA+: **54% não sentem segurança no ambiente de trabalho**. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lgbtqi-54-nao-sentem-seguranca-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em 25 maio 2024.

SILVA, N. F.; GOMES, P. P.; BRITO, W. F. Percepção de psicólogas/os acerca do seu trabalho quanto a gênero e sexualidade. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 10, n. 3, p. 360-369, 2021.

SOUZA, J. S. *et al.* Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 13, n. 1, p. 069-085, 2022.

TODXS. Pesquisa Nacional por amostra da População LGBTI+: mercado de trabalho e renda. São Paulo: TODXS, 2021. Disponível em: <https://todxs-site.s3.amazonaws.com/pesquisa-nacional-blocoB-vf.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

PROSTITUTAS E CORTESÃS E A PEDERASTIA: ENTENDIMENTOS SOBRE A SEXUALIDADE NA GRÉCIA ANTIGA

Francisco de Assis Alves
Universidade Federal da Bahia - UFBA

RESUMO

Atualmente, em nosso mundo ocidental, entendemos o que é sexualidade e como ela se dá de forma totalmente diferente de como era entendido na Grécia antiga. A sexualidade na Grécia antiga, era um divisor de águas, muito importante para os negócios e para o modo de vida grego, este modo de cultura clássica, influenciava diretamente na economia, movimentando altos impostos, e é uma forte característica da sociedade grega antiga(cortesãs ou prostitutas), assim como por outro lado servia como forma pedagógica ajudando a estabelecer os gregos, mais especificamente homens a legitimarem sua virilidade e a se tornarem cidadãos(pederastia), nem sabiam os eles que suas práticas hoje receberiam outros nomes e uma ressignificação de conceitos. Partindo deste ponto, o presente artigo se propõe a responder: o que é a pederastia e qual a sua importância na Grécia antiga, o significado de cortesãs e qual a sua importância para a economia e como elas eram divididas.

Palavras-chave: Sexualidade. Grécia antiga. Pederastia. Cortesãs ou Prostituta.

INTRODUÇÃO

Na composição da educação grega, aprendiam desde cedo a amar o belo, de forma que enalteciam a juventude como fonte primordial da beleza, no entanto, a experiência era de forma extremamente valorizada pois remetia o que todos os gregos tinham aprendido em sua vivência social e também através dos deuses.

Vemos hoje que é bem comum ouvir que na Grécia antiga era permitido a homossexualidade, argumentativa errônea quando se trata de

Grécia antiga, pois é um grande erro olhar aquele tempo, por olhos da modernidade.

Antes de vermos como se dava a sexualidade é importante entendermos que na Grécia antiga não existia o conceito de homossexualidade, e logo, não existia também a característica de prática impura. Também é importante compreendermos os conceitos de: eros, philia e ágape, para conseguirmos entender os conceitos que ajudará a fomentar a nossas discussões. Eros é caracterizado por um amor carnal e intenso, damos o nome de amor platônico, sem partilha de valores, a Philia é o amor afetuoso, carinhoso, geralmente associado ao amor familiar e o amor Ágape é o amor dos deuses pelos homens e dos homens pelos deuses, de forma a ser incomensurável sem limites.

Esses conceitos nos ajudam a apresentar principalmente a participação do homem em relação a sexualidade grega, pois é um erro comparar a pederastia com a homossexualidade, já que na Grécia antiga não aceitavam a homossexualidade, isso regido por seu código de leis que diz:

Se qualquer ateniense tiver um “Etairese” companheiro do mesmo sexo) a ele não será permitido:

- 1) Tornar-se um dos nove arcontes;
 - 2) Desempenhar o ofício de sacerdote;
 - 3) Agir como advogado para o estado;
 - 4) Manter qualquer tipo se quer de ofício, no lar ou fora, quer desempenhado por sorte ou eleição: ele não deve ser enviado como mensageiro;
 - 5) Ele não tomará parte em debates, nem estará presente em sacrifícios em públicos;
 - 6) E nem poderá entrar nos limites de um lugar que tenha sido purificado para reuniões de pessoas
- Se qualquer homem for acusado de atividades sexuais ilegais contrárias a essas proibições, ele deverá ser morto.
Demóstenes “Kata Androtionos” (paragrafo 30)

Já as mulheres nesta época eram vistas como inferiores fisicamente e intelectualmente, de modo geral, para os gregos não faziam muita diferença

em sua sociedade , a sua união era de viver confinada dentro do *oikos* para fazer as atividades do lar, até cuidar dos escravos, essa qualificação era dada para as mulheres cidadã, sendo que existiam as estrangeiras, as concubinas e as prostitutas que não eram valorizadas de forma alguma, tanto que em toda a sua vida, buscavam uma melhor condição enquanto tinham beleza, pois quando ela acabava , junto com ela a sua vida.

A mitologia justifica a posição da mulher na sociedade grega, quando narra a passagem de Pandora trazendo todos os males ao mundo e assim o homem grego ver a mulher, porém, as prostitutas eram altamente procuradas pelos homens, movidos pela beleza assim como representava a deusa Afrodite.

Assim como era proibido homens se relacionarem com homens, mulheres eram proibidas de se relacionarem com mulheres. O termo lesbianismo vem de uma ilha chamada Lesbos, onde uma poetisa de nome Safo cria uma escola de raparigas onde eles se relacionavam entre elas também.

PEDERASTIA

É importante começarmos falando que, homossexualidade é um termo criado no século XX e não se aplica a sociedade grega, nomenclatura dada quando a prática foi considerada anormal e perversa, porém, não!, Pederastia não é homossexualidade, pederastia se trata de um aspecto muito importante (muito mais amplo que apenas a atividade sexual) da cultura grega associada a estética e a religião, apoiada pelo estado e paralela ao casamento, que se caracteriza por um sistema pedagógico no qual o *eros* é responsável por ensinar o *eromenos* as práticas da sociedade grega, assim como, cortejar uma dama, ensinar a amar.

Pederastia tem suas diversas etimologias, uma delas é a junção do termo Paidéia + *eros*, no qual, Paidéia significa ensinar, é uma pedagogia de ensino, e *Eros* como vimos acima, é caracterizado como amor, não nos enganemos, Xenofontes afirma que o jovem em processo de formação não participava do prazer que envolvia o homem adulto no ato sexual, o jovem atuava como ser passivo, apenas observava a sua realização, frio, sóbrio, sem envolvimento, a participação do jovem era só de aprendizagem e não poderia passar disso, sendo proibida a sua interação como erastes, ou qualquer tipo de carícia, então fica aí como ensino do amor, no qual homens mais velhos eram responsáveis por ensinar homens mais novos a dominar o campo do amor e as práticas exigidas pela sociedade, como cortejar e batalhar.

Em um diálogo filosófico de Platão no *banquete*, Maria Regina Candido descreve em seu artigo: O mito narra que, no início da formação do mundo, o ser era composto por três gêneros: o duplo masculino, o duplo feminino e o andrógino, comum ao masculino e ao feminino. Tais seres eram fortes, destemidos e detinham o caráter intempestivo, intemperante, cometiam hybris e desmedidas, como o ato de se voltar contra os deuses. Zeus decidiu cortar cada ser ao meio, formando dois pedaços, visando torná-los mais fracos, controláveis e menos intemperantes. Assim mutilados, cada uma das partes do ser procura incessantemente a sua outra metade para se unir e se completar. Essa procura incessante de realização tem na força de atração das metades o impulso de Eros/amor que pode ser caracterizado pela busca do prazer sexual assim como necessidades afetivas e emocionais.

A autora narra claramente a necessidade (é importante frisarmos o termo necessidade adotado por Platão, pois, outros autores falam que não seria necessidade, mas sim apenas a busca de um prazer apenas pelo prazer), de um homem buscar sua outra metade que foi perdida.

A prática se dava com *erastes* partir dos vinte e cinco anos e *eromenos* a partir dos treze, sendo que, a prática da pederastia deveria ser interrompida após o primeiro sinal de virilidade masculina, ou logo após o *eromenos* completar seus vinte anos de idade, no qual acreditavam que toda a sabedoria do *erastes* era absorvida via sêmen pelo *erosmenos* desde a forma de lidar com as mulheres até as práticas de guerrear. A pederastia era uma prática bem vulgar na época, tal qual o casamento, era considerada uma prática elevadora, fazendo que os *erastes* tivessem orgulho em passar por esse processo.

Para Aristófanes, segundo Daniel Barbo, eram os jovens que gostam da amizade dos homens adultos, de se deitar com eles, de se envolver em seus braços. Esses seriam os melhores jovens e garotos, pois eles detinham uma natureza mais viril e faziam isso por coragem e virilidade, quando amadureciam, provavam ser os melhores homens numa carreira pública e amavam outros jovens/*paiderastousi*, dando pouca atenção ao casamento e à procriação.

É importante ressaltar que a pederastia não era proibida, deveria ocorrer em paralelo ao casamento, porém, proibido seria o fato de mesmo depois dos sinais de virilidade, o *erastes* e o *eromenos* continuassem as mesmas práticas, ou se mesmo depois do casamento com uma mulher ele se apaixonasse por um homem, aí ele seria penalizado pelas leis gregas.

PROSTITUTAS

Prostitutas ou cortesãs, são meramente nomes empregados à mesma profissão, no qual ela visa o sustento das mesmas através do prazer que atribuíam aos homens gregos. Não existiam apenas mulheres a se prostituir, a prostituição masculina também era muito comum, apesar de serem apenas elas a serem abordadas neste artigo. Se as mulheres não eram valorizadas, imaginem as prostitutas da época, tais eram vistas apenas como acessórios de

ligeiro uso que contribuem para o bem dos homens a partir do sexo, no entanto, se sobressaíram algumas, pela qual nesta relação alguns homens poderosos se apaixonaram, e através disso ficaram marcadas na história, que foi o caso de Neera, que era uma *hetera* muito bonita e atraente que tinha alguns homens poderosos que a alugaram por meio de contrato, que era muito comum esse tipo de transação, tão poderosa eu conseguiu ilegalmente a cidadania para si e sua filha por meio de um de seus amantes que realmente a amava, caso que acaba com seu julgamento quando descobrem que sua cidadania foi concedida ilegalmente, e Rodóps, outra *hetera* que foi conhecida pela sua beleza inigualável e sua grande fortuna arrecadada, pouco se tem de relatos sobre Rodóps.

A prostituição na Grécia antiga era uma profissão comum e bastante vista no dia a dia das cidades gregas, não era considerado clandestina, como vemos atualmente era considerada necessária e até mesmo sagrada podendo ser comparado com qualquer trabalho de hoje.

A prostituição era uma grande e rentável fonte de impostos, “Em seu estudo sobre a ulêtris, afirma que era a profissão economicamente melhor remunerada para uma mulher na antiga Atenas”. (Ch. Starr, 1978, p. 407)

Era legalizada pelo governo como qualquer outro imposto, de tal forma que nas cidades eram permitidas a abertura de diversas casa de prostituição os chamados bordéis, no qual eram classificadas como bordéis, de luxo tendo em vista que só os poderosos teriam a posse momentânea de um tipo de cortesã e as tabernas comuns, na qual todos os cidadãos com menor poder aquisitivo, poderia desfrutar de cortesãs mais baratas.

As cortesãs tinham suas classes na qual definia pra quem ela iria trabalhar e o quanto ela ganharia, eram classificadas como: *Pórnes*, eram as mais baratas, trabalhavam em bordeis públicos e eram as mais acessíveis, recebiam em torno de 100 vezes menos do que uma *hetera*, as *Heteras*, quase

sempre estrangeiras, eram mulheres cultas e sofisticadas, providas de diversas qualidades e aspectos artísticos, como canto a dança, algumas tocavam instrumentos, eram poetisas e conhecedoras da filosofia e por isso tinham o direito de escolherem seus clientes, pelo menos na plenitude de sua beleza e as Prostitutas Sagradas, que em templos e locais sagrados na qual praticavam a prostituição em honra a deusa Afrodite considerada a deusa do amor, acreditavam que as mulheres encarnavam a deusa ou eram esposas dos deuses poderiam conceder bênçãos e proporcionar fertilidade, essa era a forma de unir sexo e espiritualidade, onde existia um sentimento misto de desejo e respeito, que unia o homem ao divino, era algo que transcendia.

As prostitutas eram mulheres consideradas indignas de serem cidadãs atenienses, pois eram de maioria estrangeiras e consideradas mulheres atenienses só eram:

Aquelas nascidas de pais cidadãos, que possuíam o caráter jurídico de cidadãs, eram livres, porém sem direitos políticos. Além disso, eram as únicas dentre as mulheres de Atenas dignas de se tornarem esposas legítimas, de sorte que eram educadas para se tornarem esposas, aprendendo a cuidar e administrar o oikos. (Trizoli; Puga, p.10)

Vemos que as mulheres cidadãs mesmas não possuíam o direito político, concedido apenas a homens, as mesmas tinham a sua educação voltada para o lar, afim que fossem excelentes donas de casa, no qual elas eram as senhoras, soberanas da casa, logo, as prostitutas, apesar de ser o mais esperado de seus presentes, não poderiam de forma alguma segundo as leis gregas se casarem, já que não possuíam o status de cidadãs.

As *Heteras* eram conhecidas como prostitutas de luxo, dona de dotes artísticos e educação, além de grandíssima beleza. Prostitutas, quando escravas no caso das *pórnes*, trabalhavam incessantemente para terem dinheiro e comprarem sua liberdade assim tornando-se uma *hetera* ou estrangeira, para poderem trabalhar por conta própria.

Na história tivemos algumas prostitutas que conseguiram se destacar, e em seu depoimento coloca a vontade de todas as prostitutas

[...] o sonho de toda hetaira, mesmo da mais famosa dentre elas, era encontrar um cidadão abastado que a levasse para casa como concubina onde poderia viver comodamente uma relação semelhante ao casamento e ter filhos. Este foi o caso de Neera, que após diversas aventuras, terminou vivendo com Estéfano, um cidadão ateniense, conseguindo assim, obter ilegalmente o status de esposa legítima fato que resultou no tão conhecido julgamento (Demóstenes, *Contra Neera*) (Vrissimtzis, 2002, p.98).

Já que todas tinha a vontade de crescer na vida apesar das impossibilidades colocadas pelas leis gregas, em alguns casos especiais como o de Neera ocorreu que ilegalmente obteve o espaço de cidadã.

Podemos perceber que as prostitutas são mulheres mais amadas que as mulheres dos cidadãos que as procuram, principalmente no caso das *hetaras*, porém, elas são cientes que esse amor é passageiro assim como a sua beleza:

[...] um dia ficamos todos velhos [...] cedo chega o que destrói o amor. Olha agora para elas, para tuas rugas, teus cabelos grisalhos, teu corpo decrépito e tua boca que perdeu toda a graça da juventude. Tu eras muito orgulhosa! Quem pensa agora em se aproximar de ti para obter algo? Agora passamos diante de ti como se passa diante de um sepulcro (Antologia Palatina, V, v.21).

A confirmação que o seu valor só existia enquanto eram belas e jovens, depois não existia mais, por isso a preocupação de todas em garantirem o seu sustento depois que passasse a juventude.

Ser prostituta é ser uma peça importante para a movimentação financeira da Grécia antiga, na qual a sociedade grega dava tanta ênfase que esta importante profissão era dividida até em classes, diferente da visão contemporânea sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por meio da pederastia e das prostitutas, deu-se para compreender como gira a complexa sociedade grega, quando se diz respeito a sexualidade, entendemos que a pederastia não tem nenhuma ligação com o termo que adotamos a partir da modernidade, como homossexualidade, e consiste em um processo educativo pedagógico no qual os homens mais velhos, assim chamados *erastes*, tem a função de ensinar os mais novos chamados *eromenos*, sobre as coisas da sociedade e tudo relacionado ao amor, a fim de fazer com que eles futuramente consigam uma esposa para casar, tendo em vista que, quando se passasse o tempo de aprendizagem acabaria a pederastia. Compreendemos também que a prostituição na Grécia era instituída como uma profissão dotada de grande status, pois, em sua época era a profissão que mais movimentava as finanças na Grécia antiga, por conta da grande quantidade de impostos, vimos também como elas eram divididas e a sua importância dentro de sua hierarquia. Ajudando também a entender que o seu valor só seria pelo tempo de sua juventude, sendo, que lutavam a vida inteira almejando subir de status para conseguir algo melhor, pois, eram certas que sem beleza não teriam mais nada.

REFERÊNCIAS

- ARKINS, Brian. **Sexualidade em Atenas no Século V**. Tradução: Leonardo Teixeira de Oliveira, 2007.
- CORINO, Luiz Carlos Pinto. **Homo erotismo na Grécia antiga - Homossexualidade e Bissexualidade, Mitos e Verdades**. Biblos, Rio Grande, 2006.
- ESTEVES, Anderson Martins. et al. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**, 2a. edição. Revisão e editoração: Fábio Frohwein, 2016.

- NETO, Edson Moreira Guimarães. **Gênero e Sexualidade na Atenas Clássica: um estudo comparativo entre as cortesãs e as esposas atenienses.** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- PETERS, Eduarda Tavares; CERQUEIRA, Fabio Verjara. **Mulheres em Atenas, no século IV: o testemunho do contra Neera, de Demóstenes.** Revista eletrônica de antiguidades ou www.iscsp.utl.pt/~cepp/lexico_grecoromano/basileus.htm.
- SOUSA, Luana Neres. **A pederastia em Atenas no período clássico: Relendo as obras de Platão e Aristófanes.** UFG, 2008.
- SPINELLI, Miguel. **As relações conviviais dos Gregos: O Éros e o Erastés das relações cívicas e afetuosas.** Princípios revista de filosofia, Natal, 2016.

Eixo Relações étnico-raciais, gênero e sexualidade

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: um olhar para o Ensino Fundamental anos iniciais

Celeste Rodrigues dos Santos¹⁰

Lucas Pereira da Silva¹¹

Alba Patricia Passos de Sousa¹²

INTRODUÇÃO

A educação antirracista deveria ser uma prática educativa cotidiana de combate e enfrentamento do racismo estrutural, visto que, a exclusão escolar, não estabelece um ambiente seguro e de diálogos que integre e valorize as diferenças culturais e sociais. Assim, o presente intitulado Educação antirracista: um olhar para o ensino fundamental anos iniciais tem como objetivo narrar as experiências de racismo enquanto estudante do 4º ano em uma escola pública no município de Flores – PI. A discriminação racial abala psicologicamente as pessoas pretas produzindo de forma insciente a auto rejeição, uma baixa autoestima, dificuldades de construção da identidade do sujeito, fazendo que o indivíduo busque incessantemente encaixar-se nos padrões normativos de beleza (cabelo, cor da pele) inviabilizando da pessoa se amar, se ver ou pertencer em grupos sociais.

Quando era criança, ou adolescente não sabia e nem na minha família tratavam sobre questões de racismo, na escola os apelidos eram recorrentes em

¹⁰ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, Campus Amílcar Ferreira Sobral – CAFS e-mail: celestesantos206@gmail.com

¹¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, Campus Amílcar Ferreira Sobral – CAFS e-mail: lucaspereira1204@ufpi.edu.br

¹² Pós-graduanda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – E-mail: a229643@dac.unicamp.br

relação a cor da pele, ao cabelo, os xingamentos, mesmo ficando triste entendia como algo natural, mas ao cursar a disciplina Relações Étnicas Raciais, Gênero e Diversidade ofertada no VII do curso Licenciatura em Pedagogia, Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI) semestre período 2023.2, começo a rememorar as minhas experiências no ensino fundamental que de certa forma me marcaram a rejeitar a história do meu povo, ou melhor da minha ancestralidade. Como que a discriminação racial produz impactos negativos na construção da identidade negra?

ABORDAGEM NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA

Na produção dessa escrita escolhemos a abordagem narrativa (auto)biográfica que envolve teoria, estética, metodologia, política e nos atravessa na construção de um falar de si na relação com o outro. A abordagem teórica metodológica narrativa (auto)biográfica é entendida como uma disposição humana para refletir sobre si e as experiências vividas, atravessadas pelos sentidos que atribuem para as experiências (Passeggi, 2014).

Essa abordagem nos permitiu refletir sobre as minhas experiências enquanto discente do ensino fundamental que sofreu racismo, nos provocando a perspectivar com um olhar crítico sobre as práticas discursivas racista que se materializaram dentro da escola pública de Flores- PI. A abordagem biográfica da escrita narrativa confere autoria aos sujeitos que, em diálogo com suas histórias e na tessitura destas com suas subjetividades, produzem conhecimentos sobre si e sobre a realidade na qual se inserem (Bragança, 2012). É, portanto, um caminho de buscar profundidade na própria história, para encontrar novas possibilidades e aprender a olhar criticamente para si, para o outro em um processo emancipatório e humanizado.

A MENINA NEGRA DO CABELO CRESPO

Por muito tempo vivi com a autoestima baixa por ter sofrido injúrias por ser negra e ter o cabelo crespo, ouvia muito pessoas me chamarem de cabelo duro, ruim e entre outros nomes pejorativos, com isso comecei a buscar encaixar-me nos padrões e iniciei o processo de alisamento do cabelo, mas mesmo com o cabelo liso não conseguia me encaixar e nem sentir bem comigo mesma (Santos, 2024).

A narrativa produzida pela primeira autora escancara as situações discriminatórias/racistas/preconceituosas sofridas por ela no ensino fundamental anos iniciais. São memórias possivelmente acompanhadas por marcas profundas, invisibilizadas e silenciadas. Adensar nossos olhares para além do que estas palavras revelam constitui um compromisso ético, político e humanizado com a construção de concepções outras na relação com o outro, que se distanciam da intolerância que assombra este *tempo espaço* escolar. A narrativa denuncia as práticas educativas que não promovem uma educação antirracista, que a comunidade escolar não problematiza as situações que ocorrem na sala de aula, pátio ou corredores das escolas, e que atitudes e ações de discentes em relação aos outros são violentas e machucam e advém de relações sociais e culturais das pessoas de forma que os discentes em formação não compreendem a diversidade como positiva na construção de identidades, mas como problema existente na sociedade brasileira. A primeira autora nos convida a refletir pela falta de práticas educativas que façam as crianças refletirem que não existem grupos étnicos superior a outro, potencializa na constituição de preconceitos que se materializam em ações e atitudes racistas.

Também precisamos entender que quando uma criança negra como a autora silencia sobre os atos racista que sofre em relação a seu cabelo e cor da pele, ela constitui no seu inconsciente a concepção que é inferior em relação às outras crianças (Cavalleiro, 2012). Fazer apenas reflexões sobre a temática não

é o bastante, mas é necessário estratégias de intervenção pedagógicas para lidar com a diversidade e construir no espaço escolar, um ambiente de afeto com uma educação igualitária e visa o bem estar de todos, vale mencionar que esse cuidado não deve vir somente do educador, mas de toda a comunidade escolar em pensar uma educação que nos humanize nas relações educacionais.

A prática pedagógica acontece no cotidiano das relações que são desenvolvidas em uma instituição educativa e estrutura-se no desenvolvimento das ações rotineiras dos sujeitos. É uma realização intencionalmente organizada para alcançar objetivos específicos: dinâmica, manifesta-se como gesto, atitude e comportamento reflexivo e criativo. Embora a prática aconteça pela ação do educador, ela não é uma prática do educador, mas da instituição educativa, que se configura como uma prática coletiva (Silva e Santiago, 2019, p.6).

Toda prática pedagógica deve ser coletiva e rotineira, e quando os indivíduos constituem a consciência da educação antirracista perspectivam a desconstrução de ideologias colonizadoras que envolve a questão da cor da pele, cabelo dentre outros aspectos, promovendo uma educação de reconhecimento e aceitação de grupos sociais pertencentes a outras etnias, facilitando as trocas interculturais na escola e na sociedade. Munanga (2005, p.31) afirma que precisamos “ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da autoestima, do autoconceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade”.

Vale ressaltar que a primeira autora destaca a questão do cabelo como elemento de constituir a autoestima, mas essa questão também advém do seio familiar que silencia sobre o debate, às vezes por falta de conhecimento e outras por entender que nada pode mudar em uma sociedade que historicamente aprendeu a ser racista. Gomes (2002), afirma que os cabelos crespos e o corpo negro são considerados as expressões simbólicas da

identidade negra no Brasil, pois juntos eles fomentam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão intrínseca a população negra. Mas só valorizamos culturas quando conhecemos e desconstruímos os estereótipos que são construídos em relação a cultura do outro.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS

É essencial destacar a importância de promover a igualdade e o respeito entre todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou racial. Que durante a minha experiência, na disciplina de Relações-Étnico Raciais Gênero e Diversidade, pude não somente aprender, mas rememorar as situações de racismo que vivi no espaço escolar, compreendendo a necessidade de combater o racismo e a discriminação racial na sociedade brasileira. Foi possível também aprender sobre trajetórias de pessoas de diferentes etnias, o que contribuiu para a construção de uma consciência racial mais ampla e sensível. Todos têm o dever de combater o racismo e promover a igualdade racial, independentemente de sua própria etnia.

Destaco a importância da educação antirracista e da conscientização como ferramenta essencial para a transformação da sociedade brasileira. Através de uma educação inclusiva, que valorize a diversidade e promova a igualdade, sendo fundamental que as instituições públicas de ensino e a sociedade civil como um todo estejam comprometidas em promover a igualdade racial e combater o racismo estrutural. Aponto a necessidade da formação continuada dos profissionais da educação a partir da lei de 10.639/2003 com o objetivo de promover uma formação para atuação nos espaços escolares.

Por fim, é imprescindível que a educação antirracista possa ir além da sala de aula, ou seja, chegar em outros espaços não escolares como por exemplo no trabalho, na política e nas relações interpessoais. A educação

antirracista deve ser encarada como um processo contínuo e coletivo de conscientização e transformação sociocultural da sociedade brasileira.

Palavras chaves: Educação; Antirracista; narrativas;

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. *Histórias de vida e formação de professores: diálogos entre Brasil e Portugal*[online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, 312 p. ISBN: 978-85-7511-469-8. Available from: doi: 10.7476/9788575114698. Also available in ePUB from: disponível em: <http://books.scielo.org/id/f6qxr/epub/braganca-9788575114698.epub>

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES, Nilma Lino, (2002). Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. **Tese de Doutorado.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** Brasília: Ministério da educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

PASSEGGI, M. C., Furlanetto, E. C., Conti, L., Chaves, I. E. M., Gomes, M. O., Gabriel, G. L., Rocha, S. M. (2014). Narrativas de crianças sobre as escolas da infância: cenários e desafios da pesquisa (auto)biográfica. **Revista Educação UFSM**, 39 (1), 85-104.

SILVA. A.C. de M. da.;SANTIAGO, M. E. Itinerário da prática pedagógica de valorização da população negra no espaço escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v.24, p. e240003,201. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbrdu/a/Fc5RwKDxLmRYCTKtxhLcpxd/?lang=pt#>. Acesso em: 15/02/2024.

CORPO E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DA SAÚDE REPRODUTIVA DA MULHER NEGRA NO BRASIL¹³

Caroline Moreira de Souza¹⁴,
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Lízia Adriane Freire Ferreira Gomes¹⁵,
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

RESUMO

À luz da colonização europeia e do tráfico de africanos escravizados ao território nacional, torna-se inquestionável que a história da formação social brasileira assumiu contornos patriarcais e racistas em seu cerne. Desse modo, consequentemente à marginalização dessas minorias sociais, verifica-se, no Brasil hodierno, a desigualdade de acesso ao atendimento à saúde, em especial às mulheres pretas. A partir disso, urge a análise da questão da maternidade nessa parcela populacional do país, evidenciando a persistente negligência das necessidades femininas no período gestacional, referentes ao cuidado pré-natal e à atenção às condições particulares da etnia afrodescendente. Assim, torna-se nítido que a permanência desses obstáculos configura uma verdadeira violência interseccional, que compromete não apenas a saúde dessa parcela social negra, feminina e progenitora, mas que também perpetua, de modo velado, o etnocídio na população afrodescendente no Brasil. Dessa maneira, o presente trabalho objetiva dissertar acerca da saúde reprodutiva da mulher negra no país, em uma análise histórico-sociológica e articulada aos conhecimentos epidemiológicos modernos, destacando-se a abordagem da predisposição genética afrodescendente à hipertensão arterial e seus impactos na saúde gestacional com as síndromes hipertensivas da gravidez. Como resultado das análises bibliográficas realizadas, vê-se que há duas formas principais em que a hipertensão arterial pode complicar a gravidez: a pré-eclâmpsia e a hipertensão arterial crônica, e ambas as condições são mais frequentes em mulheres pretas, justificando que essas são mais vulneráveis a complicações do parto, gestação de alto risco e morte materno-fetal. Portanto, prova-se urgente a mobilização em prol da intervenção nesse cenário, a partir do desenvolvimento de pesquisas nesse campo de estudo e da organização de políticas de saúde em prol dessa causa, objetivando garantir o direito à maternidade digna.

¹³ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

¹⁴ Autora e estudante do primeiro período de Medicina pela Universidade Federal do Maranhão

¹⁵ Coautora e orientadora, mestranda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão

Palavras-chave: invisibilidade; mulher negra; saúde reprodutiva; hipertensão.

INTRODUÇÃO

A percepção de que a história de formação social brasileira, a partir do desembarque de Pedro Álvares Cabral em território nacional, assumiu contornos patriarcalistas e racistas mostra-se uma inferência inquestionável, sob a ótica da colonização europeia, da formação de sociedades centralizadas no senhor de engenho e da prática do tráfico de africanos escravizados ao país latino-americano. Esse período, caracterizado pela predominância das teorias do determinismo social e do racismo científico como justificativas do regime escravocrata, assumiu expressivos contornos no que diz respeito à cronológica marginalização da supracitada etnia, denunciada no transporte forçado às terras brasileiras, em condições subumanas de sujeição, submetendo-os ao trabalho forçado e restringindo seu acesso à cidadania e às condições de vida digna.

Como consequência direta dessa construção histórica, verifica-se, no contexto brasileiro hodierno, a persistência de entraves concernentes à desigualdade de acesso ao atendimento à saúde, em especial às mulheres. À luz dessa problemática, evidencia-se a necessidade de abordagem da questão da maternidade na população negra no Brasil, denunciando a cronológica negligência das necessidades femininas no período gestacional, como as condições de higiene e alimentação adequadas, além do atendimento pré-natal e a comodidade no trabalho de parto, ao longo dos séculos. Em adição, destacam-se também problemáticas no pós-parto, concernentes ao tempo de qualidade com os recém-nascidos e o direito à amamentação, fortemente atreladas à herança escravista das amas de leite e seus contornos contemporâneos, com a invisibilidade do trabalho de cuidado da mulher negra realizado no âmbito doméstico, demonstrando que essa problemática transpassa a questão da saúde reprodutiva e também assume contornos sanitário-sociais.

Dessa maneira, torna-se nítido que a permanência desses obstáculos à maternidade da população preta até a atualidade configura-se uma verdadeira violência interseccional, que compromete não apenas à saúde dessa parcela social negra, feminina e progenitora, mas que também perpetua, de modo velado, o etnocídio na população afrodescendente no Brasil.

OBJETIVOS

O presente trabalho objetiva estabelecer uma abordagem interdisciplinar acerca da questão da saúde reprodutiva da mulher negra no Brasil, com ênfase nas síndromes hipertensivas da gravidez e sua maior recorrência na população preta e parda afrodescendente, fundamentando-se em uma perspectiva histórico-sociológica que denuncia a invisibilidade crônica dessa temática e articulando-a aos conhecimentos modernos quanto às doenças mais frequentes na população brasileira afrodescendente, destacando-se a abordagem de sua predisposição fisiológica e situacional à hipertensão arterial e seus impactos na saúde gestacional.

Além disso, busca-se comprovar a relevância dessa temática de pesquisa e de sua consequente intervenção sanitária, ratificando a necessidade de políticas de saúde mais expressivas e específicas à parcela social preta e do gênero feminino nos diretórios nacionais de saúde, objetivando enfim garantir-lhes o direito à maternidade digna.

JUSTIFICATIVA

A abordagem da saúde reprodutiva da mulher negra do Brasil no contexto contemporâneo não apenas é fundamental para trazer visibilidade a uma questão de gênero e etnia, mas também para demonstrar como essas têm impacto na construção histórica da identidade de um povo, comprometendo, assim, a perpetuação da memória afrodescendente com a persistência da sua marginalização, denunciada na negligência acerca de uma problemática que segue invisibilizada.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, o estudo em questão é de caráter bibliográfico, cuja abordagem é de característica qualitativa e interpretativa. Dessa maneira, o trabalho consistiu em descrever, caracterizar e analisar informações sobre a cronologia da saúde reprodutiva da mulher negra no país, a partir da análise de diversos artigos científicos acerca da maternidade negra no Brasil, da hipertensão induzida pela gravidez e/ou produções que correlacionam a hipertensão arterial com a maternidade da população preta, objetivando identificar os principais desafios enfrentados por essa parcela populacional ao longo das décadas e relacioná-los aos contextos histórico e epidemiológico em questão.

ABORDAGEM HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA

Para compreender as origens da questão da saúde pública da população preta e, conseqüentemente, da saúde reprodutiva da mulher negra no território brasileiro em uma abordagem sócio-epidemiológica efetiva, faz-se necessário remontar ao período do comércio transatlântico de pessoas de origem africana sob a condição de escravizados e o seu traslado às Américas, haja vista sua desumanização desde sua venda sob condição de mercadoria até à viagem marítima em condições degradantes, denunciadas pela superlotação do espaço de acomodação e pela carência de cuidados com a sua higiene e alimentação.

As alterações das condições ambientais, sociais e políticas, em adição ao extenso período de espera e de viagem transatlântica, impactavam diretamente nas condições sanitárias e na mortalidade a bordo, uma vez que, além do risco de adoecimento nos próprios navios, ainda há a possibilidade de agravamento de doenças ou outros problemas físicos cuja origem precede o trajeto marítimo. Nesse viés, as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, em “Brasil: uma biografia” (2015, p. 119) estimaram que, a cada cinco escravizados embarcados para o Brasil no início do período escravista, um morria antes da chegada.

Dessa maneira, durante os séculos XV ao XIX, os escravizados viviam à margem dos cuidados médicos, sendo alvos de atenção somente quando sua morte poderia significar perda econômica para o seu senhor. A exemplo dessa questão, a mestre em História Moderna e dos Descobrimentos pela Universidade Nova de Lisboa Inês Marinho Osório, aborda, em sua dissertação “Transporte de escravos no Atlântico: arqueação e mortalidade nos navios negreiros”, acerca da promulgação do Alvará de 23 de Setembro de 1664 pelo então monarca português Rei Afonso VI, que orienta que haja “especial cuidado e vigilância no despacho dos navios negreiros” (p.13), instruindo sobre o limite de escravos por traslado em cem “peças” e os mantimentos necessários para 3 refeições diárias e um copo de água por dia, com a finalidade de reduzir a mortalidade no transporte, reduzindo as despesas dessa prática comercial.

Dessa maneira, vê-se que o cuidado administrativo com a saúde da população preta no Brasil, durante o período colonial, era ínfimo, como reflexo da visão europeia dos povos originários africanos puramente como força de trabalho, de modo que o investimento na sua saúde não era considerada uma atitude de boa governança, empatia ou humanidade, mas sim uma estratégia de investimento no retorno econômico da colônia. Ratificando essa denunciada precariedade, Sidney Chalhoub (1996) destaca a ancilostomíase e outras verminoses, além das doenças carenciais, como o escorbuto e a tuberculose, como enfermidades mais frequentes nessa parcela populacional escravizada, como resultado da inacessibilidade das condições básicas de higiene e alimentação adequadas.

Pertinente a esse contexto, direciona-se o foco à mulher negra no período escravista, visto que, apesar do fato estatístico de prevalência jovem e masculina no conjunto de africanos trazidos à América, ratificado por Schwartz (2015), ainda existia um significativo mercado de tráfico de mulheres naquele período. A atividade característica desse grupo na sociedade colonial, no período dos engenhos dos séculos XVI e XVII, para além do trabalho nas lavouras e nas minas, era o trabalho

de criação e cuidado, em simultâneo à manutenção das demais tarefas domésticas, auxílio às necessidades de higiene e vaidade da esposa do senhor de engenho e a eventual satisfação sexual desse patriarca, por meio de relações não consensuais.

Vale ressaltar que o trabalho de cuidado é um termo que engloba os serviços orientados à satisfação de necessidades físicas ou psicológicas de terceiros, bem como à promoção da criação e do desenvolvimento de crianças e jovens, sendo representado, no contexto colonial, pelas ditas “amas de leite”, responsáveis pela amamentação, cuidado e criação da prole de seus patrões e orientadas a priorizá-los em detrimento aos próprios filhos. Por esse motivo, uma prática muito comum desse período era o interesse em escravizadas cuja gestação estivesse em estágio próximo à da patroa, usufruindo do leite materno da mulher negra em detrimento da mãe europeia, consagrando assim a nomenclatura “ama de leite”.

Essa prática de delegar o trabalho de cuidado às mulheres negras não foi um ineditismo brasileiro: segundo Gilberto Freyre, em “Casa Grande & Senzala”, os médicos portugueses ditos “especialistas na arte de curar e criar meninos” durante os séculos XVII e XVIII, defendiam a hipótese de que as negras e mulatas apresentavam um leite “mais forte”, ou seja, mais nutritivo. (2001, p. 414-415).

Outra questão apontada pelo sociólogo como fator de popularização da prática foi a recorrente impossibilidade física das mães em atenderem a esse dever de maternidade, como resultado de uma conjuntura que remete às práticas sociais do período. As mulheres, segundo documentado por Freyre, casavam logo após sua primeira menstruação e enfrentavam geralmente uma gravidez com diversas complicações, como resultado de um despreparo físico do organismo à prematura gestação. Além disso, os costumes da época eram favoráveis a sucessivas gravidezes. Portanto, a escrava ama de leite era chamada da senzala à Casa Grande para ajudar franzinas mães de quinze anos a criarem os filhos. (Freyre, 2001, p.413-414).

Contudo, essa prática mostrou-se extremamente problemática à prole da mulher negra, uma vez que lhe foi privado o direito à nutrição necessária ao desenvolvimento inicial, proveniente da amamentação. Ademais, a criação desse afrodescendente provava-se inconciliável à cobrança e à carga horária excessiva do trabalho doméstico escravista, como retratado no quadro “Uma família brasileira do século XIX sendo servida por escravos”, do artista francês Jean-Baptiste Debret, em 1830, ao mostrar a mulher europeia interagir com duas crianças negras, nuas e famintas, localizadas debaixo da mesa de jantar dos patrões, mas ainda no campo de visão de uma servente negra que abana à família.

Em adição, ainda se cita a questão do infanticídio, segundo as pesquisas de Silva (2010, p.3) sobre a temática:

“Na realidade, o que interessava aos senhores era explorar a força produtiva de seus escravos, sem se importar se era homem ou mulher, o que importava era o produto do trabalho de ambos. Assim, uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório. Com respeito aos filhos, a esses nenhuma importância era dada, já que aos olhos do senhor eram antieconômicos, e não são raros os relatos de abandono de crianças, por representarem uma despesa a mais para os senhores e também motivo para que a mãe negra passasse a desempenhar com menor intensidade suas tarefas, visto que teria de dedicar-se ao filho.”

Desse modo, torna-se indubitável que o contexto social e sanitário do período mostrava-se terminantemente desfavorável à reprodução da população negra em território brasileiro, de forma que as práticas do aborto e do infanticídio emergiram como uma forma de resistência materna à condição escravista que lhe seria herdada.

Assim, sob essa condição cronológica de extrema violência, simbólica e material, prova-se lógico que a conquista da abolição da escravidão em território nacional, no dia 13 de maio de 1888, apesar de sua relevância política, não garantiu o fim imediato das práticas escravistas nas relações sociais de trabalho e da invisibilidade da saúde reprodutiva da mulher negra, devido à persistência de uma

forte herança cultural de hábitos e teorias pseudo-científicas com fundamentações racistas.

Portanto, mediante a análise histórica promovida, denuncia-se uma continuidade da problemática da invisibilidade da saúde reprodutiva das mulheres negras e pardas no território brasileiro ao longo da história, em uma problemática que, indubitavelmente, compromete a perpetuação da memória coletiva desse povo, como resultado de uma colonização insidiosa cujos reflexos assumem contornos contemporâneos.

REFLEXOS CONTEMPORÂNEOS NO ÂMBITO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO PRETA

Sob a ótica da disseminação do mito da democracia racial — ideologia promovida por Gilberto Freyre, em sua referida obra, que nega a existência do racismo no Brasil contemporâneo — e a consequente defesa da crença de que os conflitos raciais do país tiveram seu encerramento com a abolição da escravidão, torna-se inegável a persistência, no senso comum brasileiro, da negação de sua natureza essencialmente racista. Por conseguinte, as abordagens acerca da negritude ou sobre a necessidade de políticas sociais para negros ainda são ínfimas, rasas e, muitas vezes, interpretadas como mecanismos de segregação da identidade racial do Brasil, o que agrava a disparidade racial e socioeconômica no país. Como consequência disso, evidencia-se a perpetuação da invisibilidade da saúde da mulher negra, constituída na discriminação interseccional entre relações étnico-raciais e de gênero, além da associação dessa trabalhadora às atividades do lar e ao cuidado maternal como características intrínsecas ao seu gênero.

O artigo elaborado por Luís Eduardo Batista, Rosana Batista Monteiro e Rogério Araujo Medeiros em 2013, descrevendo ciclo de estudos epidemiológicos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra, realizados Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo nos anos de 2003 a 2010, tornam essa

desigualdade étnica inegável: segundo os dados levantados, a população negra apresenta piores indicadores sociais, além de possuir menor nível de escolaridade e renda, menor acesso à saúde e serviços sociais, condições mais precárias de moradia, e estar inserida em piores posições de trabalho.

E, no que concerne às perspectivas de saúde pública, essa condição histórica assume contornos contemporâneos à medida que, apesar do rico arcabouço brasileiro de garantia da saúde pública gratuita, constituído pelo Sistema Único de Saúde, ainda se pode denunciar a carência de programas de saúde específicos para esse grupo étnico e sua parcela feminina, a despeito de suas necessidades particulares concernentes à atenção à saúde.

Em adição, traz-se luz à temática da presente pesquisa: a saúde reprodutiva da mulher negra e a recorrência de complicações decorrentes de síndromes hipertensivas da gravidez e eclâmpsia. Por isso, torna-se impostergável a análise específica da recorrência da hipertensão arterial nessa população-alvo, realizando uma análise clínica da condição e pontuando as principais teorias elaboradas nesse âmbito.

SÍNDROMES HIPERTENSIVAS DA GRAVIDEZ EM MULHERES AFRODESCENDENTES

Nessa via, segundo o “Manual de Doenças Mais Importantes, por Razões Étnicas, na População Brasileira Afro-Descendente”, publicado pelo Ministério da Saúde em 2001, há enfermidades, como a anemia falciforme, a deficiência de 6-glicose-fosfato-desidrogenase, a hipertensão arterial, a doença hipertensiva específica da gravidez e a diabetes mellitus, que são mais frequentes na população negra, por fatores étnicos e genéticos.

Dessa enumeração, destaca-se a hipertensão arterial como uma enfermidade que merece maior atenção nesse quadro clínico, que requer, novamente, uma análise multidisciplinar, convergindo as análises histórico-sociológicas com as descobertas

epidemiológicas. Acerca disso, Beatriz Zolin (2023), por meio do Portal Drauzio Varella, escreve que a hipertensão arterial é estatisticamente mais frequente entre negros do que entre brancos na população brasileira hodierna, e sugere que essa disparidade pode remontar ao passado escravista. Nesse material disponibilizado em meios eletrônicos, apresentam-se teorias sobre a predisposição da população afrodescendente em reter mais sal em seu organismo, recorrendo a explicações de âmbito geográfico e histórico.

Em primeira análise, defende-se que a origem africana, região caracterizada pelas altas temperaturas e pela baixa quantidade de sal disponível, influenciou — por meio da seleção natural descrita por Charles Darwin, ao longo de décadas — o desenvolvimento da capacidade de reter o sódio no organismo como estratégia de sobrevivência. Em adição, Póvoa (2020), em um minieditorial de cardiologia acerca da hipertensão arterial, também cita um dito costume inglês de lamber o suor dos negros como forma de seleção artificial dos indivíduos escravizados, escolhendo aqueles que reteriam mais sal no organismo, sobrevivendo à desidratação e à falta de comida às quais eram submetidos. Ainda segundo Póvoa (2020),

Estima-se que a hereditariedade contribua de 40% a 50% da patogênese da hipertensão, mas pouco se sabe de sua arquitetura genética na identificação de loci de genes responsáveis pela elevação pressórica. Os afrodescendentes americanos apresentam índice de renina e aldosterona mais baixo que os brancos para o mesmo nível de ingesta de sódio. A sensibilidade ao sal é um fenótipo mais comum em negros, e muito relacionada a resposta pressórica com a variação da ingesta de sódio, mesmo naqueles com baixo índice de renina e aldosterona.

Desse modo, vê-se que, em ambas as abordagens explicativas, há a convergência na percepção de que os afrodescendentes em território nacional possuíam essa predisposição acentuada à retenção de sal, e, uma vez no Novo Mundo, com o excesso de sódio na alimentação, esses escravizados tornaram-se suscetíveis à hipertensão, doença crônica caracterizada pelos níveis elevados da

pressão sanguínea nas artérias, que exige maior esforço do coração para o bombeamento sanguíneo, levando-o à fadiga.

Porém, cumpre analisar sobre as teorias que remontam ao continente africano com maior profundidade: Laura Aguiar et al. (2019) elaboraram um trabalho científico experimentalista de análise das diferenças genótípicas entre o sudoeste da Europa e África, realizando um estudo com objetivo de comparar a frequência genotípica em genes propostos como potenciais moduladores da hipertensão arterial: sintase do óxido nítrico endotelial (eNOS), glicose-6-fosfato desidrogenase (G6PD), alfa-globina (HBA) e enzima conversora da angiotensina (ECA).

Esse artigo científico afirma que a análise genética revela variações significativas entre as populações de Portugal e de regiões africanas em relação aos genes e condições genéticas analisados: o estudo indica que o alelo 4a do gene eNOS é menos frequente em Portugal, enquanto alelos raros como 4c, 4d e 4y são exclusivos da África. Além disso, o alelo G do gene G6PD e a deleção α -talassêmica de -3,7kb são mais comuns em populações africanas. Não foram observadas diferenças notáveis no gene ECA.

A partir dessa análise técnica do genoma de maneira comparada, ratifica-se o que já havia sido afirmado quanto às disparidades genômicas para a predisposição à hipertensão arterial, e essas descobertas sugerem que tais adaptações genéticas podem estar relacionadas com diferentes pressões seletivas proporcionadas pelos diferentes climas no sudoeste da Europa e na África equatorial e subequatorial.

A definição clínica dessa afecção dá-se pelo auferir de pressão sanguínea sistólica maior que 140 mmHg e diastólica maior que 90 mmHg, registrada em pelo menos dois momentos com 6 h de intervalo entre as medidas. Essa condição, quando crônica, é incurável, necessitando detecção e tratamento precoces, para prevenção de lesão em órgãos-alvo e consequentes complicações, como infartos, derrames e insuficiência renal.

Segundo os dados levantados pelo Ministério da Saúde para a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2017), a doença atinge de 10% a 20% dos adultos no Brasil, e é a causa direta ou indireta de 12% a 14% de todos os óbitos do país. Esse documento faz coro ao supracitado ao listar a hipertensão arterial como uma das doenças genéticas ou hereditárias mais comuns da população negra.

Contudo, o Manual de 2001 aprofunda a questão dessa complicação de saúde em um capítulo denominado “Síndromes Hipertensivas da Gravidez”, trazendo visibilidade à uma questão da saúde reprodutiva da mulher negra que é pouquíssimo explorada. Nesse excerto, afirma-se que há duas formas principais em que a hipertensão arterial pode complicar a gravidez: a pré-eclâmpsia e a hipertensão arterial crônica.

Hipertensão arterial crônica se refere à hipertensão de qualquer etiologia (primária, em 90% dos casos), que está presente antes da gravidez ou da vigésima semana de gestação. A denominação "crônica" é utilizada meramente para fazer oposição semântica à natureza súbita e reversível da pré-eclâmpsia. Pré-eclâmpsia, ou doença hipertensiva específica da gravidez, é uma doença hipertensiva peculiar à gravidez humana, que ocorre principalmente em primigestas após a vigésima semana de gestação, mais frequentemente próximo ao termo. Envolve virtualmente cada órgão e sistema do organismo e é a principal causa de morbidade e de mortalidade, tanto materna quanto fetal (Brasil, 2001).

Ademais, sobre o tópico de mortalidade materna, a Política Nacional de Saúde da População Negra (2017) alertava para a disparidade étnico-racial: de acordo com dados notificados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do total de 1.583 mortes maternas em 2012, 60% eram de mulheres negras e 34% de brancas (MS/SVS/CGIAE). Contudo, esses números não podem ser atribuídos puramente às pré-disposições genéticas: a mesma pesquisa afirma que a proporção de que realizou pré-natal e que teve orientação sobre sinais de risco na gravidez foi de 75,2% entre a população de mulheres, sendo que, entre as brancas, 80,8%

receberam essa orientação, enquanto 66,1% das pretas e 72,7% das pardas receberam essa mesma informação.

Esses dados denunciam uma conhecida característica da realidade socioeconômica brasileira: a persistência da disparidade de condições e oportunidades no que concerne à população preta, que, por influências históricas decorrentes do caráter sumário da abolição da escravidão negra no Brasil e a ausência de políticas de inserção social dessa população na sociedade comercial, tendeu a ser historicamente marginalizada e privada dos serviços de saúde pública. Com isso, para além das questões genéticas e fisiológicas supracitadas, faz-se primordial também levar em consideração a questão socioeconômica: o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados devido ao seu preço acessível em detrimento a produtos orgânicos e nutritivos, tão comum em populações em condição de vulnerabilidade, acarreta o consumo em demasia de sódio, hábito que constitui um fator de risco à hipertensão arterial.

Dessa maneira, vê-se que a hipertensão é um relevante fator de risco cardiovascular, especialmente na população preta, e tem implicações significativas para a evolução da gravidez, o que remonta à temática do presente trabalho: a análise dos desafios pós-modernos à maternidade e à saúde reprodutiva da mulher negra no Brasil. Dessa maneira, nota-se que, em simultâneo às problemáticas conhecidas sociais-sanitárias fundamentadas na disparidade de condições socioeconômicas no país e denunciadas na inacessibilidade do atendimento à saúde à população mais pobre, no racismo institucional e na invisibilidade dos entraves femininos no período da gestação, verifica-se um desafio clínico concernente à saúde reprodutiva que segue pouco explorado. Por conseguinte, cumpre abordar os impactos dessa problemática na questão da saúde materna e fetal, à luz da hipertensão arterial induzida pela gravidez como um impasse de saúde reprodutiva comum aos dois países analisados.

A hipertensão arterial, seja na sua forma crônica ou na pré-eclâmpsia, representa um risco significativo de mortalidade materna ou de desafios na evolução fetal, que aumentam o risco de parto prematuro, baixo peso ao nascer e morte fetal. Dentre essas complicações que podem ser enfrentadas, citam-se: o descolamento prematuro da placenta, rompendo a ponte entre a circulação sanguínea da mãe e do feto e, conseqüentemente, comprometendo o acesso do feto ao oxigênio molecular e aos nutrientes essenciais; a eclâmpsia, que consiste no acometimento de convulsões, confusão mental, perda de consciência ou coma materno; e a síndrome de HELLP, caracterizada pela hemólise, pela elevação das enzimas hepáticas e pela baixa contagem de plaquetas (Angonesi e Polato, 2007).

Diante disso, nota-se que a descoberta da prevenção da pré-eclâmpsia revolucionaria o acompanhamento pré-natal e salvaria inúmeras vidas maternas e fetais, principalmente em países subdesenvolvidos, onde as conseqüências da pré-eclâmpsia são devastadoras (Brasil, 2001). Porém, para tal, urge a mobilização da academia médica brasileira em prol da elaboração de pesquisas focadas nesse cenário, que segue pouco explorado na esfera de produção científica. Ademais, em consonância a essa abordagem educacional, ratifica-se a relevância do incentivo à conscientização popular acerca da saúde reprodutiva e da importância do acompanhamento pré-natal para o cuidado com a saúde materna e fetal.

Entretanto, para a enfim superação dessa cronológica invisibilidade e negligência à temática, torna-se inegável a necessidade de superação dos históricos entraves concernentes à disparidade de acesso aos serviços públicos de saúde e o combate ao racismo institucional para a intervenção estruturada, multilateral e eficaz na referida problemática da saúde reprodutiva da mulher afrodescendente no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, realizou-se uma abordagem interdisciplinar acerca da questão da saúde reprodutiva da mulher negra no Brasil, articulando uma análise

histórico-sociológica da cronologia da saúde da população preta em território nacional, desde a colonização ao contexto hodierno, aos conhecimentos epistemológicos modernos quanto às doenças mais frequentes na população brasileira afrodescendente, com ênfase na questão da saúde reprodutiva da mulher negra, o cuidado pré-natal e as síndromes hipertensivas da gravidez.

Em primeira análise, traçou-se uma cronologia da invisibilidade da saúde das mães afrodescendentes no período colonial brasileiro, sendo direcionadas ao trabalho forçado no regime escravista e exploradas durante o período gestacional e de amamentação sob o ofício das ditas “amas de leite”, denunciando a privação do direito de cuidado e aleitamento de sua própria prole em detrimento da criança branca, filha de seus patrões. Por conseguinte, salientou-se a permanência de uma cultura discriminatória no país até a contemporaneidade, denunciada na persistência do racismo institucional e na invisibilidade das causas de saúde mais recorrentes na população afrodescendentes, além da perpetuação da pobreza, discriminação e falta de acesso dessa parcela da população brasileira ao sistema público de saúde.

Posteriormente, associou-se esse panorama cronológico aos apontamentos do Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente (Brasil, 2001), salientando-se os fatores que comprovam a maior recorrência da hipertensão arterial na população afrodescendente, que remontam a explicações genéticas cujas origens são associadas a condições históricas e geográficas.

A partir disso, levantou-se a problematização das síndromes hipertensivas da gravidez, que podem apresentar-se nas formas de pré-eclâmpsia ou hipertensão arterial crônica, atingindo o ponto de destaque do trabalho ao ressaltar uma condição clínica que, apesar de não ser específica à população preta, é estatisticamente mais recorrente em mães afrodescendentes, que também são as que têm menos acesso ao atendimento pré-natal, aumentando o risco de mortalidade materna e fetal.

Diante disso, torna-se indubitável que, ainda no contexto hodierno, a negligência social e governamental age de maneira a perpetuar os desafios enfrentados pelas mulheres negras na maternidade, durante o período de gestação e de cuidado com as crianças em fase de desenvolvimento, e, portanto, configura uma verdadeira violência interseccional, que compromete não apenas à saúde dessa parcela social negra, feminina e progenitora, mas que também perpetua, de modo velado, o etnocídio na população afrodescendente no Brasil.

Portanto, mediante as considerações tecidas, prova-se urgente a mobilização em prol da intervenção nesse cenário, a partir do desenvolvimento de pesquisas nesse campo de estudo e da organização de políticas de saúde em prol dessa causa, objetivando garantir o direito à maternidade digna.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Laura et al. Diferenças genotípicas entre o sudoeste da Europa e África: um estudo comparativo em genes relacionados com a hipertensão. In: **13º Congresso Português de Hipertensão e Risco Cardiovascular Global**, Sociedade Portuguesa de Hipertensão, 7-10 fevereiro 2019. 2019.

ANGONESI, Janaína; POLATO, Angelita. Doença hipertensiva específica da gestação (DHEG), incidência à evolução para a Síndrome de HELLP. **Rev. bras. anal. clin.**, p. 243-245, 2007.

BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista; MEDEIROS, Rogério Araujo. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde em debate**, v. 37, p. 681-690, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Política Nacional de Saúde da População Negra: uma política do SUS**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 97-185.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 50a edição. Global Editora, 2005.

OSÓRIO, Inês Marinho. Transporte de escravos no Atlântico: arqueação e mortalidade nos navios negreiros. **IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna**, 2015.

PÓVOA, Rui. Minieditorial: Características Clínicas da Hipertensão Arterial Resistente versus Refratária em uma População de Hipertensos Afrodescendentes. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 115, p. 40-41, 2020.

SILVA, Maria da Penha. Mulheres Negras: Sua Participação Histórica na Sociedade Escravista. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ZOLIN, Beatriz. Hipertensão maior entre negros pode ter ligação com passado escravista. Disponível em: **Hipertensão maior entre negros pode ter ligação com passado escravista**. Disponível em: <https://drauzioharella.uol.com.br/doencas-cronicas/hipertensao/hipertensao-maior-em-tre-negros-pode-ter-ligacao-com-passado-escravista/> . Acesso em: 28 jan. 2024.

DESCOLAMENTO SOCIAL E VITÓRIA PESSOAL: UMA DISCUSSÃO ANTROPOLÓGICA DO LIVRO NADA DIGO DE TI QUE EM TI NÃO VEJA¹⁶

Roana da Silva Gouveia
PPGCSoc/UFMA

RESUMO

A ideia do artigo aqui proposto é analisar antropologicamente o romance histórico de Eliana Alves Cruz, *Nada digo de ti, que em ti não veja*. Duas razões pesaram para o meu interesse nesta narrativa literária. Uma delas é a apurada pesquisa histórica do complexo cenário narrativo ambientado no Brasil colônia do século XVIII (1732), feita pela autora. A outra razão é a obra ser protagonizada por Vitória, uma mulher transexual e ex-escravizada traficada de Angola, que conquistou sua liberdade através de artimanhas individuais e muita força coletiva (de humanos e não humanos). A autora oferece um apurado quadro de conflitos envolvendo gênero, sexualidade, raça, classe, religiosidade etc. e muito disso é condensado no romance tempestuoso entre Vitória e Felipe Gama (latifundiário herdeiro de uma família rica e influente). A complexidade da protagonista é uma das marcas da trama e isso denota a sensibilidade da autora de criar uma personagem que não só fuja de estereótipos, como também seja vista de maneira menos reificada, levando em consideração o contexto limitante e repressivo de sua existência. Penso que este trabalho pode articular questões importantes compreendidas pelas Ciências Sociais, em especial a Antropologia, imbricando relações familiares e noções de parentesco, assim como estruturas raciais, de classe e de gênero, pensadas no contexto colonial que podem ser atualizadas e debatidas, sem anacronismos, na contemporaneidade.

Palavras-chave: Antropologia; Gênero; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe a conduzir uma análise antropológica da obra de Eliana Alves Cruz, explorando os entrecruzamentos de gênero, raça, classe e

¹⁶ O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

religiosidade que permeiam a narrativa. A autora se empenha em criar uma ambientação autêntica, mergulhando os leitores em um mundo repleto de detalhes sobre a vida, a cultura e as complexidades sociais da época. A pesquisa meticulosa transparece não apenas na descrição dos eventos históricos, mas também nas nuances das interações entre os personagens. Essa profunda contextualização enriquece a narrativa, tornando-a uma ferramenta valiosa para uma análise antropológica das relações humanas e sociais no contexto colonial.

Vejo a importância do olhar antropológico voltado para a discussão que aqui se esboça, não só pelo caráter autorreflexivo da disciplina, também como forma de situar sua posicionalidade atual em face do seu histórico de “relação parasitária [...] com o colonialismo e do contínuo alijamento dos intelectuais locais dos circuitos acadêmicos”, como assinala Antonádia Borges *et al.* (2015, p. 366), a respeito do empenho de Archie Mafeje em desconstruir a Antropologia como disciplina científica. Tal desafio proposto por Mafeje passa pelo estabelecimento de um trabalho antropológico que pauta “uma interlocução autêntica, em que os conceitos endógenos não sejam obliterados diante da sanha classificatória da ciência colonial” (BORGES *et al.* 2015, p. 365).

Portanto, busco não apenas refletir sobre o contexto em questão, mas também destacar como esses temas permanecem relevantes e podem ser reinterpretados na contemporaneidade. O romance proporciona uma janela única para o passado, enquanto simultaneamente nos faz refletir sobre as complexidades das relações familiares, noções de parentesco e as estruturas sociais que moldaram o Brasil colonial e continuam a influenciar o mundo atual.

Embora o empenho aqui proposto intencione iluminar aspectos cruciais da sociedade colonial e suas ressonâncias em nosso mundo atual, em nada

ambiciona servir como ferramenta total de captura da realidade, ainda mais a brasileira, cuja complexidade é inegável. Nesse sentido, em complementaridade ao que propõe Sússekind (1984) para quem a literatura brasileira¹⁷ se destaca por seu caráter “extraliterário”, Ana Cristina César postula que ela “[...] fala fundamentalmente da relação entre o seu produtor e seu objeto. Articula uma visão sobre esse objeto e não capta a sua realidade pura” (César, 1999, p. 15).

E é entendendo tais limitações da literatura que, segundo Regina Dalcastagnè (2007, p. 19) “é também um dos terrenos em que são reproduzidas e perpetuadas determinadas representações sociais, camufladas, muitas vezes, no pretenso ‘realismo’ da obra”, que vejo como premente levar em consideração sua importância como veículo de experiências e sensações de deslocamento reflexivo do nosso olhar para a realidade, oferecendo uma rica tapeçaria de perspectivas e um bem apregoado quadro imaginativo da vida, do mundo ao nosso redor e das “coisas sociais em movimento” (Mauss, 2003, p. 187).

O trabalho se ancora em três eixos de articulação com a bibliografia antropológica. Primeiramente pretendo fazer um esboço do background por onde a história se constrói e os enredamentos se desenrolam. No segundo quero pensar o processo diaspórico pelo qual Vitória costurou sua experiência

¹⁷ Tal literatura carrega certa tradição no que concerne à emergência de pautas e grupos marginalizados nas abordagens literárias, para além de maniqueísmos panfletários ou mera denúncia social. O poder imaginativo de seus autores imprime tamanha complexidade às narrativas e personagens que torna plausível o uso de tais obras como esteio analítico, dada a intangibilidade da própria realidade. Por conseguinte, autores como Machado de Assis (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*), Jorge Amado (*Gabriela, Cravo e Canela*), João Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*) e Graciliano Ramos (*Vidas Secas*) (WOLF, 2013) se destacam e extrapolam os muros do naturalismo literário. Fugindo dos brancos cânones, temos obras que também fazem coro a essa corrente, destacando-se escritores como Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo*), Paulo Lins (*Cidade de Deus*) e Ferréz (*Capão Pecado*) (DALCASTAGNÈ, 2007). Mais contemporaneamente ainda acrescentaria obras como *Olhos D'Água* (Conceição Evaristo), *Um Defeito de Cor* (Ana Maria Gonçalves), *Torto Arado* (Itamar Vieira Junior) e *O Averso da Pele* (Jeferson Tenório).

transatlântica, refletindo sobre esse deslocamento objetivo – e subjetivo – e a iminência de um mundo novo a se construir dentro dos possíveis a ela compulsoriamente apresentados. Já no terceiro eixo parto para a reflexão acerca da resistência à violência em sua complexidade e contradições, tendo como base a fuga da aridez de pressupostos dualistas.

Posto isto, entendo a análise que aqui se desenha sem pretensão de esgotar as dimensões de análises que a obra pode suscitar, tendo em mente que boa parte do que discutirei gravitará em torno da personagem principal, Vitória, porém evitando um caráter resenhista como forma de estimular a leitura integral do livro por parte dos(as) amantes de literatura.

DELINEANDO O PLANO DE FUNDO

São Sebastião do Rio de Janeiro, 1732. De um lado temos dois núcleos familiares aristocráticos, os Gama e os Muniz, equilibrando forças pela hegemonia do poder, tendo como adversário em comum um clero parasitário e corrupto (encarnado na figura do Frei Alexandre Saldanha), ancorado pela Santa Inquisição da Igreja Católica e sempre à espreita de ameaçar suas posições. Do outro, uma grande parcela de pessoas negras escravizadas, vivendo em total penúria e sujeitas a todos os tipos de relações abusivas e violentas, lutando pelo mínimo de dignidade e liberdade.

No centro gravitacional desse cenário temos o amor romântico intempestivo entre os principais personagens da narrativa, Vitória, mulher transexual¹⁸, negra, pobre, curandeira e ex-escravizada traficada de Angola e

¹⁸ Dentro das limitações do que era ser uma pessoa de sexualidade e gênero divergentes na época retratada pelo livro, durante a época colonial, pessoas escravizadas eram pejorativamente denominadas de *jimbanda* – termo de origem angolana e que aqui no Brasil foi amplamente usado para se referir a pessoas de origem africana (designadas como homem no nascimento) de gênero e sexualidade dissidentes. Xica Maiconço (Salvador, séc. XVI) expressou bem essa realidade colonial. De origem congoleza, onde vivia como *cudina* (espécie de identidade trans

Felipe Gama, homem branco e fidalgo que tinha como principal missão manter o legado latifundiário da família Gama, através do casamento com uma Muniz. Pensando aqui no caráter exterior, anterior e coercitivo do fato social, enquanto consciência coletiva, como preconizara Durkheim e Mauss (1978), Vitória, mais que ameaçar a lógica estrutural e estruturante daquela sociedade, nos revela que a noção de vínculo, como afirmara Durkheim sobrepuja o simples sentimento individual

Porque é impossível que homens que vivem em conjunto e estejam em frequente comércio, façam-no sem adquirirem o sentimento do todo, sem se preocuparem com ele, sem levá-lo em conta em sua conduta. Ora, este vínculo a alguma coisa que ultrapassa o indivíduo, aos interesses do grupo ao qual ele pertence, é a própria fonte de toda atividade moral (Durkheim, 2015, p. 107).

A ambiguidade do título desta obra condensa bem o imbróglio e as contradições do contexto em questão. Poderíamos ler “*Nada digo de ti, que em ti não veja*” tanto na chave de uma declaração de amor, como de uma ameaça. Seu caráter ambivalente é revelador do interesse da autora em pensar o romance para além de uma possível ideia de neutralização das forças sociais assimétricas ali postas. Tal relação parece funcionar muito mais como um fio condutor de revelações das configurações que estruturam e regem aquela sociedade.

DESLOCAMENTO DIASPÓRICO: REINVENTANDO O MUNDO

“Desembarcou na América sequestrada dos seus e a batizaram como o homem Manuel Dias. Depois de

ligada à religiosidade do seu país), foi denunciada ao Tribunal do Santo Ofício em 1591 por expressar sua identidade e por, supostamente, fazer parte de uma quadrilha de “feiticeiros sodomitas”: a *quimbanda*. Essa designação aparece em outras obras literárias, como em *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves.

conquistar sua liberdade, escolheu ser apenas Vitória, pois era assim que se considerava: vitoriosa.”
(Cruz, 2020, p. 38)

Sequestrada não apenas de seu território, família e cultura, Vitória teve sua identidade apagada e quase nenhum recurso material para se resgatar desse novo mundo que se impunha. Digo material, porque esta se valeu de outras maneiras para construir o baldrame de sua liberdade. Através de seus conhecimentos e companhias ancestrais, Vitória pode se suspender daquela realidade aprisionante e vislumbrar uma saída. Já que “cultura não é de maneira alguma um ‘dado’”, como afirma Sapir, portanto entendida na chave de “algo a ser descoberto aos poucos e às apalpadelas” (2015, p. 121), é importante pensarmos o peso da personalidade de Vitória não como algo essencial, mas como o possível dentro daquela configuração que se apresentou para ela neste contexto possível de ação e reação. Para Sapir, a personalidade não deve ser pensada

[...] como uma entidade misteriosa que resiste à cultura historicamente dada, mas sim como uma configuração característica de experiências que tende sempre a formar uma unidade psicologicamente significativa; e que, à medida que agrega cada vez mais símbolos a si mesma, cria afinal o microcosmo cultural do qual a “cultura” oficial pouco mais é que uma cópia metafísica e mecanicamente expandida (Sapir, 2015, p. 119).

Pensando nas circunstâncias que possibilitaram essa reviravolta, me veio em mente a ideia de “temporalidade no parentesco” que, segundo Janet Carsten torna “possível imaginar as relações de parentesco que perduram ao longo do tempo e da distância” (Carsten, 2014, p. 115). Para Vitória sua ancestralidade e religiosidade foram fundamentais para lhe manter conectada às suas raízes e não sucumbir subjetivamente dentro daquele terreno minado de apagamento objetivo.

Retomando o debate feito por Carsten, acionar o conceito de temporalidade é enriquecedor para discussão que aqui costuro, pois

[...] nos convida a ver como parentesco é um processo inerentemente graduado; pensar sobre tempo e parentesco é também pensar em termos de mais ou menos, permitindo maneiras de entender como o parentesco se acumula ou dissolve ao longo do tempo (Carsten, 2014, p. 115).

Posto que “a constância e a regularidade existem, a bem dizer, tanto na natureza como na cultura” (Levi-Strauss, 1982, p. 46), a experiência diaspórica apresentada na obra de Eliana Alves Cruz, bem como em inúmeras outras obras ambientadas no contexto colonial, nos revela que o viés engessador da concepção europeia de parentesco, cuja base biológica já não é suficiente para explicar o vínculo entre as pessoas, como atenta Marilyn Strathern (1991), escamoteia “o reino prático da ação” (Carsten, 2014, p. 113) do que é fazer parentesco. Embora não possamos falar em cultura de iniciativa, como discute Strathern, já que a própria estrutura de opressão que operava a vida das pessoas negras escravizadas não permitia pensar em opção que não fosse se sujeitar àquelas condições nefastas, podemos depreender que mesmo como imperativo, o parentesco poderia se construir por outras bases.

Interessante refletir também que o entendimento de troca contido em Mauss pode ser aqui pensado no viés da rivalidade entre Vitória e Antônio Gama, pai de Felipe e seu senhor no período em que ela esteve sob sua posse. Na trama, Vitória estabelece com seu algoz um sistema de troca que possibilitou a aquisição de sua alforria. Enredado pelas artimanhas e feitiços de Vitória, Antônio se viu preso numa teia envolvendo segredos seus que jamais poderiam ser revelados e o medo de sofrer sanções sociais e espirituais. Oferecendo a liberdade para sua escravizada, Antônio encontra um caminho para se ver livre de sua sagacidade. Vitória adquiriu sua liberdade, mas era

mais que isso, tinha a alma de Antônio nas mãos, no sentido que se deteve Mauss ao pensar o exemplo dos Maori, para quem “o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é uma alma” (Mauss, 2003, p. 200). Mais do que uma troca, o que se estabeleceu ali foi uma coalização, como no sentido empregado por María Lugones, entre “entes que são densos, relacionais, em socialidades alternativas e alicerçadas nos lugares tensos e criativos da diferença colonial” (Lugones, 2014, p. 942).

Em se tratando da ferida colonial e da fratura resultante desse processo, é que Lugones, fugindo de pressupostos dualistas e explicações simples de um fenômeno tão complexo, lança luz processualmente para pensarmos como

Sujeito, relações, fundamentos e possibilidades são transformados continuamente, encarnando uma trama desde o lócus fraturado que constitui uma recriação criativa, povoada. Adaptação, rejeição, adoção, desconsideração e integração nunca são só modos isolados de resistência, já que são sempre performados por um sujeito ativo, densamente construído pelo habitar a diferença colonial com um lócus fraturado (Lugones, 2014, pp. 948-949).

Trazendo essa discussão para uma antropologia mais contemporânea, vejo como enriquecedor estabelecer uma conexão com o debate proposto por Anna Tsing, mais especificamente o que ela trata no tópico intitulado "Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.". Esta seção nos leva a uma reflexão profunda sobre a relação entre os seres humanos, os cereais, os fungos e as complexas estruturas sociais que emergiram ao longo da história da agricultura. Tsing (2015, p. 185) destaca que "os cereais domesticaram os humanos" e que esse relacionamento é um dos grandes romances da história humana. No entanto, ela nos alerta para a ideia equivocada de que o cultivo de cereais era mais conveniente ou eficiente do que a coleta de grãos selvagens.

Na verdade, "o cultivo quase sempre requer mais trabalho do que o forrageamento" (Tsing, 2015, p. 186).

Tsing nos acautela que a agricultura intensiva de cereais, que se tornou dominante em sociedades hierarquicamente estatais, foi impulsionada pela necessidade de sustentar elites, já que "os Estados institucionalizam o confisco de uma porcentagem da colheita" (Tsing, 2015, p.186). Isso levou à emergência de hierarquias sociais e à limitação das oportunidades das mulheres, que eram encarregadas de gerar mais mão-de-obra para os cereais. A autora argumenta que essa obsessão pela reprodução humana descontrolada e não sustentável foi uma "derrota histórica do sexo feminino" (Tsing, 2015, p. 187). Ressalta também como a monocultura de cereais tornou as plantas vulneráveis a doenças causadas por fungos, como a peste da batata irlandesa. Tsing observa que "a padronização torna as plantas vulneráveis a todo tipo de doença, incluindo aquelas causadas por fungos" (Tsing, 2015, p. 188), destacando ainda como a monocultura de cana-de-açúcar, por exemplo, transformou não apenas as práticas agrícolas, como também as estruturas sociais, com divisões raciais e de gênero sendo forjadas em torno do cultivo de monoculturas.

A descrição de Vitória como prostituta, pessoas de gênero dissidente e curandeira com conhecimentos sobre plantas e suas aplicações medicinais nos remete ao seu papel como alguém que desafia as estruturas de poder estabelecidas na sociedade em que vive. Assim como as mulheres cisgêneras brancas nos trópicos, que foram requisitadas para desempenhar um papel na manutenção da saúde e da raça branca, Vitória também exerce um papel essencial, embora marginalizado, naquele contexto. Da mesma forma que as mulheres brancas eram responsáveis por manter as casas livres de mofo, mosquitos e miscigenação, Vitória desempenha um papel na cura de doenças e no alívio das dores do corpo, bem como catalisadora dos desejos e pulsões

masculinas daquela sociedade moralmente cristã. Ela representa uma figura que desafia as estruturas médicas e de poder convencionais da sociedade, oferecendo alternativas baseadas em seus conhecimentos e conexões com o mundo espiritual não cristão.

No contexto do texto de Anna Tsing, a figura de Vitória pode ser vista como uma espécie de margem na marginalidade, alguém que opera fora das normas estabelecidas pela sociedade, assim como os fungos que desafiam as monoculturas e as estruturas de poder. Vitória, assim como os fungos, não se encaixa nas expectativas convencionais, mas desempenha um papel importante na sobrevivência e no bem-estar da comunidade, afinal a margem existe como lembrete e reforço dos limites da norma. Tanto o texto de Tsing quanto a história de Vitória compartilham uma ênfase na importância da diversidade, da resiliência e da adaptabilidade em face às estruturas opressivas. Ambos nos lembram que as interações entre seres humanos, plantas, fungos e estruturas sociais moldam nossa compreensão da domesticação, hierarquia e liberdade.

À medida que constrói seu mundo, dentro dos possíveis e impossíveis dessa construção, a partir das redes, tensões e disputas ali engendradas, Vitória pode nos revelar que para além do temor que ela causava em boa parte daquela sociedade, sua existência parece evocar um contraste que delimita a fronteira do que se podia ser dentro daquele contexto de coisas e de relações. Isso fica claro num trecho em que ela é descrita como *“uma pessoa odiada e temida por uns e amada por outros. Os que não toleravam sua figura, a ignoravam o mais que podiam, pois no fundo temiam precisar dela e de seus préstimos de curandeira algum dia”* (Cruz, 2020, p.147). Mais que desvelar um contraste antagônico do dualismo sagrado e profano, Vitória parece transitar nesse “imperceptível entre a falta de poderes sagrados e a posse de poderes sinistros” (Hertz, 1980, p. 8).

RESISTÊNCIA: UM IMPERATIVO À OPRESSÃO?

“– Num sinto nenhuma pena de ti. Nenhuma! Sabe o motivo, inhô Antônio? Porque vosmicê tem o maiô de todos os tesouro desse mundo inteiro. Uma riqueza que nem chega perto desse saco que me trouxeste. Antônio olhou-a sem entender. – Tens u’a coisa chamada... escolha.”
(Cruz, 2020, p. 177)

No contexto social onde se desenrola a história de Vitória, emergem dinâmicas de poder e resistência onde ecoam as discussões de Lélia Gonzales, Gayle Rubin e María Lugones. Vitória, mulher transexual, negra, pobre, prostituta e curandeira, encarna a resistência em um ambiente permeado por hierarquias sociais e normas de gênero opressivas.

Enfatizando a interseccionalidade das opressões enfrentadas por mulheres negras, Lélia Gonzalez nos convida a pensar as categorias que nos atravessam de forma relacional, pois para ela “certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo” (Gonzalez, 2020, p. 232), empobrecendo e apagando a complexidade das vidas negras. Vitória personifica esse entrecruzamento ao desafiar a opressão em múltiplas frentes, não apenas relacionadas à sua identidade racial e de gênero, mas também à sua classe social, ao seu papel como curandeira e prostituta.

Pensando nos entrelaçamentos das várias dimensões que nos formam, no que tange à existência social, a relação conflituosa de Vitória e Felipe, que não pode se concretizar numa relação publicizada e oficializada (Bourdieu, 2020), gerando angústia em ambas as partes da relação – embora evidentemente pesando mais sobre ela – faz emergir uma reflexão interessante sobre essa noção de escolha presente na citada fala da personagem em diálogo com Antônio. De forma assimétrica, é como se ambos os lados não tivessem

escolhas: Vitória por ter sido alijada socialmente e Felipe por querer evitar esse alijamento. Vitória não se encaixa nesse sistema de gênero que, segundo Gayle Rubin (2017, p. 11) “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

As sanções sociais sofrida por Vitória na luta pela (re)afirmação de sua identidade de gênero personifica a ojeriza que uma negra liberta causou por ousar, não só ser gente, como também ser mulher naquela configuração onde ela não podia passar de “*um negro que se diz mulher e usa um pano atado à cintura à moda dos quimbandas*” (Cruz, 2020, p.35), como na missiva que denunciava o “*pecado nefando*” de Felipe por se relacionar com esse ser que provocava risos ridicularizantes que, como aponta Lélia (2020, p. 233) é “um dos meios mais eficientes de fugir à angústia” por ela provocada.

Fazendo parte desse arranjo engrenador de sua conduta, Felipe ocupa esse lugar onde a relação amorosa é sobrepujada pela convenção social, inescapável naquele contexto social específico: seu casamento com uma herdeira dos Muniz e a garantia da “reprodução das convenções de sexo e gênero” (Rubin, 2017, p. 20). Apesar da objetividade dessa constatação social, a complexidade da relação que ele mantém com Vitória poderia ser lida na chave do que Freud (1912) chamou de Complexo de Madonna-Prostituta¹⁹ e que poderia ser atualizado na reflexão racial feita por Gonzales ao tratar da “vida sexual da rapaziada branca”, onde comenta que

¹⁹ Segundo a concepção freudiana, pensando a sexualidade humana pelo viés psicanalítico, esse complexo se caracteriza pela incapacidade masculina em relacionar desejo e amor. Assim, homens que amam as santas, Madonnas e puras são incapazes de desejá-las sexualmente. Inversamente, no que diz respeito às prostitutas, degradadas e impuras, o desejo se faz presente e o amor ausente. E aqui vejo como importante ver esse amor não só como um dado subjetivo, porque ele envolve um arsenal social que o torna válido e concreto institucionalmente, como na chave do que concebe Peter L. Berger (1973).

Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para “logo apresentar os documentos”. E a gente ficou pensando nessa prática, tão comum nos intramuros da casa grande, da utilização desse santo remédio chamado catinga de crioula (depois deslocado para o cheiro de corpo ou simplesmente cc). E fica fácil entender quando xingam a gente de negra suja, né? (Gonzales, 2020, p. 234).

Por sua vez, María Lugones concentra-se na resistência à colonialidade do gênero, destacando que essa imposição a uma organização das experiências em termos hierarquicamente generificados categorizou as tradições culturais e identitárias nas comunidades colonizadas em favor dos colonizadores. Nesse sentindo, resistência se processa na

[...] tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão<resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. A subjetividade que resiste com frequência expressa se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/ as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hege mônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. A própria possibilidade de uma identidade baseada na política

e o projeto da descolonialidade perdem sua base ancorada nas pessoas (Lugones, 2014, p. 940).

Vitória como curandeira, preserva práticas tradicionais de cura e rejeita a imposição colonial da medicina ocidental. Sua resistência é um ato de preservação da agência e identidade cultural, resistindo às pressões coloniais que tentam suprimir suas raízes africanas. Identidade esta que não passa, como diz Lélia em consonância com Lugones, só pelo poder da agência, pois seu processo de construção inicia-se desde a socialização primária, responsável por passar “prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E, graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai” (Gonzales, 2020, p. 236).

No cerne dessa narrativa, Vitória representa a força da resistência em um contexto de opressão estrutural. Sua existência desafia ativamente as tentativas da sociedade de categorizá-la e oprimir sua identidade complexa, incorporando as lutas interseccionais que Lélia Gonzales defende. Sua rejeição às normas de gênero impostas ecoa nos argumentos de Gayle Rubin, demonstrando que a resistência pode se manifestar na busca pela autodeterminação da identidade.

Nesse sentido, a resistência de Vitória à colonialidade do gênero, por meio da preservação de suas práticas de cura tradicionais, se alinha com as ideias de María Lugones, pois ela se recusa a ser subjugada pela imposição colonial e resiste à perda de suas raízes culturais africanas, não só pela subjetividade que a caracteriza como uma pessoa *per si*, mas pelo que se pavimentou objetivamente na sua personalidade através de sua socialização em Angola. Vitória encapsula os princípios de resiliência e resistência perante as opressões interseccionais e desafia ativa e infrapoliticamente as hierarquias sociais, as normas de gênero e a monocultura colonial.

Como uma mulher transexual, negra e escravizada no Brasil colonial, Vitória é atravessada por essa interseção de opressões de forma aguda, estando no cerne purulento da ferida colonial que se atualiza na colonialidade presente até os dias de hoje na “intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (Lugones, 2014, p. 939).

Em face disso, Lugones (2014, p. 939) sugere que “enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da ‘diferença colonial’”, pois segundo a socióloga argentina “não há mulheres colonizadas enquanto ser”, isto é, no sentido ontológico. Vitória, ao buscar sua liberdade e resistir à opressão, reflete essa diferença colonial²⁰ na medida em que se recusa a ser reduzida à categoria de mulher colonizada e busca uma identidade que transcende as limitações impostas pela colonialidade do gênero.

Além disso, o conceito de “infrapolítica” mencionado por Lugones, que se refere à resistência que ocorre nas comunidades oprimidas de forma não pública, pode ser relacionado à luta silenciosa de Vitória contra as injustiças que enfrenta. Ela não se destaca como uma figura pública, mas sua resistência ocorre no âmbito privado, dentro das dinâmicas possíveis daquela sociedade colonial. Resistência aqui é mais que a faca contida em suas coxas “*para arrancar com ela o respeito que não lhe davam por bem*” (CRUZ, 2020, p. 40) ou um simples desejo de diferenciação. É sobre o ímpeto primário de vida e sentido que fazem de nós humanos capazes de erigirmos uma existência

²⁰ Como fundamenta Mignolo (2020), a diferença colonial não é uma distinção ontológica, mas antes uma classificação epistêmica produzida pela “modernidade norte-atlântica” que controla o conhecimento e se coloca como o universal. Servindo de estratégia essencial para o rebaixamento de regiões e populações do mundo, a diferença colonial é a transformação de diferenças culturais entre os variados povos em valores hierárquicos (raciais, patriarcais, sexuais, geopolíticos etc.); uma espécie de arma de aniquilamento moderno-colonial cuja concretude, segundo Lugones (2014), se reflete tanto na “subjetividade corporificada”, quanto no “institucional”.

complexa, mesmo na aridez de recursos de um tecido social rasgada pela violência colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das grandes peculiaridades dessa obra é que ela é narrada pelo tempo, também chamado de *Kitembo*. À medida que as páginas se desenrolam, *Kitembo* contempla os fundamentos da herança ancestral e da recordação, tecendo uma observação minuciosa sobre a formação de uma identidade atemporal enraizada nas origens históricas da comunidade negra.

Vitória tem muitos nomes e muitos nomes podiam ter Vitória: Xica Manicongo, Madame Satã, Tomba-Homem, Cintura Fina, Erika Hilton... Sua presença transcorre simbolicamente – seja como faca, navalha, palavra ou letra da lei – na corrente de *Kitembo*, ora homem quando o chamam de século, minuto ou segundo, ora mulher quando o designam aurora, hora ou era.

Com sua celebre frase “O Brasil tem um enorme passado pela frente”, Millôr Fernandes nos impulsiona a pensar no, ainda enorme, desafio de se pensar o presente e construir um futuro, apesar das marcas indeléveis do colonialismo que nos impõe a necessidade de olhar para o passado. E é ruminando esta frase que penso na obra literária aqui analisada, bem como sua protagonista, como um rico artefato de vislumbre de um passado que ainda se mantém muito presente. Nesse sentido, vejo a Antropologia, como aqui acionada, como uma importante engrenagem de desmantelamento de lógicas petrificadas no nosso imaginário, que nos impedem de enxergarmos as complexidades da realidade social e de construirmos um futuro com menos monocultura de sentidos.

REFERÊNCIAS

- BERGER, P. L. **Comprendre la sociologie**: son rôle dans la société modern. Paris: Du Centurion, 1973.
- BORGES, A. *et al.* Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 30, p. 347-369, 2015.
- BOURDIEU, P. **Sociologia Geral**: vol. 1: Lutas de classificação. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- CARSTEN, J. A matéria do parentesco. **R@U**, 6(2):103-118, 2014.
- CÉSAR, A. C. **Crítica e tradução**. Literatura não é documento/Escritos no Rio/Escritos na Inglaterra/Alguma poesia traduzida. São Paulo: Ática, 1999.
- CRUZ, E. A. **Nada digo de ti, que em ti não veja**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.
- DALCASTAGNÈ, R. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18-31, dezembro 2007.
- DURKHEIM, É. **Leçons de Sociologie**: Physique des moeurs et du droit. Paris: PUF, 1950, Quadrige, 2015.
- DURKHEIM, É. MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). **Émile Durkheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978, p 183-203.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia. LIMA, Marcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e sociedade**, n.06, p. 99-128, 1980.
- LÉVI-STRAUSS, C. Natureza e Cultura e O Problema do incesto. In: **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 39-63.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, p. 935-952, 2014.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf

MIGNOLO, W. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. In: **Revista Lusófona de Educação**, n. 48, p. 187-224, 2020.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Editora Ubu, 2017.

SAPIR, E. A emergência do conceito de personalidade em um estudo de culturas. In: CASTRO, Celso (org). **Ruth Benedict, Margaret Mead, Edward Sapir**. Rio de Janeiro, Zahar, 2015. p. 110-123.

STRATHERN, M. Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução. **Análise Social**, vol. xxvi (114), (5), 1011-1022, 1991.

SÜSSEKIND, F. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TSING, A. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177–201, 2015.

RELAÇÕES RACIAIS ENTRE EMPREGADAS DOMÉSTICAS E BABÁS NEGRAS E EMPREGADORAS/ES BRANCAS/OS

Regiane Oliveira dos Santos,
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Leonardo Cardoso Portela Câmara,
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO

A herança da escravidão e a persistência do racismo estrutural estão profundamente enraizadas nas relações raciais brasileiras, e as mulheres foram particularmente afetadas. O trabalho das mulheres negras escravizadas no ambiente íntimo das casas-grandes por parte das famílias patriarcais escravistas estabeleceu uma dinâmica que entrelaçava exploração laboral com uma suposta relação de afeto e submissão. Isso contribuiu para a percepção da mulher negra como parte integrante da família nas classes senhoriais. Esse trabalho pretende investigar a dimensão psíquica da questão do racismo na experiência de mulheres negras que exercem/exerceram a função de empregadas domésticas e/ou babás para famílias brancas, a partir do referencial teórico psicanalítico. Como ferramenta de investigação, essa pesquisa utilizou a Entrevista Narrativa em Associação Livre. Os dados coletados evidenciaram aspectos da relação entre o espaço designado para amas-de-leite e aquele destinado às empregadas domésticas. As representações sociais ideologicamente estruturadas que permeiam a experiência da mulher negra emergem nas relações raciais entre empregada doméstica negra e empregadora branca, evidenciando a dinâmica das tensões raciais na esfera privada. Nessa condição, o corpo da mulher negra é submetido à violência do ideal de branquitude, sendo posicionado como "Outro". O trabalho doméstico realizado por mulheres negras e de baixa renda para mulheres de classe média e alta não apenas perpetua desigualdades, mas também envolve ambiguidades nas lógicas afetivas. As marcas inscritas por afetividade e dedicação no cuidado de crianças por babás negras revelam um ambiente permeado por abusos e violências simbólicas, exacerbados pela ausência de limites em relação às condições de trabalho adequadas e aos baixos salários. As marcas psíquicas dos impactos do racismo não se limitam à concretude das situações vivenciadas de discriminação, mas tornam-se evidentes desde a infância mais precoce, em momentos cruciais da formação psíquica. A dinâmica aparentemente paradigmática entre empregada doméstica negra e empregadora branca revelou-se conflituosa, permeada por violências, humilhações e punições.

Palavras-chave: mulheres negras; racismo; empregadas domésticas.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, sobre o termo “raça”, que tem trazido inquietação pela sua denotada controvérsia. A separação de seres humanos em diferentes “categorias” é proveniente de meados do século XVI, e seu uso e sentido dependem da organização social e cultural vigente. Para que a internalização da ideia de “raça” fosse tida como “natural” na sociedade moderna, foi necessário um longo caminho marcado pela violência e genocídio.

O autor Silvio de Almeida (2019) contribui categoricamente para o debate sobre a questão racial, apresentando três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Na concepção individualista, a patologia é uma marca do racismo, representado como algo fora do “comum”. Atinge indivíduos e grupos, e deve ser combatido no campo jurídico. Essa concepção pode não reconhecer que existam instituições e sociedades racistas, restringindo o racismo à ação específica de indivíduos ou grupos via manifestações abertas e diretas de preconceito, mascarando, portanto, o caráter político do racismo.

Sobre a concepção institucional, cabe, primeiramente, entender que as instituições públicas – por exemplo, o legislativo, o judiciário, o ministério público – e instituições privadas, como empresas, não são atemporais e estáticas. Pelo contrário, elas padronizam e condicionam as ações dos indivíduos reprimindo ou estimulando comportamentos sociais: “No interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social” (Almeida, 2019, p. 26).

A discriminação sistemática realizada por um grupo para subjugar outro é viabilizada pelos indivíduos e grupos que detêm o poder sobre instituições públicas e privadas que influenciam na organização da sociedade, e ocorrem concretamente por meio de piadas e humilhações, silenciamento, desamparo a mulheres e crianças negras, segregação, encarceramento sistemático da população negra e genocídio. Sob uma concepção de racismo estrutural, isso só é possível mediante um processo político que tende a incorporar e normalizar condutas violentas às práticas cotidianas por meio do órgão regulador do Estado, que pode fazer o uso da força, como a polícia militar, mas não se restringindo a ela (Almeida, 2019).

As dinâmicas do racismo admitem, a princípio, uma construção de diferenças. Nesse ponto, é necessário discernir *quem* de *quem*. Essa diferenciação, argumenta Grada Kilomba (2008), é feita através da racialização de determinado grupo perante outros. Assim, o/a negro/a é “diferente” em relação a um referencial em específico, a norma *branca*; ou seja, o não branco/a se configura como o/a “Outro/a” racial, aferindo o valor da inferioridade, estigma e desonra para esses sujeitos. Kilomba (2008) discute o Racismo cotidiano colocado em vocabulários, discursos, gestos, ações e olhares, expondo as experiências da mulher negra colocada não só como “Outra”, mas também como “Outridade”:

Isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade *branca*. Toda vez que sou colocado como ‘outra’ – seja a ‘outra’ indesejada, a ‘outra’ intrusa, a ‘outra’ perigosa, a ‘outra’ violenta, a ‘outra’ passional, seja a ‘outra’ suja, a ‘outra’ excitada, a ‘outra’ selvagem, a ‘outra’ natural, a ‘outra’ desejável ou a ‘outra’ exótica –, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o *sujeito branco* não quer ser reconhecido. (...) Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias *brancas* do domínio da agressão ou da sexualidade (p. 78, grifo do autor).

O apagamento sistematizado da mulher *negra* aparece nos debates sobre racismo, nos quais o sujeito é o homem *negro*, e no debate sobre gênero, no qual o sujeito é a mulher *branca*. Explicita-se, aí, o ‘não-lugar’ da mulher *negra*, evidenciando a desconexão entre “raça” e gênero. Kilomba, citando Essed (1991) e hooks (1989), conceitua o racismo como uma ideologia que funciona atrelada a outras estruturas ideológicas de dominação, como o sexismo. As aproximações paralelas do racismo e sexismo se dão enquanto a branquitude não é nomeada, como se ela fosse imparcial ou simplesmente não existisse. Na medida em que a branquitude não é nomeada na sociedade, os discursos feministas *brancos* reduzem as duas experiências – racismo e sexismo - como similares em relação à opressão de pessoas *negras*; entretanto, por serem mulheres *brancas*, elas têm acesso ao sistema de privilégios fornecido pelo racismo estrutural, através do privilégio político, social e econômico provindo da apropriação simbólica dos frutos de 400 anos de trabalho escravo no Brasil. Tal processo contribui para a invisibilização e o silenciamento das mulheres *negras* dentro do feminismo global (Kilomba, 2008).

No campo da Psicanálise, e mais especificamente no das pesquisas brasileiras, nos últimos quarenta anos, diversos autores têm refletido sobre a dinâmica subjetiva do racismo. Em *Tornar-se negro, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, a psicanalista Neusa Santos Souza (1948-2008), autora clássica da literatura psicanalítica no Brasil sobre a subjetividade do negro, afirma a necessidade de se ter um discurso sobre si, pautado na realidade concreta, para obter a autonomia. Com isso, a psicanalista pretende lançar um olhar sobre a afetividade da pessoa negra, à qual se inscreve num campo histórico-cultural de classe e ideologia *brancas*, o que inclui comportamentos, expectativas e idealizações *brancas*, a fim de produzir um discurso do *negro* sobre o *negro* – discurso esse carecido de

reconhecimento na esfera acadêmica e social. É a partir dessa premissa que se fundamenta uma das motivações do presente estudo.

Para fins de delimitação do tema dentro do contexto geral desta pesquisa, podemos observar o racismo dentro da compreensão teórica no campo da Psicanálise ao considerarmos que é preciso um modelo a partir do qual um indivíduo possa se constituir: “Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideais coletivos” (SOUZA, 1983, p. 33). Esse modelo é o Ideal do Ego, que reside no domínio do simbólico. É o lugar da Ordem e da Lei, que opera a conexão entre a estrutura libidinal e a cultura. Sob o ângulo da dinâmica intrapsíquica, a identidade do sujeito negro é constantemente atacada pela violência racista, de forma que, a partir da internalização de um Ideal de Ego *branco*, impossível e inalcançável, cria-se um abismo entre o Ego e o seu Ideal (COSTA, 1983).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Verificar os efeitos do racismo na experiência de mulheres *negras* que exercem/exerceram a função de empregadas domésticas e/ou babás para famílias *brancas*, através da perspectiva da Psicanálise.

Objetivos Específicos

Verificar os mecanismos inconscientes de manutenção do racismo estrutural em seus efeitos discursivos, subjetivos e inconscientes, ou seja, identificar quais são as expectativas, comportamentos e idealizações sob a qual operam o Ideal do Ego de mulheres *negras*.

Compreender como a construção de diferenças e o deslocamento da mulher *negra* para o campo da Outridade, ambos produtos do racismo, exercem seus efeitos sobre o psiquismo.

Fornecer um espaço para mulheres *negras* darem o testemunho da própria história e do próprio sofrimento, endereçando-os a alguém, como forma de elaboração das vivências traumáticas provenientes da experiência de racismo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa inscreve-se no paradigma das metodologias qualitativas, no qual o pesquisador preocupa-se em aprofundar a compreensão dos fenômenos a partir dos símbolos ou significados atribuídos a eles, sem preocupação com a representatividade numérica. As ações de indivíduos ou grupos em seu contexto social estabelecem relações próprias, interligando aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos, interpretando os acontecimentos segundo a perspectiva dos próprios participantes do estudo (Guerra, 2014).

A abordagem qualitativa a ser empregada foi a Entrevista Narrativa em Associação Livre, caracterizada como uma investigação não estruturada, que estimula o participante a detalhar pontos que considere importantes sobre sua história de vida, narrando-os livremente (Muylaert, et al., 2014).

A participante era uma mulher negra; foi babá e empregada doméstica para famílias brancas; mãe de quatro filhos e tinha 48 anos. As entrevistas consistiram em 3 encontros, de 1h30 min cada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho doméstico feito pelas mulheres pobres às mulheres da classe média e alta implica não apenas na reprodução de desigualdades, como também na ambiguidade das lógicas afetivas. Os valores familiares desejados pela classe média e alta só se sustentam com a ajuda de serviçais, mulheres pobres e negras. A entrevistada Nicole integraliza o dado a partir de seu

conjunto de experiências: “Quantas pessoas não dependem de nós, domésticas, para sobreviver no dia a dia, né?”. Ela precisa deixar seus próprios filhos aos cuidados de outras mulheres, parentes, vizinhas, amigas, para cuidar dos filhos de sua patroa, investindo-lhes amor e carinho, tal qual amas-de-leite faziam com os filhos da burguesia na escravatura (Osório; Xavier, 2018).

Os dados apresentados na literatura sobre o trabalho feminino realizado no Brasil indicam uma realidade presente em toda a América Latina. Ocupações tradicionalmente femininas encontram-se em situações de extrema precariedade (Brites, 2004). Destas ocupações, o serviço doméstico, que exige muito esforço e pouca qualificação, torna-se expressivo. Que tipo de herança o fim da escravatura não extinguiu, mas, pelo contrário, perpetuou? A que sofrimentos as mulheres negras que procuram ascensão social através da profissão de empregadas domésticas e/ou babás estão submetidas?

Aos 48 anos, Nicole é uma pessoa de sorriso largo e voz firme. Guarda certo orgulho de seus feitos alcançados através do esforço e dedicação ao trabalho como doméstica. Contudo, se olharmos com atenção, veremos que sobressai o cansaço de seu corpo modelado pelo trabalho na roça e pela faxina pesada, as quais pesam desde a infância, quando trabalhava na roça, acompanhada pelos pais e irmãos.

Atualmente, exercendo a função de cuidadora de idosos, Nicole diz que, depois que começou a trabalhar aos oito anos, nunca mais parou. Chegou, inclusive, a trabalhar durante seis anos sem folga. Não se deixando abater pelo cansaço, mantém a força de vontade e sempre vai à luta em busca do seu sustento. Entende que o trabalho de empregada doméstica é muito desvalorizado: “Não temos valor nessa área nenhuma, e é um trabalho que eu acho que deveria ser muito valorizado”.

A insatisfação de Nicole por ter que trabalhar muito pesado em uma profissão desvalorizada é evidente; entretanto, é muito grata por sempre

conseguir sustentar a si e aos filhos com o fruto do seu trabalho. Nascida em uma pequena cidade no interior da Bahia, talvez a primeira coisa que lhe ensinaram foi o serviço doméstico. A resiliência de sua disposição para o trabalho pesado, característica valorosa que tem em seu âmago um certo ar de alívio, é notada pelo contraste que há entre os tempos em que “vivía uma vida de muita dificuldade”, correspondente à infância e adolescência na roça ou como agregada em casas de família por onde passou, e os dias atuais, nos quais a conquista de sua casa própria é descrita como “a realização de um sonho”.

A dimensão da brincadeira e do imaginário ganha novos tons e contornos diante da realidade da pobreza e da miséria. O aprender e o experimentar devem ser úteis ao ganho da vida, e era assim que Nicole exercia o seu brincar. Aos 7-8 anos, a mãe matava uma galinha no quintal e dava-lhe alguns pedaços para que cozinhasse em suas panelinhas de barro para as bonecas. Nicole usava temperos como pimentão, coentro e tomates colhidos na horta da família para preparar a galinha, e até seu pai comia a comidinha feita para a boneca. “Eu era assim, tipo, eu já cresci, na verdade, já cozinhando”. Como é de costume em famílias pobres de numerosos filhos, Nicole se lembra dos seus tempos de menina diante de sua relação intrincada com o trabalho:

A minha infância foi muito difícil, né? Porque eu nasci na Bahia. Os meus pais, até hoje, né, eles é dono, tem roça. E assim, praticamente, eu fui até meus dez anos de idade, foi na roça e eu trabalhava. Eu estudei pouco porque era uma vida de dificuldade, tínhamos que trabalhar. Quando eu ia para a escola, a minha escola era muito distante, até né, que lá não tem nada a ver com cidade grande igual é aqui. Era tipo, debaixo de muito sol, de muita chuva. Enfim, foi uma vida assim de muita dificuldade... Eu já nasci praticamente ali trabalhando.

Aos dez anos, foi morar e servir na casa da família de um fazendeiro rico da região, seu primeiro trabalho fora da roça com os familiares. Tal qual as mulheres negras escravizadas que eram escolhidas a dedo para migrarem do trabalho no campo para o trabalho doméstico e de amas-de-leite dentro da casa-grande — o que era considerado uma grande vantagem, pois o serviço doméstico era menos pesado que o trabalho no campo — Nicole foi escolhida a dedo pelo fazendeiro enquanto varria o grande terreiro de sua casa. Esse fazendeiro havia comprado uma parte da fazenda de seu avô paterno. Quando ia visitar sua propriedade aos finais de semana, ele sempre via Nicole trabalhando:

O fazendeiro, ele me via trabalhando. Eu sempre gostei de alumínio, né, tipo as panelas muito bem areada. Pra ter aquele brilho, especial. E assim, eu sempre fui caprichosa. E aí ele se apaixonou pelo meu trabalho. O nome do meu pai é José, ele perguntou para o meu pai se meu pai não deixaria eu ir trabalhar na casa dele. Aí o meu pai me perguntou. Eu concordei, né, que eu tinha vontade de sair da roça e me levou para a cidade para trabalhar. E aí eu fui trabalhar na casa desse pessoal. Esse senhor, eu não sei nem se ele ainda é vivo, mas na época, né, eu tinha dez anos de idade. Hoje, eu tô com 48 anos. O nome dele era Gilson, Gilson Rodrigues, era um fazendeiro muito rico, muito rico da região.

E eu fui trabalhar lá. Era lá que eu não fui bem tratada, que eu ficava. Em primeiro, eles almoçavam, e depois que eles faziam meu prato. Foi ali que eu percebi que eles pnhava no meu prato o resto do prato deles que eles deixaram. Aí eu fui vendo aquilo. Aí eu chorava. Eu ficava triste, mas eu era muito novinha. Eu não tinha muita sabedoria, mas eu ficava triste, né? Pela aquela situação e por eu estar comendo o resto dos outros, porque aí eu tinha sabedoria para saber que não era o certo, né? Porque assim, a gente é de família humilde, mas na minha casa a gente não via aquelas coisas.

Este episódio pode apenas ser nomeado de violência. Uma situação em que, ativamente, o homem branco, fazendeiro, convida a criança negra de dez anos a servir e ser explorada pela família em sua casa, para, então, violentar a

identidade e a dignidade do corpo negro infantil, animalizá-lo, tal qual o processo de estruturação da hegemonia do homem branco através da inferiorização crônica do corpo negro consumado na nossa história pela escravidão. Jurandir Costa (1983) aborda a violência contra a negritude:

O estudo sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social levou-nos, incoercivelmente, a refletir sobre a violência. A violência pareceu-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. Nisto reside, a nosso ver, a espinha dorsal da violência racista, violência que, *mutatis mutandis*, poderia ajudar-nos a melhor entender o fardo imposto a todos os excluídos da norma psico-sócio-somática criada pela classe dominante branca ou que se autodefine desta maneira (p. 104).

A segunda patroa de Nicole foi dona Luzia, aos onze anos. O pai, trabalhando como feirante, falou dos serviços da filha e dona Luzia se interessou. Compunha a família o marido — branco — de dona Luzia, que era uma mulher negra, ela própria, e mais o filho do casal, que Nicole ajudou a cuidar. O filho do primeiro casamento de dona Luzia morava com a avó materna. À medida que Nicole aprimorava suas habilidades em serviços de limpeza pesada, passou a ser convidada para faxinar também a casa da mãe de dona Luzia, que, segundo ela, “também se apaixonou por mim”.

O trabalho com sua segunda patroa também não foi fácil. Nicole conta como ela era exigente com a limpeza de sua casa, chegando a fazê-la lavar as louças três ou quatro vezes até que estivessem bem limpas. Apesar da faxina pesada na casa de dona Luzia e de sua mãe, além dos cuidados com o filho do casal, Nicole sentia que era tratada bem. Sentia-se parte da família. Tinha seu quarto e seu banheiro, e dona Luzia a levava para passear, ir ao cinema, restaurante. “Aí eu fui tratada como uma pessoa da família”. Sair do trabalho

na lavoura, conhecer dona Luzia e sua mãe: um passo dado em direção ao atendimento das necessidades extremas de proteção emocional e material fornecidas por um adulto, dá margem à mudança qualitativa nas condições objetivas de vida de Nicole. Agregada ao seio de uma família burguesa, ela conhece uma nova forma de ser humano. Entretanto, esse novo mundo, o da dignidade, é apenas a nível formal, uma vez que existem limites implicados na relação com esta família, a qual ocupa a posição de “agregada”. Existencial e objetivamente, Nicole é dependente desta família, que pode a qualquer momento dar ou tirar, conforme as circunstâncias. Entre a posição de agregada e serviçal, atuando também como um membro postiço da família, nada lhe era, de fato, garantido. Ela sentava-se à mesa para comer com a família: contudo, na condição de servir, caso precisassem de algo.

Aos 15-16 anos, Nicole trabalhou como vendedora em lojas de roupas, montou sua própria barraca de roupas e depois barracas de frutas e legumes na feira, em busca de sua independência, até conhecer seu primeiro marido. Aos 16 para 17 anos, Nicole engravida de sua primeira filha, Fernanda. Vê-se, então, obrigada a morar com o pai da filha e a sogra, mas sem nunca deixar de trabalhar. Seu pai costumava avisá-la sobre o mau-caráter desse homem que ela tinha escolhido. Ele lhe dizia que o marido não servia porque não era trabalhador como ela — era um “*encostado*”.

De fato, seu primeiro marido raramente trabalhava. Conforme sua barriga foi crescendo, seu marido exibia mais e mais comportamentos reprováveis que confirmavam as tentativas de aviso do pai. Além de não trabalhar, deixando a cargo de Nicole pôr comida em casa e pagar as contas, seu marido ainda pegava o pouco dinheiro que a esposa conseguia trabalhando nas barracas da feira e ia “*farrear*” em busca de outras mulheres. A posição de Nicole frente a seu casamento era complexa, às vezes até contraditória. Ao mesmo tempo que ela dizia não aceitar traição, momentos depois caracterizava

o marido como “*muito mulherengo*”, e a sogra, com a qual tinha que conviver devido às circunstâncias, encobria os comportamentos do filho, na tentativa de amenizá-los. Nessa lógica familiar com o marido que, além de não trabalhar, tomava o seu dinheiro, nasce a segunda filha do casal, Juliana.

A gente na adolescência, naquela época, né? Nos anos 70, a gente não tinha muito, não tinha muita sabedoria, não sabia como evitar uma gravidez. Eu tenho uma mãe, tenho, graças a Deus, acabei de falar com a minha mãe ainda. A minha mãe é uma pessoa assim, até hoje, muito reservada, é muito rígida, que naquela época, se nós conseguimos falar com ela, esse assunto, né, de sexualidade, para ela seria uma falta de respeito. A gente não tinha oportunidade. Então, aconteceu tudo de maneiras que não podia ter acontecido.

Quando sua segunda filha nasceu, o casal foi convidado a tomar conta de uma fazenda de cacau em uma cidade próxima. Lá, Nicole foi ser cozinheira de mais de cem peões. Passava o dia inteiro cozinhando. Foi o seu primeiro registro em carteira de trabalho, que faz questão de guardar até os dias de hoje. Nesta época, sua filha mais velha, Fernanda, ficou aos cuidados de sua mãe (isto é, com a mãe da participante), e sua filha mais nova, Juliana, ficava brincando no chão enquanto Nicole cozinhava. Juliana tinha problemas médicos que exigiam atenção e cuidados que Nicole não conseguia fornecer pela exaustão e demanda de tempo que o trabalho lhe custava. Como na maioria das sociedades conhecidas, o trabalho de cuidados e educação para com os filhos recaía majoritariamente com mãe.

As brigas com o marido eram diárias. Aos 22 anos, não suportando mais a relação, Nicole se separa dele. Saiu da casa da sogra e alugou um cômodo para morar com as duas filhas. A vulnerabilidade, moldada à estrutura da história de vida de Nicole, a expõe a determinados tipos de violência. Uma delas, de acordo com Jessé Souza (2009), é não ter um bom marido:

Nesse contexto, um marido é bom quando, além de oferecer proteção contra a posição vulnerável ao ataque arbitrário de

quem quer que tenha oportunidade, incluindo aí seus familiares, ou como se diz popularmente, quando, além de protegê-la da situação em que se encontra tal como “toco de cachorro mijar” ele mantém com a mulher uma relação dentro de certos limites favoráveis, o que significa a atitude de frear os impulsos egoísticos mais agressivos. Assim, um marido é bom quando consegue proteger a mulher dos altos riscos de violência, inclusive aqueles oferecidos por ele mesmo (p. 132).

Não aceitando o fim do relacionamento, seu ex-marido tenta reatar a relação a todo custo. Persegue Nicole, indo todos os dias à porta de sua casa pedindo para voltar. Sempre que podia, fazia escândalos em frente ao seu local de trabalho. Seu irmão mais velho, Júlio, morava em São Paulo. Em uma visita à família na Bahia, viu a situação da irmã e decidiu ajudar. Júlio ofereceu estadia em sua casa em São Paulo para que ela conseguisse se livrar das importunações do ex-marido. Aos 23 anos, Nicole deixa as duas filhas, uma com sete e a outra quase completando seis anos, com a mãe na Bahia, e se muda para São Paulo para morar com o irmão. Para se livrar do ex-marido, foi a alternativa encontrada por ela.

Já em São Paulo, seu primeiro emprego foi em uma fábrica de roupas como passadeira. Alguns meses depois, após ter passado mal, sentindo tontura e enjoo, foi ao médico. O exame de urina atestou a gravidez do terceiro filho. O desespero foi instantâneo. Na fase de separação, Nicole havia tido um breve namorado na Bahia.

E eu não quis falar nada do pai do meu filho que, por incrível que pareça, esse pai do meu filho eu tinha ficado com ele uma única vez, e foi dessa única vez que eu engravidei dele. Eu não tinha contato, aí eu deixei como que, eu vou dizer, rolar. Aí, meu filho nasceu, graças a Deus, nasceu cheio de saúde.

Além das preocupações habituais às contas da casa onde morava de favor, havia agora uma nova gravidez, exigindo mais preocupações financeiras. Ademais, a condição de agregada traz, por si só, condições

específicas, como Nicole já havia experimentado amargamente desde muito cedo — situação que voltou a se repetir:

Eu fui tratada como empregada pelas costas do meu irmão, eu era obrigada a fazer todo o serviço para todo mundo, é tipo... cozinhar, quando eu chegava do trabalho, final de semana, e eu boba, né, tinha chegado da Bahia, para mim era só gratidão. Porque aquele povo tava me acolhendo.

Sem abaixar a cabeça, novamente Nicole vai à luta pelo seu sustento e dos filhos — tanto das que aguardavam a mãe na Bahia com os avós, quanto daquele que ainda estava por vir. Foi atrás de uma renda através do trabalho autônomo.

Mas assim, foi no período também de muito medo, a minha barriga começou a crescer. Eu ia pros bailes, naquela época rolava muito tiroteio nos bailes. Assim, eu com a barriga muito grande, quando começava os tiros, eu tinha que deitar no chão embaixo dos carros para me proteger, o meu filho, né, que estava na minha barriga. Mas eu não ficava com medo, eu só ficava preocupada. E quando era no próximo final de semana, estava eu novamente no mesmo lugar, e assim eu fui me mantendo, né? E aí, a gente começou a fazer o enxovalzinho do Lucas, que é o meu filho, é o meu bem maior, melhor presente que Deus poderia ter me dado.

Logo depois conseguiu emprego como faxineira em uma firma perto de casa, onde trabalhou por dez anos. Mais uma vez na vida de Nicole, surgiu uma oportunidade de sair da condição de agregada através do casamento. E foi assim que se casou com o segundo marido, Gabriel, para ter um lugar para criar o filho, um lugar em que ela não estivesse como condição de subalterna. *“E assim, eu, na verdade, eu não gostava dele, mas o que eu tava vivendo naquela casa onde eu tava morando, a necessidade de ter um lar tava falando mais alto. E foi aí que eu fui morar com ele”*. O segundo casamento correu relativamente bem no começo. Até que, como Souza (2009) teorizou, o segundo marido não conseguiu proteger Nicole de sua própria agressividade e violência.

Até três anos o meu casamento era perfeito, ele era aquele marido carinhoso, era aquele marido que não deixava faltar nada. Logo depois, eu engravidei do Bruno, e foi aí que tudo mudou. Quando eu engravidei do Bruno, ele mudou totalmente. E era o sonho dele era ser pai, e aí tudo mudou, né. Ele já começou a mudar o comportamento referente ao Lucas e aí quando o Bruno nasceu... Ele piorou e o Lucas já era tratado com desprezo. Ele também é negro, o meu filho nasceu negro. Pela minha cor e a cor do pai que é negro, ele tratava o meu filho com racismo, judiava muito, batia. E aí foi aquele sofrimento. Aí ela começou a me agredir também, eu comecei a apanhar também, enfim. E eu não tinha muito o que fazer porque eu tava com o Bruno recém-nascido, o Lucas simplesmente com um ano e tudo se tornou mais difícil, tendo que aguentar. E aí logo depois eu comecei a trabalhar. O Lucas foi crescendo, aí o Lucas com 3 aninhos eu já pus ele numa escolinha e eu arrumei um trabalho.

O ponto de convergência para a mudança de comportamento do marido é observado em uma escala macrosocial nos termos de um colorismo racial. Isso significa que, mesmo dentro das comunidades não brancas, há hierarquias baseadas em diferentes tons de pele, com preferência frequentemente dada aos tons mais claros. O fenômeno do colorismo consiste em uma forma de discriminação que se baseia na tonalidade da cor da pele. Quanto mais escura for a tonalidade da pele, maior será a probabilidade de sofrer exclusão na sociedade, em comparação com uma pessoa negra de tonalidade mais clara. De acordo com Silva (2017):

Também denominada de pigmentocracia ou colorismo (quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão ela sofre), o colorismo destaca um tipo de discriminação que enfatizava os traços físicos do indivíduo, questões determinantes para revelar o valor que a ele seria dado em sociedade. Dessa forma, aspectos fenotípicos como um cabelo notadamente crespo, um nariz arredondado ou largo, que são associados à descendência africana, também influenciam no processo de discriminação no denominado colorismo. (...) Ainda que não consideradas como brancas, tem-se que os negros de pele mais clara gozam da

possibilidade de serem tolerados em ambientes de predominância branca. Uma vez que o negro de pele mais clara, mesmo sendo identificado como “negro” pela sociedade racista - significando que ele não tem o privilégio de desfrutar dos mesmos direitos que uma pessoa branca - ainda assim é mais confortável aos olhos da branquitude, pode por isso ser “tolerado” em seu meio. Temos aqui um lado muito importante na discriminação colorista: a pessoa negra é tolerada, mas jamais é aceita, uma vez que aceitar este negro seria reconhecer a existência de uma discriminação racial (p. 12).

Assim, a partir do nascimento do seu quinto filho, Bruno, com o segundo marido, Nicole viu o filho mais velho, Lucas, sofrer ofensas e maus tratos racistas do companheiro, que também era negro, por Lucas ter a pele mais escura que Bruno, além da constante violência doméstica de que ela própria era vítima. Teve que esperar até que Lucas completasse três anos de idade para colocá-lo na creche e voltar a trabalhar, para, só então, conseguir se separar.

A solidão da mulher negra criando filhos sem apoio no Brasil se faz quase imperceptível devido à batalha diária implacável de dar conta da demanda de trabalho com alta carga horária e pouco valorizado, sem carteira assinada, pegar e deixar filhos na escola, consultas médicas, reuniões escolares, responsabilidades encarregadas quase exclusivamente ao papel da mulher como mãe. Nicole transmitiu a mesma educação que recebeu de seus pais a Bruno, e conseguiu fornecer bens materiais e simbólicos que não teve na própria infância. Após terminar a escola, Bruno encontrava muitas dificuldades para encontrar emprego, chegando a ficar meses desempregado. Diante da falta de opções, acabou se envolvendo com operações ilegais a partir de amizades do bairro, que o levou a ser preso.

Atualmente, aos quarenta e oito anos de idade, este é um fato que lhe causou e causa muita angústia e sofrimento. As pessoas do bairro em que mora se afastaram ainda mais por ter um filho preso. Seus gastos e sua rotina de

trabalho se intensificaram, trazendo prejuízos sociais e de autoestima. Nicole comenta como sua vida mudou depois da prisão de seu filho:

Mudou, mudou, mudou muito, mudou psicologicamente, em questão financeira. Assim, eu sofro, viu, muito, muito, muito. Sem falar na ausência do meu filho e também é uma batalha muito grande, igual aqui. Eu tô aqui, não tô bem, que eu tô com problemas de saúde, sentindo muita dor. Eu acabei de descobrir essa pedra na vesícula, enfim, tem as crises, é umas dores horríveis, incluindo uma dor, é o problema de coluna que eu já tenho. Então, tô juntando as duas coisas e eu tenho que ser forte, né? Mesmo como diz o ditado, "Entre trancos e barrancos, eu tenho que aguentar", né? Para trabalhar, porque o meu sustento vem do meu bolso, é eu que trabalho para levar o meu pão de cada dia para dentro de casa e para mim sustentar com remédio, alimentação e sustentar o meu filho também.

Aí, no sábado, eu tenho que estar pronta, firme e forte, né, pra tá indo visitar ele, porque ele só tem, primeiramente Deus e a mim, né, que sou mãe e pai dele. Então, assim, mudou, porque foi uma coisa que, que a gente, né, da maneira que fomos criados, igual eu acabei de falar, a pessoa simples, humilde, mas tudo ali dentro da honestidade. Nunca, na verdade, eu nunca imaginava na minha infância o que que era uma droga, não sabia nem o que era. Para mim, droga seria um cigarro. Aí, depois, né, conforme eu fui crescendo e amadurecendo, foi que eu fui, né, conhecer o que que era uma droga, até que meu filho caiu no mundo das drogas, né, acabou indo preso por entrar, por ter a mente fraca, influência de amizade também, influi muito.

Sobre essa questão de ausência de pai também, que é uma coisa que faz ele sofrer. Como que eu vou dizer, eu não me queixo, eu não posso dizer, aí, eu não falhei como mãe, não. Eu nunca vou falar isso, porque a mesma criação que os meus pais me deu, eu dei para os meus filhos

Nicole continua na batalha, agora trabalhando como cuidadora de idosos. Está há sete meses no emprego sem carteira assinada, andando oitenta minutos por dia para chegar até o local. Desenvolveu problemas de coluna, uma vez que precisa, muitas vezes, dar banho no idoso, erguê-lo da cama, trocar as roupas e as fraldas. Necessita de uma cirurgia, pois está com muita

dor; entretanto, sequer consegue um atestado médico para amenizar sua dor, uma vez que não trabalha registrada e não consegue acessar seus direitos trabalhistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a história das relações afetivas pessoais e das relações raciais vivenciadas pela participante no trabalho como empregada doméstica e babá para famílias brancas, oferece um testemunho sobre como o racismo estrutural determina a vida das mulheres negras.

A conjuntura do silenciamento e apagamento da população negra produz formas singulares de sofrimento e adoecimento psíquico. As estruturas sociais que segregam com base em raça e gênero exercem impacto sobre o psiquismo das mulheres negras. Isto se dá por meio de punições superegóicas, baseadas em ideais de branqueamento que atingem o corpo negro e contribuem para a construção de sua identidade.

As origens das práticas discriminatórias relacionadas à raça têm raízes e estruturas meticulosamente construídas, ancoradas em doutrinas que consistentemente buscaram manter posições conservadoras e racistas. Uma violenta superioridade racial entre negros de pele mais clara e negros de pele mais escura foi instaurada e mantida até os dias atuais. Incentivando a mestiçagem como um projeto de melhoria da raça, a elite branca europeia hierarquizou os negros da população brasileira de acordo com sua ascendência racial e mestiçagem.

Passar da posição de objeto para a de sujeito, requer o resgate e apropriação de sua memória para elaborar o trauma sofrido, possibilitando assim, um caminho próprio para a construção da identidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**: feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRITES, J. In: LISBOA, M. C.; MALUF, S. W (orgs). **Serviço doméstico**: um outro olhar sobre a dominação. Gênero, Cultura e Poder, 2004.
- COSTA, J. F. Prefácio. In: SOUSA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.
- GUERRA, E. L. A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Ânima Educação, 2014.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Cobogá, 2008.
- MUYLAERT, C. J.; *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da escola de enfermagem da USP**. São Paulo, v. 48, n. spe. 2, p. 193-199, dez. 2014.
- OSÓRIO, H; XAVIER, R. C. L. **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- SILVA, T. M. G. S. O Colorismo e suas bases histórica discriminatórias. **Direito Unifaces - Debate Virtual**, v. 201, p. 19, 2017.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira**: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, N, S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983

Eixo Relações sociais de gênero e trabalho

NARRATIVAS DE VIDA E ESPAÇOS SEGUROS DE FALA: relato de pesquisa junto a trabalhadoras domésticas maranhenses

Larissa Leda F. Rocha²¹,
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Flávia de Almeida Moura²²,
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

Apresentamos nesta comunicação algumas narrativas de vida (Bertaux, 2010) de trabalhadoras domésticas maranhenses recolhidas durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado *Trajetórias de mulheres no contexto do trabalho escravo contemporâneo: das trabalhadoras escravizadas à rede de enfrentamento no Maranhão*. Os relatos aqui organizados fazem parte de uma pesquisa em andamento que busca criar condições de escuta ativa (Lévinas, 2006) junto a um grupo de mulheres mediadas pelo Sindoméstico-MA (Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas do Maranhão). As escutas aconteceram na sede do sindicato, localizada na capital São Luís (MA), entre abril e dezembro de 2023. Para isso, recorremos ao método de narrativas de vida sob a ótica de Daniel Bertaux (2010). Identificamos, durante o trabalho de campo, relatos de violência física, psicológica, assédio moral, além de traços previstos no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro que caracterizam condições análogas à de trabalho escravo.

Palavras-chave: narrativas de vida; espaços seguros de fala; trabalho doméstico.

²¹ Pós-Doutora (ECA/USP) e Doutora em Comunicação Social (PUC-RS). Docente da UFMA e dos Programas de Pós-Graduação de Comunicação (PPGCOM) e de Artes Cênicas (PPGAC) da UFMA. Desenvolve a pesquisa “A maldade e suas encarnações: vilania, teledramaturgia e monstrosidades” financiada pela FAPEMA. Coordenadora do grupo de pesquisa ObEEC (UFMA/CNPq) e do GP de Ficção Televisiva Seriada da Intercom. E-mail: larissa.leda@ufma.br.

²² Pós-Doutora em Sociologia e Antropologia (UFRJ) e Doutora em Comunicação Social (PUC-RS). Docente do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação/Mestrado Profissional/UFMA. Desenvolve pesquisas na área de Comunicação, gênero e migrações. E-mail: flavia.moura@ufma.br.

INTRODUÇÃO

Trazemos nesta comunicação algumas narrativas de vida (Bertaux, 2010) de trabalhadoras domésticas maranhenses recolhidas durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado *Trajetórias de mulheres no contexto do trabalho escravo contemporâneo: das trabalhadoras escravizadas à rede de enfrentamento no Maranhão*.²³

Os relatos aqui organizados fazem parte de uma pesquisa em andamento que busca criar condições de escuta ativa (Lévinas, 2006) junto a um grupo de mulheres mediadas pelo Sindoméstico-MA (Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas do Maranhão).

As escutas aconteceram na sede do sindicato, localizada na capital São Luís (MA), entre abril e dezembro de 2023. Para isso, recorremos ao método de narrativas de vida sob a ótica de Daniel Bertaux (2010), a partir de uma perspectiva etnossociológica que nos possibilita estudar “um objeto *social*; de compreender como ele funciona e como se transforma, destacando as configurações de relações sociais, os mecanismos, os processos, as lógicas de ação que o caracterizam” (Bertaux, 2010, p. 16). Essa metodologia consiste na realização de entrevistas narrativas, em que o (a) pesquisador (a) pede a uma pessoa, então denominada ‘sujeito’, que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida. Por motivos éticos e para preservar as identidades, adotamos nesta comunicação nomes fictícios para as mulheres entrevistadas.

Buscamos discutir, à luz do pensamento feminista, como a divisão sexual do trabalho contribui para a subnotificação de mulheres resgatadas e os impactos da invisibilidade nas estatísticas. Essas reflexões colocam em pauta

²³ O projeto de pesquisa está em andamento (2022-2025) junto ao Departamento de Comunicação da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e conta com bolsistas de iniciação científica ligados ao CNPq e à FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão) além de pesquisadores voluntários ligados ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da UFMA.

um problema que não é só de desconhecimento dos dados, mas de como a rede de combate tem olhado para as mulheres levando em consideração as questões de gênero.

Neste sentido, as principais referências que embasam as reflexões partem do pensamento de Scott (2008), Wittig (2019); além de Harding (1986), Angela Davis (2016), Ribeiro (2018), Adichie (2019), Gonzales (1983), Carneiro (2003) e Collins (2019).

Nossos estudos partem de um contexto em que o lugar da mulher está relacionado com funções que exigem o cuidado com a casa, filhos e companheiro, logo, quem sai para trabalhar é o homem. Esse olhar que estrutura fortemente a sociedade patriarcal tem efeitos cruéis também no chamado trabalho escravo contemporâneo, entendido por Neide Esterici (1994) como todas as formas de exploração onde há a imobilização da mão de obra por meio da coação física e/ou moral, além da restrição da capacidade de ir e vir dos subordinados e da limitação de sua liberdade de oferecer a outros seus serviços. Vale destacar que as condições análogas à de trabalho escravo estão previstas no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro e tem como principais características jornada exaustiva, trabalho forçado e degradante e servidão por dívida. Para caracterizar o crime, essas condições podem ser encontradas de forma conjunta ou isolada.

A partir da ideia de Collins (2019) de espaços seguros de fala e também na busca de memória como sinal de luta (Portelli, 2000), evidenciamos neste texto alguns aspectos encontrados nas narrativas de vida, ainda em construção, que nos dão pistas para compreender de que formas essas mulheres, ao falarem de si, (re)elaboram, na linguagem, formas de opressão e violações de direitos historicamente vivenciadas por elas, sendo algumas naturalizadas e outras tratadas como estratégias de resistência cotidiana e de sobrevivência.

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Inspirados na discussão de Pamela Marques e Maria Genro (2016), buscamos problematizar as formas como se observa, se trata, reflete, evidencia, descreve o mundo social a partir de uma perspectiva cuidadosa e não violenta a realidade do sujeito subalterno, mas trazendo-o como parte deste empreendimento. Para elas, a pesquisa cuidadosa é,

[...] mais do que apontar molduras prontas às quais ajustar a matéria a ser apreendida durante a pesquisa social, refletir sobre as preocupações com que se empreende o caminho da pesquisa, sondando algumas formulações epistêmicas interessantes que se refletem em posturas éticas-metodológicas mais sensíveis (Marques; Genro, 2016, p.324).

Ou seja, o desafio é romper com a questão antiética da pesquisa com o subalterno²⁴ no exercício de tornar a fala deste ‘outro visível’ sem que o pesquisador seja a única fonte de reconhecimento discursivo no que tange à emancipação de falar e ser ouvido.

Deste modo, elas destacam três elementos indispensáveis na pesquisa cuidadosa, como (1) a autoria do reconhecimento, (2) o compartilhamento do conhecimento dialógico e (3) a autorização do conhecimento produzido a partir de convergência constante no processo de elaboração. O que elas vão chamar de pesquisa em colaboração.

Neste sentido, buscamos realizar uma pesquisa em colaboração, isto é, realizada em conjunto com os sujeitos pesquisados, com tomadas de decisões e caminhos negociados durante o processo da pesquisa, numa perspectiva de atender às demandas e necessidades dos grupos sociais envolvidos. Assim, de forma coletiva, estão sendo realizadas campanhas de sensibilização e combate ao trabalho escravo doméstico no Maranhão, com oficinas de formação e

²⁴ Para o conceito de subalterno, ver Gayatri Chakravorty Spivak, *Pode o subalterno falar?*, Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

produtos radiofônicos e audiovisuais a serem distribuídos pelas redes sociais e demais plataformas capazes de alcançar os seus públicos de interesse.

Segundo Marques e Genro (2016), a escuta é algo que depende da forma interacional com os sujeitos pesquisados. Desse modo, a metodologia utilizada para a construção dos produtos propostos nesta etapa do estudo está calcada no diálogo e na interação constante com os sujeitos envolvidos, em plena negociação de interesses comuns.

Para a construção das narrativas de vida, buscamos a orientação teórica-metodológica de Daniel Bertaux (2010), que identifica a relação pesquisador e processo de pesquisa como:

[...] a narrativa é, evidentemente, testemunho da experiência vivida, mas é um testemunho orientado pela intenção de conhecimento do pesquisador que a registra. Essa intenção, explicitada desde o primeiro contato, compreendida, aceita, é interiorizada pelo sujeito sob a forma de um filtro implícito através do qual ele seleciona, no universo semântico da totalização interior de suas experiências, o que seria susceptível de responder às expectativas do pesquisador (Bertaux, 2010, p.65).

A narrativa de vida, portanto, traz em si, uma dimensão teórica de grande valia para as possíveis formulações do (a) pesquisador (a), pois o possibilita perscrutar, através da escuta ativa, a correlação da própria narrativa com os estudos de fenômenos que, a priori, podem ou não parecer ter relação.

O dever do (a) pesquisador (a), nesse sentido, é alcançar e mobilizar da narrativa o ensejo teórico que se busca a partir da prática da escuta das narrativas de vida.

Se o real só se exprime sob forma de arquivos ou de estatísticas, ele custa a romper a barreira dos preconceitos do pesquisador. Na entrevista, a experiência do real toma forma humana, vida e voz, sua força de persuasão aumenta consideravelmente (Bertaux, 2010, p.69).

Para conseguir ter acesso aos relatos de vida de trabalhadoras e agentes do movimento social, foram realizadas entrevistas semiestruturadas no âmbito do sindicato, localizado na capital São Luís. Como continuidade da pesquisa, agora a equipe está na fase das entrevistas domiciliares com o objetivo de aprofundar as entrevistas com as mulheres, identificando aspectos que ainda não haviam sido ditos durante os primeiros encontros. Essas entrevistas em profundidade serão apresentadas em outra comunicação, ao final deste ciclo, que deve encerrar em agosto de 2024.

RELATOS DE TRABALHADORAS NO CONTEXTO DO SINDOMÉSTICO -MA

Nesta seção, trazemos a experiência de trabalho de campo junto ao Sindoméstico-MA, entre fevereiro e julho de 2023. Num primeiro momento, visamos conhecer a realidade de vida das trabalhadoras, suas demandas e exigências históricas, para compreendê-la no escopo da pesquisa sobre condições de trabalho escravo contemporâneo no Brasil. (Andrade, 2022)

Após algumas visitas e contatos, acompanhamos eventos e demais ações realizadas pelo sindicato a fim de nos aproximarmos e, finalmente, construirmos juntos uma campanha de sensibilização e combate ao trabalho escravo doméstico no Maranhão.

Identificamos, durante o trabalho de campo, relatos de violência física, psicológica, assédio moral, além de traços previstos no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro que caracterizam condições análogas à de trabalho escravo, como jornadas exaustivas, servidão por dívida, trabalho forçado e degradante; além de, em alguns casos, também serem identificadas situações de cerceamento de liberdade, principalmente no contexto da pandemia da Covid-19, quando muitas famílias impuseram condições às trabalhadoras domésticas de não voltarem para casa para evitar circulação em transportes

coletivos; afastando mulheres de suas famílias em detrimento de manter seus empregos.

Grande parte das relações de trabalho contemporâneas que envolvem mulheres não correm por caminhos ladrilhados pela igualdade. O trabalho doméstico, modalidade que se desenvolveu nas terras brasileiras por causa das atividades derivadas do processo de colonização e se enraizou a partir da evolução de atividades escravistas, é uma das modalidades de trabalho mais comuns entre mulheres, representando aproximadamente 17% da participação feminina na PEA. (Yoshikai, 2009).

Durante o trabalho no sindicato, a diretora Maria Isabel Castro, comenta sobre as muitas queixas que trabalhadoras chegam relatando no decorrer dos anos que ela trabalha neste atendimento.

São centenas e centenas de relatos em todos esses anos que mexem muito com a gente. Tem relatos que empregadores davam remédios para as domésticas para não dormirem na casa, tem relato de trabalhadoras que comiam no quintal para não se misturar com os patrões, de trabalhadoras ameaçadas de serem “colocadas no tronco”, de empregador que a doméstica era obrigada a não comer nada da casa, mesmo que estivesse estragando; relatos de domésticas que eram fiscalizadas, tendo seus pertences individuais revistados para ver se não eram ladras (...) Enfim, é tanto relato que só anotando de antemão conseguimos lembrar. Vemos constantemente casos de domésticas que trabalham pra receber o mínimo do mínimo, pra ganhar qualquer coisa, 400, 500 reais e só. (Informação verbal, Maria Isabel Castro, diretora do Sindoméstico-MA, maio de 2023)

No sindicato, tivemos a oportunidade de entrevistar cinco trabalhadoras domésticas, que falaram de suas realidades e histórico de violências e violações. Por questões éticas, iremos preservar as suas identidades nesta comunicação.

A partir do relato da entrevistada 4, conseguimos auferir como o processo de concentração fundiária no Maranhão é uma das causas da expulsão de trabalhadores (as) rurais do campo, forçando a migração para os centros urbanos. Neste caso, essa situação estreitou os horizontes dessa trabalhadora que tinha seu modo particular de vida, de organização social, com suas particularidades sociais na vida rural e teve de se deslocar para a cidade. Pouca terra, pouca produção, garantindo apenas a subsistência, fez surgir demandas por condições de vida mais promissoras, por busca de oportunidades na zona urbana. Ela se deslocou para a capital São Luís impelida pelo caráter cultural com relação ao gênero e encontrou no trabalho doméstico a primeira e única oportunidade de trabalho e sobrevivência.

[...] Chegando aqui (São Luís), tive que ser doméstica. Comecei na casa de conhecido e foi muito difícil. [...] Abusavam muito de mim e diziam pros meus pais que estavam me ajudando, inclusive a estudar. Sendo que eu que sempre busquei estudar por conta própria porque eu gostava e sonhava ser professora. Mas é isso, a vida é uma confusão. Sofri muito tipo de abuso e já trabalhei só para ter casa e comida. Não queria falar pros meus pais as dificuldades, porque tinha medo deles “morrerem” só de sofrimento. Mas, sim, sofri bastante. Hoje estou em casa de pessoas melhores, só que ainda tenho sonho de ser professora. (Informação verbal, entrevistada 4, maio de 2023).

Verificamos na fala desta entrevistada e de outras que as relações de abuso e exploração se encontram vinculadas com a busca de trabalho doméstico como reflexo da falta de alternativas materiais, acarretando dissolução de sonhos, e estabelecendo um horizonte fragmentado, ao qual se sobrepõe a necessidade de sobreviver.

Na conversa com outra trabalhadora (entrevistada 5), foi-nos apresentado a questão de trabalho degradante e violência sexual como parte

naturalizada de sua prática de trabalho, além das irregularidades trabalhistas que estiveram presentes por quase todo seu período de trabalho durante a vida. O abuso físico, sexual e moral é relatado por ela na seguinte passagem da entrevista:

[...] já sofri uma tentativa de estupro quando estava com três meses de grávida da minha filha. Na casa que trabalhei no Renascença (bairro de São Luís), veio um rapaz dos Estados Unidos que fiquei responsável por arrumar a casa dele. Cheguei lá para trabalhar e ele com segundas intenções. Ele tentou me agarrar e eu gritei e me defendi com a vassoura que tava na minha mão. Poucos dias antes eu havia retirado um dente, mas naquele momento só queria salvar a mim e meu filho. Ele tentou me beijar e eu bati nele, consegui fugir de lá. Fiquei com medo de denunciar ele por causa do meu marido, nunca nem falei isso pra ele. (Informação verbal, entrevistada 5, maio de 2023)

[...] O pai desse menino que eu trabalhava na casa dele me assediava sexualmente sempre quando eu estava no quarto. Tal pai tal filho. Eu tinha que manter o trabalho pra conseguir cuidar da minha cria. Quando eu ia tomar banho, ele e o neto dele ficavam me olhando pela fresta do banheiro. Por isso até hoje no trabalho não tomo mais banho na casa de ninguém. Passei muito aperto na minha vida pra cuidar dos meus filhos. Nessa casa que eu sofria assédio, inclusive, nunca recebi meu salário completo. Fiquei oito meses e não recebi tudo, trabalhei meses sem receber. [...] Saí de lá sem receber tudo. Não entrei em processo. A menina que veio depois de mim na casa, soube que ela processou eles pelos mesmos problemas e eles tiveram que vender a casa pra pagar o que deviam pra ela. Eu era medrosa nesse tempo. (Informação verbal, entrevistada 5, maio de 2023).

O relato representa o que, em enorme medida, é submetido a outras milhares e milhares de trabalhadoras diariamente. Algo que, após a entrevista, disse que situações como aquela eram não só comuns com todas as suas

colegas de profissão, mas que “acontecem tanto que até, infelizmente, acostumamos”. Interessante notar que no processo de relatar essas situações abusivas do trabalho, ela foi reconhecendo no processo da fala o nível profundo de terror que eram as situações.

Na escuta atenta da narrativa de outra trabalhadora doméstica, classificada como entrevistada 6, encontramos algumas similaridades no discurso, enfatizando o aspecto de “não alternativas” no local de origem:

[...] trabalho desde meus 12 anos de idade. Filha de pescador e lavrador, há muito não volto pra minha terra. [...] De lá, não tinha muitas alternativas, muitas escolhas a não ser sair a busca de outros trabalhos. [...] Meu pai não queria que eu fosse embora. Mas o que eu faria ali? O que sobrava pra gente? (Informação verbal, entrevistada 6, maio de 2023).

Essas indagações nos fizeram aprofundar nossas próprias perguntas, como o que leva essas trabalhadoras a encontrar na migração sua busca por alternativas de existência? E como nessa busca, o trabalho doméstico constitui espaço de condições precárias de vida. Nesse sentido, é necessário um estudo mais pormenorizado acerca de como interpenetrar com êxito o relato de vida com uma realidade complexa que escapa, por vezes, a experiência do indivíduo, assim como possuir maior repertório de entrevistas e escuta ativa para acrescer à dinâmica da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento que busca identificar traços de violências e violações de direitos vivenciadas historicamente por mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão, muitas vezes inviabilizadas ou naturalizadas por elas próprias e mesmo pela rede de combate no estado.

Trazemos algumas narrativas de vida de mulheres interpretadas à luz de um referencial teórico-metodológico feminista e começamos a identificar marcas de escravização, e ao mesmo tempo, trajetórias de emancipação feminina a partir da mediação de entidades dos movimentos sociais às quais as entrevistadas participantes desta pesquisa estão ligadas. Lembramos que esta mostra, resultado de uma pesquisa qualitativa e ainda exploratório, nos ajuda a pensar em estratégias para melhor compreender a complexidade da problemática (social e de pesquisa), mas está longe de poder representar as vozes de muitas mulheres que sofreram (e ainda sofrem) essas violências e nem sequer as compreendem como tal.

Visando participar deste processo de transformação social, nossas atividades foram além dos muros da universidade. Somado à realização da pesquisa acadêmica, construímos, de forma coletiva e participativa, campanhas de sensibilização e combate ao trabalho escravo doméstico²⁵ a partir da produção de material sonoro, gráfico e conteúdos para redes sociais digitais sobre a temática para que outras mulheres possam ter acesso às discussões trabalhadas no âmbito da investigação. Acreditamos que assim poderemos cumprir com a nossa responsabilidade enquanto pesquisadora e cidadã de trazer a discussão à tona na sociedade.

Os materiais, assim que totalmente finalizados, serão disponibilizados junto à rede de prevenção e proteção de trabalhadores vulneráveis à situação de escravidão contemporânea no Maranhão, por intermédio da COETRAE (Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo).

Além disso, também serão sistematizados e repassados em encontros com representantes do movimento social em defesa dos direitos humanos, que poderão obter subsídios capazes de construir estratégias de prevenção e

²⁵ Os materiais sonoros das campanhas podem ser acessados pelo perfil do Getecom-UFMA no Spotify.

combate desta prática, além de consolidar caminhos já seguidos e indicar outros na construção de políticas públicas. A pedido do sindicato, também estão sendo preparadas oficinas de formação e capacitação acerca das condições análogas à de escravo, de acordo com o Artigo 149 do Código Penal Brasileiro bem como as condições degradantes de trabalho. As oficinas estão sendo criadas e desenvolvidas de forma coletiva, em parceria com a diretoria do Sindoméstico-MA de acordo com as orientações do Plano de Luta da Fenatrad (Federação Nacional de Trabalhadores (a) Domésticos(as)), resultado do XII Congresso Nacional.

Entendemos que o processo é lento, mas que os primeiros passos estão sendo dados a partir do reconhecimento das diversas violências sofridas historicamente a partir da conscientização e da memória de suas vivências (Gonzáles, 1983).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única; tradução Júlia Romeu. - 1ª Edição. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADE, Shirley Silveira. A mulher negra no mercado de trabalho: condições escravistas das trabalhadoras domésticas. CRV, Curitiba, 2022.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos** / Daniel Bertaux; tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gugel Lavellée; revisão científica Maria da Conceição Passeggi, Márcio Venício Barbosa. - Natal, RN: EUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro; Takano Editora, 2003.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro, CEDI, Koinonia, 1994.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: SILVA, L. A. M. et al **Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e outros Estudos**. Brasília, ANPOCS, 1983. p. 223-44.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. In **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. HOLLANDA, Heloísa (org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LÉVINAS, E. **Entre Nós**: Ensaio sobre a Alteridade. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA), EDUFMA, São Luís, 2009.

MOURA, Flávia de Almeida. **Trabalho escravo e mídia**: olhares de trabalhadores maranhenses, São Luís, EDUFMA, 2016.

MOURA, Flávia de Almeida; SANTOS, Jeyciane Elizabeth Sá. **Trabalho escravo e gênero**: notas sobre a invisibilidade das mulheres à luz do pensamento feminista. In FIGUEIRA, Ricardo Rezende; MOURA, Flávia de Almeida; SUDANO, Suliane. **Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2022.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e diálogo**: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES,

Tania Maria; ALBERTI, Verena. (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000. ePub [livro eletrônico].

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo Negro**. - 1ª Edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Márcia Alves da, CORRÊA, Eliane Godinho, & Negretto, Carla. **Pedagogia feminista na perspectiva da educação popular com mulheres assentadas do MST**. In Revista Teoria e Prática da Educação, 20(3), 2018, 105-116.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. HOLLANDA, Heloísa (org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

WITTIG, Monique. **Não se nasce mulher**. Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. HOLLANDA, Heloísa (org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

YOSHIKAI, Livia Midori Okino. **Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho**. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social.) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AS REPERCUSSÕES DO TRABALHO REPRODUTIVO NÃO REMUNERADO NA SUBJETIVIDADE DE MULHERES EM SÃO LUÍS-MA²⁶

Victória Amorim da Silva

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Carla Vaz dos Santos Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

A presente pesquisa compreende o trabalho como um fenômeno multifacetado, que envolve uma série de fatores sociais e econômicos. Parte do entendimento do trabalho por uma perspectiva ampliada, que configura-se como elemento central para a compreensão da constituição do ser social. Arelado a isso, historicamente a responsabilidade pelo trabalho de cuidado de pessoas e da casa tem sido predominantemente atribuída à mulher. Assim, as mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho reprodutivo não-remunerado são consideradas economicamente inativas na sociedade, pois sempre houve uma desvalorização e não reconhecimento desse trabalho. Partindo desse pressuposto, indaga-se como a atribuição de sentidos e as vivências de prazer e sofrimento no trabalho reprodutivo não-remunerado repercutem na subjetividade de mulheres?. A pesquisa tem como objetivo analisar as repercussões do trabalho reprodutivo não-remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís-MA. Para tanto, busca-se investigar os sentidos do trabalho, bem como os elementos que se constituem como fonte de prazer e sofrimento e, por fim, discutir as estratégias de mediação utilizadas pelas mulheres para lidar com o trabalho. Visando o alcance desses objetivos, utiliza-se o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho em articulação com o Materialismo Histórico-dialético. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Para análise de dados, utiliza-se da Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir de Fairclough. Espera-se que a pesquisa contribua para ampliação de discussões sobre as demandas de mulheres, possibilitando a efetivação de Políticas Públicas que as reconheçam em suas necessidades emocionais, sociais, culturais e, principalmente, em seus direitos de pensar e existir.

²⁶ O presente trabalho conta com o apoio financeiro da CAPES/BRASIL para sua realização.

Palavras-chave: Trabalho Reprodutivo; Mulheres; Psicodinâmica do Trabalho.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa compreende o trabalho como um fenômeno multifacetado, que envolve uma série de fatores sociais e econômicos. Parte do entendimento do labor por uma perspectiva ampliada, que configura-se como elemento central para a compreensão da constituição do ser social. O trabalho é apreendido como uma atividade carregada de sentido que mobiliza o seu fazer, abrangendo os “[...] gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc.” (Dejours, 2004, p. 28).

Arelado a isso, historicamente a responsabilidade pelo trabalho de cuidado de pessoas e da casa tem sido predominantemente atribuída à mulher. Assim, as mulheres que se dedicam exclusivamente a esse trabalho são consideradas economicamente inativas na sociedade, pois sempre houve um não reconhecimento desse trabalho. Por isso, mesmo com a saída das mulheres do espaço privado para o mercado de trabalho considerado produtivo, isso não representa uma divisão mais igualitária das atividades domésticas, pois essas se mantiveram como as principais responsáveis pelos trabalhos da vida privada familiar (Hirata; 1995, 2018).

Segundo Federici (2021) o trabalho doméstico é muito mais que a limpeza de casa. É servir a mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola ou escritório existe o trabalho não pago de milhões de mulheres, que dispõe sua vida reproduzindo a vida de outras pessoas. Nesta pesquisa, entende-se como trabalhos

reprodutivos quaisquer atividades necessárias à reprodução social, ou seja, essenciais à manutenção da sociedade. É indubitável que os trabalhos reprodutivos são a base dos trabalhos produtivos, pois, para que qualquer outro trabalho seja realizado, os trabalhos domésticos e de cuidado devem ser realizados.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa/dissertação de mestrado em andamento, tem como objetivo geral analisar as repercussões do trabalho reprodutivo não remunerado na subjetividade de mulheres em São Luís-MA. Para tanto, busca-se investigar através dos objetivos específicos, os sentidos do trabalho, bem como os elementos que se constituem como fonte de prazer e sofrimento e, por fim, discutir as estratégias de mediação utilizadas pelas mulheres para lidar com esse trabalho. Visando o alcance desses objetivos, utiliza-se o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho em articulação com o Materialismo Histórico-dialético.

O materialismo histórico-dialético, implica o entendimento do sujeito como ser social e histórico, que intervém na realidade a qual está inserido e sofre as determinações dessa mesma realidade, nesse método:

[...] a lógica dialética exige o movimento do pensamento e a materialidade histórica diz respeito à forma de organização dos homens em sociedade através da história. E, para o pensamento marxista, esta materialidade histórica pode ser compreendida a partir das análises empreendidas sobre uma categoria considerada central: o trabalho (Pires, 1997, p. 88).

A Psicodinâmica do Trabalho tem por objetivo o estudo das relações existentes na dinâmica entre as organizações do trabalho e processos de subjetivação, os quais são manifestados nas vivências de prazer-sofrimento, de reconhecimento, de saúde e adoecimento no mundo do trabalho (MENDES, 2007). Tal teoria defende o rompimento com os princípios taylorizados, na

medida em que busca uma integração entre o saber fazer e os resultados obtidos, por meio da descentralização de decisões, sendo possível o comparecimento/desenvolvimento da autonomia, da flexibilidade hierárquica e, também, da história singular de cada sujeito (Martins, Robazzi, Bobroff, 2010).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Para análise de dados, utiliza-se da Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir de Fairclough. Portanto, espera-se que a pesquisa contribua para ampliação de discussões sobre as demandas de mulheres, possibilitando a efetivação de Políticas Públicas que as reconheçam em suas necessidades emocionais, sociais, culturais e, principalmente, em seus direitos de pensar e existir.

O CONCEITO DE TRABALHO

Socialmente, o conceito de trabalho é compreendido apenas como um processo histórico e social determinado pelos modos de produção da sociedade, baseado na Revolução Industrial, composto por uma troca heterogênea: “o tempo trocado por remuneração, o tempo de vida vendido” (Dorna; Muniz, 2018, p.3). Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa demonstra que é necessário revisitar o conceito de trabalho, ao passo que essa definição não se restringe apenas ao que é disseminado socialmente com atravessamentos ideológicos políticos e econômicos.

De outro modo, o conceito de trabalho que se busca difundir é por uma perspectiva ampliada, ressignificando e compreendendo o trabalho em sua complexidade, atribuindo também as dimensões sexual e psicológica, sem focar apenas na dimensão remunerada. Percebe-se que grande parte da sociedade carrega uma noção abstrata do que é o trabalho, do que ele significa,

da sua importância e da sua centralidade na vida. O trabalho preenche parcela significativa da existência e, em sua natureza ambígua, pode ser símbolo tanto de prestígio e realização, como de castigo e punição (GRINT, 1998). Portanto, o trabalho é apreendido como uma atividade carregada de sentido que mobiliza o seu fazer, que abrange os “[...] gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc.” (DEJOURS, 2004, p. 28). Não se configura, portanto, em meras ações mecânicas desenvolvidas no tempo e espaço que operam para obtenção monetária, antes disso, o trabalho se trata de engajar o corpo e a subjetividade, com responsabilidades e sentidos, direcionado ao cuidado de algo ou de um ser.

O trabalho é, segundo a OIT (2009), um dos meios pelos quais os benefícios do desenvolvimento econômico e social se materializam e chegam às pessoas. Assim, a atividade laboral, seja ela assalariada ou por conta própria, institucionalizada ou informal, coletiva ou individual, presencial ou virtual, em espaço/tempo tradicional ou na modalidade teletrabalho, continua ocupando um lugar central na produção da riqueza, na construção da identidade dos indivíduos, no delineamento das condutas e nas relações sociais.

De um modo histórico, a concepção de trabalho como fonte de identidade e auto-realização humana, foi constituída a partir do Renascimento. O trabalho adquire então um significado intrínseco, “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas consequências”. A partir dessa época, uma outra visão passou a vigorar, concebendo o trabalho não mais como uma ocupação servil. E longe de escravizar o homem, entendeu-se que o labor propicia o seu desenvolvimento,

preenche a sua vida e transforma-se em condição necessária para a sua liberdade (Albornoz, 1994, P. 59; Ribeiro, Leda, 2004, p. 76-77).

A concepção moderna de trabalho originou-se atrelada à economia de mercado concorrencial. Nessa ambiência, o labor passou a ser descrito como mercadoria, ou seja, como meio de se alcançar o sucesso econômico. Este se tornou uma atividade, por um lado, desafiante, dignificante e fornecedora de benefícios; por outro lado, o trabalho era descrito também como alienante, explorador e discriminante, pois estava pautado na disciplina, na sistematização e na padronização. Era uma atividade supervisionada por indivíduos que cobravam submissão - o poder se justificava na propriedade, no comando das coerções e no domínio do saber. Na contemporaneidade, o conceito de trabalho ampliou-se. Atualmente, a atividade laboral, além de ser concebida como meio do indivíduo se sustentar financeiramente, é vista como o caminho para se alcançar realizações e prazer (Araújo; Sachuk, 2007; Borges, 1999).

Para Ribeiro e Leda (2004), o trabalho humano é uma atividade complexa, multifacetada, polissêmica, que não apenas permite, mas exige diferentes olhares para sua compreensão. Por isso, o trabalho é impregnado de toda uma subjetividade, inserido em um contexto econômico/político/social com tantas diversidades, levando os indivíduos a terem vivências bastante distintas.

Com isso, quando se discute sobre gênero e trabalho, percebe-se que apresentam limites oriundos de uma definição de “trabalho” que exclui boa parte daquilo que é realizado pelas mulheres no seu cotidiano. De fato, o conceito de trabalho adotado pelo IBGE na contabilização da população ativa e ocupada, considera apenas o trabalho em atividades econômicas que se dê no exercício formal.

O conceito de trabalho que fundamenta a produção de estatísticas no país caracteriza-se, portanto, pelas ideias de produção e mercantilização. A produção de bens e serviços não remunerados no mundo privado é invisibilizada e entendida como atividade não produtiva que confere aos seus executores a condição de inativos, caso também não desenvolvam atividades no mercado de trabalho. O conceito também se torna muito pouco adequado para a discussão do trabalho no meio rural, particularmente para as mulheres que se dedicam a atividades no campo doméstico, voltadas, em boa parte das vezes, simultaneamente para a agricultura de subsistência e para a agricultura familiar.

Como a linha entre as duas atividades é tênue, muitas vezes estas mulheres são enquadradas como inativas, responsáveis “somente” pelo trabalho doméstico não remunerado, tendo sua contribuição para a agricultura familiar é também desconsiderada e invisibilizada. Neste sentido, os dados aqui apresentados pouco falam sobre a realidade das trabalhadoras rurais e desconsideram boa parte do que as trabalhadoras urbanas executam no seu dia a dia. Uma discussão sobre esses conceitos é de fundamental importância para que se possa avançar no desvelamento da contribuição feminina para a reprodução social e para a atividade econômica no campo dito como produtivo (IPEA, 2016).

TRABALHO REPRODUTIVO: QUEM FAZ?

Separando o trabalho reprodutivo do produtivo, o capitalismo designou às mulheres o trabalho de cuidado da casa e dos entes familiares, sem que a elas fosse garantida qualquer forma de remuneração por essas atividades, apesar de serem fundamentais à reprodução não só das famílias, mas da própria sociedade. Essa divisão sexual do trabalho, que se baseou na separação entre o trabalho produtivo, realizado especialmente pelos homens, e o

reprodutivo, desempenhado preponderantemente pelas mulheres, ocorreu notadamente a partir do Século 19, num momento em que a mercadorização da vida se intensificava, tornando-as dependentes dos homens que, dedicados ao trabalho produtivo, tinham acesso ao salário e aos direitos a ele associados. (Leite, 2023, p. 12).

Nesta pesquisa, entende-se como trabalhos reprodutivos quaisquer atividades necessárias à reprodução social, ou seja, essenciais à manutenção da sociedade. A lista dos trabalhos reprodutivos é extensa. Inclui atividades relacionadas à alimentação, como planejar, preparar e servir refeições, a higiene e cuidados pessoais, como dar banho e vestir, acompanhar ou ministrar medicação, transportar crianças a escolas, brincar, supervisionar, acompanhar em atividades escolares e de lazer, transportar pessoas que necessitam de cuidados a hospitais, sessões de fisioterapia, limpar e organizar a casa, fazer compras, fazer ou providenciar reparos ou serviços de manutenção e mais tantas outras. Trabalhos reprodutivos são a base dos trabalhos produtivos, pois, para que qualquer outro trabalho seja realizado, os trabalhos domésticos e de cuidado devem ser realizados.

A PNAD Contínua relaciona como trabalho doméstico oito conjuntos de atividades:

- 1) Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça;
- 2) Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos;
- 3) Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos;
- 4) Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim;
- 5) Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados);
- 6) Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio;
- 7) Cuidar dos animais domésticos;

8) Outras tarefas domésticas (IBGE, 2020, p.1)

Apesar da extensão da lista e da essencialidade dos trabalhos reprodutivos, eles seguem invisibilizados. Parte significativa dos valores gerados por eles não integra os sistemas de contas nacionais; as atividades não são socialmente valorizadas e o próprio conceito de trabalhos reprodutivos, ainda que muito discutido em meios acadêmicos, é pouco conhecido no debate público. E são as mulheres que realizam trabalhos reprodutivos mais frequentemente e por um número de horas maior na jornada semanal de trabalho.

Sobre a importante questão de por que o trabalho doméstico ser executado predominantemente por mulheres, a teoria econômica, têm pouco ou nada a dizer. No caso da economia, as análises sobre bem-estar humano normalmente se restringem à produção mercantil de bens e serviços, negligenciando os demais aspectos materiais e imateriais que garantem a reprodução humana. São quase inexistentes os estudos sistemáticos das atividades relativas ao bem-estar humano e às necessidades das pessoas, e que tratam de questões como: a reprodução dos seres humanos, o trabalho doméstico, a socialização das crianças e o cuidado com os idosos e doentes (tarefas típicas femininas). Essas tarefas, que antes eram organizadas por meio de relações de parentesco e inseparáveis em relação a sexo e classe, são, na sociedade capitalista, tratadas separadamente e mantêm íntima relação com a situação de inferioridade da mulher no mundo atual. (Melo; Castilho, 2009, p. 138-139)

Para Melo e Castilho (2009), essas atividades são consideradas como não-trabalho, porque se confundem “produção” com “produção de mercadorias” e “trabalho” com “emprego”. Essa percepção embute uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a

feminina e a atividade familiar doméstica. Para as feministas, essa associação evidencia a invisibilidade do trabalho das mulheres,

As críticas formuladas pelas feministas acadêmicas a essa invisibilidade do trabalho feminino ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção. Esse enfoque evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas. Esses estudos explicitaram a desigualdade existente na relação do trabalho do homem ao trabalho produtor de mercadorias e a da mulher à casa e concluíram que o termo “dona de casa” não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas, sim, de trabalho doméstico não remunerado (Melo; Castilho, 2009, p. 139-140).

No programa Falas Femininas (2021), um especial da Rede Globo, é realizado um experimento sobre a questão do trabalho invisível de mulheres. O experimento inicia com a divulgação de uma vaga de gerente em um hotel e, posteriormente, chama-se os interessados para uma entrevista de emprego. A função é basicamente organizar o salário, os candidatos homens são convidados a precificar os seguintes cargos: passadeira, recreador, arrumadeira, cozinheira, motorista e faxineira. Logo depois, a recrutadora (uma atriz) informa que não terá verbas para pagar todas as funções e a ideia é acumular essas funções em uma única pessoa, com uma jornada de trabalho de 24 horas, sem férias, remuneração, sendo necessário conciliar com outro trabalho. Na série, é possível perceber como os candidatos ficam surpresos e sem acreditar. Após isso, a recrutadora pede para entrar as pessoas que realizam esse trabalho, as mães desses candidatos.

Com o exemplo do experimento citado anteriormente da série Falas Femininas, evidencia-se que quem executa os afazeres domésticos é

naturalmente respondido pela sociedade: são as mulheres. Esse universo é naturalizado como feminino. Há um padrão de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, relacionadas aos cuidados com os seres humanos, que vão além da maternidade como fator biológico e englobam todo o trabalho doméstico. Nos últimos 30 anos, houve uma crescente inserção produtiva das mulheres no mundo do trabalho fora de casa. A taxa de atividade feminina em 2005 atingiu cerca de 40%, mas esse percentual indica que há um grande contingente de mulheres que permanece fora do mercado de trabalho: mais de 37 milhões de mulheres com mais de 10 anos de idade permanecem em suas casas, cuidando dos filhos, dos velhos, de familiares, dos doentes e do marido. (Melo; Castilho, 2009, p. 143-144).

Na prestação desses serviços não há folga: sábados e domingos são iguais, e mesmo as mulheres ocupadas no mercado de trabalho são também donas de casa. O trabalho doméstico não tem aposentadoria, as mulheres começam muito jovens e nunca deixam de fazê-lo. As mulheres com filhos pequenos acumulam essa atividade com as outras relativas à limpeza, cozinha, lavação. Claro que essas tarefas diminuem quando os(as) filhos(as) crescem e saem de casa, mas permanece a labuta, porque em cada domicílio ou família há um conjunto de tarefas essenciais à vida das pessoas e que devem ser realizadas por qualquer um dos membros da família. Mas, na maioria dos casos, elas são exercidas pelas mulheres (Melo; Castilho, 2009, p. 144).

Segundo a pesquisa sobre Estudos de Gênero do IBGE (2024), em 2022 as mulheres dedicaram-se aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas quase o dobro do tempo dos homens. Na Região Nordeste as mulheres dedicam mais horas a essas atividades (23,5 horas), sendo também a região com a maior desigualdade em relação aos homens. As mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas nessas atividades do que as mulheres brancas.

Esse indicador é de extrema importância para dar visibilidade ao trabalho não remunerado, realizado, principalmente, pelas mulheres.

Quando se fala do Maranhão, em 2022, as mulheres dedicavam aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos mais tempo que os homens (20,6 horas contra 11,5 horas). O recorte por cor ou raça indica, por sua vez, que as mulheres pretas ou pardas (20,7 horas), no Maranhão, estavam mais envolvidas com o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres brancas (19,9 horas).

Alguns fatores sociais podem aumentar ou diminuir o grau de equilíbrio de gênero: a disponibilidade do parceiro para compartilhar a carga do trabalho familiar/doméstico; o número e idade dos filhos ou crianças sob a responsabilidade da unidade familiar; o nível de escolaridade dos membros do casal; o tipo de atividade, status profissional e a capacidade de encontrar serviços de cuidados ou apoios familiares. É importante pontuar que a participação das mulheres no trabalho assalariado e este equilíbrio entre esta ocupação e vida doméstica estão intimamente relacionados à estrutura da demanda de trabalho, em que as oscilações de entrada e saída, ou composição do exército de reserva por mulheres, também são importantes para a definição do grau de exploração. A partir de 2014, o desemprego feminino voltou a aumentar, a partir de oscilações relativamente regulares, superando a marca de 15 % da população (Loureiro; Loureiro, 2018, p. 13).

Concentrar-se na produção, ou a esfera do trabalho assalariado, é abordar apenas parte do trabalho não pago explorado pelo capital. Apesar dos progressos alcançados pela luta feminista no mundo, a exploração de gênero diante do trabalho e sociedade permanece uma realidade. A reprodução do capitalismo obscurece o caráter social desta exploração tão necessária, e assim permanecerá se o seu caráter social não for exposto. Permitindo que se repense o que significa realmente o trabalho, as análises de reprodução enquanto

processo que produz em totalidade a força de trabalho, oferecem a possibilidade para encarar uma nova dinâmica na luta contra a apropriação do trabalho, que também permite considerar todos os trabalhadores tradicionalmente excluídos dos movimentos contra a exploração. (Loureiro; Loureiro, 2018, p. 18)

Assim que erguemos a cabeça das meias que fazemos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nosso trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho (Federici, 2021, p. 28). O fato é: trabalho doméstico e reprodutivo são essenciais para a manutenção cotidiana da vida, porém, é sabido que não há interesse nem do capitalismo, muito menos do patriarcado em rever as relações desiguais de gênero. Até porque o capital sempre encontra uma nova fonte de acumulação, e isso se dá principalmente a partir da exploração de corpos femininos e racializados. (Galetti, 2022, p. 3)

Segundo Federici (2021), conseguir um emprego assalariado nunca nos liberou do trabalho doméstico. Dois empregos só significou contar com menos tempo e energia para a luta. Além disso, trabalhando em período integral, dentro ou fora de casa, casadas ou solteiras, temos de dedicar horas de trabalho na reprodução de nossa força de trabalho - e conhecendo a tirania especial dessa tarefa, já que um vestido bonito e um belo penteado são condições para conseguir um emprego, seja no mercado de casamentos, seja no mercado do trabalho assalariado.

Por fim, cabe mencionar que o salário é a forma pela qual é medido o trabalho produtivo, e, além disso, esconde todo trabalho não pago que se transforma em lucro. Ou seja, quando se traz ao debate a remuneração do trabalho doméstico, é a partir do ideário de que isso seja uma estratégia para dar visibilidade a ele. Com isso, a finalidade do debate proposto é redefinir o

que é trabalho sob uma ótica feminista, principalmente por essas atividades serem consideradas trabalho oculto, improdutivo, mesmo sendo uma das bases de sustentação da sociedade capitalista. (Galetti, 2022, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas atividades que as mulheres realizam em casa, como cuidar de crianças, preparar refeições, cuidar de idosos, pessoas com deficiência ou doentes fazem parte de uma expressão do trabalho que não produz mercadorias, mas produz e reproduz um elemento ainda mais necessário ao circuito capitalista: a força de trabalho. A partir desta abordagem, não existe alguma distinção especial entre lavar, cozinhar e fazer sexo entre cônjuges sob perspectiva funcional ao modo de produção, ou seja, todas essas atividades compõem o que se traduz como trabalho de reprodução.

Dessa forma, é sabido que o trabalho reprodutivo repercute na subjetividade dessa mulher que, por sua vez, deixa de se escutar e se enxergar como sujeito de necessidades. Nessa perspectiva, aquilo que pode começar como estratégia de mediação perante a lida com esse modo de trabalho, se não cuidado, pode desencadear um adoecimento psíquico. Tornando-se, a partir disso, relevante compreender de que modo essas mulheres tem observado a sua rotina e a si mesmas, diante da sua vivência com o trabalho reprodutivo.

Por razões científicas, espera-se por meio dessa pesquisa contribuir para construção de políticas e intervenções multiprofissionais que tornem visíveis as demandas provenientes das experiências de mulheres. Assim como abrir o caminho para que continue sendo pensado criticamente temáticas que envolvam o trabalho reprodutivo e os elementos e sujeitos que o compõem. Percebeu-se, também, que esta pesquisa se deve à necessidade de explorar a temática e buscar formas de elucidar para a comunidade acadêmica as possíveis visões e contribuições da Psicologia, pois, é notório que a análise de

diferentes áreas de conhecimento contribuem para a ampliação de discussões sobre o tema e, sobretudo, podem provocar mudanças nas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BORGES, L. O. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 3, n. 3. Setembro/ Dezembro 1999.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. Production [online]. v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>>

ARAÚJO R. R.; SACHUCK M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, janeiro/março 2007.

DORNA, L. B. H., MUNIZ, H. P. Relações sociais de sexo e Psicodinâmica do Trabalho: A sexuação das defesas no trabalho de care. Fractal: **Revista de Psicologia**, 30(2), 154-160, 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5870>

FARES, L. S; OLIVEIRA, A. L. M; ROLIM, L. N. Gênero, trabalho remoto e trabalho reprodutivo não remunerado do Brasil durante a pandemia de covid-19. **Mercado de trabalho**, 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

GALETTI, C. Repensando as relações entre gênero e capitalismo: discussão sobre trabalho e salário. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022.

GRINT, K. **Sociologia do Trabalho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho necessário**, [S.l.], n. 29, p. 14-27, 2018.

HIRATA, H. **Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**. Aberto em Brasília, v. 15, n. 65, p. 39-49. 1995.

IBGE. **Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2021.

IBGE. **Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2024.

LEITE, M. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 1, jan. - abril. 2023, pp. 011-032.

LOUREIRO, E. Z.; LOUREIRO, C. Z. **Trabalho não pago: trabalho doméstico e superexploração das mulheres no brasil**. 2018.

MARTINS, J. T; ROBAZZI, M. L. C. C; BOBROFF, M. C. C.. Prazer e sofrimento no trabalho da equipe de enfermagem: reflexão à luz da psicodinâmica Dejouriana. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, p. 1107-1111, 2010.

MENDES, A. M. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método, pesquisas**. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2007.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem faz?. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, 13(1): 135-158, jan./abr. 2009.

OIT. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**. Brasília e Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

RIBEIRO, C.V.S, LEDA, D.B. **O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva**. Estudos e pesquisas em Psicologia, Uerj, Rio de Janeiro, Ano 4, nº 2, 2º semestre, 2004.

SOUZA, M. D; FERRAZ, D. L. A (im)produtividade do trabalho reprodutivo e a exaustão das mulheres na contemporaneidade. **Revista de Administração contemporânea**, 2023.

Eixo Sexualidades, identidades e interseccionalidades

PERFORMANCES TRANS: A ARTE DE EXISTIR ENQUANTO SUBVERSÃO

Jhully Cristine Ananias Boaro
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Eduardo Name Risk
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

RESUMO

O presente estudo explorou trajetórias de vida de artistas digitais trans em relação ao contato com as normas binárias de gênero e com a arte, tendo por respaldo teórico o processo de sujeição, a partir da obra de Judith Butler. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar (CAAE No. 58532822.0.0000.5504). Estudo de natureza qualitativa, caráter exploratório e delineamento transversal, do qual participaram 4 artistas digitais trans, por meio de 2 entrevistas semiestruturadas. O presente estudo trata-se de recorte de pesquisa de maior amplitude, na qual foram exploradas experiências de vida, contato com as normas binárias, vivências enquanto trans, enquanto artista e relações com figuras de afeto. O presente recorte teve por enfoque o contato dos participantes com a cisheteronorma. Os dados coletados foram transcritos e discutidos por meio da análise temática, com recortes de natureza semântica. Os resultados indicaram que o contato com as normas se mostrou fonte de tristeza e angústia, bem como permeados por episódios de violência, tanto intrafamiliares quanto em outros círculos de convívio sociais, como o ambiente escolar. Por fim, pôde-se perceber a arte enquanto forma de exercício de poder e autonomia, que forneceu respaldo para a existência trans no mundo, por meio de performances subversivas.

Palavras-chave: identidade de gênero; transexualidade, artes

INTRODUÇÃO

O gênero é um dos mecanismos do aparato cisheteronormativo enquanto conjunto de significados que foram construídos e reiterados, ritualisticamente, nos corpos sexuados, a partir de instituições e práticas discursivas e socioculturais. Esse aparato normativo cria e reitera hierarquias

binárias a partir das quais o poder é, marcadamente, masculino, cisgênero, heterossexual, falocêntrico e sexista.

Esse poder é imposto sobre corpos que se encontram ou em um nível inferior da hierarquia ou à parte dela, em um não-lugar no qual os direitos mais básicos são desrespeitados, por exemplo, o direito à vida. O processo de abjetificação e desumanização ocorre, como pode ser observado, nas mulheres e na população LGBTQIA+, composta por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, pessoas intersexo, queers, assexuais, dentre tantos outros (Pombo, 2017). Pessoas trans, mais especificamente, se identificam de forma diferente daquela como foram designadas ao nascimento, tendo por parâmetro a genitália (sexo biológico) (Risk; Santos, 2022).

Quaisquer expressões, performances, papéis ou posicionamento sociais que divergem dessas normas rompem com a matriz de inteligibilidade binária, que estabelece uma correspondência, tida como natural e imutável, entre sexo, gênero e desejo (Bento, 2008). Assim, essas existências interrompem o encadeamento vagina/ mulher/ maternidade/ heterossexualidade e pênis/ homem/ paternidade/ heterossexualidade (Pombo, 2017).

Judith Butler descreve o poder como aquilo que torna o sujeito possível, sendo a condição de possibilidade de ser e, ao mesmo tempo, como ação, que seria o exercício de poder, pelo sujeito, de forma que ele continue existindo. O sujeito é, portanto, o lugar no qual se dá essa relação ambivalente, uma existência autônoma, condicionada à subordinação que, psicanaliticamente, é um resultado de uma dependência fundadora (Butler, 2017).

Butler se dedica, mais precisamente, ao estudo do gênero, enquanto um mecanismo de poder que torna o binário uma norma (Butler, 2014). Porém, a ação, enquanto exercício de poder, permite a autonomia do sujeito e, portanto,

colocar em ato performances subversivas, que denunciam a matriz binária como não natural e passível de mudança (Pombo, 2017).

A existência, para além da cisheteronorma, se torna uma forma de exercício de poder, e pode ser expressa de diversas formas. A arte, por exemplo, pode ser uma forma de romper com as normas e comunicar esse rompimento com autenticidade.

O presente estudo teve por objetivo explorar a existência trans em sua multiplicidade e autonomia por meio da arte. O termo trans foi utilizado de modo amplo, objetivando contemplar experiências heterogêneas: trans, transexual, mulher trans, homem trans, travesti, transgênero, trans não binário, dentre outros.

JUSTIFICATIVA

A literatura científica a respeito das vivências trans tem apresentado, historicamente, marcadores biologicistas, psicologicistas e patologizantes, que estigmatizam e apagam tantas formas de existência no mundo, além de enfatizar questões de saúde e doença. Dessa forma, justifica-se a relevância do presente estudo pela proposta de fornecer olhar de respeito, validação e autonomia para as vivências trans, por meio da arte, da criatividade e da política. Assim, pode-se construir conhecimentos científicos que contribuam para combater o apagamento de tantas formas de existência, processo que tem permeado a produção científica, principalmente, na área de psicologia.

OBJETIVOS

Explorar e compreender o processo de subjetivação experienciado por artistas digitais trans por meio do contato com a cisheteronormatividade e suas experiências artísticas. Objetivos específicos: compreender as experiências de

vida de cada participante acerca do contato com a cisheteronorma, com a arte, e sua existência enquanto trans.

MÉTODO

Fundamentado em abordagem qualitativa, com delineamento transversal e caráter exploratório, por meio da análise temática, com registros de natureza semântica e categorização por meio dos métodos dedutivo e indutivo.

PARTICIPANTES

Participaram quatro artistas digitais trans, entre 18 e 27 anos, dos quais dois se identificaram como pretos e dois como brancos conforme classificação do IBGE. Em relação à identidade de gênero, três deles se identificaram como não-binários e um como trans binário. Com relação à religiosidade, cada participante se identificou de uma forma, sendo elas umbandista, ateu, pagão e agnóstico. Por fim, a renda familiar apresentou uma variação de grande amplitude, entre menos de R\$ 1.212,00 e R\$ 12.130,00 ou mais.

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: (a) ter mais de 18 anos, (b) identificar-se como uma pessoa trans, (c) ser um artista digital, (d) ser alfabetizado, (e) possuir um aparelho com acesso à internet para a realização da pesquisa em modalidade remota. Já os seguintes critérios de exclusão foram os seguintes: (a) ter menos de 18 anos, (b) não se identificar como uma pessoa trans, (c) não ser um artista digital, (d) não ser alfabetizado, (e) não possuir um aparelho com acesso à internet.

Visando comportar os resultados, e as discussões que deles resultaram, no formato previsto para o presente estudo, decidiu-se por apresentar os resultados acerca do contato com a cisheteronormatividade, a partir das experiências relatadas pelos participantes, denominados P1, P2, P3 e P4, de

forma mais geral, sem discriminar ou enfatizar aspectos particulares das vivências e experiências de cada um.

LOCAL E PLATAFORMA

A pesquisa foi realizada na modalidade remota por meio da plataforma Google Meet. O Google Meet é um serviço de comunicação em rede, por chamada e vídeo, desenvolvido pelo Google. Os participantes foram orientados a participar da entrevista remota em local privado, sigiloso e confortável evitando que fossem expostos a estímulos estressores ou distratores, bem como interrupções por terceiros, fatores que poderiam vir a se configurar com variáveis estranhas ao estudo.

INSTRUMENTOS

Para a condução da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos: (a) Critério de Classificação Econômica Brasil (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2021), que classifica economicamente os participantes, a partir da posse de bens materiais, acesso ao saneamento básico, condições de pavimentação urbana e escolaridade do chefe de família; (b) Questionário sociodemográfico que coleta informações gerais a respeito das condições sociodemográficas dos participantes; (c) Dois roteiros de entrevista semiestruturada, que exploraram a relação de cada participante com a cisheteronormatividade e com a arte.

PROCEDIMENTOS

COLETA DE DADOS

O recrutamento se deu por meio da Técnica Bola de Neve Virtual (*Snow Ball*), pelas redes sociais Instagram e Twitter. Essa é uma técnica de amostragem não probabilística, para recrutamento de participantes de difícil acesso, sob falta de precisão de sua quantidade/disposição, que contém poucos membros, que sejam espalhados por uma vasta área, ou que carreguem estigmas sociais (Vinuto, 2014). Foram realizados os esclarecimentos éticos, o

envio e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o envio e a resposta ao Critério de Classificação Econômica Brasil e ao Questionário Sociodemográfico. Por fim, a condução de duas sessões de entrevista, fundamentadas em roteiro semiestruturado.

ANÁLISE DE DADOS

Foi realizada análise temática, por recortes de natureza semântica, por meio dos métodos dedutivo e indutivo. As transcrições foram não naturalistas, às quais foram atribuídos códigos do *codebook*, bem como informações pessoais, nomes de lugares e pessoas foram alterados e/ou substituídos, garantindo sigilo e anonimato, sem comprometer a integridade dos dados (Azevedo et al., 2017).

CUIDADOS ÉTICOS

O protocolo de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (CAAE No. 58532822.0.0000.5504). A coleta e análise dos dados foram conduzidas de acordo com os termos da Resolução No. 510/2016 - Normas Aplicáveis a Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Os participantes formalizaram sua anuência mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A fim de resguardar o anonimato e sigilo dos participantes, foram utilizados nomes fictícios e substituídas informações que porventura pudessem identificá-los.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cisheteronormatividade é uma norma que cria e normaliza o binário, em termos de masculino e feminino, criando e circunscrevendo o gênero enquanto um aparato de inauguração, reiteração e regulação do sujeito, agora

generificado, em uma matriz de inteligibilidade que é marcadamente cis, heterossexual, machista, sexista e falocêntrica (Butler, 2014).

O rompimento com o encadeamento derivado dela estabelece a existência trans como subversiva, pois interrompe a reiteração ritualizada da cisheteronormatividade, denunciando o gênero enquanto não natural e passível de mudança, desestabilizando as bases por meio das quais essa forma de poder é respaldada (Pombo, 2017).

O presente estudo visou explorar o contato de artistas digitais trans com a cisheteronorma. Os resultados serão apresentados com foco na percepção de cada participante. P1 chama-se Samy, no momento da entrevista declarou ter 27 anos e se entender enquanto uma pessoa transgênero, gênero-fluido e não-binária, e suas formas de arte incluem artes visuais e performances arte. P2 chama-se Val, tinha 20 anos, e se entende enquanto uma pessoa não-binária, branca, atea e musicista, sendo seu instrumento principal o violoncelo.

Já P3 chama-se Nick, de 19 anos, uma pessoa não-binária trans masculina, branca e pagã. Sua principal forma de arte é a pintura em tela, além de escrever poesias. Por fim, P4 chama-se Léo, tinha 18 anos no momento da entrevista, entende-se enquanto homem trans, preto e agnóstico, produz ilustração digital e comics, além de pequenos textos.

CISHETERONORMATIVIDADE

P1: SAMY

A cisheteronormatividade foi descrita por Samy como fonte de sentimentos de tristeza e episódios de exclusão, discriminação, violências e traumas, que fizeram com que ela se reprimisse. Ela relatou que, durante sua trajetória, vivenciou impossibilidades de ocupar um espaço na feminilidade, por ter um corpo não binário, ao qual a performance do feminino não foi

permitida. Também comentou sobre vivências de *bullying* na escola, discriminação por parte de uma professora e um episódio de espancamento, por parte de sua mãe.

Samy descreveu a arte como indissociável do processo de se entender trans, por meio das performances arte, descrevendo sua identidade artística como uma parte de si, que vive e se expressa. Portanto, para Samy, a arte permite que exerça a feminilidade e ocupe um lugar no mundo, diante das normas cis e hétero que, de forma implícita, proíbem seu corpo de ocupar determinados espaços, e impõem a ela o que deve ser, e o que não pode vir a ser, forçando uma fantasia de que seu corpo possui um gênero intrínseco a ele, uma essência imutável (Graça, 2016).

P2: VAL

Val descreveu a imposição como principal forma por meio da qual teve contato com a cisheteronormatividade. Seu pai se colocava de forma ativa e proibitiva, diante desse contato, enquanto sua mãe, mais passiva e diretivamente. Durante sua infância e adolescência, relatou que as imposições foram, gradativamente, sendo deslocadas, tendo sua origem menos proveniente do meio externo e dos outros, e mais do meio interno e subjetivo, mais de si mesma, processo que denominou como introjeção.

Quando percebeu a possibilidade de romper com a norma heterossexual, pôde conceber a possibilidade de vir a romper, também, com a lógica cis e binária de gênero, se percebendo uma pessoa trans, e se libertando das amarras e das podas sob as quais havia vivido. A norma pode operar pela negação, assim, o corpo masculino é aquele ao qual a feminilidade foi negada e, conseqüentemente, tolhida, compreendendo as podas descritas por Val (Melo; Ribeiro, 2015). Por meio da arte, ela sente que pode colocar coisas para fora de si, para se tornarem belas e relacionáveis, com o mundo e os outros, de

forma segura e encoberta, através de uma lente que transforma tudo o que sai de si, por meio de sua linguagem artística: a música.

P3: NICK

Nick é uma pessoa neurodivergente e, portanto, relatou que não fazia sentido para si dividir as pessoas entre dois sexos biológicos, quando não existiam apenas dois, e quando o sexo não demonstrava ser uma categoria adequada para dividir nem os seres humanos, nem outros animais. Seu relato, de acordo com uma leitura butleriana (2014) se refere à artificialidade do gênero, enquanto produções reiteradas até a cristalização, desprovidas, portanto, de um sentido intrínseco (Pombo, 2017). Nick também relatou que havia sido criado de forma livre, em relação às normas binárias, cis e hetero, porém, que ainda sim sentiu que precisou corresponder a essas normas, em determinados momentos de sua vida, e que isso lhe causou muita tristeza e angústia. Assim, se perceber trans foi descrito enquanto uma experiência libertadora.

Se perceber trans lhe permitiu vivenciar uma puberdade desejável, por meio da terapia hormonal, e passar por mudanças corporais que realmente desejava. A arte lhe permite, diante de todas essas vivências, se expressar, realizar críticas sociais sobre preconceitos e violências sofridos e, por fim, criar espaços de conforto e esperanças de um futuro e um lar, em um lugar que ele deseja estar.

P4: LÉO

Para Léo, uma pessoa com suspeita de neurodivergência, seguir normas sociais sempre foi um desafio e, em relação às normas cisgênero e heterossexuais, a dificuldade permaneceu. Relatou que essas normas estabelecem padrões irrealistas e, ainda que se esforçasse para segui-los, quaisquer transgressões eram motivos para sofrer invalidação, ainda que fosse uma pessoa binária, no caso, um homem trans. Seu contato com a

cisheteronorma se deu por meio de conflitos familiares, insistências para que se vestisse e se comportasse de forma a corresponder com as expectativas sociais, bem como discussões e ameaças que sofreu.

Seu pai foi descrito como causador de traumas e, sua mãe, fonte de muito apoio, apesar de não tolerar desvios cisheteronormativos. Se entender uma pessoa trans foi um processo doloroso e silencioso, e a arte, para Léo, foi uma forma de fugir da realidade, e criar personagens e universos nos quais poderia se sentir pertencente. Porém, passou a projetar muito de si em seus personagens, e precisou descobrir novas formas de lidar com a realidade, e com a arte, para que vivesse mais no que chamou de “mundo real”, e menos em suas próprias fantasias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se trata de estudo de caráter exploratório, os objetivos propostos foram perscrutar as vivências de artistas digitais trans, buscando compreender como se deu o contato com a cisheteronormatividade, o processo de se entender trans, e a relação com a arte. O presente estudo corresponde a recorte da primeira pesquisa, de maior amplitude e, dessa forma, teve por foco explorar a percepção e o contato dos participantes com a norma cisgênero e heterossexual.

Em relação a essa norma, as percepções relatadas foram muito variadas, e permeadas pelas experiências pessoais de cada participante. Os relatos, porém, convergiram em relação à presença de sentimentos de tristeza e angústia, frente o contato com a norma, bem como episódios de violências e *bullying*, tanto no ambiente intrafamiliar, quanto em outros, como o ambiente escolar/universitário. A arte se mostrou forma de existir, frente a essa norma, de maneira autêntica e subversiva.

Sob condições bem delimitadas de recursos e tempo, a análise de dados não pôde ser conduzida de forma tão precisa quanto o que era desejado, pela pesquisadora. Porém, todos os dados coletados foram transcritos, atribuídos códigos do *codebook* e considerados na descrição das vivências de cada participante.

Algumas limitações foram observadas e, para fins de cumprir com o caráter exploratório e descritivo do estudo, bem como auxiliar futuros pesquisadores na construção de conhecimentos científicos que validem formas de existências que se encontram para além da cisheteronorma, são apresentadas a seguir:

(a) volume de dados coletados superior ao que havia sido previsto, o que foi avaliado como, possivelmente, consequência do conforto experienciado pelos participantes, tendo em vista o espaço de acolhimento, validação, e escuta que foi proporcionado, bem como a condução de uma entrevista semi estruturada e, portanto, mais livre, na qual os participantes puderam se sentir suficientemente confortáveis para relatar diversas experiências de vida, mais ou menos relacionadas aos temas propostos;

(b) tema dos dados coletados de natureza não prevista, relacionados ao contexto social e político vivenciado durante a condução da pesquisa, tratando-se de um governo que teve por presidente Jair Messias Bolsonaro, sendo de extrema direita e permeado por discursos e práticas político sociais marcados pela violação aos Direitos Humanos e ao direito à existência de grupos sociais sub representados, a pandemia da Covid-19 e, por fim, medidas de distanciamento social e reclusão domiciliar. Tais temas se estabelecem enquanto possibilidades de estudos futuros, sobre a existência e vivências de pessoas LGBTQIA+ em contextos de isolamento e distanciamento sociais, solidão e ameaças sociopolíticas e biológicas à vida.

Para além das limitações, o estudo cumpriu com a proposta de promover espaço de validação e visibilidade a existências que rompem com a cisheteronorma, no campo de estudos em ciências humana, que tem sido, historicamente, ocupado por pessoas cisheteronormativas, e permeado pela psicopatologização, medicalização e desumanização. Dessa forma, tem-se o presente estudo como, também, uma forma de transformação e exercício de poder, ao promover a conquista de um espaço de existência digna para pessoas trans, no meio acadêmico brasileiro.

Portanto, o estudo cumpriu com os objetivos propostos, no que se refere ao fornecimento de espaço de escuta, validação e visibilidade para as diversas formas de se existir no mundo, bem como a perspectiva de explorar vivências de artistas trans, no que se refere ao contato com a cisheteronorma e a arte, bem como o estabelecimento de um campo de estudos científicos em ciências humanas, mais especificamente, em psicologia, que trate das vivências trans como autônomas e políticas.

O gênero, enquanto norma, pode ser tido enquanto um mecanismo poder, por meio do qual se instaura um regime disciplinar que impossibilita/restringe as formas por meio das quais pode-se pensar o gênero (Pombo, 2017), porém, uma abordagem de validação e respeito permite observar as mesmas vivências a partir do exercício de poder e reiteração de uma existência de autonomia, permeada pela arte e pela criatividade, que se dá nas frestas e fissuras das mesmas normas responsáveis pela inauguração e sujeição do indivíduo (Butler, 2014).

REFERÊNCIAS

ALDRICH, V. C. A obra de arte. In **Filosofia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 46-79.

- AMENDOEIRA, M. C. R. O trabalho da arte e construção da subjetividade no feminino. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 41-54. 2008.
- ARÁN, M.; JÚNIOR, C. A. P. Subversões do desejo: Sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos de Pagu**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 129-147. 2007.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em: 26 05 2022.
- AZEVEDO, V.; CARVALHO, M.; COSTA, F. F.; MESQUITA, S.; SOARES, J.; TEIXEIRA, F.; MAIA, A. Transcrever entrevistas: Questões conceituais, orientações práticas e desafios. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 4, n. 14, p. 159-168. 2017.
- BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRASIL, C. C. P.; CALDAS, J. M. P.; Silva, R. M.; BEZERRA, I. C. (2018). Reflexões sobre a pesquisa qualitativa na saúde. In SILVA, R. M.; BEZERRA, I. C.; BRASIL, C. C. P.; MOURA, E. R. F. (Orgs.), **Estudos qualitativos: Enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações**. Sobral: Edições UVA, 2018. p. 21-25.
- BRASIL. **Dispõe sobre Normas Aplicáveis Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. (Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510/2016, de 07 de abril de 2016). Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**. Auckland, v. 3, n. 2, p. 77-101. 2006.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos de Pagu**. Londres, n. 42, p. 249-274. 2014.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição**, Tradução de BETTONI, R. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CARMO, R. J. A arte como ferramenta libertadora do subconsciente. In: V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2023, Belo Horizonte. **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas: Identidade, diversidade e tecnopolítica da democracia republicana**. Belo Horizonte, VENEPCCP, 2024. v. 5.
- CASTRO, T. G., Abs, D.; SARRIERA, J. C. Análise de conteúdo em pesquisas de psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 814-825. 2011.

- COSTA, B. R. L. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 15-37. 2018. <http://dx.doi.org/10.9771/23172428rigs.v7i1.24649>
- DEUS, A. C. F. E. **Saúde mental das pessoas LGBTQIA+**. 2022. p. 1-22. (trabalho de conclusão de curso), (graduação em psicologia), Uberaba, 9º período/2022.
- DÍAZ, E. B. Desconstrução e subversão: Judith Butler. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464. 2013.
- DOURADO, A. D. C. M.; GOMES, A. C.; SOUZA, D. A. Pandemia da Covid-19: a vulnerabilidade social das pessoas trans e travestis a luz da teoria queer. In: Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2020, São Cristóvão. **Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopia dos extremos: sociologias necessárias**. São Cristóvão, Editora, 2020.
- FERREIRA, B. O.; BONAN, C. Abrindo os armários do acesso e da qualidade: Uma revisão integrativa sobre assistência à saúde das populações LGBTT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5. 2020.
- FRAYZE-PEREIRA, J. A. **Arte, dor: Inquietudes entre estética e psicanálise**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.
- GRAÇA, R. Performatividade e política em Judith Butler: Corpo, linguagem e reivindicação de direitos. **Revista Perspectiva Filosófica**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1. 2016.
- JUNIOR, C. A. P. Sujeição e singularidade nos processos de subjetivação. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 23-38. 2004.
- MAIA, S. V. De Foucault a Butler: identidade(s), performatividade e normatividade de gênero. In: CECS - Atas em congressos/Seminários/conference proceedings, 2019, Braga. **Atas do II Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia**. nº544. Braga: CECS, 2019. p. 417-428.
- MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**, 2004, Londrina: Eduel, p. 11-25. 2003.
- MATTOS, G.; SANTOS, T. C. Processos de sujeição: Uma reflexão à luz de Butler e Foucault. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, v. 10, n. 23. 2022.
- MELO, C. O.; RIBEIRO, R. A performatividade queer que virou polo: Flutuando nas águas das artes em corporalidades híbridas e ininteligíveis. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1. 2015.
- OLIVEIRA, A. R. S.; MUNIZ, M. A.; REIS, F. F. S. A arte como expressão singular do inconsciente. In: V Seminário de Produção Científica do Curso de Psicologia, 2020. **Anais do V Seminário de Produção Científica do curso de**

Psicologia da UniEvamgética Anápolis, Editora de Periódicos da UniEVANGÉLICA. p. 1-13.

PARDINI, B. A.; OLIVEIRA, V. G. Vivenciando a transexualidade: O impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. **Psicologia: Saberes e Práticas**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 110-118. 2017.

POMBO, M. F. Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: Apostas feministas e queer. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 388-404. 2017.

PORCHAT, P.; OFSIANY, M. C. Quem habita o corpo trans?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12. 2020.

RISK, E. N.; SANTOS, M. A. Construção da intimidade: Concepções sobre sexualidade e relações de gênero de jovens adultos estudantes do ensino superior. In: BARBOSA, F. C.; MOLINA, A. M. R.; PRADO, P. S.; PASQUALIN, F. A. (Orgs.), **decolonialidade em diálogos plurais**. São Paulo: Ambigrama, 2022. p. 245-263.

SANTOS, M. A.; SOUZA, R. A.; LARA, L. A. S.; RISK, E. N.; OLIVEIRA, W. A.; ALEXANDRE, V.; CARDOSO, E. A. O. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: Controle normativo do Processo Transexualizador no Brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 03-19. 2019.

SALIH, S. Judith Butler e a teoria queer. **Autêntica**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 157-162. 2012.

SILVA, L. Arte digital e mundos artísticos: Becker revisitado. In: V Congresso Português de Sociologia, (s/ d), Lisboa. **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia**, Lisboa, Atelier: Artes e Culturas, ano. v. 5, p. 55-59.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220. 2014.

WEIZENMANN, M. **Foucault: Sujeito, poder e saber**. Pelotas: Dissertatio-Studia. 2013.

O LUTO COMO AJUSTAMENTO CRIATIVO E O ABANDONO DO PROJETO CISHETERONORMATIVO POR EXISTÊNCIAS LGBTQIA+²⁷.

Tháisa Drielle Louzeiro Privado,
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

RESUMO

O luto constitui-se como processo intrínseco à existência e pode ocorrer de várias formas de acordo com a história de vida e o contexto sociocultural da pessoa. Entende-se a importância da elaboração do luto como campo de abertura a novas possibilidades e a aceitação e compreensão de si e de suas relações. Nesse sentido, considera-se que toda pessoa gênero/sexo dissidente, a partir da apropriação de seu modo de ser e estar no mundo, rompe com o projeto de uma existência cisheteronormativa perpetrada pela sociedade, e fixada em uma estrutura de normas previamente designadas sobre identidade de gênero e orientação sexual. Logo, propõe-se a seguinte questão: quais os possíveis impactos da vivência do luto por pessoas gênero/sexo dissidentes diante do abandono do projeto da cisheteronormatividade, considerando-se os processos de introjeção da cisheteronorma e o luto como possibilidade de ajustamento criativo? Perls, Hefferline e Goodman (1997, apud Schillings, 2014) definem o conceito de introjeção como a maneira como a pessoa assimila o que lhe foi fornecido pelo meio, e a introjeção disfuncional como a estratégia de tomar o desejo do outro como seu para evitar conflito com o ambiente. Também, de acordo com Cardella (2014, p.102) “ajustar-se criativamente implica imprimir sua marca nos acontecimentos da vida, “pessoalizando-a”, tornando-a própria, atualizando as potencialidades singulares, presentificando-as na interação com o mundo”. Assim, o objetivo principal do artigo é investigar o processo do luto como forma de ajustamento criativo à não conformidade de pessoas gênero/sexo dissidentes ao projeto da cisheteronormatividade compulsória. A metodologia utilizada valeu-se da revisão narrativa de literatura, na qual delimitou-se a compreensão do luto e seus processos a partir de conceitos da gestalt-terapia, seguido pela descrição do sistema cisheteronormativo, assim possibilitando a correlação dessas temas com as vivências de pessoas gênero/sexo dissidentes. Como principais resultados, observou-se que a vivência do luto não-elaborado pode resultar em

²⁷ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

uma violência autodirecionada, compreendida como uma introjeção disfuncional da cisheteronorma, bem como, destacou-se que o luto como forma de ajustamento criativo pode possibilitar à pessoa gênero/sexo dissidente apropriar-se de forma autêntica de sua existência, criando recursos e espaços de abertura.

Palavras-chave: Luto; Cisheteronormatividade; LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere no campo da Psicologia, com ênfase na área de gênero e sexualidade, e tem como objetivo central analisar os possíveis impactos da vivência do luto por pessoas gênero/sexo dissidentes (Butler, 2022) diante do abandono do projeto da cis/heteronormatividade, considerando-se os processos de introjeção da cis/heteronorma e o luto como possibilidade de ajustamento criativo, sob a luz da abordagem gestáltica.

Compreende-se a cis/heteronormatividade (Nascimento, 2021; Vergueira, 2015; Wittig, 1980) como conjunto de normas e expectativas sociais que definem o que é considerado normal e normatizam comportamentos e experiências de gênero e sexualidade. Logo, exerce papel significativo na produção de sofrimento em corpos e existências que não estão em conformidade normativa.

A investigação proposta se justifica pela relevância social e científica de abordar as correlação entre gênero, sexualidade e sociedade. Pode ser apontado como motivador inicial a minha vivência dos conflitos, contradições e ambiguidades, que continuamente seguem se resignificando e se atualizando. Assim como, o exercício de escuta clínica e docente, em âmbito profissional, no qual percebo nas falas de pessoas gênero/sexo dissidentes os processos de sofrimento perpassados pela não correspondência às demandas do projeto da cis/heteronormatividade. Uma das possíveis consequências do

abandono desse projeto é a criação de um campo de reivindicação de liberdade e autonomia.

Ao examinar as experiências de pessoas gênero/sexo dissidentes que abandonam o projeto da cisheteronormatividade, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda dos impactos desse processo, lançando luz sobre um tema ainda pouco explorado na literatura e situar a Psicologia e a Gestalt-terapia como ferramentas ético-políticas.

O presente artigo fundamenta-se então em dois eixos principais: o luto como ajustamento criativo e o abandono do projeto da cis/heteronormatividade. Entende-se que, de acordo com a abordagem gestáltica, o ajustamento criativo relaciona-se com a dialética de continuidade e mudança, com inserção estrutural do novo no velho para formar com ele uma nova configuração (Cardella, 2014). Assim, busca-se compreender como o luto se manifesta em pessoas gênero/sexo dissidentes, explorando as características e particularidades desse processo de reestruturação diante do abandono.

Admitindo os processos de internalização de normas e expectativas sociais relacionadas à cis/heteronorma, argumenta-se que toda pessoa gênero/sexo dissidente, a partir da apropriação de seu modo de ser e estar no mundo, rompe com o projeto de uma existência cisheteronormativa perpetrada pela sociedade, e fixada em uma estrutura de normas previamente designadas sobre sua identidade de gênero e orientação sexual.

A metodologia de pesquisa adotada neste estudo foi a revisão narrativa de literatura, que consiste em uma análise sistemática e crítica da literatura científica existente sobre o tema em questão. Logo, a partir da seleção dos materiais bibliográficos, delimitou-se a compreensão do luto e seus processos; descreveu-se conceitos da abordagem gestáltica: ajustamento criativo e introjeção; caracterizou-se cis/heteronormatividade. Assim possibilitando a

correlação dessas temas com as vivências de pessoas gênero/sexo dissidentes.

LUTO COMO AJUSTAMENTO CRIATIVO

O luto como um processo de ajustamento às perdas, conforme descrito por Fukumitsu (2004), pode ser interpretado à luz da Gestalt como um movimento de transformação, marcada pela mudança e integração de experiências passadas. Cardella (2014) define o ajustamento criativo como a capacidade de imprimir nossa marca nos acontecimentos da vida, personalizando-a e tornando-a própria. Isso implica em atualizar as potencialidades singulares e presentificá-las na interação com o mundo.

No contexto do luto, o ajustamento criativo se configura como um processo de assimilação e reelaboração das perdas vivenciadas. O indivíduo, ao se deparar com o fim de uma situação conhecida e significativa, é impelido a reconfigurar seu mundo interno e reescrever sua história. Esse processo exige agressão e destruição, no sentido de desconstruir velhas estruturas e abrir espaço para novas construções. É um processo de desconstrução e reconstrução, onde o indivíduo se apropria das perdas e as integra em sua narrativa pessoal (Cardella, 2014).

A cada nova experiência, o indivíduo carrega consigo um presente alargado, impregnado de memórias, expectativas, hábitos e desejos. Essa bagagem do passado, conforme Belmino (2020), serve como fundo para o presente, moldando suas percepções e ações. No processo de luto, o presente alargado se torna um palco de confronto entre o passado perdido e o presente reconfigurado. O indivíduo se depara com a necessidade de reavaliar seus valores, crenças e expectativas, buscando novos caminhos para seguir em frente.

O ajustamento criativo, como descrito por Cardella (2014), é um processo dinâmico e dialético que busca o equilíbrio entre desenvolvimento e adaptação. É um processo contínuo de transformação, onde o indivíduo se reinventa e se adapta às novas realidades.

No entanto, como apontam Perls, Hefferline e Goodman (1997, *apud* Schillings, 2014), o sintoma, o adoecimento e as organizações defensivas também podem representar formas de ajustamento criativo, embora disfuncionais. Essas respostas, apesar de serem as melhores soluções encontradas pelo indivíduo em determinadas circunstâncias no passado, podem se cristalizar e se tornar desatualizadas.

O que torna essas formas de ajustamento disfuncionais é o fato de desconsiderarem a existência de novos recursos e de novos contextos no presente. O indivíduo se apegue a soluções antigas, incapaz de se adaptar às novas demandas da vida (Perls, Hefferline e Goodman, 1997, *apud* Schillings, 2014).

O luto, como um processo de ajustamento criativo, pode ser interpretado como uma oportunidade de crescimento e transformação. Através da assimilação e reelaboração das perdas, o sujeito pode reconfigurar seu eu-mundo e expandir seu horizonte de possibilidades.

O ABANDONO DO PROJETO DA CIS/HETERONORMATIVIDADE

O conceito de cisgeneridade, conforme Nascimento (2021), expõe a desigualdade estrutural entre indivíduos cis e transgêneros. Os corpos cis, por se alinharem à norma social de correspondência entre sexo biológico e identidade de gênero, desfrutam de um privilégio simbólico que os posiciona como "sexo/gênero real, verdadeiro". Em contrapartida, as identidades

transgêneras são estigmatizadas como "produções artificiais" que desviam da "realidade cisnormativa".

Essa naturalização da cisgeneridade se fundamenta em uma série de discursos articulados (morais, religiosos, médicos, jurídicos e midiáticos) que se entrelaçam com a colonialidade, o racismo, a opressão de gênero, a cis-heteronormatividade e o capitalismo. Esses discursos, ao marcarem corporalidades dissidentes como "não humanas", reforçam a desumanização de grupos marginalizados (Nascimento, 2021).

Como apontado por Nascimento (2021), a crítica à cisgeneridade também aborda a heterossexualidade compulsória, conceito tratado por Wittig (1980). As relações entre sexo, gênero e desejo são construções sociais tramadas nas relações de poder que sustentam a colonialidade dos corpos e desejos. Essa norma impõe a heterossexualidade como única opção aceitável, reprimindo e marginalizando outras formas de expressão da sexualidade.

Os discursos de diferenciação sexual e de gênero definem o gênero como binário e exigem uma correspondência mútua com as funções reprodutivas. Essa lógica binária, como apontado por Nascimento (2021), reforça a cisheteronormatividade e exclui as identidades que não se encaixam nesse modelo rígido.

A manutenção da ordem compulsória entre sexo-gênero-desejo está intimamente ligada à sustentação dos privilégios cisgêneros. A cisnormatividade, como define Nascimento (2021), funciona como um dispositivo que regula e determina sentidos de coerência para os processos de constituição de gênero. Já a heteronormatividade, segundo Rich (2010), é uma instituição política que retira e atribui poder através de dispositivos violentos, compulsórios, discriminatórios e manipulativos.

Como dito anteriormente, o luto, na perspectiva da Gestalt, pode ser interpretado como um processo de ajustamento criativo que implica em

desconstruir e reconstruir o projeto cisheteronormativo internalizado. Através da assimilação e reelaboração das perdas, o eu pode reconfigurar-se na relação com o mundo e expandir seu horizonte de possibilidades.

Ao abandonar o projeto cisheteronormativo, o sujeito se confronta com a perda de um modo de ser rígido e pré-definido. Segundo Bicudo, Baumann e Mocrosky (2011, p. 161) projeto

“[...], é entendido como aquilo que tem uma estrutura prévia, que comporta planos de intenção, mas que, sobretudo, guarda em si energia para tornar-se atual pelo modo de realização do antevisto. Isso que está em projeto endereçase ao futuro visível. O futuro é o esperado, o que está sempre em aberto, à espera de atualizações contínuas, coadunando na expressão do pretendido. A ação de tornar atual o planejado destaca o que se efetivou de cada projeção, como o destino do ser do projetado. Destino este que não fica ao acaso, pois está entrelaçado ao legado por herança e do como isso que vem remetido é acolhido, compreendido e tornado efetivo”.

É nesse momento que o luto se manifesta, como um processo de luto por si mesmo e por tudo o que representa a cisheteronormatividade em sua vida.

A introjeção é um mecanismo fundamental para compreender o luto na cisheteronormatividade. Segundo Perls, Hefferline e Goodman (1997, *apud* Schillings, 2014), a introjeção consiste na assimilação de padrões, hábitos, costumes, valores, regras, atitudes, modos de agir e de pensar do meio. Na cisheteronormatividade, a introjeção disfuncional se manifesta na internalização do projeto cisheteronormativo como único modelo de vida aceitável. A pessoa, em um esforço para evitar conflitos com o ambiente, assimila o desejo do outro como seu próprio, reprimindo sua verdadeira identidade e seus desejos autênticos.

O luto na cisheteronormatividade pode ser uma oportunidade para desconstruir a introjeção disfuncional e reconstruir a identidade de forma

autêntica. Através da assimilação e reelaboração das perdas, a pessoa pode se libertar dos padrões rígidos impostos pela cisheteronormatividade e se conectar com sua autenticidade.

A Gestalt-terapia pode ser uma ferramenta valiosa para auxiliar pessoas que vivenciam o luto na cisheteronormatividade provocando novas possibilidades de ser e estar no mundo. Através dos princípios da Gestalt, como acolhimento, presença, autorresponsabilidade e experimentação, a terapia pode ajudar a pessoa gênero/sexo dissidente a: conscientizar-se do impacto da cisheteronormatividade em sua vida; explorar e expressar suas emoções de forma autêntica e saudável; assumir a responsabilidade por sua vida e suas escolhas; reconstruir seus modos de ser no mundo de acordo com seus valores e desejos autênticos; desenvolver mecanismos de enfrentamento; criar novas formas de relacionamento consigo e com os outros.

O luto na cisheteronormatividade é um processo complexo e desafiador, mas também pode ser um campo de mudanças e resistências. Através da desconstrução da cisheteronormatividade internalizada e da reconstrução dos modos de ser de forma autêntica, a pessoa gênero/sexo dissidente pode conquistar espaços e possibilidades de pertencimento, acolhimento e potência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa demonstram que o luto, para pessoas gênero/sexo dissidentes, pode ser interpretado como um processo de ajustamento criativo. Esse processo se caracteriza pela atualização das potencialidades criativas da pessoa e pela reorganização das estruturas preestabelecidas em sua vida.

Ao se deparar com a perda do projeto cisheteronormativo, a pessoa gênero/sexo dissidente se vê compelida a reconstruir seu modo de ser no

mundo. O luto, nesse contexto, se manifesta como um processo de sofrimento que possibilita a reconfiguração existencial vivenciada com a perda. Essa reconfiguração pode ser vista como uma possibilidade de reivindicação de liberdade e autonomia.

No entanto, o luto também pode se tornar catalizador de reações violentas e discriminatórias, caso o indivíduo não encontre os recursos internos e externos necessários para lidar com a dor e a perda.

O luto, para pessoas gênero/sexo dissidentes, apresenta uma circularidade. A pessoa vivencia idas e vindas, melhoras e piora, avanços e recuos, fluxos e refluxos. Essa trajetória errática é marcada pela busca por significado e pela tentativa de compreender como lidar com a perda, a falta e o vazio.

O luto como ajustamento criativo possibilita à pessoa gênero/sexo dissidente apropriar-se de forma autêntica de sua existência. Através da assimilação e reelaboração das perdas, o indivíduo pode criar recursos e espaços de abertura para explorar seus modos de ser no mundo e seus desejos autênticos.

Os resultados dessa pesquisa apontam para a importância de que os profissionais da psicologia estejam preparados para atender pessoas gênero/sexo dissidentes que vivenciam o processo de abandono do projeto cis/heteronormativo. A abordagem terapêutica deve considerar as especificidades do contexto e as particularidades das identidades de gênero e sexualidade das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, exploramos o luto como ajustamento criativo na perspectiva de pessoas gênero/sexo dissidentes que vivenciam o abandono da cisheteronormatividade. Ancorada na abordagem gestáltica, a pesquisa teve

como objetivos: analisar o luto como processo de ajustamento criativo para pessoas gênero/sexo dissidentes que abandonam a cisheteronormatividade; compreender as implicações do luto na construção da identidade e na trajetória existencial de indivíduos gênero/sexo dissidentes; discutir o papel da Gestalt-terapia no acompanhamento de pessoas gênero/sexo dissidentes em luto.

Os resultados da pesquisa revelam que o luto, para pessoas gênero/sexo dissidentes, se configura como um processo dinâmico e multifacetado marcado por sofrimento, reconfiguração existencial e potencial transformador. Nesse contexto, assume uma circularidade, com idas e vindas, avanços e recuos, enquanto a pessoa busca lidar com a perda do projeto cisheteronormativo e reconstruir seu modo de ser de forma autêntica.

O abandono da cisheteronormatividade se apresenta como um desafio existencial. Esse processo pode ser marcado por dor, sofrimento e até mesmo reações violentas e discriminatórias, caso a pessoa não encontre os recursos necessários para lidar com a perda.

No entanto, através da assimilação e reelaboração das perdas, a pessoa gênero/sexo dissidente pode se apropriar de si e construir recursos e explorar novos caminhos em sua vida.

A Gestalt-terapia, com sua ênfase no aqui-agora, na responsabilidade e na relação, pode ser uma ferramenta valiosa no acompanhamento de pessoas gênero/sexo dissidentes.. A abordagem gestáltica contribui para: acolher o sofrimento e as emoções complexas; promover autoconsciência e autoconhecimento; facilitar o processo de luto e a reelaboração das perdas; auxiliar na construção de modos de ser autênticos e no projeto de si.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A pesquisa se baseou em um número relativamente pequeno de material

bibliográfico, o que pode ter deixado análise do tema raso e pouco articulado com outras interseccionalidades.

Sugerem-se pesquisas futuras com metodologias quantitativas e qualitativas para aprofundar a compreensão do luto na perspectiva de pessoas gênero/sexo dissidentes, prioritariamente pesquisas de campo. Também é importante realizar estudos que explorem o papel de outras abordagens terapêuticas.

Os resultados desta pesquisa têm implicações importantes para a prática da Psicologia, especialmente no atendimento a pessoas gênero/sexo dissidentes. É fundamental que os profissionais da área estejam preparados para lidar com as especificidades desse contexto e oferecer um acompanhamento acolhedor e respeitoso.

A pesquisa aponta para a necessidade de: sensibilizar os profissionais sobre as questões de gênero e sexualidade; oferecer formação específica sobre o atendimento a pessoas gênero/sexo dissidentes; criar espaços seguros e acolhedores para o atendimento a essa população; utilizar abordagens terapêuticas sensíveis às necessidades das pessoas gênero/sexo dissidentes.

Através da compreensão das particularidades das vivências e perspectivas de pessoas gênero/sexo dissidentes, pode-se contribuir para a construção de um atendimento mais humanizado e eficaz, que promova o bem-estar e a realização pessoal desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, P. P. S. et al. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. 2016.
- BELMINO, Marcus Cézar. **Gestalt-terapia e experiência de campo: dos fundamentos à prática clínica**. Paco e Littera, 2020.
- BICUDO, M. A. V.; BAUMANN, A. P. P. MOCROSKY, L. F. **Análise**

qualitativo-fenomenológico de projeto pedagógico. In: Maria Aparecida Viggiani Bicudo. (Org.). Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

CARDELLA, Beatriz Helena Paranhos. **Ajustamento criativo e hierarquia de valores ou necessidades.** Gestalt-terapia: conceitos fundamentais, v. 2, p. 104-130, 2014.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **O luto no século 21: uma compreensão abrangente do fenômeno.** BOD GmbH DE, 2021.

FUKUMITSU, K. O. **Uma visão fenomenológica do luto.** Um estudo sobre as perdas no desenvolvimento humano. São Paulo: Editora Livro Pleno, 2004.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo.** Editora Jandaíra, 2021.

RODRIGUES, Carla. O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero. Autêntica Editora, 2021.

SOUSA, Luiza Eridan Elmiro Martins de. **O processo de luto na abordagem gestáltica: contato e afastamento, destruição e assimilação.** IGT rede, Rio de Janeiro , v. 13, n. 25, p. 253-272, dez. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262016000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 mar. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decolonias de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Instituto de Humanidades, Artes, Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WITTIG, Monique. **O pensamento Hetero.** Ensaio. 1980.

REFLETINDO SOBRE AS TECNOLOGIAS CONTRASSEXUAIS DE GAYS MARANHENSES: OS BANHEIRÕES, OS BECOS E AS VIELAS²⁸

Wanderson Nascimento Moraes
Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

Este artigo busca apresentar os resultados de uma experiência de campo iniciada e desenvolvida durante três anos. Apoiado fundamentalmente nas narrativas e experimentações de três sujeitos, entre 19 e 26 anos, que se autorreferenciam como bichas e que frequentam os banheiros, becos, vielas e a praça do Reviver do Centro Histórico de São Luís. Baseado nesse conjunto de aspectos, as contribuições teóricas antropológicas subsidiaram múltiplas interpretações acerca do *território* e do *corpo* como agenciadores de práticas contrassexuais e de resistência ao dispositivo da sexualidade. De modo geral, os dados obtidos revelaram o confronto entre o *público* e *privado*, as estratégias e articulações para praticar o *banheiro* e, além disso, formas e manejos de manipulação do corpo para a construção da bicha afeminada.

Palavras-chave: Corpo; Gays; Tecnologias Contrassexuais.

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de São Luís é formada por um grande conjunto de municípios. De acordo com os dados do último censo, a capital registra uma população de mais de um milhão de pessoas. Um dos lugares de mais visitas de turistas é, indubitavelmente, o Centro Histórico. Em 1974, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional através do Processo (nº 454-T-57, inscrição nº 64 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), consolidou o tombamento do território e sua inscrição como Patrimônio Mundial. A profusão cultural do espaço, representadas por diversas

²⁸ O presente trabalho contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para sua realização.

manifestações: bumba-meu-boi, tambor de crioula, cacuriá e um cenário arquitetônico português secular, categorizam a localidade como principal espaço de interações, conversas, relações, etc.

Ainda que seja uma certa obviedade ética de pesquisa, ressalto que os nomes aqui expostos são fictícios. Dito isso, em 2019 conheci um grupo de *drag-queens* no cenário audiovisual maranhense. A maioria delas lotavam casas de festas, resenhas, *shows* e a *internet*. Ao conhecer uma das primeiras entrevistadas desta pesquisa, a *drag* Furiosa, ela me apresentou os principais pontos de diversão da comunidade LGBTQIAPN+ da ilha. O fato é que, por mais que a Região Metropolitana de São Luís seja composta por uma série de municípios, os de maiores destaques (por serem mais próximos da capital) - São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa possuem algo em comum que talvez ainda não seja um consenso: o Reviver é um dos maiores ponto de concentração de *bichas* do território maranhense.

Figura 1: Praça Nauro Machado (Reviver) - São Luís - MA



Fonte: Arte Fora do Museu

Os becos e vielas que compõem a principal praça do Reviver, a Nauro Machado, são lugares centrais de busca por parcerias sexuais descompromissadas e, às vezes, até anônimas. (Perlongher, 1987). O Reviver é reconhecido por algumas pessoas como um espaço de depravação. A própria Furiosa brinca nomeando o espaço como “Sodoma e Gomorra do Maranhão”. Existe, entretanto, um tom irônico na fala de Furiosa.

Figura 2: Beco Catarina Mina



Fonte: O Imparcial

É certo que o espaço guarda muitas diversidades étnicas, culturais, sexuais e de gênero e isso confronta diretamente as configurações impostas socialmente. Ao todo, pude entrevistar, compartilhar e ouvir seis pessoas, dentre as quais para os objetivos deste trabalho me vali de três: a *drag* Furiosa, Bento e Fabrício. O grande intuito é delimitar a temática para a categoria gay (em sua grande maioria, afeminados).

(RE)VIVER UMA BICHA

Durante as andanças pelo Reviver, deparei-me com uma cena simbólica, mas muito típica naquele fim de tarde de uma sexta-feira daquele espaço. Na escadaria da praça, uma bicha afeminada (categoria atribuída pelo próprio Bento ao ser inquirido) bradou quase gritando chamando atenção: “*e aí, mona*”. Meu olhar atento fixou-se no diálogo e ao que foi possível ouvir, mas confirmado em seguida, se tratava de uma troca de informações sobre um “*boy*” cujo fazia parte da lista de desejos de Bento. A apropriação da terminologia “*lista de desejo*” advém de uma percepção consensual entre o inquiridor e o inquirido.

Aproveitando a oportunidade para aprofundar as conversas sobre o objeto que é foco desta pesquisa, perguntei a Bento sobre “*os boys daquele lugar*” e ele prontamente corrigiu: “*mana, os boys não são daqui, mas eles vêm pra gente pegar eles*”. Quase todas as quintas-feiras e sextas. Bento pega um ônibus do seu bairro até o Reviver. Para tentar ser mais preciso, o trajeto exige aproximadamente uma hora de sua casa até o ponto principal de encontro. O ponto são as plataformas do terminal de integração da Praia Grande. Juntam-se entre três e quatro bichas para “*caçar no reviver*”.

Antes disso, uma parada: Bento disse que a pegação, às vezes, começa até antes. Perguntado sobre o porquê de tal constatação, ele narra sobre as experiências e experimentações no próprio banheiro do terminal. “*Bicha, o babado começa antes. Vai lá no banheiro do terminal pra tu ver as necas dos boys. É boy de farda indo trabalhar que para só pra fazer banheirão com as passivas. O cheiro é podre, mas tem uns cheirando a leite. Só catar!*”. Bento não é, entretanto, exceção da prática sexual em espaços nomeados como “*públicos*”. E ao detalhar essas narrativas, ele explora alguns detalhes que são próprios da pegação em um banheiro. Antes, ao entrar para fazer suas necessidades ele terminava e saía. Aos poucos, Bento foi notando

comportamentos diferentes. Algumas pessoas entravam mais de uma vez. Outras nem saíam.

A vontade é marcada através do olhar e de um ato convidativo: “*depois de mijar, e às vezes nem mija, os boys deixam a neca pro lado de fora esperando alguém pegar. Se tiver alguém do lado, eles já olha pra ti pegando no pau duro*”. Quando chega ao Reviver, ele compartilha com outras bichas sobre o ato e como tudo aconteceu, explorando as riquezas de detalhes, mas sempre pedindo com atenção: “*bicha, mas fica na tua...*”. Um fato entre as curiosas observações de Bento, é que ele fala de um desejo escancarado apenas pelas próprias bichas. Por outro lado, os outros protagonistas das cenas sexuais no banheiro escondem-se através de fardas, pedidos de silêncio, alianças de casamento, etc. Bento exprime que elas são tachadas de vulgar, mas o homem casado que está “*pegando*”, não são.

A prática de sexo, toques e partilhas dentro do banheiro é reconhecida e nomeada como *banheirão*. Bento abria um sorriso e sempre bradava nas entrevistas: “*ih, ó lá, essa mona se acha, mas só vive fazendo banheirão*”. Embora estejamos nos referindo ao banheiro do terminal da Praia Grande de São Luís como espaço sexualizado, não é uma regra exclusiva de que apenas nesses espaços existam tais práticas. As bichas amigas de Bento, em uma das andanças do terminal até o reviver falavam sobre outros banheiros: universidades, shoppings, bares e festas.

A apropriação da categoria *bicha* por Bento e pelos amigos deles não é histórica. Esse modo declarativo é, portanto, muito novo nas classificações e literaturas. A medicina-legal moderna concebeu a categoria *homossexual* como *anormal*. A manipulação entre o *normal* e o *anormal* pela medicina inscreveu determinados corpos e práticas sexuais como *perversos*. (Foucault, 2007).

Em *Manifesto Contrassexual*, Preciado (2014, p. 30) depreende a homossexualidade a partir de uma perspectiva filosófica que revela, a priori,

como um acidente sistemático produzido pela maquinaria heterossexual e estigmatizada como antinatural, anormal e abjeta em benefício da estabilidade das práticas de produção do natural. Desse modo, apropriar-se da categoria *bicha* confronta o jogo êmico das classificações *anormal*, *peversão* e *abjeta*. (Hocqenghem, 1980).

Um dos primeiros territórios demarcados como pegação de bichas maranhenses ao conversar com Furiosa, Bento e Fabrício foi o banheiro de espaços públicos através da prática de banheirão. De todo modo, o fato desse tipo de prática acontecer em espaços públicos está atrelado a uma série de aspectos. Um deles é, sem dúvidas, a repressão e proibição atribuída ao sexo homossexual. Por isso, Foucault delibera que por vezes “o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo”. (Foucault, 1988, p. 11).

Há, evidentemente, repressões acerca do sexo que são profundamente firmadas através de raízes históricas. Sobre isso, Foucault (1988) declara:

Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos — proibições, recusas, censuras, negações — que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (Foucault, 1988, p.16).

Como consequência disso, ainda que categoricamente enquadrada numa colocação de poder, o sexo e suas nuances extrapolam o conjunto reducionista proposto pela hipótese repressiva. Isso quer dizer que, hodiernamente, muito embora a temática tenha sido inexplorada e obscurecida por muito tempo e mesmo com todos os (des)conhecimentos, a profusão de

entendimento a respeito do assunto se expandiu e atravessou determinadas camadas sociais.

Ao promover reflexões sobre as sexualidades periféricas – isto é, a categoria homossexualidade, mas mais especificamente a classificação *bicha* – estabeleceu que “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.” (Foucault, 1988, p. 43). O homossexual tratado como *espécie* a qual Foucault se referia era o do século XIX, tratado através da medicina e pelo meio jurídico como sexualidade inconforme com a normalidade.

Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de todo uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico (Foucault, 1988, p. 95).

Não somente as literaturas médica ou jurídica condenavam esses corpos. É necessário inferirmos que as religiões, principalmente o protestantismo, que até hoje articulam práticas ardilosas e severas com o intuito de condenar práticas sexuais entre homossexuais. E foram com essas mesmas medidas ardis que a homossexualidade foi ganhando novos espaços de debates.

Evoca-se com frequência os inúmeros procedimentos pelos quais o cristianismo antigo nos teria feito detestar o corpo; mas, pensemos um pouco em todos esses ardis pelos quais, há vários séculos, fizeram-nos amar o sexo, tornaram desejável para nós conhecê-lo e precioso tudo o que se diz a seu respeito; pelos quais, também, incitaram-nos a desenvolver todas as nossas habilidades

para surpreendê-lo e nos vincularam ao dever de extrair dele a verdade; pelos quais nos culpabilizaram por tê-lo desconhecido por tanto tempo. São esses ardis que mereceriam espanto hoje em dia (Foucault, 1988, p. 149).

Entendemos, portanto, que a *bicha* categorizada como repugnante e abjeta é, na verdade, uma ironia do próprio dispositivo sexual, pois é nisso que está a própria ideia de *liberação*. (Foucault, 1988). A sexualidade é, pois, a combinação daquilo e por aquilo que as pessoas se atraem, usando de inclinações afetivas ou não. E assim é a homossexualidade, a libertação e liberação do devir prazeroso que é explorar os corpos.

Posto isso, retomo a reflexão sobre a prática sexual em banheiros públicos. Há uma ideia de *liberação* na *proibição*. Os banheiros dos terminais não são os espaços mais apropriados para praticar sexo. Contudo, é nesse espaço *proibido* de determinação do sexo biológico que homens casados encontram a *liberação* para praticar aquilo que por vezes reprimem.

TECNOLOGIAS CONTRASSEXUAIS DAS BICHAS MARANHENSES

Preciado (2014, p. 22) postula que a contrassexualidade é “a forma mais eficaz de resistência disciplinar da sexualidade (...) a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna”. Desta forma, neste tópico, faremos o exercício de apresentar os becos, vielas e a praça do Reviver como dispositivos contrassexuais das bichas maaranhenses.

Os horários de grande movimentação da praça Nauro Machado (Reviver) são durante a tarde. Por isso, eu sempre chegava entre 17h e 18h. Marcava com Furiosa, Bento e Fabrício em dias alternados, observava as relações, conversas e as acompanhava nos lugares. A arquitetura da praça é sugestiva. Escadarias, bancos localizados em espaços escuros, árvores, etc. Em uma sexta-feira animada, fui até o Palácio dos Leões ver o pôr do sol. O espaço é um dos mais agradáveis e de mais prestígio da ilha para vislumbrar o

sol se pondo. Mesmo sem o objetivo de fazer campo naquele dia, eu decidi articular uma conversa com Furiosa que descia sozinha na viela do Giz.

Mantendo uma certa distância dela, fui percebendo que mesmo caminhando sozinha, a todo momento passava pessoas cumprimentando-a. Abraços, beijos, risos e conversas. Ao chegar próximo à escadaria, Furiosa sentou-se com um copo na mão. Eu me aproximei para uma conversa desprestenciosa de um encontro que ocorrera coincidentemente. Furiosa sempre me recebia com um *“e aí mulher!”*. Aos arredores da praça ficam as bancas das *tias da cerveja e do cigarro*, um posto da Polícia Militar, bares e boates LGBTQIAPN+.

“Mulher, nesse movimento todo nem tem como fazer os boys” disparou Furiosa. Tanto Furiosa quanto Bento e Fabrício falavam sobre como as muitas movimentações desses espaços atrapalham suas relações. *“Só dá para ir manjando e pegando na rola do boy, mas lá pra meia noite qualquer bequinho desse pode entrar que tu encontra uma mamando”*. Embora as bichas aparentem ter uma certa tensão libidinal em relação a essas movimentações, elas afirmam que quando estão com muita vontade sempre dão um jeito de praticar algo em um beco ou viela próxima à praça. (Perlongher, 1987).

Ao narrar tal experiência, pude comprovar nas minhas muitas idas ao Reviver. Certa vez, ao descer um beco próximo ao Palácio dos Leões, avistei de longe um rapaz praticando sexo oral no outro. Ironicamente, o lugar do ato não era escuro e nem escondido. As bichas sempre falavam sobre o quanto isso era comum, principalmente nos horários mais tardes. Sentados nas escadarias era possível perceber as muitas manipulações corporais ocorridas principalmente em lugares mais reservados.

As bichas sempre selecionavam terminologias específicas para se referirem às ações executadas nesses espaços não institucionalizados. Eu

percebi claramente a forma com que elas acionavam termos como *pegação* e *fazer*. O *fazer o boy* era quase sempre uma *mamada* rápida e escondida. A *pegação* se referia ao ato, mas também ao lugar que tal ação acontecia. *Pegação* não acontecia necessariamente nos mesmos territórios que se *faziam os boys*. A respeito da semântica com viés antropológico da *pegação*, Oliveira e Nascimento (2015) ressaltam:

Pegação é um termo polissêmico. Pode dizer muito e simultaneamente nada. É, para todos os fins, um código. Pode-se chamar pegação qualquer relação de flerte, paquera e namoro entre desconhecidos, como também se pode chamar assim o local em que essas relações acontecem (...) se referem a jogos sinuosos de insinuação e provocação que se estabelecem entre sujeitos que dominam ou se aventuram através de olhares, movimentos e convites – por vezes pouco objetivos. Todos esses elementos são acionados de modo ágil em contexto de interação localizado na interseção de desejo e criatividade, entre a vontade de fazer e a perspicácia de transformar espaços. São rápidos, efêmeros. Cruzam a geografia e a temporalidade, durando apenas o momento do encontro para logo se desfazerem (Oliveira & Nascimento, 2015, p. 46).

As dimensões dessas categorias denotam algo em comum: *pegação* e *fazer* inserem-se na compreensão das relações entre homens e, sobretudo, em função de construir e demarcar territórios específicos para fazer circular formas de praticar sexo. Ao atribuir nesses espaços esse tipo de prática, o lugar deixa de ser apenas para atender determinadas necessidades, por exemplo: o banheiro não serve somente para atender necessidades fisiológicas e higiênicas como *cagar* e *mijar* e passa de banheiro para *banheirão*. Bem como os becos, as vielas e a praça do Reviver.

Perguntei às bichas sobre as formas de prazer. Se o *gozar* era importante em uma prática como essa. Quase como em um consenso elas respondiam: “às vezes é rápido, bicha... nem dá!”; “mamar dá prazer onde? na boca, mulher? só sabe que tá bom porque a neca aumenta”; “já teve boy

pedindo pra me mamar, acho que se isso acontecer aí mesmo que não tinha prazer”.

Embora *estrutura* e *cabeça* não sejam categorias recorrentes nas interações entre mim e as bichas maranhenses, percebi que a forma com que a feminilidade se estabelece, bem como a forma com que o prazer se dá, é bem próximo ao entendimento daquilo que está na *cabeça* e *estrutura* dessas bichas. Essas categorias foram mobilizadas principalmente nas etnografias de Benedetti (2006). Tendo isso em vista, penso que o prazer e o gozar dessas bichas estão na *cabeça* e não na genitália. Do mesmo modo que para arcar com possíveis consequências para praticar sexo em espaços entendidos como públicos, é necessário ter *estrutura*. (Benedetti, 2006).

O exercício de apresentar os territórios de pegação das bichas maranhenses como tecnologias contrassexuais parte principalmente do entendimento de que Preciado (2014) apresenta a contrassexualidade a partir de duas temporalidades:

A primeira, uma temporalidade lenta na qual as instituições sexuais parecem nunca ter sofrido mudanças. Nelas, as tecnologias sexuais se apresentam como fixas. Tomam emprestado o nome de “ordem simbólica”, de “universais transculturais” ou simplesmente de “natureza”. Toda tentativa para modificá-las seria julgada como uma forma de “psicose coletiva” ou como um “Apocalipse da humanidade”. Esse plano de temporalidade fixa é o fundamento metafísico de toda tecnologia sexual. Todo o trabalho da contrassexualidade está dirigido contra, opera e intervém nesse âmbito temporal. Mas há também uma temporalidade do acontecimento na qual cada fato escapa à causalidade linear. Uma temporalidade fractal constituída de múltiplos “agoras”, que não podem ser o simples efeito da verdade natural da identidade sexual de uma ordem simbólica (Preciado, 2014, p. 24).

Os becos, vielas, a praça Reviver e até o banheiro, apresentam-se como tecnologias que desobedecem à ordem simbólica das coisas, são na verdade os “agoras”. Esses “agoras” são transformações tecnológicas de corpos e territórios. (Preciado, 2014).

É interessante ainda, que esses territórios de pegação são habitados por uma diversidade de pessoas e por diversos motivos diferentes. Em síntese, as classificações de cada sujeito, a estrutura, idade, condição física, são aspectos de posicionamento no jogo das trocas sexuais. Sobre isso, Oliveira e Nascimento (2015) postulam que:

O universo da pegação é habitado por um diversificado número de personagens: lolitos, boy-magias, cafuços, negões, milicos, ursos, barbies, bombados, machudos, entre outros. São essas identidades que, nos primeiros momentos, determinam a forma como cada um dos atores envolvidos é classificado e posicionado no jogo das trocas. As classificações quase sempre se referem a atributos externos, visualizáveis na construção imagética dos atores, seja por meio do corpo enquanto materialidade, seja por meio da performance ou da voz, um importante agente no processo de classificação (...) Entre machos, barbies, ursos, lolitos e cafuços estabelecem-se contínuos identitários que se organizam em torno de modelos mais ou menos aceitáveis ou hegemônicos de masculinidade, geração, corpo e estatuto social/ cor da pele. Nesses termos, vale ressaltar como no contexto de produção e articulação de diferenças no universo das socialidades homoeróticas há uma intensa profusão de categorias identitárias, as quais produzem limites e separações entre diferentes estilos de vida, interesses e performances.

O fato é que através das narrativas de Furiosa, Bento e Fabrício, foi possível demarcar para além dos territórios de pegação, os tipos de corpos que estabelecem essa pegação nos espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando realizei as minhas visitas ao Reviver, aos becos e vielas do Centro Histórico de São Luís, meu olhar ainda não era minimamente antropológico. A pesquisa tinha um objetivo linguístico, muito embora, todas essas narrativas fundamentassem as particularidades lexicais da comunidade LGBTQIAPN+. Ao revisar a base de dados, percebi o quão rica é esta pesquisa. Ao ler e reler as informações narradas pelas bichas entrevistadas, pude revisar também, momentos de muitas trocas e partilhas entre mim (pesquisador) e entre as bichas (entrevistadas).

Antes de pesquisar, meu olhar humano já tinha captado cenas de sexos nesses espaços. Mas, desta vez, através de um prisma investigativo, e mais, um olhar antropológico, foi possível repensar nas práticas, espaços e corpos sexualizantes.

Por fim, as tecnologias contrassexuais desenvolvidas por Furiosa, Bento, Fabrício e por outros corpos dos territórios de pegação ludovicense, revelou a dualidade entre o público e privado, a interação entre a liberação e proibição, às técnicas de prazer e de produção performativa do corpo.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, M. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade. A Vontade de Saber**. V.1. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

HOCQENGHEM, G. **A Contestação Homossexual**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População no último censo: São Luís**. Maranhão, 2022. (Pesquisa do censo por municípios). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de jul. de 2023

OLIVEIRA, T. L. NASCIMENTO, S. S. **Corpo aberto, rua sem saída. Cartografia da pegação em João Pessoa.** 19, 44-66, Sexualidad, Salud y Sociedad, 2015.

PERLONGHER, N. O. **O Negócio do Michê, prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, P. B. **Manifesto Contrassexual, práticas subversivas de identidade sexual.** São Paulo: n-1 edições, 2014.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	I ENCONTRO INTERNACIONAL/ III ENCONTRO NACIONAL/ V SEMINÁRIO ESTADUAL DE GÊNERO MEMÓRIA E IDENTIDADE: <i>GÊNERO EM MOVIMENTO: CORPO, POLÍTICA E LUTO</i>
ORGANIZAÇÃO	Rarielle Rodrigues Lima (Org.)
SUPORTE	Digital
Projeto Gráfico e capa	Rarielle Rodrigues Lima Laila Marques Campos Luama Talita Alves Crispim Cirilo
Páginas	261
Tipografia	Times New Roman

